



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIANA SIMÕES LOURENÇO

**DO ACERVO AO LIVRO**  
As Publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)

Niterói  
2014

MARIANA SIMÕES LOURENÇO

**DO ACERVO AO LIVRO**  
**As Publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em história.

Linha de pesquisa: Cultura e Sociedade

Orientadora:  
Profa. Dra. Giselle Martins Venancio

Niterói  
2014

L892 Lourenço, Mariana Simões

Do acervo ao livro : as publicações do Arquivo Nacional (1886-1922) / Mariana Simões Lourenço. - Niterói, 2014.

190f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

Orientadora : Giselle Martins Venancio.

1. Editoração – Arquivos. 2. Arquivo Nacional (Brasil) – Catálogos. 3. Brasil – História – Fontes. I. Título.

CDD 070.5

Mariana Simões Lourenço

# **DO ACERVO AO LIVRO**

## **As Publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em história.

Linha de pesquisa: Cultura e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Giselle Martins Venancio

Aprovada em 21 de março de 2014.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Giselle Martins Venancio – UFF  
Orientadora

---

Profa. Dra. Andrea Daher – UFRJ  
Arguidora

---

Prof. Dr. Vitor Manoel Marques da Fonseca – UFF/Arquivo Nacional  
Arguidor

---

Profa. Dra. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira – UERJ  
Suplente externa

---

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça – UFF  
Suplente interno

Niterói  
2014

A Heloiza e Gustavo, sempre.

## Agradecimentos

Ingressar no mestrado, cumprir as disciplinas, participar de seminários e escrever esta dissertação foi infinitamente mais que um desafio intelectual ou profissional. Acabou se transformando em uma verdadeira jornada de crescimento pessoal e em um momento de conhecer e me aproximar de pessoas sem as quais esse percurso, nem de longe, teria sido tão interessante.

Obrigada a Dilma Cabral, Silvia Ninita e Vitor Manoel da Fonseca, colegas de trabalho no Arquivo Nacional, pelo carinho e ajuda com o projeto – ser jornalista e ingressar no mestrado em história com certeza seria mais difícil sem a ajuda de vocês. A Alba Giselle Gouget, minha amiga-supervisora e leitora oficial, obrigada pela compreensão, estímulo e carinho. E a Josiane Monteiro, com seus conhecimentos de bibliotecária.

Giselle Venancio, você. Sem comentários, quer dizer, com tantos, que não cabem nesta página. Obrigada por me aceitar como orientanda e apostar na minha proposta de pesquisa, além, é claro, dos ótimos momentos que passamos na universidade e fora dela.

Obrigada também aos colegas que compartilharam comigo ideias, leituras, opiniões e que tornaram a pós-graduação mais divertida, além de me ajudarem e responderem perguntas às vezes simples, mas que representavam verdadeiras descobertas para mim. André Furtado, Felipe Cazetta, Filipe Oliveira, Juliana Acosta, Louise Gabler, Mariana Tavares, Michele Agostinho, Raquel Figueiró, Renan Rubim, foi ótimo conviver com vocês nesses dois anos tão velozes.

Obrigada, ainda, aos professores das disciplinas que cursei, Monique Gonçalves e Tânia Bessone na Uerj, Andrea Daher na UFRJ, Giselle e Sonia Mendonça na UFF, e aos membros da banca de qualificação, cujas críticas e comentários foram fundamentais para o trabalho – Paulo Knauss e Vitor Manoel. Ao Arquivo Nacional e aos funcionários da Secretaria do PPGH, muito obrigada também.

A minha mãe Heloiza, pelo apoio e estímulo desde sempre, e ao meu companheiro da vida, Gustavo, pelo amor, dedicação e colo – o melhor lugar que existe neste mundo.

## Resumo

LOURENÇO, Mariana Simões. **Do acervo ao livro: as Publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014.

Este trabalho analisa as Publicações do Arquivo Nacional, série de livros com que a instituição deu início ao seu programa editorial, em 1886, por iniciativa do diretor Joaquim Pires Machado Portela (1827-1907). A produção editorial do Arquivo foi investigada até 1922 a partir da análise dos vinte títulos da série lançados nesse período, examinando-se o projeto da coleção, títulos publicados, documentos selecionados, como foram trabalhados e como se dava a distribuição e circulação dessas obras. A discussão sobre a produção editorial das instituições patrimoniais, sobretudo dos arquivos, permeia esta dissertação. Examina-se como essas instituições trazem seus acervos para os livros e, assim, realizam um trabalho historiográfico-editorial de seleção, crítica e edição desses acervos, ressaltando ou silenciando elementos do passado – indivíduos, acontecimentos, períodos, documentos. Com isso, deixam de ser somente instituições de guarda de documentos para se tornar lugares de produção historiográfica. O estudo se define, assim, na confluência de questões historiográficas com as funções dos arquivos, principalmente difusão e acesso aos documentos. Foram identificadas quatro categorias de obras publicadas nesse período – catálogos, publicações de documentos, miscelâneas e almanaque – e duas grandes fases: a primeira, marcada pela publicação de catálogos e transcrições de documentos, e a segunda, pela edição de miscelâneas e por mudanças gráfico-editoriais que indicam a intenção de alcançar um público mais amplo.

**Palavras-chave:** produção editorial; instituições arquivísticas; edição de documentos; Arquivo Nacional (Brasil).

## **Abstract**

LOURENÇO, Mariana Simões. **From holdings to books: Publications of the National Archives of Brazil (1886-1922)**. 2014. Dissertation (Master in History) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014.

This paper analyzes the Publications of the National Archives of Brazil, series of books with which the institution began its publishing program in 1886 initiated by the director Joaquim Pires Machado Portela (1827-1907). The publishing activity was investigated until 1922 through the analysis of twenty books in the series released in that period, by examining the collection's project, published titles, selected documents, forms of presentation, distribution and circulation of these works. The thesis focus on the discussion about the publishing activity of heritage institutions, especially archives. It examines how these institutions bring their collections into books and thus perform a historiographical-editorial work of selection, review and editing of these collections, highlighting or silencing elements of the past – individuals, events, periods, documents. Thus, they are no longer only institutions of custody of documents, but places of historical production. The study is in the confluence of historiographical issues with the functions of the archives, especially diffusion and access to documents. We identified four categories of books published in this period – catalogues, publications of documents, miscellaneous and almanacs – and two major phases: the first, marked by the publication of catalogs and transcriptions of documents, and the second, by the edition of miscellaneous and graphic-editorial changes that indicate the intention to reach a wider audience.

**Keywords:** publishing; archival institutions; editing of documents; National Archives (Brazil).



# Sumário

|   |            |
|---|------------|
| <b>Introdução</b> .....   | <b>11</b>  |
| <b>1 A produção editorial do Arquivo Nacional: primeiros movimentos</b> .....   | <b>18</b>  |
| 1.1 Arquivos e edição, uma longa trajetória .....   | 18         |
| 1.2 O Arquivo Nacional até os anos de 1870: a produção editorial como horizonte.....  | 32         |
| 1.3 Joaquim Pires Machado Portela e os indícios de uma intenção editorial .....   | 44         |
| <b>2 O Arquivo Nacional na Primeira República: permanências e mudanças ...</b>  | <b>62</b>  |
| 2.1 Entre conservação e edição: as oficinas tipográficas e de encadernação .....  | 63         |
| 2.2 Escragnolle Doria e o Arquivo Nacional como “amigo conversável à gente” .....   | 71         |
| 2.3 O Museu Histórico e as comemorações do Centenário: o Arquivo Nacional<br>como guardião da história pátria .....                 | 74         |
| 2.4 Disseminando imagens de preciosidades: instalação do gabinete fotográfico<br>e mudança de rumos nas Publicações .....           | 79         |
| <b>3 A série Publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)</b> .....  | <b>81</b>  |
| 3.1 Uma “galeria retrospectiva sobre diversos assuntos”: os catálogos inaugurados<br>por Machado Portela .....                      | 84         |
| 3.2 “Inéditos interessantes”: a publicação de transcrições de documentos.....   | 100        |
| 3.3 “Partes curiosas de todo inestimável”: as miscelâneas de Escragnolle Doria.....   | 105        |
| 3.4 Um almanaque e o mundo em duzentas páginas .....  | 115        |
| 3.5 Por dentro da coleção: elementos do projeto editorial das Publicações.....  | 120        |
| 3.6 As publicações avulsas: outros catálogos, regulamentos, separatas .....   | 153        |
| <b>Conclusão</b> .....  | <b>159</b> |
| <b>Referências</b> .....  | <b>165</b> |
| Fontes.....   | 165        |
| Bibliografia.....   | 167        |
| <b>Apêndices</b> .....  | <b>175</b> |
| A. Produção editorial do Arquivo Nacional: série e avulsos (1886-1922) .....  | 175        |
| B. Publicações do Arquivo Nacional: datas indicadas nas páginas de rosto e datas<br>de publicação.....                              | 178        |
| C. Publicações do Arquivo Nacional: tipos de conteúdo, elementos editoriais<br>e categoria predominante por volume (1886-1922)..... | 179        |
| D. Publicações do Arquivo Nacional: documentação selecionada por volume<br>(1886-1922).....   | 181        |
| E. Destinatários das Publicações do Arquivo Nacional (1886-1907) .....  | 187        |
| F. Diretores do Arquivo Nacional (1838-1922).....   | 190        |

## Lista de ilustrações

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1 – Proposta de orçamento do Arquivo Nacional para 1883-1884.....   | 55  |
| Figura 2 – Encadernação original das oficinas gráficas e de encadernação, 1918.....  | 67  |
| Figura 3 – Página de rosto do folheto sobre o Museu Histórico, 1919.....   | 75  |
| Figura 4 – Publicações do Arquivo Nacional, 1886-1922 .....  | 81  |
| Figura 5 – Publicações do Arquivo Nacional por categoria (1886-1922) .....   | 83  |
| Figura 6 – Publicações do Arquivo Nacional por categoria e administração (1886-1922) .....   | 84  |
| Figura 6 – Página de rosto do volume III, 1901 .....   | 89  |
| Figura 7 – Página de abertura com título, volume III, 1901 .....   | 89  |
| Figura 8 – Fac-símiles que acompanham a tabela demonstrativa, volume III, 1901 .....   | 90  |
| Figura 9 – Tabela demonstrativa, volume III, 1901 .....  | 90  |
| Figura 10 – Índice de assuntos, v. III, 1901 .....   | 90  |
| Figura 11 – Primeira página do catálogo dos documentos, v. III, 1901 .....   | 90  |
| Figura 12 – Proporção de catálogos de documentos por classe da Seção Histórica.....  | 94  |
| Figuras 14 e 15 – Capa da reedição do <i>Catálogo das cartas régias</i> e página de abertura com homenagem a Machado Portela, v. I, 2. ed., 1922 .....   | 97  |
| Figuras 16 e 17 – Página de título, com referência ao trabalho de Armando Esteves, e colofão, mencionando a edição original, v. I, 2.ed., 1922.....      | 98  |
| Figura 18 – Tipos de conteúdo e elementos editoriais dos catálogos de documentos.....  | 99  |
| Figura 19 – Indicação de erro identificado na <i>Revista do IHGB</i> , v. IV, 1903 .....   | 101 |
| Figura 21 – Tipos de conteúdo e elementos editoriais das publicações de documentos .....   | 103 |
| Figuras 22 e 23 – Primeira página e bibliografia de artigo de Escragnolle Doria, v. XVII, 1917.....  | 108 |
| Figuras 24 e 25 – Abertura dos documentos da Seção e primeira página de transcrição, v. XVII, 1917.....  | 108 |
| Figura 26 – “D. Pedro II e suas irmãs”, v. XVII, 1917.....   | 110 |
| Figuras 27 e 28 – Folheto sobre a decoração dos coches do imperador e caneta e pena de ouro usadas para assinatura da Lei Áurea, v. XVII, 1917.....      | 110 |
| Figura 29 – “Tatuapára – Enseada da praia do Forte da Torre de Garcia d’Ávila” e “Enseada da praia do Forte da Torre em Tatuapára”, v. XVIII, 1918 ..... | 112 |
| Figura 30 – “Ruínas da torre do castelo de Garcia d’Ávila”, v. XVIII, 1918 .....   | 112 |
| Figura 31 – Tipos de conteúdo e elementos editoriais das miscelâneas .....   | 114 |
| Figura 32 – Miscelâneas por período/tema .....   | 114 |
| Figura 33 – Página de abertura do volume <i>O ano de 1822</i> , v. XX, 1922.....   | 116 |
| Figura 34 – Primeira página da seção “Seus principais sucessos na história universal” .....  | 116 |
| Figura 35 - “Alguns representantes da cultura humana” .....  | 117 |
| Figura 36 – Seção “Alguns aspectos do Rio de Janeiro” .....  | 117 |
| Figura 37 – Número de volumes Publicações do Arquivo Nacional por administração .....  | 119 |
| Figura 38 – Logomarca nas Publicações do Arquivo Nacional, v. XVII, 1917.....  | 125 |
| Figura 39 – Colofão com estampa do edifício do Arquivo no Campo de Sant’Anna, v. III, 1901.....  | 125 |
| Figura 40 – As duas epígrafes: Ovídio e Macedo, v. XVII, 1917 .....  | 129 |

|   |     |
|---|-----|
| Figura 41 – Pessoas, cargos e funções na produção editorial .....   | 146 |
| Figura 42 – Pessoal e funções nas oficinas gráficas em 1923 .....   | 147 |
| Figura 43 – Estados mais frequentes nas correspondências de envio e recebimento das Publicações até 1907.....                     | 150 |
| Figura 44 – Tipos de remetentes e destinatários de correspondência sobre as Publicações (1886-1922).....                          | 150 |
| Figura 45 – Capa do <i>Catálogo da Biblioteca do Arquivo Público Nacional</i> , publicação avulsa, 1911 .....                     | 155 |
| Figura 46 – Página de rosto do <i>Catálogo dos mapas impressos existentes no Arquivo Público Nacional</i> , avulsa, 1907 .....    | 155 |
| Figura 47 – Capa da publicação avulsa <i>Relação dos documentos e mais objetos em exposição</i> , 1908 .....                      | 155 |
| Figura 48 – Capa do catálogo do Museu Histórico <i>Ordens honoríficas, condecorações, distintivos, emblemas etc.</i> , 1911 ..... | 155 |
| Figura 49 – Página de rosto de relatório do Arquivo Nacional, 1921 .....  | 156 |
| Figura 50 – Capa das <i>Instruções para o serviço de consultas</i> , 1923.....  | 156 |
| Figura 51 – Publicações avulsas do Arquivo Nacional por categoria (1886-1922) .....   | 158 |

## Introdução

*No espaço aberto da cidade, no refúgio da biblioteca, na magnitude do livro e na humildade dos objetos mais simples, a escrita teve por missão conjurar contra a fatalidade da perda.*

Roger Chartier<sup>1</sup>

Pedra, madeira, pergaminho, papel forneceram os suportes para a inscrição da memória dos homens e de sua ação no mundo. Por meio desses materiais, e da escrita, foram registrados “os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e todos os textos que não deveriam desaparecer”.<sup>2</sup> Havia, no entanto, um outro perigo, tão ou mais ameaçador que o desaparecimento: a proliferação descontrolada dos textos, capaz de tornar inviável o seu armazenamento e a seleção do que seria mais importante. Assim, “embora temido, o apagamento era necessário, assim como o esquecimento o é para a memória”.<sup>3</sup> Com essa reflexão ressaltamos que, assim como a escrita, a edição também tem essa missão de insurgir-se contra o desaparecimento. Na batalha incessante do homem contra o esquecimento e a deterioração dos textos, esses vestígios – no caso dos arquivos, os documentos – têm sido enumerados e transferidos para a página impressa numa operação igualmente marcada por inscrições e apagamentos. É esta operação que caracteriza a produção editorial das instituições patrimoniais responsáveis pela guarda de documentos, que são organizados e apresentados ao público na forma de exposições, catálogos, transcrições, coleções impressas.

Este trabalho discute as relações entre documentos e edição do ponto de vista da produção editorial dos arquivos no final do século dezenove e início do vinte. Em outros termos, as motivações e formas como essas instituições trazem seus acervos para os livros, inscrevendo e, simultaneamente, apagando certos textos, imagens, pessoas, períodos, acontecimentos. Nossa intenção é apontar alguns caminhos para se compreender a natureza e os condicionamentos da edição em instituições de arquivo, afinal, a produção editorial tem sido uma das formas mais importantes de difusão do acervo e do trabalho das instituições arquivísticas.

O objetivo mais imediato da edição de livros pelos arquivos é trazer a público a documentação sob sua guarda, possibilitando o acesso aos documentos e ressaltando a

---

<sup>1</sup> CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007, p. 9.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> Ibid., p. 9.

relevância dessas instituições para a sociedade, sendo uma das atividades dos arquivos que melhor podem “desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro”.<sup>4</sup> Trata-se, assim, de dois movimentos simultâneos: um para dentro, organizando, classificando e descrevendo os documentos, outro para fora, permitindo o acesso, divulgando e valorizando esses acervos e instituições.

No entanto, por trás deste movimento mais perceptível de dar publicidade e facilitar o acesso aos documentos, os arquivos tomam decisões marcadas por escolhas e, portanto, por uma série de inscrições e apagamentos, que parecem estar relacionados – de maneira nem sempre facilmente apreensível – com concepções diferenciadas sobre a importância de determinados fundos ou coleções, de certos períodos históricos, da relevância maior ou menor das fontes primárias para a escrita da história e do papel dos arquivos nesse processo. Além, é claro, de como cada instituição pretende se posicionar diante da sociedade, do Estado e das entidades a ela relacionadas, e da visão que possui sobre seu próprio papel – produzir história ou permitir a sua produção.

É importante, assim, o esforço de desnaturalizar tanto a formação dos acervos e dos arquivos – afinal, eles são artefatos culturais, ou seja, construções sociais e históricas –, como suas ações e projetos institucionais. Esses e outros condicionamentos fazem da produção editorial dos arquivos um objeto interessante do ponto de vista não apenas da história e da arquivística, mas também dos estudos sobre edição, mostrando a importância de problematizar as iniciativas de difusão e, o que nos interessa mais diretamente, os projetos editoriais das instituições de arquivo. Afinal, como se decide que documentos, de que forma e em que momento publicar? Em catálogos, inventários, com a publicação de fac-símiles ou de documentos transcritos? Em séries editoriais ou como títulos avulsos? Essas são algumas das indagações que permeiam esta dissertação.

A produção editorial do Arquivo Nacional teve início quase cinquenta anos após seu estabelecimento na Secretaria de Estado dos Negócios do Império, em 1838. Foi apenas em 1886 que a instituição lançou seu primeiro livro, o *Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás e avisos de 1662 a 1821, existentes no Arquivo Público do Império*, volume I das então chamadas Publicações do Arquivo Público do Império. A produção editorial do Arquivo, assim, se iniciava tendo como veículo uma série, ou, pelo menos, uma rubrica que deveria abrigar a divulgação dos documentos mais importantes da história pátria. Naquele

---

<sup>4</sup> BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 227.

momento, o Arquivo devia contar com não mais de dez funcionários,<sup>5</sup> e, com tão poucas pessoas para trabalhar, parece considerável a importância que Joaquim Pires Machado Portela, diretor de 1873 a 1898, atribuía ao início desses trabalhos.

Considera-se série um “conjunto de obras independentes de diversos autores, publicadas sob um título comum, geralmente com volumes numerados”,<sup>6</sup> mas não se trata apenas de um conjunto, e sim de uma seleção baseada em determinados critérios e um projeto editorial em que o editor assume um lugar ainda mais importante. Como Publicações do Arquivo Nacional<sup>7</sup> seriam lançados, nas décadas seguintes, instrumentos de pesquisa, publicações de documentos, miscelâneas – a série foi a primeira de um conjunto de iniciativas editoriais que seriam empreendidas pelo Arquivo Nacional, sobretudo na segunda metade do século vinte.

O Arquivo Público, que havia sido criado num momento de valorização dos documentos e da história como ciência, foi fundado concomitantemente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, somando-se a outras instituições que já existiam, como a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional. Essas entidades desempenharam papel importante no Império ao contribuírem para conformar e conferir um sentido ao passado – e assim ao presente e ao futuro – do país recém-independente, por meio do recolhimento e guarda de documentos, elaboração e publicação de estudos históricos, realização de conferências e reuniões, reunião de espécimes e amostras da natureza brasileira, realização de pesquisas científicas.

A nação – uma criação do Estado fundada na crença em um passado comum e que reafirma o próprio Estado –, sua coesão interna e seus contornos geográficos estavam no centro das preocupações do governo Imperial, sobretudo durante o Segundo Reinado. O continente estava dividido pelas lutas de independência que, em sua maioria, levaram a governos republicanos. No decorrer nos anos 1850, foram assinados diversos tratados e acordos de comércio e amizade que definiram as fronteiras do Império do Brasil, e, nesse processo, o governo se utilizou não apenas dos exércitos e alianças políticas e econômicas, mas também dos intelectuais e das instituições que eles ocupavam, em uma relação quase inseparável entre os campos intelectual e político. Durante o Império, a aproximação entre os intelectuais e a política se expressava, ainda, pela sua inserção na administração pública. Os

---

<sup>5</sup> De acordo com José Honório Rodrigues: “De 1840 a 1891, em 50 anos, o Arquivo cresceu em apenas um servidor e de 1840 a 1910, passou de 7 a 11 servidores [...]”. RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959. (Publicações Técnicas, 7).

<sup>6</sup> DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Versão 2.0a, abril de 2007.

<sup>7</sup> Criado em 1838 como Arquivo Público, o órgão teve sua denominação alterada para Arquivo Público do Império em 1876, Arquivo Público Nacional em 1889 e Arquivo Nacional em 1911, seu nome atual. O título da série acompanhou essas mudanças, motivo das diferenças que pode haver neste texto.

românticos brasileiros colaboraram no projeto de consolidação do Estado e de construção da identidade nacional não apenas com sua literatura e por meio de debates na imprensa e no parlamento, mas com sua atuação nessas instituições científicas e culturais.

O arquivo nacional do Brasil, criado em 1838, embora já estivesse previsto na Constituição imperial de 1824, tinha como atribuição guardar os originais dos diplomas legais dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador, dos documentos eclesiásticos, dos relativos à família imperial e às relações exteriores.<sup>8</sup> Mas, durante o Império e a Primeira República, passaria por uma série de transformações, e as Publicações do Arquivo Nacional, lançadas em 1886, inserem-se, do nosso ponto de vista, no cenário de mudanças que marcaram a instituição a partir dos anos de 1870 no sentido de uma abertura maior à sociedade, derivadas da iniciativa de seu diretor, Joaquim Pires Machado Portela. No final do século dezenove e início do vinte, entraram em cena diferentes projetos sociais e políticos relacionados à formação da nacionalidade brasileira, o que nos permite ressaltar os arquivos como espaços importantes de difusão de iniciativas oficiais de culto à memória e de fomento a determinados usos do passado. Essas iniciativas, muitas vezes, realizaram-se por meio de impressos, lugar de difusão de ideias e projetos intelectuais e institucionais. Além disso, o acesso dos historiadores às fontes é, se não condicionado, pelo menos mediado pelas práticas editoriais das instituições de guarda de documentos, que constituem, então, uma das formas como os pesquisadores se aproximam da documentação.

Assim, a discussão que permeia a dissertação é a produção editorial dos arquivos, ou seja, como essas instituições trazem seus acervos para os livros e, assim, realizam um trabalho historiográfico-editorial de seleção, crítica e edição sobre esses acervos. Dessa forma, ressaltam ou silenciam elementos do passado – indivíduos, acontecimentos, períodos históricos, documentos – e deixam de ser instituições de guarda de documentos para se tornarem também lugares de edição e de produção historiográfica. O estudo se define, então, na confluência de questões historiográficas com as funções dos arquivos, sobretudo o que hoje se considera difusão e acesso aos documentos.

Fazemos essas reflexões a partir do estudo da série chamada, inicialmente, de Publicações do Arquivo Público do Império, que deu início ao programa editorial do Arquivo em 1886, na administração do diretor Joaquim Portela, que ocupou o cargo por vinte e cinco anos. O objetivo geral da pesquisa foi compreender a produção editorial do Arquivo até 1922

---

<sup>8</sup> Regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838. Dá instruções sobre o Arquivo Público provisoriamente estabelecido na Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Mandado executar pelo decreto n. 2, de 2 de janeiro de 1838.

por meio da análise dos vinte primeiros títulos da série lançados nesse período. Como a produção editorial dialogava com as prioridades da instituição e da historiografia da época? Analisamos, então, o projeto da série, os títulos publicados, que documentos foram selecionados, como eles eram trabalhados e, na medida do possível, como se dava a distribuição e circulação dessas obras entre pessoas e instituições nacionais e estrangeiras.

O recorte cronológico remete a dois momentos importantes para a produção editorial do Arquivo: em 1886, o lançamento do volume I das Publicações, o *Catálogo das cartas régias*, e, em 1922, a reedição desse catálogo e a publicação da obra comemorativa do centenário da Independência intitulada *O ano de 1822*. Também naquele ano foi exonerado o diretor Luís Gastão d'Escragnolle Doria, que, como tentamos demonstrar, empreendeu mudanças gráfico-editoriais significativas na série. Além disso, no ano seguinte, o Arquivo receberia outro regulamento e sua produção editorial seria criticada pelo diretor que sucedeu Escragnolle Doria, inaugurando-se um novo momento.

As Publicações do Arquivo Nacional ainda não foram estudadas e a própria instituição foi objeto de poucas investigações até agora. O estudo mais aprofundado que conhecemos é o de Célia Costa, que analisou o Arquivo Nacional até 1860, além da dissertação de Tônia Wolff.<sup>9</sup> Além desse trabalho, um volume da própria série lançado nos anos 1930 publicou uma história institucional do órgão durante o Império, escrita por um de seus funcionários mais antigos, Pandiá Castelo Branco. Um artigo de Silvia Estevão e Vitor da Fonseca tratou, por sua vez, da influência francesa no arquivo nacional brasileiro, e um relatório de José Honório Rodrigues traçou um panorama do Arquivo no momento em que assumiu sua direção nos anos 1950, trazendo informações importantes sobre a história institucional.<sup>10</sup> Existem ainda alguns trabalhos de caráter mais comemorativo elaborados pelo órgão, como a *Memória histórica*,<sup>11</sup> que celebra os setenta anos do Arquivo, e *O Arquivo Nacional (1838-1938): breve notícia histórica*, do diretor Alcides Bezerra, lançado no centenário, em 1938. Estes últimos trabalhos foram utilizados como indicadores de datas e acontecimentos, mais do que como

---

<sup>9</sup> COSTA, Célia. *Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997; WOLFF, Tônia C. B. *Arquivo Nacional: em busca de uma memória institucional (1838-1911)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

<sup>10</sup> CASTELO BRANCO, Pandiá H. T. *Subsídios para a história do Arquivo Nacional no seu primeiro centenário*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1935. (Publicações do Arquivo Nacional, v. 37). Foi previsto um segundo volume sobre o Arquivo no período republicano, mas a ideia não foi levada adiante; FONSECA, Vitor Manoel M. da; ESTEVÃO, Silvia N. de M. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. *Acervo* – Revista do Arquivo Nacional, v. 23, n. 1, p. 81-108, 2010; RODRIGUES, op. cit.

<sup>11</sup> ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Memória histórica, 1908*. Rio de Janeiro: Oficina Tipográfica do Arquivo Público Nacional, 1908. (Publicações Avulsas, 8); CAVALCANTI, João Alcides Bezerra. *O Arquivo Nacional (1838-1938): breve notícia histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1938. (Publicações Avulsas, n. 63).



ponto de partida para considerações aprofundadas sobre o Arquivo Nacional, em razão de seu caráter marcadamente institucional e comemorativo.

No entanto, nenhum desses trabalhos dedicou-se à produção editorial, e não conhecemos estudos brasileiros sobre a edição em instituições arquivísticas. É fundamental, portanto, tentar compreender o funcionamento dessas instituições, já que elas mobilizaram verbas públicas, abrigaram personagens importantes da política e da intelectualidade, e representam a manifestação do poder do Estado e, portanto, possuem uma dimensão oficial, além de sua óbvia importância para a historiografia. Como disse certa vez Escragnolle Doria, o Arquivo Nacional é “a casa oficial da história pátria”, e uma das formas como essas instituições se colocam diante da sociedade e do Estado, transmitindo diferentes visões sobre sua função, sobre os documentos e a história, é exatamente a produção editorial. Afinal, editar é selecionar e descartar, e este processo é permeado de influências as mais diversas, como qualquer prática social.

A partir dessas considerações, organizamos a dissertação em três capítulos. No Capítulo 1, “A produção editorial do Arquivo Nacional: primeiros movimentos”, nos aproximamos das práticas editoriais das instituições patrimoniais, sobretudo dos arquivos, voltando um pouco ao seu passado, discutindo possíveis critérios de edição e analisando exemplos de publicações, para entender o campo de possibilidades do Arquivo ao lançar sua série. Em seguida, trazemos a história do Arquivo Nacional até os anos de 1870, antes da administração de Machado Portela, ressaltando o lugar da instituição entre a administração e a história, as disputas institucionais que marcaram esse período e a reforma de 1860, cujo regulamento previu pela primeira vez a edição de publicações. E, por último, apresentamos Machado Portela e sua administração, marcada por um grande investimento na organização dos documentos, pela elaboração do plano de classificação do acervo e por certa abertura da instituição para a sociedade, representada, entre outras iniciativas, pelo lançamento das Publicações do Arquivo Nacional. Buscamos ainda conhecer a visão de Machado Portela sobre a produção editorial de um arquivo e como ela deveria ser conduzida, analisando seus relatórios e prefácios.

O Capítulo 2, “O Arquivo Nacional na Primeira República: permanências e mudanças”, trata da trajetória da instituição no regime republicano, o que foi necessário em razão da quase ausência de estudos que alcançassem esse período. Sem essa aproximação não seria possível discutir a produção editorial do Arquivo até os anos de 1920. Houve mudança de sede, novo regulamento, instalação de uma tipografia e de um gabinete fotográfico, cinco

diretores, entre eles Escragnolle Doria, e a participação nas discussões sobre a criação de um museu histórico nacional nas proximidades do centenário da Independência do Brasil.

No Capítulo 3, “A série Publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)”, analisamos os vinte volumes editados nesse intervalo, separados nas quatro categorias que identificamos – catálogos, publicações de documentos, miscelâneas e almanaque – do ponto de vista da documentação selecionada e da forma de organização das obras. Em seguida, nos dedicamos ao projeto editorial da série, discutindo, entre outros elementos, os títulos, epígrafes, prefácios e apresentações, periodicidade e aspectos gráfico-visuais, além das publicações avulsas lançadas no período. E para terminar, a partir de vestígios nos livros e de documentos, tentamos traçar um panorama da editoração no Arquivo Nacional, pessoas e funções, e da distribuição e circulação dos volumes da série.

Foi analisada, principalmente, a documentação da série Divulgação do fundo Arquivo Nacional, que reúne, de forma fragmentada, documentos relacionados a produção editorial, publicações, distribuição e imprensa. Consultamos também os relatórios gerais, ministeriais, da Seção Histórica e das oficinas gráficas no período de 1873, posse do diretor Machado Portela, até 1922. Esperamos ter conseguido esboçar mais algumas páginas da história do Arquivo Nacional, identificar em que consistiu a sua produção editorial naqueles anos e como ela se insere entre as publicações das outras instituições patrimoniais, nos aproximando um pouco mais de certa tradição editorial de arquivos, bibliotecas e museus, e de sua contribuição para a historiografia.

# **1 A produção editorial do Arquivo Nacional: primeiros movimentos**

## **1.1 Arquivos e edição, uma longa trajetória**

A produção editorial tem sido uma das principais formas de organização, difusão e divulgação do acervo e do trabalho das instituições arquivísticas, e a edição de livros, revistas, inventários, catálogos e guias possui um papel essencial para o próprio cumprimento de sua missão institucional. A produção editorial nos arquivos encontra-se, portanto, intimamente relacionada às possibilidades de acesso aos documentos, mas também a representações sobre o papel dos impressos para a produção e reprodução do trabalho dos arquivos e para a historiografia. Essa dupla dimensão das publicações nos arquivos – instrumental e histórico-cultural – faz de sua produção um campo diferenciado, embora ainda pouco estudado.

A série Publicações do Arquivo Nacional insere-se numa tradição de produção editorial que tem sido, há tempos, uma das atividades fundamentais das instituições de custódia de documentos. Apesar das diferenças que os separam, os arquivos públicos possuem hoje algumas atribuições comuns e que podem ser reunidas em três áreas: o suporte à administração pública; a preservação da memória e da história local ou nacional; e a prestação de serviços aos cidadãos, em geral relacionada à comprovação de direitos. A “Declaração universal sobre os arquivos”, aprovada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2010, expressa essas dimensões das instituições arquivísticas:

Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> ICA (International Council on Archives). Declaração universal sobre os arquivos. 2010. Aprovada na assembleia geral do Conselho Internacional de Arquivos realizada em 17 de setembro de 2010, durante a 42ª CITRA, em Oslo. Disponível em: <<http://www.ica.org/download.php?id=2426>>. Acesso em: 27 maio 2013.

No Brasil, a reunião e difusão de acervos referentes ao período do regime militar, por meio do projeto Memórias Reveladas (Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil), a Lei de Acesso à Informação e os trabalhos da Comissão da Verdade têm atraído a atenção da sociedade para as instituições arquivísticas, contribuindo para que se reforce a necessidade de garantir o acesso público aos documentos, “com vistas a uma política de reconstituição da memória nacional do período da ditadura militar”.<sup>2</sup> Tem-se, então, um movimento importante não apenas na sua dimensão político-social, mas também uma ampliação do protagonismo dos arquivos, com sua presença crescente na imprensa e nos debates travados sobre o acesso aos documentos.

No entanto, esta configuração atual das instituições arquivísticas pode ser considerada recente – embora a preocupação com a preservação dos documentos acompanhe o homem há bastante tempo. O marco mais importante na história dos arquivos foi a Revolução Francesa, cujos desdobramentos políticos e sociais contribuíram para mudanças significativas na organização e nas prioridades dessas instituições.<sup>3</sup> Em primeiro lugar, a legislação revolucionária estabeleceu na França uma administração de arquivos públicos de abrangência nacional. Fundados em 1789 como repartição dos arquivos parlamentares da Assembleia Nacional, os *Archives nationales* tornaram-se o estabelecimento central de arquivos daquele país em 1794, ao qual ficaram subordinados os arquivos provinciais. Em segundo lugar, o Estado tornou-se responsável pela preservação da herança documental do passado. No início da Revolução, inúmeros documentos históricos haviam sido destruídos por representarem, do ponto de vista dos revolucionários, o passado feudal que se pretendia apagar. O ministro Garat<sup>4</sup> fez a seguinte recomendação ao arquivista de Lille: “Todos os velhos documentos de escrita gótica são, aí, presumivelmente, como em todos os lugares, simples títulos legais do feudalismo, de sujeição dos fracos pelos fortes.”<sup>5</sup> E poderiam, portanto, ser eliminados – uma visão que se modificaria aos poucos, ampliando-se a compreensão sobre o valor histórico dos documentos. Em terceiro lugar, houve a abertura legal dos arquivos e foi previsto seu uso pelo público, deixando o acesso de ser

---

<sup>2</sup> CENTRO de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas. Apresentação. 2009. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1&sid=2>>. Acesso em: 28 maio 2013.

<sup>3</sup> POSNER, Ernst. *Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959. (Publicações Técnicas, 4).

<sup>4</sup> Ministro da Justiça francês (1792-1793) e ministro do Interior (1793).

<sup>5</sup> RICHOU, G. C. M *apud* POSNER, 1959, p. 8-9. A obra citada de Richou é o *Traité théorique et pratique des archives publiques* (Paris, 1883).

um favor ou privilégio, para tornar-se um direito.<sup>6</sup> Essas diretrizes originadas na Revolução Francesa seriam difundidas na maioria dos países europeus e mantidas durante os séculos dezanove e vinte, inspirando também alguns recém-criados Estados latino-americanos na formação dos seus arquivos nacionais.

De acordo com Posner, um outro impulso, indiretamente relacionado à Revolução Francesa, teria levado a uma mudança de perfil e a uma abertura crescente dos arquivos: a ascensão dos nacionalismos. Entre os séculos dezoito e dezanove, formaram-se ou se consolidaram os Estados nacionais na Europa e o sentimento de coesão e pertencimento necessário a esse processo não residia apenas na delimitação geográfica dos territórios e na sua unificação política, mas também no fomento a iniciativas de valorização da memória de cada país e na escrita das histórias nacionais. Houve nesse momento o crescimento dos museus, de modo que a passagem do século dezanove para o vinte ficou conhecida como “a era dos museus públicos e nacionais”,<sup>7</sup> uma tendência relacionada às tentativas de consolidação das nacionalidades.

O crescimento e difusão da imprensa no século dezanove parece ter intensificado o processo que Le Goff denominou “a longa agonia da arte da memória”, iniciado entre os séculos dezesseis e dezessete, em razão da impossibilidade de se apreender a memória coletiva, que se tornara grande demais. Os dicionários e enciclopédias, que se multiplicariam no século dezoito, podem ser vistos, assim, como uma forma elaborada de memória exterior.<sup>8</sup> As casas editoriais, por sua vez, foram fundamentais para a ampliação do sentimento nacional, estabelecendo proximidades entre pessoas e localidades, afinal, “é por meio do material impresso que a nação se converte numa comunidade sólida, recorrendo constantemente a uma história pré-selecionada”.<sup>9</sup> E essa história tem como um de seus principais lugares de realização os arquivos nacionais.<sup>10</sup>

A comemoração de datas nacionais é outro momento importante não apenas para a historiografia, mas, sobretudo, para as relações políticas e sociais que se pretende romper ou manter – “a maré da comemoração é, sobretudo, apanágio dos conservadores e ainda mais dos nacionalistas, para quem a memória é um objeto e um instrumento de

---

<sup>6</sup> POSNER, op. cit., p. 13.

<sup>7</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2012, p. 455.

<sup>8</sup> Ibid., p. 438, citando Yates, *The art of memory* (1966).

<sup>9</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>10</sup> NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993; HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006; LE GOFF, op. cit.

governo”.<sup>11</sup> De acordo com Quinault, as celebrações do centenário de acontecimentos, nascimento e morte de pessoas ilustres eram raras antes de 1800 e incomuns até a metade do século dezenove, mas a partir de então se intensificaram no Ocidente – e “foram um barômetro da consideração contemporânea e refletiam atitudes do povo e das elites para com o passado e o presente.”<sup>12</sup> Esse aumento remete, ainda, ao crescente uso de calendários, almanaques e diários, estimulado, por sua vez, pela difusão da imprensa – e, acrescentamos, da alfabetização –, afinal esses materiais indicavam as datas mais importantes para a comunidade ou país.<sup>13</sup> A Revolução Francesa foi o ponto de partida do crescimento dessas práticas de celebração, pois as datas mais importantes do calendário revolucionário eram celebradas em festas nacionais.<sup>14</sup> Durante o século dezenove intensificou-se, ainda, o uso de medalhas, selos de correio, suvenires e monumentos comemorativos.

Esses recursos foram utilizados pelo Arquivo Nacional, que, em julho de 1924 – após o período de nosso estudo –, inaugurou uma pequena exposição para marcar o centenário da Confederação do Equador, reunindo documentos e fotografias do acervo. Na ocasião, foram distribuídos aos visitantes “postais ilustrados com retratos e fac-símiles de assinatura de Frei Caneca, Paes de Andrade, Natividade Saldanha, Felix Antônio Alencar Araripe e uma separata das Publicações do Arquivo referente à Confederação do Equador”.<sup>15</sup> Os preparativos para a Exposição Internacional do Centenário da Independência também mostram essa intenção de valorizar a data mais importante da história nacional e os seus usos políticos, afinal, o ano de 1922 foi marcado no Brasil por disputas políticas e levantes militares, e o governo de Epitácio Pessoa se dedicou intensamente à realização da grande Exposição Internacional. “Cada momento presente e cada crise ou mudança na sociedade permitem que se construa uma nova tradição, definindo que eventos e pessoas devem ser lembrados e quais devem passar ao esquecimento.”<sup>16</sup>

---

<sup>11</sup> Ibid., p. 444.

<sup>12</sup> QUINAULT, Roland. The cult of the centenary, c. 1784-1914. *Historical Research*, vol. 71, no. 176, p. 303-323, oct. 1998. No original: “Centenary celebrations were a barometer of contemporary esteem and reflected popular and elite attitudes to both the past and the present.” Tradução nossa.

<sup>13</sup> Ibid., p. 306.

<sup>14</sup> LE GOFF, op. cit., p. 442.

<sup>15</sup> “Confederação do Equador”. *Jornal do Brasil*, 1º jul. 1924, p. 6.

<sup>16</sup> OLIVEIRA, Lúcia L. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989, p. 175.

### 1.1.1 Publicação de documentos históricos e a opção pelas séries editoriais

É estreita a relação entre os centenários, a historiografia e a publicação de estudos históricos: “Eles ocasionaram publicações que frequentemente tiveram uma influência importante no estudo dos assuntos em questão e inclusive atuaram como catalisadoras para pesquisa histórica futura.”<sup>17</sup> A comemoração de centenários estimularia ainda a edição de volumes das Publicações do Arquivo Nacional dedicados a acontecimentos históricos considerados importantes como precursores de um sentimento republicano, como a Confederação do Equador e a Revolução Farroupilha, e a datas relacionadas à história institucional, como a criação do Arquivo.<sup>18</sup> Algumas das exposições realizadas em suas instalações, nas quais eram exibidos alguns de seus livros, tiveram como ponto de partida datas nacionais relacionadas a acontecimentos e homens ilustres. Esses acontecimentos seriam vistos, em retrospectiva, como passos necessários em direção à Independência do país e seus antecedentes diretos, numa linha de continuidade, mais que de ruptura. Como indica Lúcia Lippi Oliveira, ao analisar a obra de Rodrigo Otávio, *As festas nacionais* (1893), alguns acontecimentos seriam “lembrados para ressaltar o caráter republicano e o espírito do governo que a nação desejava e pelo qual havia sido derramado o sangue generoso dos patriotas”.<sup>19</sup> Entre esses acontecimentos estavam, no período colonial, a expulsão dos holandeses (século dezessete), movimentos emancipacionistas como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817), e, após o sete de setembro, a Confederação do Equador (1824), assim como as figuras que mais se destacaram nesses movimentos.

Assim como os museus, bibliotecas e institutos históricos, os arquivos foram fundamentais nas comemorações de datas nacionais, na edição de documentos e estudos históricos e como ponto de partida da pesquisa histórica durante o século dezenove. Foi também nesse período que se ampliou a importância da arquivística, diplomática e paleografia como disciplinas auxiliares da história e se criaram escolas destinadas a formar especialistas para o estudo dos documentos, como a *École des Chartes* em Paris, em 1821, e a *Scuola di Paleografia e Diplomatica* em Florença, em 1857. Houve, ainda,

<sup>17</sup> QUINAULT, art. cit., p. 323. No original: “They occasioned publications which often had an important influence on the study of the subjects in question and also acted as catalysts for further historical research.” Tradução nossa.

<sup>18</sup> Respectivamente, volumes XXII a XXV, XXIX a XXXII, e XXXV das Publicações.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, art. cit., p. 182.

uma mudança gradual no perfil dos arquivos europeus e dos seus profissionais, tornando-se preponderantes no início do dezenove os eruditos, e não os profissionais preparados para trabalhos de redação e registro oficial – essas instituições foram se tornando mais “científicas” e reduzindo “seu caráter de repartições do governo”.<sup>20</sup> Essa mudança levou os arquivos a serem conduzidos pelos parâmetros das coleções de manuscritos das bibliotecas e a priorizarem, assim, “as necessidades da investigação erudita e do trabalho de pesquisa [...]. Isso mostra até onde os pontos de vista históricos e até mesmo antiquários estavam prevalecendo entre os arquivistas”.<sup>21</sup> O atual princípio do respeito aos fundos – a ideia de que os documentos devem ser preservados de acordo com a estrutura de seus órgãos de origem – foi formulado por Natalis de Wailly, chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais franceses, em 1841, e consolidado, a partir de 1898, com a publicação do *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, preparado pela Associação dos Arquivistas Holandeses. A obra de S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin<sup>22</sup> reuniu conceitos até então dispersos e seria o manual mais influente da área até meados do século vinte.<sup>23</sup> A proposta naquele momento era restabelecer as relações originais dos documentos, “mostrando, assim, o funcionamento de repartições extintas, ao mesmo tempo em que tornava possível a investigação de sua história [...]”.<sup>24</sup>

Esse sentido moderno de documento como testemunho histórico se fortaleceu no mesmo período. “O documento que, para a escola positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica.”<sup>25</sup> Para Le Goff, Coulanges é representativo desse momento da historiografia, pois dizia que a única habilidade do historiador “consiste em tirar dos *documentos* tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos.”<sup>26</sup> Essa importância crescente dos documentos levou à valorização dos arquivos como lugares

---

<sup>20</sup> POSNER, op. cit.

<sup>21</sup> Ibid., p. 16.

<sup>22</sup> O Arquivo Nacional publicou a tradução para o português deste manual em 1960, na série Publicações Técnicas. Em 1973, como a tiragem havia se esgotado, foi lançada uma segunda edição. Publicado originalmente em 1898; segunda edição holandesa, 1920; tradução inglesa, *Manual for the arrangement and description of archives*, Nova York, 1940.

<sup>23</sup> POSNER, op. cit., p. 16.

<sup>24</sup> Ibid., p. 18.

<sup>25</sup> LE GOFF, op. cit., p. 511.

<sup>26</sup> COULANGES, Fustel, *apud* LE GOFF, op. cit., p. 511.



de preservação da memória e mananciais de fontes para a escrita da história, estimulando também a publicação de documentos. “A publicação de fontes documentais, a fim de torná-las acessíveis para a história do país, e escrever essa história através dos materiais recentemente descobertos tornaram-se os objetivos de um vigoroso e entusiástico movimento na historiografia.”<sup>27</sup>

Tanto a publicação de documentos como a edição de catálogos tiveram como formato predominante as séries editoriais, que haviam se tornado durante o século dezenove um recurso cada vez mais utilizado pelos editores comerciais. Esse crescimento das séries editoriais, associado à ampliação do público leitor – mulheres, crianças, pessoas comuns – e à necessidade de aproximar um conjunto de textos de um conjunto de leitores, fez dessas coleções uma “segunda revolução do livro”,<sup>28</sup> e foi, a nosso ver, um recurso incorporado também pelas instituições patrimoniais. As séries editoriais – produção em que o editor possui importância ainda mais preponderante – podem ser vistas ainda como uma forma e um lugar de construção de memória, resultado da intenção de se compor uma totalidade a partir da seleção de determinados documentos ou conjuntos documentais. Um exemplo disso foram as grandes coleções de documentos publicadas por institutos históricos, bibliotecas e arquivos, como os *Monumenta Germaniae historica*, que a partir de 1826 trouxeram a público uma série de textos e documentos da história alemã.<sup>29</sup> Outras iniciativas nesse sentido nos séculos dezoito e dezenove foram os *Diplomata, chartae, epistolae, leges aliaque instrumenta ad res Gallo-Francicas spectantia...* (Paris, 1791), *Collection de documents inédits sur l’histoire de France* (Paris, 1835), *Monumenta historiae patriae* (Turim, a partir de 1836), *Documenti di storia italiana* (1867) e a *Portugaliae monumenta historica* (Lisboa, 1810).

---

<sup>27</sup> POSNER, op. cit., p. 14.

<sup>28</sup> OLIVERO, Isabelle. *L’Invention de la collection: de la diffusion de la littérature et des savoirs à la formation du citoyen au XIXe siècle*. Paris: Éditions de l’IMEC, 1999, p. 9-10.

<sup>29</sup> LE GOFF, op. cit., p. 512. A MGH foi fundada como uma sociedade particular para publicação de estudos históricos, cujo plano original era ampliar o acesso às obras de historiadores da Idade Média, consideradas parte da herança cultural nacional. A coleção continua sendo publicada e tem como epígrafe “Sanctus amor patriae dat animum” (algo como “O santo dá o seu amor pela pátria”, tradução nossa), e a sociedade foi incorporada pelo Estado alemão em 1935, passando a se chamar Instituto Nacional para História Alemã Antiga.

### 1.1.2 Por que publicar, publicar para quê: alguns condicionamentos da produção editorial dos arquivos

Em meio a uma quantidade enorme de manuscritos e impressos, os arquivos e outras instituições patrimoniais selecionam determinados documentos ou conjuntos como ponto de partida de projetos editoriais, que podem dar origem a coleções de documentos, como as mencionadas, ou a publicações como catálogos, inventários e estudos históricos. No entanto, dificilmente se pode apontar uma motivação ou critério geral nem para a decisão de editar, nem para o tipo de obra que será produzida a partir dos documentos, uma reflexão que nos levou a considerar alguns possíveis condicionamentos dessa produção editorial, tendo como referência principal o Arquivo Nacional brasileiro entre os anos 1880 e 1920. Entre esses condicionamentos, percebemos como fundamentais a “importância histórica”, as efemérides nacionais, a relevância jurídica, o estado de tratamento técnico e a necessidade de preservação. É claro que a “importância histórica” encontra-se sempre em construção e disputa, mas existem prioridades historiográficas e políticas comuns a determinados períodos, lugares e grupos sociais. No Brasil pós-Independência, como mencionamos, alguns movimentos foram considerados essenciais para a formação nacional e a conformação da identidade brasileira, como a própria Independência do país, e, após o período abrangido por este estudo, a Confederação do Equador e a Revolução Farroupilha, e seriam tema de volumes da série Publicações do Arquivo Nacional: *O ano de 1822* (v. XX, 1922), *Confederação do Equador* (v. XXII a XXVI, publicados entre 1924 e 1930) e *República rio-grandense: Farrapos, rebelião do Rio Grande do Sul 1835-1845* (v. XXX-XXXII, 1934-1937). Essas obras, não por acaso, foram lançadas nas proximidades dos centenários de eclosão desses movimentos.

O interesse em trazer a público um rol de documentos que definissem e valorizassem o Brasil – em outros termos, a preocupação com a nacionalidade brasileira – foi, tanto no Império como na Primeira República, outra diretriz importante da produção editorial dos arquivos e bibliotecas. Ramiz Galvão, diretor da Biblioteca Nacional, ressaltou isso no primeiro volume dos *Anais* da instituição, lançados em 1876: “Trabalho sem precedentes no país, e dedicado à publicação de nossas riquezas

literárias, que até agora viveram sepultadas no esquecimento e ignoradas, já não se diz do mundo d'além mar, mas ainda dos próprios nacionais.”<sup>30</sup>

A comemoração das efemérides nacionais suscita releituras dos acontecimentos históricos, ao trazê-los de volta à lembrança, representa oportunidade de realização de projetos, com a obtenção de financiamentos e outros incentivos particulares e oficiais, contribuindo, também, para a decisão dos arquivos de publicar certos documentos ou catálogos, ou de elaborar estudos históricos sobre certos temas, influenciando não apenas as instituições arquivísticas, como a própria historiografia. Melhor seria dizer que se trata de uma troca, e não de uma influência do calendário nacional na produção editorial dos arquivos, afinal, eles também contribuem para a realização das comemorações, subsidiando iniciativas cívicas, oficiais ou não, por meio da edição de livros e revistas, e da oferta de documentos para exposição ao público. Em alguns momentos, aproveita-se a ocasião, por um lado, para acelerar a organização de conjuntos documentais e, por outro, para divulgar as instituições editoras e a sua importância para a história nacional. Isso foi mencionado, por exemplo, no volume inaugural da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, de 1896, em cuja apresentação o diretor diz que a “publicidade” “alarga e vivifica o efeito benéfico da instituição à medida por que ela se dilata por todos os círculos sociais”.<sup>31</sup>

A necessidade de preservação, em razão do estado de conservação, pode levar, igualmente, os arquivos a decidirem publicar a transcrição ou reprodução de certos documentos, reduzindo seu manuseio. A edição representa, assim, uma possibilidade de superar a condição material dos documentos – uma “operação de conservação”<sup>32</sup> realizada pela impressão e um procedimento ressaltado pelas próprias instituições arquivísticas. O regulamento do Arquivo Nacional de 1911, por exemplo, menciona a “restauração por cópia” e determina que os documentos “que estiverem ilegíveis ou danificados serão restaurados por meio de traslados fiéis.”<sup>33</sup> Esse procedimento técnico do trabalho com os documentos pode ter seu significado ampliado para a produção

---

<sup>30</sup> GALVÃO, Benjamin F. R. Advertência preliminar. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 1, 1876-1877. Rio de Janeiro: Tipografia G. Leuzinger & Filhos, 1876, p. VII-VIII.

<sup>31</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. Palavras preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 1. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1896, p. II.

<sup>32</sup> CHARTIER, op. cit., p. 41. Chartier menciona uma “operação de conservação” dos textos lidos pela escrita, mas aqui a estendemos à impressão.

<sup>33</sup> O regulamento exigia dos funcionários: “Chamar a atenção do seu chefe para os documentos que encontrarem precisando de precauções especiais para sua conservação ou necessitando de restauração por cópia.” Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Essa determinação também consta do regulamento anterior, de 1893.

editorial, que contribui, simultaneamente, para a conservação e circulação dos documentos.

O estado de tratamento dos conjuntos documentais é outro elemento importante nesse sentido, pois não se pode elaborar, por exemplo, um catálogo referente a uma documentação que ainda não se encontra organizada. Seria possível, no entanto, selecionar alguns papéis e publicar sua transcrição ou fac-símile. Além disso, um critério importante é a relevância jurídica dos documentos, em razão do caráter oficial de parte dos papéis sob a custódia dos arquivos públicos, cujo valor pode se manter até hoje. Em 1914, o Arquivo Nacional publicou o *Índice alfabético das sesmarias*,<sup>34</sup> e os registros de terras são um exemplo dessa longevidade do valor legal de determinados documentos. É pouco provável que esses critérios sejam, isoladamente, determinantes para as escolhas editoriais, o mais razoável parece ser considerar essas decisões como resultado de sua sobreposição, sem esquecer dos interesses pessoais e intelectuais dos responsáveis pela condução dos programas editoriais.

Podemos apontar pelo menos três grandes vertentes da produção editorial das instituições patrimoniais: instrumentos de pesquisa (como os catálogos), publicações de documentos e estudos históricos. Em cada uma delas, realiza-se um trabalho diferenciado com os acervos, com determinado objetivo e voltando-se para públicos e usos distintos. Catálogos e inventários, por exemplo, apresentam conjuntos documentais ou bibliográficos, ou parte deles, de forma sistematizada, tendo como intenção primordial o auxílio ao trabalho técnico e à pesquisa, ou seja, a identificação dos materiais e sua localização, estimulando e facilitando o trabalho do leitor ou pesquisador. Publicações de documentos, por outro lado, trazem uma seleção definida de papéis e sua transcrição ou reprodução com base em algum critério – autor, acontecimento histórico, tipo de documento, ou um cruzamento de diversos elementos – , divulgando esses documentos e, assim, estimulando sua utilização como fonte por historiadores e outros interessados. Com a edição de estudos históricos, as instituições patrimoniais realizam outro movimento, atuando diretamente na produção e difusão de conhecimento historiográfico. Obviamente, essas motivações técnicas e profissionais da produção editorial não devem nos deixar esquecer da sua relevância para a divulgação e legitimação de pessoas e instituições, e, ainda, como lugar de expressão de prioridades políticas e historiográficas, e de disputas intelectuais e institucionais.

---

<sup>34</sup> AN. *Índice alfabético das sesmarias*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1914.

### 1.1.3 Publicações de outras instituições patrimoniais: um ponto de partida

Os *Archives nationales* da França, considerados o grande modelo para a organização e funcionamento do arquivo nacional brasileiro,<sup>35</sup> publicaram a partir de 1871 a série *Inventaires et documents*. De acordo com Fonseca e Estevão, das obras sobre arquivologia mais antigas da biblioteca do Arquivo Nacional, existem três que se referem ao quadro de classificação então em uso entre os franceses. “Em duas delas, consta a assinatura de Machado Portela, indicando que conhecia a organização daquela instituição e que fez uso desse modelo para a elaboração do plano que propôs para adoção no Brasil.”<sup>36</sup> Essas obras eram justamente exemplares dos *Inventaires et documents*, o que sugere uma possível inspiração não somente para a elaboração do plano de classificação do Arquivo Público, como mencionado, mas também para o projeto das Publicações.<sup>37</sup>

No período anterior a 1886, foram editados nessa série o *Inventaire sommaire et tableau methodique des fonds conservés aux Archives nationales. Première partie – Régime antérieur a 1789*, o *Inventaire sommaire et tableau methodique des fonds conservés aux Archives nationales. Première partie – Table alphabétique* e o *Inventaire des arrêts du conseil d'Etat (règne de Henri IV)* (Paris, Imprimerie Nationale, respectivamente 1871, 1875 e 1886). A primeira delas era um inventário sumário dos *Archives nationales*, que continha, além de um prefácio, a forma de organização do inventário, breves textos sobre cada unidade, como, por exemplo, sobre o *Trésor des chartes* e sobre os *Monuments historiques*,<sup>38</sup> e a segunda, o índice do inventário publicado anos antes. Quanto ao *Inventaire des arrêts du conseil d'Etat*, é uma obra diferente das outras duas, pois antes do inventário das decisões do Conselho de Estado encontra-se um longo estudo histórico de quase cento e cinquenta páginas sobre esse órgão, elaborado por um funcionário. O arquivo nacional francês, portanto, nesses dois exemplos distintos que selecionamos, abriu lugar em suas publicações para textos, fossem breves ou mais densos, sobre a documentação e os órgãos que pretendiam divulgar.

<sup>35</sup> FONSECA; ESTEVÃO, art. cit.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 92.

<sup>37</sup> A pesquisa foi realizada no catálogo *on-line* da Biblioteca Nacional da França (BnF) por “*Archives nationales (France)*”, obras impressas até 1923, e a consulta às edições, na Gallica – Bibliothèque numérique da BnF.

<sup>38</sup> *Inventaire sommaire et tableau methodique des fonds conservés aux Archives nationales. Première partie – Régime antérieur a 1789*. Paris: Imprimerie Nationale, 1871, p. 3; 26.

Além da experiência francesa, parece difícil acreditar que o projeto editorial iniciado no Arquivo Nacional por Machado Portela, em 1886, não tenha se inspirado (ou se contraposto) a uma tradição editorial de cerca de cinquenta anos mantida no Brasil por outras instituições patrimoniais – afinal, toda obra é produzida “em uma ordem específica, que tem as suas regras, suas convenções e suas hierarquias [...] toda obra está ancorada nas práticas e nas instituições do mundo social”.<sup>39</sup> Entre as séries e revistas editadas por essas instituições, ou seja, considerando somente as publicações periódicas, encontravam-se a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, os *Arquivos do Museu Nacional* e os *Anais da Biblioteca Nacional*, editadas por entidades que contavam com renome e reconhecimento entre os intelectuais do Império e da parte do próprio imperador d. Pedro II. A edição dessas revistas constava dos regulamentos dessas três instituições no momento de seu lançamento e era, portanto, considerada uma de suas atribuições fundamentais – não havia sido assim no Arquivo Público do Império. Mencionamos um instituto histórico, um museu de história natural e uma biblioteca porque os arquivos públicos do país lançaram suas revistas após a publicação da série do Arquivo Nacional. A *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, hoje Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, em 1894, e a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, em 1896, aparecem como as mais antigas de acordo com nosso levantamento.

A *Revista do Instituto Histórico* foi lançada em 1839, e a produção editorial constava nos estatutos de fundação como o terceiro objetivo da instituição, criada no ano anterior: “Coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Brasil”, mencionando-se, no mesmo artigo, a atribuição de “publicar a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*”.<sup>40</sup> A publicação teria uma comissão de redação e periodicidade trimestral até 1864, reunindo-se anualmente em um volume os quatro fascículos do ano, e após essa data tornou-se semestral.<sup>41</sup> Tinha um viés historiográfico, mas, ao mesmo tempo, bastante institucional, publicando, por um lado, estudos históricos, relatórios, pareceres e transcrições de documentos, e, por outro, conteúdos relativos aos trabalhos do Instituto, como discursos, estatutos, atas das sessões, recomendações e listagem de sócios.

---

<sup>39</sup> CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994, p. 9.

<sup>40</sup> Estatutos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 1, p. 18-21, 1839.

<sup>41</sup> SCHWARCZ, Lilia M. Os institutos históricos e geográficos: “guardiões da história oficial”. In: \_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 99-140.

Essa característica, de ser institucional e científica, pode ser percebida também nos *Arquivos do Museu Nacional*, revista lançada em 1876 após a reforma da instituição, na administração de Ladislau Neto. Existia, igualmente, uma comissão de redação, designada anualmente pelo diretor, e a revista, de periodicidade trimestral, deveria dar conta “de todas as investigações e trabalhos realizados no estabelecimento, das notícias nacionais ou estrangeiras que interessarem às ciências de que se ocupa o Museu, do catálogo das coleções mais importantes, dos donativos feitos ao estabelecimento [...]”.<sup>42</sup> Constavam nos volumes informações institucionais, como os membros correspondentes, comissão de redação, quadro de pessoal e obituário, mas o elemento central da revista era a publicação de estudos de história natural, de autoria de cientistas e naturalistas, acompanhados de referências às coleções do Museu Nacional e de estampas, produzidas na litografia do próprio museu a partir de 1879.<sup>43</sup>

Lançados em 1876 na administração do diretor Ramiz Galvão, os *Anais da Biblioteca Nacional* deveriam ser uma “revista periódica onde deverão ser publicados os manuscritos interessantes da Biblioteca, e trabalhos bibliográficos de merecimento”. Assim como no Museu Nacional, foi o regulamento que reformou a Biblioteca em 1876 que determinou a publicação dos *Anais*, além de outra iniciativa editorial: a edição de um catálogo das obras nacionais sob a guarda da BN “sob o título de *Dicionário bibliográfico brasileiro*”.<sup>44</sup> A Biblioteca possuiu sua própria oficina tipográfica, cujos trabalhos foram inaugurados em 1902 e que imprimiu 27 volumes dos *Anais*, até 1928. A página de rosto trazia uma epígrafe em latim – assim como nas outras revistas mencionadas –, retirada da obra *Philobiblon*, de Richar de Bury.<sup>45</sup> O objetivo era publicar anualmente

[...] os nossos inéditos mais preciosos, notícia assim dos livros raros e altamente estimáveis que povoam as nossas estantes, como das peças mais curiosas que compõem nosso gabinete de estampas, trabalhos biobibliográficos sobre os mais célebres escritores e amadores nacionais – enfim, tudo que interesse não só

<sup>42</sup> Decreto n. 6.116, de 9 de fevereiro de 1876, artigo 19. Reorganiza o Museu Nacional.

<sup>43</sup> AGOSTINHO, Michele. A revista *Arquivos* e a Biblioteca do Museu Nacional: espaços de conservação e circulação das ciências naturais no Brasil imperial. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, v. 26, n. 1, p. 81-92. Sobre a revista do Museu, ver, da mesma autora, *O Museu em Revista: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional (1876-1887)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

<sup>44</sup> Regulamento da Biblioteca Nacional. Decreto n. 6.141, de 4 de março de 1876, artigos 4º e 6º.

<sup>45</sup> Richard de Bury (1287-1345), bispo de Durham e chanceler da Inglaterra. *Philobiblon*: um interessante tratado sobre o amor aos livros. Tradução, apresentação e glossário de Marcello Rollemberg. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

à bibliografia em geral, mas ainda, e em particular, à bibliografia brasileira, que até hoje ainda não teve senão raros cultores e registros incompletos.<sup>46</sup>

Os *Anais da Biblioteca Nacional* publicaram estudos inéditos sobre história, literatura, bibliografia e temas relacionados, além de bibliografias, catálogos de suas coleções elaborados por funcionários e transcrições de documentos. As bibliografias, catálogos e transcrições eram introduzidos por estudos históricos ou biobibliográficos, não se restringindo à apresentação desses instrumentos de pesquisa. Assim como a *Revista do IHGB* e os *Arquivos do Museu Nacional*, os *Anais* trouxeram ilustrações desde o primeiro volume, embora cada publicação fizesse isso por um motivo diferente. Os *Anais* tinham características marcadamente de revista, inclusive com uma seção de Variedades que tratava, por exemplo, dos manuscritos interessantes da BN e dos lançamentos previstos de livreiros do Rio de Janeiro.

Quanto às publicações não periódicas, elas parecem ter sido menos comuns entre as instituições patrimoniais no país durante o século dezenove, ou pelo menos até o ano de 1886.<sup>47</sup> Não encontramos títulos avulsos editados pelo IHGB ou pelo Museu Nacional, somente pela Biblioteca Nacional, que teve publicados o *Catálogo da exposição camoniana* (Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1880), o *Guia da exposição de História do Brasil* (Tipografia da Gazeta de Notícias, 1881), o *Plano do catálogo sistemático da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* e o *Catálogo da exposição permanente dos cimélios da Biblioteca Nacional* (Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, respectivamente 1883 e 1885). O formato periódico, seja intitulado anais ou revista, foi o mais utilizado por essas três instituições no período.

As instituições públicas brasileiras também imprimiam seus relatórios e regulamentos, de forma obrigatória e definida em legislação, na maioria das vezes pelas tipografias oficiais da Corte ou das províncias. A publicação estava, portanto, entre as atribuições básicas das instituições públicas, ainda que esses impressos tratassem, em um primeiro momento, de seu próprio funcionamento, representando, simultaneamente, um registro oficial e uma prestação de contas sobre os trabalhos realizados, e contribuindo para valorizar essas entidades diante do Estado e da sociedade. O regente Pedro de Araújo Lima,<sup>48</sup> em regulamento de 1838, estabeleceu a forma como os atos

<sup>46</sup> Advertência preliminar. *Anais da Biblioteca Nacional*, ano I, v. I, 1876-1877, p. VIII.

<sup>47</sup> Fizemos um levantamento no catálogo *on-line* da Biblioteca Nacional por publicações editadas ou de autoria do IHGB, MN e BN até 1886, ano de lançamento das Publicações do Arquivo.

<sup>48</sup> Regulamento n. 1, de 1º de janeiro de 1838.



dos Poderes Legislativo e Executivo deveriam ser “numerados, impressos e distribuídos” – ou seja, a *Coleção das leis do Império do Brasil* –, demonstrando a importância do registro e difusão dessas ações por meio da publicação. Definiu-se, ainda, no artigo dez desse regulamento, que os atos dos dois poderes seriam copiados e “remetidos os originais ao Arquivo Público, logo que por eles [os oficiais-maiores de cada Secretaria de Estado] forem revistas as últimas provas de impressão”.

A produção editorial do Arquivo Nacional iniciou-se durante o Império, como a das outras instituições que mencionamos, e, assim, como elas, antes de lançar sua série, produzia e mandava imprimir seus relatórios e regulamentos. Alguns de seus diretores manifestaram décadas antes a intenção de publicar catálogos e documentos, uma iniciativa vista como fundamental e necessária para o próprio trabalho do Arquivo, e a vontade de divulgar a instituição, ampliando sua inserção e reconhecimento, e colocando-a lado a lado com o Instituto Histórico e a Biblioteca Nacional. Mas o que era exatamente o Arquivo Público do Império no período que antecedeu a administração de Joaquim Pires Machado Portela e o lançamento das Publicações, um de seus projetos mais importantes e duradouros?

## **1.2 O Arquivo Nacional até os anos de 1870: a produção editorial como horizonte**

Na primeira metade do século dezenove, tiveram lugar no Brasil diversas reformas com o objetivo de fortalecer o Estado e preservar os limites territoriais do Império, mantendo a unidade nacional e o regime monárquico. Nesse momento marcado por medidas centralizadoras, e até o final da década de 1850, aconteceram, portanto, transformações jurídicas, administrativas, de políticas públicas, e foram estabelecidas instituições voltadas para o desenvolvimento científico e cultural do país. No entanto, além da preocupação com os limites territoriais, com a delimitação geográfica, o governo imperial e certa elite letrada investiram na tentativa de criação de uma identidade nacional, por meio da reconstituição do passado e da formação de uma história e de uma memória nacionais.<sup>49</sup> Com expedições científicas, pesquisas, debates intelectuais e aquisição de documentos de interesse para o Império, pretendia-se

---

<sup>49</sup> GUIMARÃES, Manuel Luiz S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

escrever ou subsidiar a escrita da história brasileira, desenvolver a ciência e delinear a identidade nacional,<sup>50</sup> possibilitando a referência a um passado comum.

A proposta de criação do Arquivo Público do Império surgiu nesse contexto, aparecendo pela primeira vez em uma resolução de iniciativa do deputado pernambucano Pedro de Araújo Lima, futuro visconde e marquês de Olinda, votada na Assembleia Geral Constitutiva e Legislativa instalada em abril de 1823, que já mencionava a existência do órgão.<sup>51</sup> A instituição esteve novamente na Constituição de 1824 – “assinada a lei pelo imperador, referendada pelo Secretário de Estado competente, e selada com o selo do Império, se guardará o original no Arquivo Público”<sup>52</sup> –, mas o Arquivo seria estabelecido apenas em 1838, na regência do marquês de Olinda. Subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, ocupou, provisoriamente, as instalações dessa secretaria na rua da Guarda Velha (atual Treze de Maio), no centro da capital.

“Os armários e gavetas serão distribuídos por três seções, que há de ter o Arquivo”, Legislativa, Administrativa e Histórica.<sup>53</sup> Na Seção Legislativa, deviam ser arquivados os originais da Constituição de 1824, do Ato Adicional de 1834 e dos atos legislativos da Assembleia Geral Constituinte e da Assembleia Geral Legislativa; as cópias autênticas dos atos das Assembleias Provinciais, das propostas e mensagens apresentadas pelo Executivo à Assembleia Geral e das cartas imperiais de nomeação de senadores; e as atas das eleições de senadores e deputados. A Seção Administrativa devia reunir os originais de todos os atos do Poder Executivo, de alguns atos do Poder Moderador<sup>54</sup> e determinados documentos referentes aos governos provinciais, aos bens nacionais, à legislação e nomeação de cargos eclesiásticos, aos representantes diplomáticos, tratados, convenções e correspondência com nações estrangeiras. E a Seção Histórica guardaria documentos originais relativos ao imperador, príncipes e princesas imperiais, como contratos e atos de casamento, batismo e óbito; mapas e relações estatísticas enviadas pelos presidentes das províncias e sua correspondência; e mais:

---

<sup>50</sup> Ibid.

<sup>51</sup> CASTELO BRANCO, op. cit.

<sup>52</sup> Constituição política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, artigo 70.

<sup>53</sup> Regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838, artigo 3º. Dá instruções sobre o Arquivo Público provisoriamente estabelecido na Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Mandado executar pelo decreto n. 2, de 2 de janeiro de 1838.

<sup>54</sup> Os atos referentes a convocação extraordinária, prorrogação ou adiamento da Assembleia Geral, dissolução da Câmara dos Deputados, suspensão de magistrados e concessão de anistia. Constituição política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, artigo 101, parágrafos 2º, 5º, 7º e 9º.

As notícias de qualquer descoberta útil em qualquer província, de produtos de história natural, mineralogia e botânica.

As notícias de qualquer acontecimento agradável ou desastroso, proveniente de causas naturais, que houver nas províncias.

As cópias autênticas das patentes, que se concederem aos descobridores ou inventores de indústria útil, e aos que melhorarem as descobertas e invenções [...]; bem como as exposições, planos, desenhos e modelos, que os mesmos tiverem apresentado.

Os originais de todas as memórias ou planos, que se oferecerem ao governo e forem relativos à história do Império, ao aumento e progressos da sua agricultura, comércio, navegação, indústria, ciências e artes.<sup>55</sup>

Essa organização das seções permite conhecer o conceito de arquivo nacional e o tipo de acervo que o Império pretendia reunir e preservar. A estrutura do Arquivo Público do Império indicava a relevância de sua função administrativa e legal, e, por outro lado, com a Seção Histórica, a preocupação com a guarda de documentos importantes para a história nacional.<sup>56</sup> No entanto, esta Seção, por receber, simultaneamente, papéis relativos à monarquia e aos progressos do país, mostra duas vertentes que parecem contraditórias no Arquivo, de acordo com Fonseca e Estevão, “ao mesmo tempo conservador, ao se prender aos fastos da dinastia, e modernizante, ao demonstrar uma preocupação com o futuro”, diferenciando-se da *Section Historique* dos *Archives nationales*, que recebera apenas documentos e arquivos anteriores à Revolução Francesa.<sup>57</sup>

O primeiro regulamento do Arquivo, assinado pelo ministro interino do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos,<sup>58</sup> definia ainda que o oficial-maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Império seria o diretor da instituição e que os oficiais da própria secretaria trabalhariam na escrituração. Seriam expedidas certidões e pagos os emolumentos, relacionados às atribuições cartorárias do Arquivo. Mas esta situação logo terminaria, pois, em 1840, o Arquivo Público deixaria de ser uma dependência da Secretaria para se tornar um órgão vinculado.<sup>59</sup> A partir daí, quatro diretores ocuparam a chefia antes de Joaquim Pires Machado Portela, algumas vezes em longos mandatos

<sup>55</sup> Regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838.

<sup>56</sup> FONSECA; ESTEVÃO, art. cit.

<sup>57</sup> Ibid., p. 84.

<sup>58</sup> Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), conselheiro, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça (1837-39), titular interino da pasta do Império. Fundou também o Colégio Pedro II (1837).

<sup>59</sup> Pelo decreto n. 47, de 25 de abril de 1840. Revoga algumas disposições do regulamento n. 2, de janeiro de 1838.

(ver Apêndice F): Ciro Cândido Martins de Brito, por dezessete anos (1840-57), José Tomás de Oliveira Barbosa, interino (1857-60), Antônio Pereira Pinto, durante dez anos (1859-69) e Joaquim Caetano da Silva (1869-73). Com Machado Portela não seria diferente – ele foi diretor por 25 anos, tendo assumido o cargo em 1873. Anos antes, em 1840, além do diretor, Ciro de Brito, a instituição tinha quatro funcionários, sendo dois oficiais e dois amanuenses, e também um porteiro e um ajudante.<sup>60</sup> Nos breves relatórios ministeriais de 1840 a 1842 sobre o Arquivo Público, pede-se, insistentemente, o aumento dos ordenados dos empregados da repartição, “que não tem conseguido do Corpo Legislativo a animação, de que muito carece”.<sup>61</sup>

A análise dos relatórios ministeriais demonstrou a relação estreita entre o recolhimento, a organização, a elaboração de instrumentos de pesquisa e sua possível publicação. Ainda nos anos de 1840, mencionam a necessidade de serem elaborados catálogos e índices de documentos, o que foi feito pela primeira vez no relatório de 1843. Ao solicitar à Assembleia autorização para o governo nomear uma pessoa para obter na Torre do Tombo originais ou cópias de documentos que interessassem ao Império, principalmente diplomáticos e eclesiásticos, afirma-se no relatório que:

Com a aquisição destes documentos poderia o Arquivo Público organizar dois importantíssimos índices: um dos tratados, por meio do qual se facilitaria muito o estudo da nossa história diplomática, e do nosso direito internacional; outro dos decretos dos concílios, letras apostólicas etc., que muito habilitaria a conhecermos o direito canônico brasileiro, ainda tão obscuro entre nós.<sup>62</sup>

Embora seja mencionada nesse momento apenas a *organização* de índices, se a proposta era “facilitar o estudo” da história diplomática e “tornar menos obscuro” o direito canônico, a publicação seria possivelmente necessária. O horizonte da edição parecia, assim, existir já nos primeiros anos do Arquivo Público, apesar de só ter sido levado adiante nos anos de 1880. Analisamos, então, os relatórios ministeriais referentes ao Arquivo buscando considerações sobre a produção editorial – intenção e necessidade de publicar – e sobre alguns conjuntos documentais que seriam tema de volumes das Publicações.

Entre 1848 e 1853, os funcionários do Arquivo trabalharam intensamente na organização e catalogação, entre outros, de documentos provenientes do Vice-Reinado e

<sup>60</sup> Relatório ministerial de 1840, p. 7.

<sup>61</sup> Relatório ministerial de 1842, p. 5.

<sup>62</sup> Relatório ministerial de 1843, p. 5.

do Desembargo do Paço. Nesse período, foi concluída a elaboração do “catálogo das sesmarias encontradas no arquivo do antigo Vice-Reinado em número de 2.067, e deu-se começo ao das ordens régias expedidas durante o mesmo Vice-Reinado, que talvez excedam de 6.000”; “completou-se o catálogo dos [documentos] pertencentes ao extinto Tribunal do Desembargo do Paço em número de 7.244, e prossegue-se no dos que pertenciam ao antigo Vice-Reinado”, e “terminou-se o catálogo das cartas, provisões e ordens régias, desde o ano de 1662 até o de 1808”. “Fizeram-se os competentes catálogos das cartas, provisões, e ordens régias, desde a data de 1662, cujo número sobe a mais de 6.000, e tem-se dado princípio a trabalhos de idêntica natureza sobre outras séries de documentos.”<sup>63</sup> Mas apesar desse empreendimento, nos anos de 1850 ainda não se tinha concluído o trabalho de classificação dos documentos e a organização dos respectivos catálogos,<sup>64</sup> e nos relatórios se ressaltava com certa frequência que, enquanto a instituição não fosse reorganizada e não tivesse um novo regulamento,

[...] o nosso arquivo público não poderá ser mais do que é: um depósito incompleto dos documentos oficiais que as diversas repartições costumam remeter-lhe, sem meios e proporções, nem para enriquecer-se de todos os que deve possuir, *nem para confeccionar sobre tais elementos os trabalhos destinados a esclarecer e fixar os fatos e princípios da história social, política e administrativa do país.*<sup>65</sup>

Pela primeira vez nos relatórios ministeriais se menciona a intenção do Arquivo de participar da escrita da história do Brasil, mas essa escrita é apresentada como um trabalho decorrente dos “trabalhos de simples classificação e arranjo dos papéis e documentos”, e deveria ser realizada apenas após a conclusão desses trabalhos essenciais.<sup>66</sup> Essa atribuição de escrita da história não seria desempenhada nem naquele momento, nem nos primeiros anos das Publicações do Arquivo Nacional. Essa série poderia, por exemplo, ser um lugar de publicação também de estudos históricos, mas, como mostraremos, essa não seria a escolha da instituição.

<sup>63</sup> Relatórios ministeriais de 1848, p. 12; 1849, p. 4; 1852, p. 9; e 1853, p. 7.

<sup>64</sup> Relatório ministerial de 1854, p. 5.

<sup>65</sup> Relatório ministerial de 1855, p. 5. Grifo nosso.

<sup>66</sup> Id., *ibid.*

### 1.2.1 O Arquivo Nacional entre a administração e a história: atribuições e disputas institucionais

Em *Memória e administração*, Célia Costa tentou explicar “a fragilidade e a precariedade” do Arquivo Público do Império, “criado como instrumento, entre outros, capaz de viabilizar o projeto político de construção do Estado e da nação brasileiros, posto em prática por uma facção da classe dirigente, constituída por intelectuais e políticos, durante a segunda metade do século XIX”.<sup>67</sup> Para isso, recorreu às concepções de documento e de arquivo que, segundo ela, tinha esse grupo, tentando compreender a função que se atribuía ao Arquivo Público, interessado “no fortalecimento do Estado e na constituição da nacionalidade”.<sup>68</sup> Identificou, assim, um duplo papel no período de sua análise (1840-1860): preservar a memória do Estado, recolhendo a documentação dos órgãos da administração imperial, e instrumentalizá-lo em seu processo de consolidação. O aparato legal em construção deveria ser preservado no Arquivo e, em razão do espírito positivista e cientificista da época, e da valorização dos documentos, eles se tornaram fundamentais “para a construção da história nacional e para a legitimação do Estado enquanto espaço territorial definido e coeso”. Então, de acordo com Costa:

Na medida em que recolhia, preservava e fornecia as provas jurídicas necessárias à ação do Estado na delimitação do território, cujas silhuetas física e legal ainda eram fluidas, a instituição cumpria seu papel instrumental; enquanto espaço destinado a armazenar os documentos da história administrativa do país, o Arquivo poderia ser pensado como *lugar de memória* do próprio Estado, na acepção dada ao termo por Pierre Nora.<sup>69</sup>

A necessidade de defesa das fronteiras aparece com frequência na correspondência ministerial com o diretor do Arquivo, Ciro de Brito, solicitando-se, por exemplo, mapas e memórias geográficas por ordem do imperador. Além disso, a instituição recebia documentação relativa aos privilégios industriais, ou seja, patentes de invenções relacionadas, em sua maioria, à agricultura,<sup>70</sup> o que de fato ressaltava o viés

---

<sup>67</sup> COSTA, op. cit., p. 2.

<sup>68</sup> Ibid., p. 3.

<sup>69</sup> Ibid., p. 12. Grifo no original.

<sup>70</sup> Lei de 28 de agosto de 1830. Concede privilégio ao que descobrir, inventar ou melhorar uma indústria útil e um prêmio ao que introduzir uma indústria estrangeira, e regula sua concessão. O descobridor ou inventor “Depositará no Arquivo Público uma exata e fiel exposição dos meios e processos de que se

administrativo do órgão, “que seria responsável pela custódia dos documentos produzidos e, portanto, necessitava assegurar a incorruptibilidade e autenticidade dos registros da jovem nação”.<sup>71</sup> Na França, os *Archives nationales* possuíam igualmente atribuições administrativas, mas, de acordo com Costa, desempenharam também papel fundamental na reconstrução da memória e da história daquele país, já que continuaram a recolher documentos de instituições do Antigo Regime. Ao contrário, isso não teria acontecido no Brasil porque o Arquivo Público, em razão de sua fragilidade institucional, não foi capaz de garantir o recolhimento dos documentos que lhe cabiam legalmente.<sup>72</sup>

Essa dificuldade em recolher a documentação se mostra na maioria dos relatórios do Arquivo Público desde os anos de 1840 – e apareceria, mais adiante, em prefácios das Publicações do Arquivo Nacional. O diretor Ciro de Brito (1840-1857) repetia insistentemente a necessidade de uma política sistemática de recolhimento e de uma legislação que explicitasse melhor que documentos deveriam ser transferidos ao Arquivo, para não dar margem a interpretações divergentes. Essa ambiguidade fez com que o Arquivo precisasse disputar documentos com outras instituições, como a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, o IHGB e a Biblioteca Nacional. Por exemplo, embora o regulamento do Arquivo determinasse que a instituição deveria recolher determinados documentos diplomáticos e eclesiásticos, manteve-se o arquivo da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, organizado dez anos antes, em 1828, levando a uma disputa institucional pela guarda dos tratados e convenções com outras nações e documentação relacionada. Uma das consequências disso foi a retirada, do fundo Vice-Reinado, de documentos relativos a limites, que hoje se encontram no Arquivo Histórico do Itamaraty. Outro exemplo: o projeto original da Constituição do Império, apresentado à Assembleia Geral Constituinte em 1823, só foi recolhido ao Arquivo em 1850.<sup>73</sup> Essa “superposição de papéis atinentes à construção da nacionalidade”<sup>74</sup>

---

serviu, com planos, desenhos ou modelos, que os esclareça, e sem eles, se não pude ilustrar exatamente a matéria.”

<sup>71</sup> Ibid., p. 84.

<sup>72</sup> Id.

<sup>73</sup> Ofício de 21 de outubro de 1850. Correspondência recebida do Ministério do Império. Arquivo Nacional. AN 267. Citado por Costa (op. cit., p. 173).

<sup>74</sup> COSTA, op. cit., p. 112.

prejudicaria no longo prazo o Arquivo Nacional, levando, entre outras consequências, à fragmentação de fundos documentais.<sup>75</sup>

As disputas pelo recolhimento de documentos aconteceriam, ainda, com o IHGB e a Biblioteca Nacional. Os estatutos do Instituto incluíam atribuições semelhantes às do Arquivo, como “arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Império do Brasil”,<sup>76</sup> e que, devido ao prestígio do IHGB, acabariam impedindo o recolhimento de alguns papéis ao Arquivo Nacional – “o IHGB, em vez de utilizar o material empírico depositado no Arquivo, coletou e copiou documentos, constituindo o seu próprio acervo”.<sup>77</sup> O quarto volume das Publicações, *Memórias*, de 1903, aponta um erro identificado na *Revista do IHGB*: o ofício do ministro português em Londres, Sebastião José de Carvalho e Melo, para a Corte de Lisboa, de 8 de julho de 1841, transcrito na obra, teria sido “publicado com inexatidões na Revista do Instituto Histórico”. O redator da nota não hesitou em indicar o volume e a página para quem quisesse conferir o lapso,<sup>78</sup> numa demonstração clara de disputas institucionais e intelectuais. Com a Biblioteca Nacional, a disputa sempre foi intensa, mostrando-se nos relatórios e prefácios das Publicações.

A influência francesa foi marcante no Arquivo durante o Império e se estendeu pelo século vinte. De acordo com Fonseca e Estevão, durante décadas a instituição buscou “conciliar a tradição portuguesa, as injunções político-administrativas brasileiras e o modelo de arquivo nacional francês.”<sup>79</sup> E é preciso relativizar a opinião de Célia Costa de que o Brasil estaria sozinho no que se refere à dificuldade de recolher documentos. De acordo com Posner, nem os *Archives nationales* da França, onde tiveram origens os arquivos centrais, puderam “realizar a transferência dos documentos de todas as agências centrais do estado e de impedir a manutenção e expansão de arquivos especiais pelos ministérios e outras agências centrais”.<sup>80</sup> Em 1936, conforme Posner, o governo francês ainda tentava providenciar a transferência regular para os *Archives nationales* dos documentos dos ministérios.<sup>81</sup>

---

<sup>75</sup> Ver, no item 3.5.4, a crítica nesse sentido feita pelo diretor do Arquivo Público no prefácio do volume III das Publicações, lançado em 1901. Segundo ele, a obra não traz a documentação completa de determinado conjunto porque parte dela foi recolhida indevidamente a outra instituição.

<sup>76</sup> Estatutos. *Revista do IHGB*, tomo 1, p. 18-21, 1839.

<sup>77</sup> COSTA, op. cit., p. 116.

<sup>78</sup> AN. *Memórias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. (Publicações do Arquivo Público Nacional, v. IV), p. 15.

<sup>79</sup> FONSECA; ESTEVÃO, art. cit., p. 82.

<sup>80</sup> POSNER, op. cit., p. 11.

<sup>81</sup> *Ibid.*, p. 13.



A precariedade das instalações era outro elemento ressaltado de forma recorrente nos relatórios dos diretores do Arquivo Público desse período, pois elas nunca foram adequadas e seguras para abrigar documentos. Em 1860, foi aprovado um novo regulamento que previu pela primeira vez a consulta aos documentos pelo público, mas, de acordo com Fonseca e Estevão, “o termo *público*, que tanto destaque teve na França, tinha um efeito mais subliminar do que concreto junto à população.”<sup>82</sup> O imperador ou seus ministros solicitavam documentos para consulta pelo governo ou pessoas recomendadas, por meio do Ministério do Império e com a rubrica do diretor, determinação que ressalta a função instrumental do Arquivo na consolidação do Estado e do sistema monárquico.<sup>83</sup> O Império destinou a outras instituições os estudos sobre a história brasileira, os acontecimentos e vultos mais importantes para a construção da nacionalidade e da memória do Brasil, como o IHGB.

Assim, enquanto o Instituto Histórico direcionaria seus objetivos para os aspectos mais culturais tais como língua, raças, costumes, tradição, mitos fundadores etc., o Arquivo seria responsável pelos aspectos normativos da delimitação do espaço geográfico e da manutenção da unidade territorial, política e administrativa do Estado, enfim, da guarda dos documentos relativos à própria reprodução do Estado.<sup>84</sup>

No entanto, não consideramos, como Costa, que o Arquivo Nacional tenha possuído caráter absolutamente administrativo durante o Império, ou pelo menos no período de sua análise, até 1860, um traço que diferenciaria o arquivo nacional brasileiro dos europeus. “No Brasil, nenhum vínculo foi estabelecido entre o Arquivo Público e a pesquisa histórica”, ela afirma.<sup>85</sup> Os funcionários do Arquivo se dedicaram à organização e catalogação de documentos, e tinham como horizonte a elaboração de catálogos e a contribuição na escrita da história nacional, embora o Arquivo disputasse documentos e a difusão de seus trabalhos com instituições de maior prestígio, cercadas de intelectuais e que contavam com o apoio pessoal do imperador. Parece impreciso dizer que o Arquivo foi “a face oculta e arcaica do Estado imperial” e esteve “de portas fechadas para a sociedade e para o cidadão”.<sup>86</sup> Afinal, uma Seção Histórica foi prevista e organizada, e o tipo de documentos que ela guardava e deveria recolher indica

<sup>82</sup> FONSECA; ESTEVÃO, art. cit., p. 84.

<sup>83</sup> COSTA, op. cit., p. 49.

<sup>84</sup> Ibid., p. 185.

<sup>85</sup> Ibid., p. 174-175.

<sup>86</sup> Ibid., p. 117.

preocupação com um uso não administrativo, mas histórico. Preferimos considerar, então, que a instituição possuiu essas duas atribuições – administrativa e histórica – durante o Império.

De qualquer forma, acreditamos, com Fonseca e Estevão, que nos anos de 1860 e 1870, período posterior ao estudado por Célia Costa, o relativo isolamento que ela menciona havia diminuído. É possível, entre outros motivos, que nesse momento não fosse mais necessária tanta preocupação com a delimitação das fronteiras, com a construção da nação, com o sigilo em relação aos documentos oficiais que conferiam legitimidade e existência legal ao Estado brasileiro. Retomando a avaliação de Castelo Branco, sobre o recolhimento cada vez menos frequente de determinados documentos das administrações provinciais:

Com a subsequente criação dos Arquivos e Institutos Históricos em todas as unidades da Federação, e, principalmente, depois do advento do regime republicano, com o sentimento mais vivo da autonomia dos Estados, tais dispositivos tornaram-se letra morta nos últimos Regulamentos, afrouxando cada vez mais os laços dessa interdependência administrativa, que foi o segredo o triunfo com que a Monarquia pôde manter a unidade nacional em torno do poder central.<sup>87</sup>

Iniciou-se, então, um processo de abertura do Arquivo Público que se mostraria com mais intensidade na administração do diretor Joaquim Pires Machado Portela (1873-1898), e um dos elementos mais perceptíveis dessa transformação foi o lançamento das Publicações do Arquivo Público do Império, série editorial que seria um lugar de difusão e circulação dos documentos e, com eles, de legitimação da instituição e de seus diretores a partir de 1886.

### **1.2.2 A reforma de 1860 e o caminho para a abertura**

Em 1860, como dissemos, o Arquivo teve aprovado seu novo regulamento,<sup>88</sup> que, de acordo com Costa, foi uma “tímida reforma” que quase não alterou sua estrutura. Afinal, a Seção Judiciária, reivindicada pelo diretor Antônio Pereira Pinto (1860-1869), não tinha sido criada – permanecendo a organização em três seções, Legislativa, Administrativa e Histórica – e não se estabeleceram normas de

---

<sup>87</sup> CASTELO BRANCO, op. cit., p. 137.

<sup>88</sup> Decreto n. 2.541, de 3 de março de 1860. Reorganiza o Arquivo Público.

recolhimento de documentos. No entanto, foram ampliadas as atribuições do Arquivo, que passou a ser “a repartição destinada a receber e a conservar debaixo de classificação sistemática todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, e à história e geografia do Brasil”.<sup>89</sup> A guarda de alguns desses documentos já estava prevista no regulamento anterior, de 1838, mas agora a abrangência dos recolhimentos foi ampliada (por outro lado, as dificuldades práticas nesse sentido continuaram), incluindo papéis relativos a história e geografia do país. Em cada Seção, os documentos deveriam ser distribuídos “em três classes correspondentes às três épocas – Brasil Colônia, Brasil Reino Unido, Brasil Império” – e a “colheita dos documentos” deveria ser feita nos arquivos e outros estabelecimentos públicos ou privados das províncias por meio de delegados do governo imperial, junto aos presidentes de província e aos chefes das secretarias de Estado. E o Arquivo passou a ter um quadro próprio de funcionários: diretor, paleógrafo, dois oficiais, dois amanuenses, porteiro e contínuo, sendo prevista a realização de concurso para nomeação dos amanuenses.

Esse regulamento previu pela primeira vez a produção editorial, determinando, nas disposições gerais, que “Serão organizados e impressos os registros e repertórios, ou inventários de todos os documentos depositados no Arquivo Público,”<sup>90</sup> dando a entender que seria um programa de trabalho amplo e permanente por meio do qual a instituição traria a documentação a público. O regulamento faz referência a “registros”, “repertórios” e “inventários”, demonstrando a intenção de publicar instrumentos de pesquisa, sem mencionar, por exemplo, a edição de estudos históricos. Houve o cuidado, ainda, de reservar ao Arquivo o direito de publicar seus próprios documentos, proibindo-se a impressão não autorizada dos seus papéis.<sup>91</sup> E as restrições de acesso aos documentos foram um pouco reduzidas, permitindo-se “a qualquer pessoa conhecida, e de confiança, consultar dentro da repartição, e em sala apropriada, em dias que serão marcados”.<sup>92</sup> Essas duas mudanças indicam uma transformação relevante no Arquivo no

---

<sup>89</sup> Id.

<sup>90</sup> Regulamento de 3 de março de 1860, anexo ao decreto n. 2.541 da mesma data. Reorganiza o Arquivo Público.

<sup>91</sup> Id. “Não é lícito a ninguém publicar sem consentimento do ministro os documentos inéditos depositados no Arquivo Público. Os que o fizerem incorrerão nas penas do artigo 261 do Código Criminal. O consentimento, porém, dado pelo ministro nunca importará a cessão do direito de os imprimir por ordem e conta do governo.”

<sup>92</sup> Regulamento de 3 de março de 1860. Fonseca e Estevão (2010, p. 84) ressaltam que instalações dedicadas à consulta só existiriam no século vinte, quando o Arquivo passou a ter uma sede própria, realizando-se antes disso na Secretaria. O acesso aos documentos foi estabelecido no Brasil pela Constituição de 1988 e a lei n. 8.159, conhecida como Lei Geral de Arquivos, é de 1991.

sentido de uma certa abertura para a sociedade, afinal se pretendia a ampliação do público, com a permissão de consulta aos documentos, e da divulgação do acervo, com a produção editorial.

Em 1861, começou a ser formada “uma pequena biblioteca para uso do arquivo, tendo para ela concorrido o oficial-maior com o donativo de 212 volumes”,<sup>93</sup> que apareceria em regulamento apenas anos mais tarde, devendo reunir “obras sobre direito público, administração, história e geografia do Brasil”.<sup>94</sup> Em 1863, possuía quatrocentos volumes e recebia regularmente publicações de instituições brasileiras e estrangeiras.<sup>95</sup> O diretor interino Antônio Pereira Pinto disse ter decidido organizar uma biblioteca levado pelo “pensamento de que neste estabelecimento público deve encontrar-se o celeiro, onde os juristas, os historiadores, e os legisladores respiguem ampla colheita de cabedal literário idôneo para a confecção de úteis trabalhos”.<sup>96</sup> E continua a solicitar o estabelecimento de uma Seção Judiciária para abrigar, entre outros documentos, testamentos e processos, para aumentar a arrecadação de emolumentos, impedir fraudes e falsificações, e pelo seu valor como fontes históricas.<sup>97</sup>

Quanto à preocupação crescente com o acesso, um dos argumentos apresentados por Pereira Pinto em defesa da saída do Arquivo Público do convento de Santo Antônio, para onde fora transferido em 1834, foi justamente a dificuldade da ida não só de pesquisadores, mas também de visitantes casuais. Pois, “longe das vistas e do fácil acesso daqueles que porventura tenham interesse em visitá-lo, fica o Arquivo exposto às umidades, e aos incêndios, e vive vida ignorada mesmo dos que se ocupam em escrever a história do país”.<sup>98</sup> A instituição ocupava nesse período parte das instalações do convento de Santo Antônio, onde permanecia “oculto”, de acordo com o diretor, mostrando que a preocupação com a visibilidade do Arquivo já existia nos anos de 1860. Ainda tratando da necessidade de mudança de sede, o diretor afirma que “a vida do Arquivo Público, escondida em afastado ao lanço de um claustro, torna-se vegetativa, não preenche o fim de sua instituição e desmente as vantagens de sua

---

<sup>93</sup> Relatório ministerial de 1861, p. 19.

<sup>94</sup> Decreto n. 6.164, de 24 de março de 1876. Reorganiza o Arquivo Público do Império.

<sup>95</sup> Relatório do Arquivo Público. Relatório ministerial de 1863, anexo I, p. 2.

<sup>96</sup> Id.

<sup>97</sup> O Arquivo Público é, ainda hoje, uma instituição caracterizada por estas duas dimensões, administrativa e histórica, em razão da guarda de documentos oficiais e da consequente emissão, por exemplo, de certidões para comprovação de direitos.

<sup>98</sup> Relatório ministerial de 1862, p. 7.

origem”.<sup>99</sup> Uma visão sobre o uso histórico do Arquivo também é bastante valorizada nas colocações de Pereira Pinto:

[...] é nesse fecundo manancial de preciosos manuscritos que os infatigáveis cultores das letras, e das ciências vão beber os conhecimentos precisos para prestarem bons serviços ao seu país. Urge, portanto, que a tais investigadores das coisas pátrias se facilite os meios de recolherem os materiais próprios para a fatura de úteis trabalhos.<sup>100</sup>

Continuando o Arquivo onde estava, “nas solidões de um velho mosteiro colocado em empinada montanha”, não seria capaz de realizar os objetivos para os quais fora criado. Os relatórios dos anos seguintes ressaltaram igualmente a necessidade de uma sede própria, reunindo motivos como umidade, risco de incêndios e distância. Mas o Arquivo mudaria de lugar apenas em 1870, sendo transferido para o edifício dos Terceiros da Ordem do Carmo, ao lado da Igreja do Parto, à rua dos Ourives, esquina com Assembleia.<sup>101</sup>

Na administração do diretor Joaquim Caetano da Silva (1869-1873), o Arquivo não passou por maiores mudanças ou alterações regimentais, e seus relatórios deram conta de problemas semelhantes aos identificados por Pereira Pinto. Mas, após a morte de Caetano da Silva, Joaquim Pires Machado Portela tomou posse como diretor, em 14 de novembro de 1873, tendo Manuel Antônio Duarte de Azevedo como ministro dos Negócios da Justiça e interino dos Negócios do Império, e sua administração representou uma grande transformação para o Arquivo Público.

### **1.3 Joaquim Pires Machado Portela e os indícios de uma intenção editorial**

Político, jurista e professor pernambucano, Joaquim Pires Machado Portela nasceu em Recife, em 1827. Formou-se bacharel em ciências sociais e jurídicas na Faculdade de Direito de Olinda, lecionou geografia, história e filosofia em diversos colégios, exerceu intensa atividade política e colaborou em periódicos políticos e literários. Foi nomeado substituto do juiz municipal e de órfãos de Recife, servindo depois os cargos de oficial-maior da Secretaria do Governo e diretor de Instrução

<sup>99</sup> Relatório do Arquivo Público do Império. Relatório ministerial de 1863, anexo I.

<sup>100</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>101</sup> CASTELO BRANCO, *op. cit.*, p. 144.

Pública, tendo sido deputado provincial e deputado geral em várias legislaturas.<sup>102</sup> Como vice-presidente, assumiu a presidência de Pernambuco três vezes (1857, 1861 e 1862) e foi presidente das províncias do Pará (1870), Minas Gerais (1871) e Bahia (1872).<sup>103</sup>

Dignitário da Ordem da Rosa<sup>104</sup> e sócio do IHGB, onde foi terceiro vice-presidente e segundo secretário, escreveu, entre outras obras, *Constituição política do Império do Brasil confrontada com outras constituições* (1876) e *Repertório da constituição política do Império do Brasil e do ato adicional* (1865).<sup>105</sup> Instalou-se no Rio de Janeiro para assumir o cargo de diretor do Arquivo Nacional, que ocupou até se aposentar, em 1898, já idoso, doente e quase cego.<sup>106</sup> Machado Portela era um homem de projeção não apenas em Pernambuco, sua província natal, mas também na Corte. Em 1874, o ministro João Alfredo Corrêa da Silva teceu elogios a ele, ressaltando que suas “distintas qualidades e conhecidas habilitações, comprovadas no exercício dos altos cargos que tem ocupado, asseguram que na direção dos trabalhos deste estabelecimento prestará também os melhores serviços”.<sup>107</sup>

### 1.3.1 Machado Portela e o Instituto Histórico de Pernambuco

Anos antes de se tornar diretor do Arquivo Nacional, Machado Portela havia participado intensamente da fundação do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, em 1862, sendo um de seus fundadores e sócio benemérito, e também da criação do periódico do Instituto. O IAHGP é considerado o segundo instituto histórico do Brasil, o primeiro da atual região nordeste, e reunia a elite econômica e intelectual local. Em sessão solene no dia 21 de setembro daquele ano, Joaquim Portela, “conhecido fazendeiro local”,<sup>108</sup> foi nomeado presidente interino para as sessões de instalação e eleito vice-presidente, sendo Francisco Muniz Tavares o presidente.

<sup>102</sup> Portela se afastou do cargo de diretor do Arquivo duas vezes: em 5 de maio de 1874, retornando em 14 de setembro, e em 16 de março de 1875, voltando em 10 de outubro, ficando como diretor interino José Tomás de Oliveira Barbosa (1803-1898).

<sup>103</sup> IAHGP, s.d.

<sup>104</sup> Ordem honorífica brasileira criada em 1829 pelo imperador d. Pedro I para perpetuar a memória de seu casamento com d. Amélia de Leuchtenberg e Eischstädt. A condecoração era concedida a militares e civis que se destacassem por sua fidelidade ao imperador ou por serviços prestados ao Estado.

<sup>105</sup> SACRAMENTO BLAKE, 1898.

<sup>106</sup> IAHGP, s.d.

<sup>107</sup> Relatório ministerial de 1873, p. 99.

<sup>108</sup> De acordo com Lilia Schwarcz, op. cit.

A *Revista do IAHGP* teve seu primeiro número impresso em 1863, com periodicidade prevista trimestral, e já constava do regulamento do Instituto, que tinha como missão “coligir, verificar e publicar os documentos, monumentos e tradições históricas que lhe for possível obter ou de que tiver notícia, pertencentes à história das províncias que formavam as antigas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, desde a época do seu descobrimento, até os nossos dias”.<sup>109</sup> Haveria uma “comissão de redação” da revista, composta de três pessoas – para escolher os textos, redigir a revista e cuidar de sua impressão e distribuição –, assim como no IHGB, que foi o exemplo para o Instituto Pernambucano nos termos do próprio Portela:

Passo semelhante não tardou em dar a capital do Império; e os importantes trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1837, sendo títulos de glória para as proeminentes capacidades que o dirigem, devem servir-nos de exemplo e animação. Sigamos, pois, o seu exemplo: tenhamos também a nossa sociedade histórica.<sup>110</sup>

Certamente com a participação de Portela, foi elaborado um projeto editorial para a *Revista do IAHGP*, definindo-se formato, periodicidade, linha editorial, autores, comissão de redação e uma espécie de conselho editorial do Instituto, as chamadas “comissões de revisão de manuscritos, trabalhos históricos, arqueológicos e geográficos”, que deveriam receber as memórias, documentos e artigos encaminhados pela diretoria e “dar o seu parecer sobre os que hão de entrar na Revista, quais os que convirá publicar separadamente, e quais os que devem ser arquivados na respectiva classe”.<sup>111</sup> Estava prevista a assinatura da revista, que custaria 5\$000 rs. por ano para o público externo, havendo condições especiais para os sócios. Conforme seus estatutos, o Instituto de Pernambuco:

Publica, de três em três meses, uma brochura, que tem pelo menos trinta e duas páginas de impressão, in-8º, com o título seguinte: *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Nesta revista se publicam, além das atas e trabalhos do Instituto, as memórias de seus membros, julgadas interessantes à história de Pernambuco ou à do Brasil, assim como as notícias ou extratos da

<sup>109</sup> Artigo 1º dos “Estatutos do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano”. *Revista do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, v. 1, n. 2, Recife, Tipografia Universal, 1864. Reunidos em volume em 1865.

<sup>110</sup> PORTELA, Joaquim. Discurso pronunciado pelo senhor presidente interino, no ato da inauguração da Sociedade. *Revista do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, v. 1, n. 1, Recife, Tipografia Universal, 1863, p. 10. Reunidos em volume em 1865.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 39, artigos 22 e 23.

nossa história, publicadas por outras sociedades ou pessoas literatas, nacionais ou estrangeiras, precedendo a respeito delas o relatório de uma comissão do seio do Instituto, para esse efeito nomeada.<sup>112</sup>

Nos primeiros números, foram publicadas atas das sessões do Instituto, correspondências, estatutos e uma seção intitulada História Pátria, com breves notas históricas sobre personagem ou acontecimento da história da região. A experiência de Portela no IAHGP e na condução de sua revista pode ser vista como um dos elementos que o levaram à iniciativa das Publicações do Arquivo, mas estas teriam outra orientação editorial.

### 1.3.2 Um projeto para o Arquivo Nacional: organização e divulgação

Na administração de Joaquim Portela (1873-1898), ocorreram mudanças significativas para o Arquivo Público, sendo a mais importante a organização da documentação e a elaboração de um plano de classificação do acervo, além do lançamento da série. A influência dos trabalhos realizados em sua gestão – em duas direções, uma interna, relacionada à organização do Arquivo, e outra externa, com as Publicações – se estenderia pelo século vinte.<sup>113</sup>

Em 1873, a instituição possuía sete funcionários efetivos: o diretor, dois oficiais, dois amanuenses, um porteiro e um contínuo.<sup>114</sup> Portela propôs, então, a realização de um concurso para mais uma vaga de amanuense, mas logo depois pediu que fosse adiado, por só terem se apresentado três candidatos, de modo que a seleção aconteceu em abril do ano seguinte.

No primeiro relatório de sua gestão, apresentado em 1874, Machado Portela expôs a situação do Arquivo de forma pouco lisonjeira. Seria necessário “paciente e longo trabalho” para fazer uma classificação, ou seja, dividir as seções em classes, séries e coleções, “e para organizar os índices alfabéticos e cronológicos, os catálogos, e um inventário geral, com o seu repertório, de modo que não só se saiba tudo que possui

---

<sup>112</sup> Artigo 3º dos “Estatutos do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano”. *Revista do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, v. 1, n. 2, Recife, Tipografia Universal, 1864, p. 33-34.

<sup>113</sup> FONSECA; ESTEVÃO, art. cit., p. 89.

<sup>114</sup> Ofício do diretor do Arquivo Público ao ministro dos Negócios do Império, de 29 de novembro de 1873. AN 2, f. 259.



o Arquivo, como em qualquer tempo e de pronto de ache o que se desejar”.<sup>115</sup> Além disso, os recolhimentos não estavam sendo feitos conforme o regulamento, a organização dos documentos era deficiente e o Arquivo não possuía havia classificação geral nem inventário. De acordo com Portela, havia apenas “índices parciais” e os que existiam eram “1 grande livro encadernado das cartas régias desde 1662 até 1822, e 255 cadernos, sendo 13 do Arquivo do Vice-Reinado, 13 da Mesa da Consciência e Ordens, 23 do Desembargo do Paço, 149 da Chancelaria-Mor do Império, 15 da Fisicatura-Mor, e 36 do Registro-Geral das Mercês”.<sup>116</sup>

A consciência da necessidade de publicar catálogos e documentos se mostrou já nesse primeiro relatório, onde ele diz que, “concluída a classificação, será de utilidade não só para os historiadores e estudiosos, como para a administração pública e para os políticos, publicarem-se os catálogos, ou ao menos seus extratos pela imprensa.” De acordo com ele, a pouca visibilidade do Arquivo na Corte seria decorrente da falta de divulgação de seu acervo e, se a instituição não tem suscitado “interesse público, é porque muitos não conhecem a utilidade que ele pode oferecer, e quase todos ignoram o que ele contém, e os documentos que possui de tal e tal gênero.”<sup>117</sup> Por isso, havia preparado uma sala para os visitantes que desejassem consultar os documentos.

O diretor percebia o Arquivo como uma instituição central capaz de possibilitar o conhecimento da documentação dos arquivos provinciais, que deveriam encaminhar cópias de seus catálogos “a fim de que no Arquivo Público do Império houvesse um vasto inventário, em que se deparassem indicativos para certas investigações em todo o país!”<sup>118</sup> Por outro lado, Machado Portela compreendia a relutância de algumas províncias em transferir ao Arquivo seus papéis, pois alguns só teriam valor ou interesse local, e outros, “perpetuando recordações, e prendendo-se por diversos motivos e relações ao estado político e civil das províncias, aos lugares e às famílias, constituem uma espécie de patrimônio provincial de que não é justo privar o seu patriotismo”, bastando, portanto, a remessa ao Arquivo Público de cópias autênticas.<sup>119</sup> Ele mesmo havia sido sócio fundador de um instituto histórico regional e presidente de província mais de uma vez, e parecia interessado nos documentos relativos à história de Pernambuco, dirigindo em dois momentos, em 1874, ofícios ao ministro sobre papéis

---

<sup>115</sup> Relatório ministerial de 1873, anexo G, p. 5.

<sup>116</sup> Ibid., p. 4-5.

<sup>117</sup> Ibid., p. 5.

<sup>118</sup> Ibid., p. 3.

<sup>119</sup> Id., ibid.

referentes àquela província. Em um deles, solicitava autorização para remeter cópias de documentos de processos políticos sobre a Revolução Pernambucana de 1817 ao Instituto de Pernambuco, aproveitando para elogiá-lo: “o que muito apreciará o dito Instituto, visto o patriótico empenho que tem, e que me parece dever ser auxiliado pelo governo, de adquirir documentos relativos à história da mesma província”.<sup>120</sup> No outro, mostra-se preocupado com a preservação de “uma apreciável obra sobre a genealogia e nobiliarquia pernambucana”, sob a guarda do Mosteiro de São Bento, em Olinda, a qual estaria bastante deteriorada pela antiguidade e pelos longos anos de manuseio. Além do interesse pelas coisas pernambucanas, Joaquim Portela exprimiu seu ponto de vista sobre a relação entre publicação e preservação, e sobre os critérios de importância histórica dos documentos:

Ora não se podendo considerar semelhante obra como de mero interesse particular, e unicamente própria para satisfazer a vaidade de algumas famílias, ou a simples curiosidade de antiquários, e antes devendo ser tida como estimável documento histórico, visto que, atenta a sua natureza, não poderá deixar de, além de mencionar circunstâncias e feitos, que deram motivo à nobilitação de certos personagens, contém narrações interessantes e datas preciosas para a história daquela importante porção do Império e quiçá de todo o país; será para lamentar que não tendo até o presente os seus dignos possuidores mandado dá-la à estampa, e não existindo mais qualquer exemplar, venha com o tempo a se estragar completamente, ou mesmo desaparecer.<sup>121</sup>

No ano da posse de Portela, o governo imperial tinha mandado Ramiz Galvão, diretor da Biblioteca Nacional, para a Europa com o objetivo de visitar bibliotecas e, a partir daí, elaborar novos estatutos para a Biblioteca Nacional.<sup>122</sup> Machado Portela propôs, então, ao ministro dos Negócios do Império que solicitasse a Ramiz Galvão a visita também aos arquivos,<sup>123</sup> e seu pedido foi atendido com base no regulamento do Arquivo Público, que previa relações com instituições de outros países com o objetivo de obter informações e cópias de documentos relativos ao Brasil.<sup>124</sup>

<sup>120</sup> Ofício de 8 de janeiro de 1874 ao ministro da Secretaria de Estado dos Negócios Interiores (SENI). AN 2, f. 251.

<sup>121</sup> Ofício de 28 de setembro de 1874. AN 2, f. 276 v.-277.

<sup>122</sup> CALDEIRA, Ana Paula S. Sobre a tarefa de conhecer o Brasil: a atuação de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional (1870-1882). In: RANGEL, Marcelo de M.; PEREIRA, Mateus Henrique de F.; ARAÚJO, Valdeir L. de (org.). *Caderno de resumos & Anais do 6º Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2012.

<sup>123</sup> Ofício de 23 de dezembro de 1873 ao ministro da SENI. AN 2, f. 260.

<sup>124</sup> Decreto n. 2.541, de 3 de março de 1860. Reorganiza o Arquivo Público.

Entre as propostas de Portela para o Arquivo, estava a criação de uma Seção Judiciária, como queriam seus antecessores; a contratação de um paleógrafo para decifrar os documentos mais antigos e complexos; a criação de uma “escola de Cartas, ou aula de Diplomática e Paleografia”; e o estabelecimento de um concurso que premiasse estudos históricos feitos com base na documentação.

Também não será fora de propósito aventar a ideia de, por meio de prêmios ou de qualquer outro meio de animação, fazer com que, compulsando os documentos que aqui existem, se disponham a escrever crônicas e memórias sobre assuntos históricos tantos moços de talento que felizmente possuímos.<sup>125</sup>

Seria fundamental também manter uma biblioteca em que os pesquisadores pudessem encontrar o auxílio de que precisassem na elaboração de seus trabalhos – uma “biblioteca especial”, que possuísse apenas “livros relativos à legislação pátria, à administração e à história”<sup>126</sup> – e uma mapoteca, para reunir os mapas, planos e cartas geográficas e hidrográficas. O diretor percebia o Arquivo Público como lugar de *guarda* dos documentos oficiais históricos e *fonte* de subsídios para a escrita da história nacional.

### **1.3.3 A reforma de 1876: classificação, abertura e as publicações como possibilidade**

Após avaliações e demandas em ofícios e relatórios durante três anos, o projeto de Joaquim Portela para o Arquivo Público se transformou em regulamento em 1876.<sup>127</sup> Diante das mudanças estabelecidas no regulamento, aprovado sem restrições, o ministro dos Negócios do Império, José Bento da Cunha Figueiredo, elogiou a administração do diretor. “Quem comparar o Arquivo de hoje com o de outrora, reconhecerá logo que o atual diretor não tem empregado em vão o zelo com que costuma cuidar das coisas públicas a seu cargo.”<sup>128</sup> É possível que o prestígio e a trajetória de Portela, como sua atuação no Instituto de Pernambuco e seus mandatos como presidente de província, tenham contribuído para a realização de seus projetos para o Arquivo.

<sup>125</sup> Ibid., p. 6. Apenas em 1991 foi estabelecido um concurso para premiar trabalhos elaborados a partir da documentação, o Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa.

<sup>126</sup> Id.

<sup>127</sup> Regulamento de 1876. Decreto n. 6.614, de 24 de março de 1876. Reorganiza o Arquivo Público do Império.

<sup>128</sup> Relatório ministerial de 1876-1A, p. 90.

Finalmente foi criada a Seção Judiciária, somada às outras três, Legislativa, Administrativa e Histórica – esta deveria guardar a partir de então uma coleção de medalhas comemorativas e moedas do Brasil. A Biblioteca apareceu pela primeira vez em regulamento, devendo conter, além da coleção impressa da legislação brasileira, “obras sobre direito público, administração, geografia e história do Brasil”, assim como a Mapoteca, que reuniria “os atlas, mapas, planos, plantas, cartas geográficas, hidrográficas e outras, antigos e modernos, relativos ao Brasil”.<sup>129</sup> Para ampliar as coleções da Biblioteca e da Mapoteca, ficou estabelecido que a Tipografia Nacional e outros estabelecimentos públicos remeteriam ao Arquivo exemplares de mapas e obras impressas em suas oficinas. O regulamento previu a criação de uma “aula de diplomática”, “em que se ensinarão a paleografia com exercícios práticos, a cronologia e a crítica histórica, a tecnologia diplomática e regras de classificação”.

O Arquivo Público passou a contar com os chamados agentes auxiliares do diretor, que seriam nove na Corte e três em cada província, encarregados de descobrir e obter documentos importantes relativos à história do Brasil; mais um amanuense; e um cronista, responsável por:

I. *Escrever* com exatidão e circunstanciado desenvolvimento as efemérides sociais e políticas do Brasil, transcrevendo ou ao menos citando os documentos que as comprovarem; e apresentá-las semestralmente ao diretor;

II. *Escrever a história oficial do Brasil a começar da época da sua independência.*<sup>130</sup>

A Independência era vista, então, como o marco zero da nossa história e os documentos, valorizados como irrefutáveis na comprovação dos acontecimentos históricos.<sup>131</sup> Era também a primeira vez que se mencionava em regulamento a escrita da história nacional como uma das atribuições do Arquivo. A proposta feita por Machado Portela, em 1873, de um concurso que premiasse estudos históricos com base na documentação foi incorporada ao regulamento para “promover e desenvolver o estudo da histórica pátria”, embora não tenha se realizado.<sup>132</sup> A Tipografia Nacional imprimiria “a memória escrita sobre fatos históricos do Brasil, que, mediante programa, concurso e julgamento, for

---

<sup>129</sup> Regulamento de 1876.

<sup>130</sup> Id. Grifo nosso.

<sup>131</sup> Os cargos de cronista e paleógrafo, no entanto, desapareceriam dos regulamentos seguintes.

<sup>132</sup> Regulamento de 1876.

considerada a melhor, ficando o autor com a propriedade da obra e com direito à metade da edição, a qual não poderá ser de mais de dois mil exemplares”.<sup>133</sup>

A consulta aos documentos foi facilitada, bastando a anuência do diretor para a maioria dos papéis. A autorização do ministro do Império seria necessária apenas para os documentos reservados. E foi na administração de Machado Portela que aconteceram os primeiros concursos para o Arquivo, exigindo-se conhecimentos de redação e gramática, leitura de manuscritos antigos, cronologia, geografia e história, principalmente do Brasil, aritmética e tradução dos idiomas francês e inglês. De acordo com José Honório Rodrigues, houve avanços também no recolhimento, pois se definiu pela primeira vez “uma completa política de recolhimento, não só dos atos legislativos como dos administrativos”,<sup>134</sup> incluindo prazos de envio ao Arquivo. Para José Honório Rodrigues, Machado Portela foi “o verdadeiro inspirador do art. 11 do regulamento de 1876”, sobre o recolhimento de documentos.<sup>135</sup>

Machado Portela realizou um trabalho de organização do Arquivo, estabelecendo em regulamento a obrigatoriedade de manter um registro atualizado da entrada de documentos, a forma de classificação dos materiais, de acordo com “as três épocas históricas do país”, a atribuição de um carimbo para os papéis (Arquivo Público do Império) e identificando os de cada período histórico. A classificação dos documentos seria feita por matéria e, em cada uma, por ordem cronológica, sistema que também “será adotado na organização dos respectivos catálogos; entretanto haverá índices alfabéticos e cronológicos”. “Poderiam” ser impressos os catálogos de documentos, da Biblioteca e da Mapoteca,<sup>136</sup> de modo que a publicação permanecia como possibilidade, e não como parte da política institucional. O mais importante era organizar e classificar os documentos, e isso implicava a elaboração de catálogos como parte do trabalho, fossem ou não publicados. Como lembram Fonseca e Estevão, alguns dos resultados dos planos de classificação organizados por Portela seriam divulgados nas Publicações do Arquivo após a saída de Machado Portela, como o catálogo da

---

<sup>133</sup> Id.

<sup>134</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 19. As Secretarias de Estado, por exemplo, deveriam enviar o original das leis até seis meses após sua publicação. Os outros papéis, destas e de outras repartições, seriam remetidos em no máximo cinco anos. Conforme Rodrigues, no entanto, essa determinação não tinha força obrigatória em relação aos poderes Legislativo e Judiciário, que decidiam sobre a entrega dos documentos.

<sup>135</sup> Ibid., p. 20.

<sup>136</sup> Ibid., p. 4.

Biblioteca e o plano de organização da Seção Histórica.<sup>137</sup> De acordo com Castelo Branco, as reformas posteriores:

[...] não puderam deixar de manter em sua plenitude, pelos tempos afora, aquelas diretrizes substanciais com que o culto espírito, verdadeiramente apaixonado de Machado Portela, soube imprimir e traduzir todos os anseios presentes e futuros da vida administrativa e cultural do antigo Arquivo Público do Império. No mesmo paralelo se encontra o seu famoso plano de classificação de documentos, cuja estrutura geral também se mantém quase intacta até hoje [1937], passados mais de sessenta anos e que representa, por si só, o trabalho mais benemérito que um administrador poderia ter legado aos pósteros dentro das finalidades desta instituição.<sup>138</sup>

Para Costa, esta foi realmente uma das reformas mais importantes do Arquivo, além das empreendidas por José Honório Rodrigues (1958-1964) e Celina do Amaral Peixoto (1980-1990). A reforma realizada por Machado Portela em 1876 teria refletido “um novo momento do Estado, permitirá que se comece a vislumbrar, não só a função instrumental do Arquivo, mas o seu papel como “guardião da história pátria”, característico do século XIX”.<sup>139</sup>

#### 1.3.4 Abrindo caminho para as Publicações

Apesar da reforma possibilitada pelo regulamento de 1876, as dificuldades persistiram, como, por exemplo, na reunião de moedas de medalhas, que não estava sendo feita de acordo com a legislação. Após dois anos, o diretor Joaquim Portela ressaltava em relatório que eles constituem “monumentos históricos” e reconhecia que “o Arquivo não é um gabinete de numismática; mas sendo o repositório de uma das fontes da história pátria – os documentos escritos, devera também possuir da outra fonte – monumentos – os numismas que indiquei”.<sup>140</sup> Quanto à perspectiva de publicação, tão cedo não poderiam estar prontos os catálogos “para que, impressos, possam ser conhecidos”, de acordo com Portela.<sup>141</sup> Em agosto em 1880, o diretor comunica ao ministro do Império um erro que havia identificado em um documento publicado pela

<sup>137</sup> Publicação avulsa lançada em 1911 e volume XIII das Publicações, 1913.

<sup>138</sup> CASTELO BRANCO, op. cit., p. 41.

<sup>139</sup> COSTA, op. cit., p. 183.

<sup>140</sup> Relatório do diretor, anexo G do relatório ministerial de 1877, p. 11.

<sup>141</sup> Relatório do diretor, anexo G-1 do relatório ministerial de 1877.

Imprensa Nacional,<sup>142</sup> mais um exemplo de como o Arquivo se atribuía a função de guardião dos documentos e também de sua correta publicação. Ainda naquele ano, Machado Portela pediu ao ministro autorização para remeter cópias autênticas de documentos “a outras associações científicas e literárias ou a revistas e jornais importantes”, além dos institutos históricos, como previa o regulamento em vigor.<sup>143</sup> A solicitação do diretor, pedindo permissão “para ir, sem detrimento do serviço desta repartição, tirando cópia de alguns documentos, cuja publicação ou remessa a tais associações me pareça de utilidade”,<sup>144</sup> ilustra sua intenção de ampliar a participação e visibilidade do Arquivo, e isto poderia ser feito, entre outras formas, com a disponibilização e divulgação de seus documentos na imprensa e entre instituições culturais.

Durante o mandato de Machado Portela, o Arquivo participou da Exposição de História do Brasil realizada em 1881 na Biblioteca Nacional, com 41 itens, entre originais de diplomas legais e códices de documentos, como, por exemplo, um “livro encadernado em marroquim encarnado contendo, em original, os autos de posse dos sete vice-reis do Brasil que residiram no Rio de Janeiro.” E outro “em veludo escarlate com fechos de prata, contendo, em original, os termos de preito e homenagem que prestavam ao soberano os governadores das capitanias, e os de juramento dos presidentes de província de 1824 a 1830.”<sup>145</sup> A listagem de itens remetidos à BN mostra que algumas Publicações reproduziram partes de códices que já existiam nas Seções, como, por exemplo, o sétimo volume, que publicou, entre outros, exatamente os “termos de preito e homenagem” mencionados acima.

Aos poucos, o diretor Joaquim Portela foi abrindo caminho para a produção editorial no Arquivo. Na proposta de orçamento que apresentou ao ministro para o exercício de 1883-1884, solicitou, pela primeira vez, verba para “publicação de catálogos e documentos inéditos” (Figura 1).<sup>146</sup>

---

<sup>142</sup> Minuta de ofício de 23 de agosto de 1880, do diretor do Arquivo Público ao ministro do Império. AN 956.

<sup>143</sup> Regulamento de 1860, artigo 48.

<sup>144</sup> Minuta de ofício de 26 de outubro de 1880. AN 956.

<sup>145</sup> “Relação do que o Arquivo Público remete à Biblioteca Nacional para a Exposição de História e Geografia Pátria”. AN 945.

<sup>146</sup> “Orçamento das despesas do Arquivo Público no exercício de 1883-1884.” Relatório geral do diretor do Arquivo Público sobre 1881, 15 de abril de 1882.

|  |                    |
|--|--------------------|
| <b>Pessoal</b>   |                    |
| Diretor  | 6:000\$000         |
| Oficiais   | 6:000\$000         |
| Amanuenses   | 6:000\$000         |
| Porteiro   | 1:200\$000         |
| Contínuo   | 960\$000           |
| Subtotal   | <b>20:160\$000</b> |
|  |                    |
| <b>Expediente</b>  |                    |
| Servente   | 920\$000           |
| Papel, penas, tinta, lacre e outros objetos para o expediente                        | 200\$000           |
| Caixas de folha de flandres para guardar documentos                                  | 200\$000           |
| Estantes e armários  | 300\$000           |
| Encadernação de livros   | 300\$000           |
| Limpeza e asseio da casa   | 200\$000           |
| Aquisição de documentos originais e por cópia autêntica no Império ou no estrangeiro | 1:000\$000         |
| <i>Publicação de catálogos e documentos inéditos</i>                                 | 2:000\$000         |
| Eventuais  | 200\$000           |
| Subtotal   | <b>5:120\$000</b>  |
|  |                    |
| <b>TOTAL</b>   | <b>25:280\$000</b> |

**Figura 1** – Proposta de orçamento do Arquivo Nacional para 1883-1884<sup>147</sup>

Esse montante representaria 8% do orçamento do órgão e quase 40% das despesas previstas de expediente, mas a proposta foi incluída no relatório do ministério daquele ano apresentado à Câmara dos Deputados:

Seria também conveniente dotar o Arquivo com uma consignação para a despesa de impressão de um – Anuário – onde se publicassem os documentos históricos que ali existem inéditos, bem como os catálogos que se acham já organizados e os que o forem sendo. Para esta despesa bastariam 2:000\$000 em cada exercício.<sup>148</sup>

Em 1883, dois anos depois, o pedido de verba tinha sido atendido, como mostra este trecho do relatório daquele ano, indicando que a impressão do *Catálogo das cartas régias* estava sendo realizada na Tipografia Nacional e que um outro volume já estava sendo organizado:

Continuou-se a retificação do catálogo de mais de 5.000 cartas régias e provisões do Conselho Ultramarino, de 1662 a 1821, que,

<sup>147</sup> Adaptado do orçamento original manuscrito citado na nota anterior.

<sup>148</sup> Relatório ministerial de 1881-1A, p. 174.



em original, existem neste Arquivo. Este trabalho, que demanda tempo e muito cuidado, pode-se dizer quase concluído, e a impressão do dito catálogo, que está sendo feita na Tipografia Nacional, já se acha muito adiantada.

Está se organizando, para também ser impresso, o Índice da correspondência dos vice-reis com a Corte de Portugal.<sup>149</sup>

O *Catálogo das cartas régias*, no entanto, só teria sua impressão concluída em 1886, e o *Índice dos ofícios dirigidos à Corte de Portugal*, em 1889. Passaram-se dois e quatro anos, respectivamente, do momento em que se iniciou a impressão na Tipografia Nacional até o término dos trabalhos de produção editorial das obras e o início de sua distribuição. Quanto ao título do “anuário”, o nome Publicações do Arquivo Público do Império apareceu apenas no relatório de 1886, ao se registrar a conclusão dos trabalhos com o *Catálogo*.<sup>150</sup> Não encontramos qualquer menção ou discussão sobre o título que seria dado à série.

Como seus antecessores, nos anos seguintes Machado Portela insistiu na construção de um edifício para o Arquivo e na retirada de suas atribuições do serviço relativo a privilégios industriais, que, de acordo com ele, era um trabalho “estranho à natureza do Arquivo e ao fim de sua instituição”.<sup>151</sup> Em 1891, essas atribuições foram transferidas para a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.<sup>152</sup> Anos depois, Machado Portela chegou a propor a criação no Rio de Janeiro de um museu industrial, para abrigar, entre outros objetos, as amostras relacionadas aos privilégios industriais, pois, “expostas ao público, poderão prestar alguma utilidade, em vez de ali permanecerem ocupando espaço e se arruinando”.<sup>153</sup>

Com o regime republicano, a história recente tornou-se rapidamente história a ser guardada na Seção Histórica do Arquivo Público Nacional.<sup>154</sup> Em 1890, Machado Portela solicitou aos governadores dos estados a remessa de cópias autênticas de documentos oficiais relativos ao “movimento político de 15 de novembro de 1889” e pediu aos agentes auxiliares que encaminhassem os jornais publicados a partir daquele dia “que contivessem notícias de qualquer natureza sobre a transformação política que

<sup>149</sup> Relatório do Arquivo Público. Relatório ministerial de 1883, anexo D, p. 6.

<sup>150</sup> Relatório ministerial de 1887, p. 76.

<sup>151</sup> Relatório ministerial de 1888, p. 72.

<sup>152</sup> Decreto n. 547, de 17 de setembro de 1891.

<sup>153</sup> Relatório ministerial de 1896-1897, p. 223.

<sup>154</sup> A mudança de nome, de Arquivo Público do Império para Arquivo Público Nacional, foi estabelecida pelo decreto n. 10, de 21 de novembro de 1889.

acabava de realizar-se”.<sup>155</sup> Em 1891, a administração federal foi reorganizada e se transferiu para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores serviços que pertenciam ao Ministério do Interior, inclusive o Arquivo.<sup>156</sup> Dois anos depois, a instituição recebeu outro regulamento,<sup>157</sup> passando a organizar-se em duas grandes seções, 1ª (dividida em Legislativa e Administrativa) e 2ª (em Judiciária e Histórica), mas a documentação a ser guardada em cada uma se manteve, não havendo mudança significativa nesse sentido. Pela primeira vez, os objetos que o Arquivo Público vinha reunindo assumiram a forma de um Museu Histórico e a instituição ganhou mais seis funcionários, havendo agora, além do diretor, dois chefes de seção, três arquivistas, três subarquivistas, um porteiro e um contínuo.

Anos antes do estabelecimento do Museu Histórico, no decreto que reorganizou o Arquivo Nacional, em 1876, mencionam-se como itens a serem arquivados na Seção Histórica da instituição “uma coleção das medalhas que tenham sido ou forem sendo cunhadas para comemorar acontecimentos pátrios ou quaisquer fatos, ou para prêmio de serviços relevantes”, e “uma coleção das moedas do Brasil, quer metálicas, quer em papel, que tenham sido ou venham a ser emitidas, bem como o modelo das apólices do governo”, indicando uma intenção prévia de guardar também objetos históricos no Arquivo, e não apenas documentos.<sup>158</sup> Sete anos depois, um relatório informa o recebimento de medalhas e moedas, definindo quais desses objetos teriam de fazer parte do museu.<sup>159</sup> A coleção foi, assim, formando-se aos poucos, até que em 1893 o Museu Histórico apareceu pela primeira vez no regulamento do Arquivo, passando a incluir, entre os objetos a serem guardados e apresentados ao público, modelos ou exemplares de patentes, cartas e diplomas, figurinos, retratos e bustos, estampas de edifícios e de monumentos, e “quaisquer objetos que tenham ou possam vir a ter valor histórico”.<sup>160</sup>

Quanto à produção editorial, o diretor deveria “dirigir as Publicações do Arquivo Público, em que se transcreverão documentos inéditos interessantes, trabalhos históricos dos empregados da repartição, catálogos, índices dos respectivos documentos etc.”, e os chefes das Seções, “dirigir a organização dos inventários, catálogos e índices”. O arquivista-secretário devia “ter sob sua guarda os exemplares das Publicações do

<sup>155</sup> Relatório do Arquivo Público. Relatório ministerial de 1891, anexo F, p. 5.

<sup>156</sup> Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891. Em 1892, o Arquivo passou a estar subordinado à 1ª Seção da Diretoria do Interior, pelo decreto n. 1.160, de 6 de dezembro, que deu regulamento à Secretaria da Justiça e Negócios Interiores.

<sup>157</sup> Decreto n. 1.580, de 31 de outubro de 1893. Reforma o Arquivo Público Nacional.

<sup>158</sup> Regulamento de 1876.

<sup>159</sup> Relatório ministerial de 1883, p. 58.

<sup>160</sup> Decreto n. 1.580, de 31 de outubro de 1893, anexo.

Arquivo, dos relatórios impressos do diretor, dos regulamentos, instruções, planos de classificação etc.”, registrando as entradas e distribuições.<sup>161</sup>

### 1.3.5 Machado Portela entre arquivos e bibliotecas

Os relatórios de Joaquim Portela eram, na maioria das vezes, longos e minuciosos, e por causa disso permitem nos aproximarmos um pouco de suas prioridades institucionais. Algumas de suas considerações remetem a ideias que marcaram a historiografia na segunda metade do século dezenove, como, por exemplo, a valorização dos documentos e da história como mestra da vida. Portela ressalta a importância do Arquivo, como órgão do Império, para a elaboração da *história oficial* do Brasil, sempre transmitindo uma compreensão dos documentos como testemunhos irrefutáveis dos acontecimentos, que seriam então descritos e reunidos de maneira coerente e lógica para escrever essa história em bases científicas e positivas. Isso leva, de certa forma, a uma valorização do trabalho dos arquivos, cujos documentos precisam ser organizados, classificados e trazidos a público para que historiadores e outros intelectuais possam chegar até eles. Havia, então, todo um trabalho anterior ao dos estudos históricos a ser feito nos arquivos.

Portela ressaltava a necessidade de se diferenciar os arquivos das bibliotecas, para que determinados documentos fossem recolhidos corretamente ao Arquivo e não à Biblioteca Nacional. Em um de seus relatórios, menciona o verbete “biblioteca” da obra de Du Cange para dizer que em Roma, na Idade Média, o chanceler guarda dos arquivos tinha a denominação de bibliotecário e que, citando Ravaisson, houve um momento em que os dois se confundiam, constituindo, ambos, parte do tesouro público.

À proporção, porém, que com o correr dos tempos tanto foram avultando e diversificando os títulos ou atos oficiais, como se multiplicando os livros, tornando perduráveis e divulgáveis as variadas produções do gênio literário e científico, as narrações históricas, as descrições artísticas ou meramente recreativas; à proporção que cada vez mais se foi acentuando o caráter diferencial de livros e de documentos públicos, começou-se a fazer melhor distinção entre uns e outros: e então das bibliotecas se foram separando os arquivos.<sup>162</sup>

<sup>161</sup> Artigos 38, 43 e 50 do regulamento.

<sup>162</sup> Relatório do Arquivo Público. Relatório ministerial de 1891, anexo F, p. 9-10.

Menciona ainda Camus, primeiro diretor do arquivo nacional francês, que em relatório dizia que: “As bibliotecas são compostas de livros como os arquivos são compostos de documentos”.<sup>163</sup> Na intenção de estabelecer essas diferenças, Joaquim Portela traz “ainda outras autoridades” (nos termos dele): uma memória de Daunot, que sucedeu a Camus na direção dos *Archives*, datada de 1812; um parecer do Congresso Internacional de Estatística reunido em Florença, em 1867; uma memória do senhor Cechetti, impressa em Veneza, em 1869,<sup>164</sup> além de uma colocação do primeiro diretor do Arquivo, Ciro Cândido Martins de Brito, feita em 1851, sobre a importância dos arquivos nacionais nos países europeus. Acessamos, assim, algumas de suas leituras, e confirmamos que ele conhecia essas obras que orientavam o trabalho dos arquivos no período, e podem, dessa forma, ter fornecido subsídios para sua atuação no Arquivo, seja no que se refere ao recolhimento e classificação dos documentos, seja na elaboração e publicação dos instrumentos de pesquisa – enfim, ao que deveria ser o Arquivo Público e o que ele deveria representar para o país.

O prefácio e a advertência do primeiro volume das Publicações do Arquivo, *O catálogo das cartas régias*, também trouxeram algumas indicações sobre o ponto de vista de Machado Portela quanto à importância da produção editorial no Arquivo, que tipo de obras deveriam ser priorizadas e como havia sido elaborado o próprio catálogo. As considerações dele são permeadas, aqui também, de referências francesas. De acordo com Portela, era fundamental publicar, não bastando para um arquivo classificar documentos que constituíssem um “patrimônio nacional” e reunissem “fontes autênticas” para a história do país.

Jamais passará ele de um tesouro soterrado, se não prestar aos estudiosos, aos historiadores, aos políticos, à administração do Estado e até aos simples curiosos a utilidade que pode e deve prestar. Para isso, o meio mais direto e eficaz é não só proceder a circunstanciado inventário, organizar bons catálogos e índices, como dá-los à estampa, e publicar inéditos interessantes e a notícia de tudo o que possuir de merecimento histórico.<sup>165</sup>

<sup>163</sup> No original: “Des bibliothèques sont composées de livres comme des archives sont composées de titres.” Tradução nossa.

<sup>164</sup> CECCHETTI, Bartolomeo. *Sulle caratteristiche degli archivi e delle biblioteche/osservazioni di Bartolommeo Cechetti*. Venezia: Tip. Antonelli, 1869.

<sup>165</sup> PORTELA, Joaquim. [Prefácio]. In: AN. *Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás e avisos de 1662 a 1821, existentes no Arquivo Público do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. (Publicações do Arquivo Público do Império, I), p. III.

Portela se refere à produção editorial como “essa condição quase característica de um arquivo”, e ressalta, citando o *Manual de arquivística* de Champollion, que “É o que nos Estados civilizados fazem os Arquivos Públicos, não já os de primeira ordem, como ainda os de somenos categoria e riqueza documentária.”<sup>166</sup> Menciona, então, a edição de três tipos de obras, os catálogos, as publicações de documentos e os estudos históricos, embora priorize nesse primeiro momento os catálogos, dizendo que, “sob o título Publicações do Arquivo Público do Império, sairão à luz ora catálogos e índices, ora documentos inéditos e notícias de papéis de interesse histórico”. “Julguei conveniente começar pelos catálogos: são eles não só de mais precisão para o manejo interno deste estabelecimento, como de mais geral utilidade para o público, a quem revelam uma espécie de galeria retrospectiva sobre diversos assuntos.” A advertência ao *Catálogo* traz também considerações importantes, mostrando um pouco o projeto editorial que levou a essa configuração do livro e que seria mantida com poucas alterações em outros volumes das Publicações do Arquivo.

Organizado, como convinha, por ordem cronológica, não permite ele que fácil seja procurar entre tantos atos oficiais os que concernem a um mesmo assunto ou objeto, expedidos em diferentes datas, às vezes bem distanciadas: era mister, pois, que o precedesse um índice alfabético dos assuntos, ao menos os mais importantes. Fez-se esse índice, [...] no qual, aliás, não se acham indicados os atos relativos a pretensões ou interesses meramente individuais, ou a disposições sem relevância.

A fim de se poder saber de pronto em que reinado ou por qual monarca foi expedido qualquer dos atos mencionados no Catálogo, compôs-se uma Tabela demonstrativa do período de cada reinado, com o nome do monarca ou regente, com a data de seu nascimento, subida ao trono e falecimento, - tabela que serve igualmente de explicação da Estampa dos *fac-símiles* das respectivas firmas.

[...] parece não fora de propósito, e antes oportuna e congruente, já por curiosidade e já por interesse arquivístico, não só a publicação de uma *Memória sobre a real assinatura*, como também a transcrição *in totum* de uma das cartas régias e de uma das provisões do Conselho Ultramarino, transcrição que, além de tornar conhecida a forma de um e de outro de tais atos, patenteará, outrossim, o paciente trabalho que houve no extratar papéis de semelhante natureza.<sup>167</sup>

---

<sup>166</sup> Id., *ibid.*

<sup>167</sup> PORTELA, Joaquim. [Advertência]. In: AN, op. cit., p. VII.

Portela demonstra preocupação com o uso da obra pelos pesquisadores, interesse que se mostra na inclusão de recursos como índices, exemplos, reproduções e explicações sobre assinaturas encontradas nos documentos. Com essa advertência, estabeleceria um padrão para os catálogos e publicações de documentos que seriam lançados na série Publicações do Arquivo Público do Império, que acabara de inaugurar.

## 2 O Arquivo Nacional na Primeira República: permanências e mudanças

Após o lançamento das Publicações do Arquivo Nacional em 1886, diversas mudanças aconteceram no país e na instituição, que começou a publicar obras avulsas, realizou exposições em seu edifício no Campo de Santana e chegou a ocupar as páginas dos jornais do Rio de Janeiro por causa de um escândalo de mau uso da verba pública. Até 1922, seria administrada por outros cinco diretores, após Joaquim Portela, cada um com perfil, trajetória, projeto e atuação diferentes à frente do Arquivo. Portela permaneceu no cargo até 1898, ano em que se aposentou, e foi substituído por Pedro Veloso Rebelo (1834-1902). Na gestão de Rebelo, que ocupou o cargo por quatro anos, foram editados dois volumes das Publicações, o *Índice da correspondência da corte de Portugal com os vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1863 a 1807* (volume III, 1901) e *Memórias* (IV, 1903).

Em 1907, houve a transferência para o edifício da Praça da República, número 26, que abrigaria o Arquivo até 1985. Nesse mesmo ano tiveram início os trabalhos das oficinas gráficas do Arquivo, ao que parece a partir das instalações usadas antes para a litografia do Museu Nacional, que ocupara anteriormente o prédio. Os equipamentos de tipografia foram trazidos da Imprensa Nacional. Essas duas mudanças tiveram lugar na administração de Francisco Joaquim Bethencourt da Silva (1831-1911), arquiteto que havia assumido a direção do Arquivo em 1902. Coincidentemente, um ofício de Machado Portela ao ministro dos Negócios do Império, em 1874, mencionava o futuro diretor ao comunicar as “contas do que foi despendido com a aquisição dos objetos e consertos dos móveis” recebidas do “engenheiro Francisco Joaquim Bethencourt da Silva”, possivelmente na condição de diretor do Liceu de Artes e Ofícios.<sup>1</sup> Bethencourt da Silva fundou a Sociedade Propagadora das Belas Artes em 1856 e era arquiteto da Casa Imperial.

O Arquivo Nacional realizou no período pequenas exposições em seu edifício em comemoração a datas nacionais. O primeiro evento desse tipo que identificamos aconteceu em 21 de abril de 1892 – centenário da execução de Tiradentes –, na administração de Machado Portela, quando foram expostos documentos relativos à Inconfidência Mineira que teriam sido vistos, no dia da inauguração, por quarenta

---

<sup>1</sup> Ofício do diretor do AN ao ministro dos Negócios do Império, 4 de março de 1874, AN 2, f. 263 v.

pessoas.<sup>2</sup> Essa exposição sobre os inconfidentes aconteceu, pelo menos, outras duas vezes, em 1902, com vinte visitantes na abertura, e 1903, com 95. Essas exposições eram geralmente noticiadas pela imprensa do Rio de Janeiro, momento em que o Arquivo Nacional aparecia de forma mais intensa nos jornais.

Além da realização de exposições, e da oferta de documentos para essas ocasiões, como na Exposição Nacional de 1908, o Arquivo participou de congressos importantes, como o Congresso Internacional de Americanistas – edição XIX, 1914, em Washington, e XX, 1922, no Rio de Janeiro, tendo como presidente Antônio Carlos Simoens da Silva (na ocasião agente auxiliar do Arquivo no Distrito Federal) – e o VI Congresso Brasileiro de Geografia, que aconteceu em Belo Horizonte, em 1919, e contou igualmente com a participação de Simoens da Silva, como representante do Arquivo Nacional. Nesses encontros, esteve ao lado de outras instituições, como o IHGB, a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional, participando, de certa forma, do cenário cultural da época.

## **2.1 Entre conservação e edição: as oficinas tipográficas e de encadernação**

Os cinco volumes das Publicações editados na administração de Bethencourt da Silva foram: *Índice da coleção de ordens régias (1719-1807)* (1906), *Índice da correspondência de Santa Catarina, 1779-1790, ativa e passiva* (1907), *Livro dos termos, homenagens e assentos* (1907), *Índice da correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades (1718-1763)* (1908) e *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais* (1909), e correspondem aos volumes V a IX, reunindo catálogos e publicações de documentos. A primeira obra a ser impressa na tipografia do Arquivo foi o volume VII, conhecido como *Livro dos termos, homenagens e assentos*, em 1907. Em julho daquele ano, o diretor Bethencourt da Silva encaminhou exemplares para diversas instituições e homens ilustres, acompanhados de uma carta padrão em que ressaltava a relevância da abertura das oficinas para o Arquivo Nacional, cumprindo “o gratíssimo dever de participar que esse serviço foi executado nas oficinas tipográficas e

---

<sup>2</sup> Relação dos visitantes da exposição sobre a Inconfidência Mineira, 1892, 1902 e 1903, AN 945.



de encadernação deste estabelecimento, justa aspiração de todos os tempos, e que o colocou suficientemente preparado para os seus trabalhos mais importantes”.<sup>3</sup>

Durante os dez primeiros anos da série, as Publicações tinham sido impressas na Imprensa Nacional, também vinculada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que prestava serviços para outras instituições públicas. No entanto, nem todo o trabalho era preparado nessa tipografia. No volume I, uma folha encartada com imagens contém a indicação da “litografia de P. Robin & Ca – Rio de Janeiro”, que, assim como a Imprensa Nacional, realizava trabalhos para ministérios e outras instituições do Império. No *Almanaque Laemmert* de 1886, consta um anúncio de P. Robin de página inteira: “premiados em diversas exposições – Litografia artística e comercial”, mencionando que haviam publicado “a segunda edição do Atlas Completo de Geografia do Império do Brasil”.<sup>4</sup> Dez anos antes, a litografia constava, igualmente, como tendo preparado as estampas do volume I dos *Anais da Biblioteca Nacional*, de 1876. É possível que o recurso a uma litografia particular tenha sido necessário porque naquele momento as oficinas de litografia e heliografia que funcionavam na Tipografia Nacional tinham sido fechadas, em 1879, por causa da rescisão de contrato com os irmãos Carlos e Frederico Smith. Apenas em 1888 foi reinstalada a oficina litográfica,<sup>5</sup> e talvez por isso os volumes seguintes das Publicações do Arquivo façam referência apenas à Imprensa Nacional, não mais à litografia de Paulo Robin ou a qualquer outra oficina particular.

A impressão das Publicações na Imprensa Nacional implicava impacto no orçamento do Arquivo, que, além da produção editorial, tinha outra demanda importante de serviços gráficos: a encadernação de documentos, entre outros trabalhos relacionados ao tratamento técnico do acervo. Embora não tenhamos encontrado menções diretas a isso na documentação, é possível que essas necessidades tenham sido consideradas para que o Ministério da Justiça e Negócios Interiores aprovasse a instalação, no edifício do Arquivo Nacional, de uma tipografia, em 1907, na administração de Bethencourt da Silva. Outro aspecto que deve ser levado em conta é a independência e agilidade que a instituição poderia ter com a sua tipografia, evitando atrasos como o que aconteceu com o volume VI das Publicações. Em julho de 1906, Bethencourt da Silva pedia que se

---

<sup>3</sup> Carta padrão impressa, julho de 1907, AN 956.

<sup>4</sup> No *Almanaque Laemmert*, identificamos a litografia como “Paulo Robin & C.”, situada à rua da Assembleia, n. 44-46. *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1886*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1886, p. 1.957.

<sup>5</sup> MIRANDA, Francisco G. *Memória histórica da Imprensa Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922, p. 61.

agilizasse a impressão do livro, segundo ele “em provas” na Imprensa Nacional desde o mês de março.<sup>6</sup>

Durante parte do século dezenove, a encadernação de documentos e de obras para a biblioteca do Arquivo Nacional tinha sido feita por encadernadores particulares que eram contratados por serviço, como mostram solicitações de ordem de pagamento, do diretor ao ministro dos Negócios do Império, pelo Tesouro Nacional a Nuno Álvares da Silva, em 1874, e Luís Augusto Hack, em 1875.<sup>7</sup> A partir daquele ano, no entanto, esse trabalho passou a ser realizado na oficina de encadernação do Instituto Comercial dos Meninos Cegos e dos Surdos-Mudos, conforme determinação do ministério.<sup>8</sup> Como dissemos, a encadernação representava despesas permanentes e que podiam representar 14% dos gastos com expediente, se excluída a aquisição e a publicação de documentos.<sup>9</sup> Assim, a instalação das oficinas foi um avanço importante para o Arquivo Nacional.

Nas décadas seguintes, e até os anos 1940, as oficinas seriam responsáveis não apenas pelos trabalhos internos, mas também pela prestação de serviços gráficos a outros órgãos da administração pública, nos moldes do que fazia a Imprensa Nacional. No entanto, o Arquivo não era uma exceção, outras instituições da época possuíram oficinas tipográficas ou litográficas. A Oficina Tipográfica da Biblioteca Nacional, por exemplo, tinha sido instalada na administração de Manuel Cícero Peregrino da Silva (1900-1924), e a litografia do Museu Nacional, entre 1878 e 1879, por Ladislau Neto.<sup>10</sup>

Parece que o Arquivo Nacional possuiu apenas uma oficina tipográfica, mas não uma litografia. Em 1921, o diretor Alcides Bezerra pediu a um funcionário para abrir concorrência para confecção de clichês dos fac-símiles das assinaturas e dos retratos dos “vultos da revolução de 1824” para um dos volumes das Publicações dedicados à Confederação do Equador, indicando que não havia equipamento para produzir esse tipo de estampas.

Os órgãos para os quais o Arquivo Nacional prestou serviços gráficos com maior frequência no período estudado foram a Diretoria-Geral de Saúde Pública (DGSP) e a

---

<sup>6</sup> Minuta de ofício n. 175, do diretor do AN para a IN, 31 de julho de 1906, AN 956.

<sup>7</sup> Ofício de novembro de 1874, AN 2, f. (Álvares da Silva); ofício de 6 de julho de 1875, AN 2, f. 291v.-292 (Hack). Encontramos apenas esses dois ofícios mencionando a contratação de serviços de encadernação a particulares.

<sup>8</sup> Ofício do diretor ao ministro dos Negócios do Império, 13 de agosto de 1875, AN 2, f. 292 v.-293. A ordem de prestação de serviços de encadernação pelo Instituto foi dada pelo aviso de 11 de agosto de 1875.

<sup>9</sup> “Orçamento das despesas do Arquivo Público no exercício de 1883-1884”. Relatório geral do diretor do Arquivo Público sobre 1881, 15 de abril de 1882, AN 38.

<sup>10</sup> AGOSTINHO, op. cit.

Escola Nacional de Belas-Artes, ambas subordinadas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. É extensa a correspondência trocada com essas duas instituições sobre trabalhos das oficinas.<sup>11</sup> Da Saúde Pública, foram impressos o *Boletim Mensal de Estatística Demógrafa-Sanitária* (com tiragem em torno de seiscentos exemplares), o *Anuário Demográfico* e “diversos modelos necessários aos serviços da mesma diretoria”, entre livros de visita, cartões, talões e envelopes.<sup>12</sup>

Em 1911, em um pedido da DGSP para impressão de cinquenta livros de visita para as Inspetorias de Saúde dos Portos, um orçamento manuscrito por um funcionário do Arquivo Nacional indica que o serviço custaria 127\$000 rs, mas que este valor seria reduzido para 115\$000 “se vierem os três compositores pedidos em ofícios anteriores”.<sup>13</sup> Para trabalhos maiores, então, podiam ser trazidos profissionais externos, reduzindo-se o custo do serviço e modificando-se, ainda que temporariamente, a equipe de operários das oficinas. Além de pessoas, podiam ser oferecidos insumos gráficos para reduzir os custos.

O primeiro registro referente à Escola de Belas-Artes é de 1912, um pedido de composição e impressão de vinte exemplares dos “projetos de Regimentos do Conselho Superior de Belas-Artes e Exposições-Gerais de Belas-Artes”,<sup>14</sup> e a maior parte da correspondência sobre isso se estabeleceu entre o primeiro diretor da ENBA (1890-1915), Rodolfo Bernardelli, e o do Arquivo, Alcibíades Furtado.

Em 1913, o Arquivo Nacional deixou de realizar esses trabalhos,<sup>15</sup> mas, em 1916, voltou a imprimir materiais da DGSP. No entanto, ficou estabelecido que a Diretoria “fornecerá papel e tinta, e designará um impressor e um compositor destacados do grupo de trabalhadores da Inspetoria dos Serviços de Profilaxia”. Em razão da abrangência das ações da DGSP, algumas tiragens encomendadas ao Arquivo eram significativas, como os dez mil cartões solicitados em 1912.<sup>16</sup> Com as oficinas, o Arquivo passou a contar com mais uma fonte de arrecadação, além da emissão de certidões pela Seção Judiciária.

---

<sup>11</sup> AN 956.

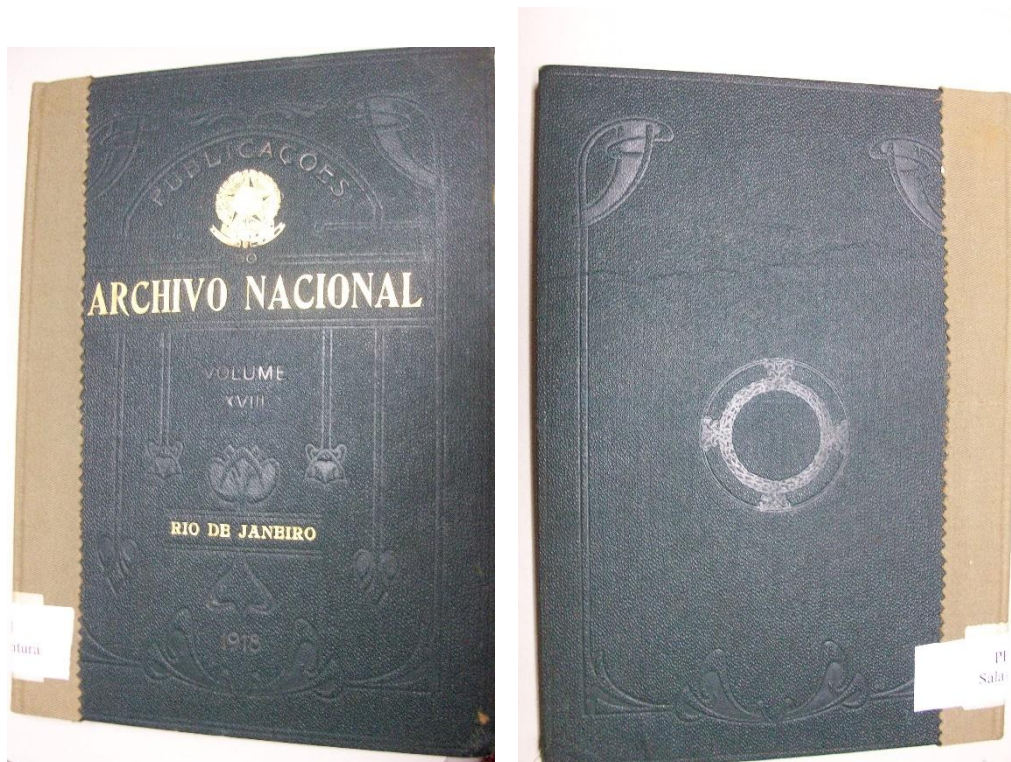
<sup>12</sup> Aviso n. 110 do ministro da Justiça para o diretor do AN, 4 de outubro de 1911, AN 956.

<sup>13</sup> Aviso n. 1.697 da DGSP para o diretor do AN, 23 de outubro de 1911, AN 956.

<sup>14</sup> 13 de julho de 1912.

<sup>15</sup> Minuta de ofício n. 41 do diretor do AN para a ENBA, 8 de março de 1913, AN 956.

<sup>16</sup> Ofício do ministro da Justiça para o diretor do AN, 13 de dezembro de 1916; ofício da DGSP para o AN, 12 de março de 1912, AN 956.



**Figura 2** – Encadernação original das oficinas gráficas e de encadernação, 1918

Em 1910, com a morte de Francisco Bethencourt, tomou posse o bacharel em direito Alcibiades Estevão Furtado, que permaneceu no cargo até 1915 e foi responsável pela edição de mais cinco volumes, X a XIV: *Governadores do Rio de Janeiro: correspondência ativa e passiva com a Corte, Índice da coleção governadores do Rio de Janeiro, Índice da coleção de alvarás, cartas e provisões (1753-1808), Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional e Os Schetz da capitania de São Vicente*, entre catálogos e publicações de documentos. Em sua gestão, em 1911, o Arquivo recebeu um novo regulamento,<sup>17</sup> que alterou algumas definições do anterior, aprovado em 1893, ainda na administração de Joaquim Portela.

O nome da instituição mudou para Arquivo Nacional e sua organização foi alterada, voltando a possuir três seções (Administrativa, Histórica, e Legislativa e Judiciária), mas se manteve a classificação dos documentos dada por Portela de acordo com “as três épocas históricas do país: Brasil-Colônia, Brasil-Império e Brasil-República”.<sup>18</sup> A mudança mais importante em relação ao acervo foi a previsão de recolhimento de documentos do Judiciário federal e do município, autos de inquérito federais sobre movimentos políticos e, dos cartórios do Distrito Federal, os livros de

<sup>17</sup> Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Aprova o regulamento do Arquivo Nacional.

<sup>18</sup> Id., art. 21.

notas, registros de casamento e tombos de capelas que tivessem mais de quarenta anos e os livros de registro de nascimento, casamento e óbito com mais de dez anos.<sup>19</sup> A previsão de recolhimento de novos conjuntos está relacionada à mudança do Arquivo para a Praça da República, que aumentou o espaço físico disponível, e, como as seções que mais traziam rendimentos eram a Legislativa e a Judiciária, devido às certidões que forneciam para fins jurídicos, o recolhimento desses novos conjuntos significava aumento também nos serviços prestados e, conseqüentemente, na arrecadação.

Nesse período, o Arquivo estava vinculado à Diretoria do Interior do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e suas atribuições eram “adquirir e conservar cuidadosamente, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à administração, à história e à geografia do Brasil e quaisquer outros que o governo determinar”.<sup>20</sup> Se estas atribuições já pareciam amplas demais no século dezenove, na Primeira República elas se tornariam ainda mais difíceis de cumprir. Ao contrário de 1838, quando foi criado o Arquivo Público do Império, agora existiam no país, além do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, diversos institutos históricos e arquivos.

Quanto às Publicações, o escopo da série foi ligeiramente ampliado, passando-se a prever também a publicação de trabalhos sobre diplomacia: “se transcreverão documentos inéditos interessantes, trabalhos sobre diplomacia e históricos dos empregados da repartição, catálogos, índices dos respectivos documentos etc.”, mudança relacionada às questões de limites por que o país passava naquele momento. A “direção” das Publicações do Arquivo Nacional era responsabilidade do diretor da instituição, que também deveria estabelecer com os chefes de cada Seção medidas relacionadas “à confecção de inventários”. Foi prevista, ainda, a permuta das Publicações do Arquivo, então no décimo primeiro volume, com outras de instituições congêneres.<sup>21</sup>

Foi estabelecido ainda um Curso de Diplomática, “em que se ensinarão a paleografia com exercícios práticos, a cronologia e a crítica histórica, a tecnologia diplomática e regras de classificação”. As aulas, ministradas por funcionários do Arquivo, aconteceriam uma vez por semana e teriam início dentro de um ano. Iniciativa semelhante teve lugar na Biblioteca Nacional, um curso de biblioteconomia, definido na

---

<sup>19</sup> Artigo 6º.

<sup>20</sup> Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Aprova o regulamento do Arquivo Nacional, artigo 1º.

<sup>21</sup> Id., artigo 36, inciso XIV; artigo 12.

reforma da instituição também naquele ano. Em 1922, seria encerrado o curso de diplomática oferecido pelo Arquivo, após o estabelecimento de um curso técnico com duração de dois anos, comum ao Arquivo, à Biblioteca Nacional e ao Museu Histórico Nacional, destinado à formação de oficiais e amanuenses, mas que não chegou a se realizar. Ao Arquivo caberiam as cadeiras de história administrativa e política do Brasil, e cronologia e diplomática. E o quadro de funcionários foi ampliado de doze para 23 empregados.<sup>22</sup>

A administração de Alcibíades Furtado foi marcada também por um escândalo que ocupou as páginas dos jornais do Rio de Janeiro entre 1914 e 1916. Uma carta em papel timbrado do Arquivo Nacional endereçada a Ramalho Ortigão, datada de 13 de junho de 1914, se manifestava contra a “impatriótica campanha” movida pela imprensa contra a instituição, ao que parece, as acusações feitas contra o seu diretor Alcibíades Furtado.<sup>23</sup> Em março do ano seguinte, o ministro do Interior mandou responsabilizar criminalmente Furtado, então ex-diretor do Arquivo. Entre outras acusações, Furtado estava sendo responsabilizado por “se aproveitar das oficinas de sua repartição para trabalhos particulares”, e também havia acusações contra outros funcionários.<sup>24</sup>

Dois volumes das Publicações foram lançados por Frederico Schumann (1815-1917), nomeado diretor após a exoneração de Furtado: *Governadores do Rio de Janeiro: correspondência ativa e passiva com a Corte – Livro II: 1725-1730*, e a segunda parte do *Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional*.

Com a morte de Francisco Schumann, assume a direção do Arquivo o professor Luís Gastão d'Escragnolle Doria (Rio de Janeiro, 1869-1948), nomeado pelo presidente da República, Venceslau Brás. Em sua administração, foram editados cinco volumes das Publicações, e ele foi pessoalmente responsável por uma mudança de rumos significativa nas definições gráficas e editoriais da série, que envolveu, entre outras transformações, a publicação de artigos originais, o uso de imagens e a edição de miscelâneas, e não apenas de catálogos e publicações de documentos. Escragnolle Doria também participaria, como diretor do Arquivo, das discussões sobre a criação de um museu histórico nacional, manifestando-se contrário à iniciativa e defendendo o Museu Histórico do Arquivo como “o” museu nacional histórico.

<sup>22</sup> Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911, artigo 10; decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento, inciso VI.

<sup>23</sup> AN 988.

<sup>24</sup> “Finalmente, o dr. Furtado aparece e convence-se da anarquia de sua repartição”. *Jornal do Commercio*, 9 de janeiro de 1915, p. 3.

Doria era filho de Luís Manoel das Chagas Dória, general de divisão reformado, bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas e professor da Escola Superior de Guerra, e de Adelaide d'Escragnolle Taunay, filha do barão de Taunay. Seria mais adiante incumbido de elaborar o que se tornaria a *Memória histórica do Colégio de Pedro II*, sobre os primeiros cem anos do colégio do qual foi professor, e depois disso jubilou-se e recebeu o título de Professor Emérito. Coursou a Faculdade de Direito de São Paulo, exerceu a advocacia e depois o magistério e as letras, tendo escrito alguns livros e colaborado em diversos periódicos. Ingressou no Colégio Pedro II em 1906, na cadeira de História Universal. Em 1909-10 e 1911-12, esteve na Europa a serviço do governo brasileiro, à disposição do Ministério das Relações Exteriores, para pesquisar e recolher nos arquivos europeus documentos que pudessem interessar à história do Brasil. E, em 1912, tornou-se sócio do IHGB, como o seria de outras sociedades.<sup>25</sup> Era, portanto, um homem com razoável inserção no campo<sup>26</sup> intelectual da Primeira República. No primeiro relatório de sua administração, após elogiar o seu antecessor Frederico Schumann, morto em 1º de maio de 1917, Luís Gastão d'Escragnolle Doria ressalta seu percurso pessoal e, principalmente, sua atuação no Colégio de Pedro II, além de suas relações anteriores com o Arquivo Nacional. Diz, inclusive, que nem precisou ser apresentado a muitos dos funcionários casa, porque já os conhecia devido à “constância de estudos e pesquisas”.

A transferência do exercício de minha atividade da cadeira de História Universal, especialmente da América e do Brasil do Externato do Colégio de Pedro II, obtida mediante concurso em 1906, para o posto de primeiro zelador dos documentos mais importantes do país, representou transição natural para quem, desde cedo, na terra nativa e no estrangeiro, sempre se mostrou amigo fiel e entusiasta da terra estremecida. De professor de história pátria me tornei defensor oficial dela.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> Luís Gastão d'Escragnolle Dória: apontamentos bibliográficos. In: DORIA, L. G. d'Escragnolle. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837-1937)*. ed. revista e atualizada. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997 [1937].

<sup>26</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: Unesp, 2004.

<sup>27</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 15 de fevereiro de 1918 pelo diretor do Arquivo Nacional, Luís Gastão d'Escragnolle Doria. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1918, p. 1.

## 2.2 Escragnolle Doria e o Arquivo Nacional como “amigo conversável à gente”

Na administração de Luís Gastão Doria foram lançados cinco volumes das Publicações do Arquivo Nacional, três miscelâneas, um almanaque e um catálogo – a reedição do primeiro volume da série – no período de 1917 a 1922. Em seus textos e relatórios, fica claro o interesse pela publicidade do Arquivo Nacional e a necessidade de que seja o “*amigo conversável à gente*”,<sup>28</sup> duas ideias que estarão na base de suas iniciativas como diretor – entre elas, as mudanças gráficas e editoriais nas Publicações.

Doria se dizia contrário à imagem que, segundo ele, a maioria das pessoas no Brasil tinha dos arquivos, de “repartições mortas e, ousou dizer, de serviços defuntos”.<sup>29</sup> Seria preciso propagar permanentemente a função e os serviços prestados pelo Arquivo por meio de conferências, projeções cinematográficas e viagens de empregados e do diretor. “A classe dos arquivistas-viajantes é tão imprescindível num Arquivo Nacional quanto a dos naturalistas-viajantes num Museu de História Natural.”<sup>30</sup>

Em julho de 1918, passou a publicar no *Jornal do Commercio* “a estatística mensal dos trabalhos do Arquivo, dando ao público a impressão contínua do labor do estabelecimento.”<sup>31</sup> No primeiro artigo, defendeu a construção de um edifício para abrigar o Arquivo nas proximidades da avenida Central, perto das outras “grandes instituições intelectuais do Estado”, como a Biblioteca Nacional e a Escola de Belas-Artes, erguendo-se assim “o verdadeiro Arquivo e Museu de História Nacional”. Enquanto isso não acontecia, fez várias pequenas mudanças no edifício no Campo de Santana, mandando, por exemplo colocar na entrada “duas placas de metal de letras bem visíveis e tamanho regular com o dístico – Arquivo Nacional” e dispendo um mostruário na entrada com objetos históricos, “para dar ideia ao mais inculto da natureza e dos fins da instituição”.<sup>32</sup> Essa “lição histórica e muda do vestibulo”<sup>33</sup> foi complementada por inscrições nas duas pilastras da entrada: “O Arquivo Público, repartição expressamente mencionada na Constituição do Império, foi criado pelo decreto de 2 de janeiro de 1838, reinando d. Pedro II, sendo regente do Império Pedro de Araújo Lima e ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos” e “O Arquivo

<sup>28</sup> Relatório sobre 1917, p. 4.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>30</sup> Relatório sobre 1918, p. 32.

<sup>31</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 32.

<sup>32</sup> Relatório sobre 1917, p. 6.

<sup>33</sup> *Id.*, *ibid.*



Público é a história dormida da nação”, passagem da *Efemérida histórica do Brasil*, de Joaquim Manoel de Macedo

Citando na materialidade do edifício sua previsão na Constituição de 1824, o imperador, o regente e o ministro, tentava conferir legitimidade e ressaltar a antiguidade do Arquivo. Um apreço significativo pelo Império e seus símbolos permeia as considerações de Escragnolle Doria, assim como a valorização do papel do Estado como guardião da memória e da história nacional. Colocou as armas do Império, de bronze, que ornavam o edifício da Imprensa Nacional no momento da proclamação da República e que estavam guardadas numa sala do andar inferior, tratando de mandar “limpá-las, suspendê-las e dar-lhes apreço qual objeto não só de valor histórico como representativo dos progressos da indústria brasileira nos fins do segundo reinado”.<sup>34</sup> As salas do Arquivo Nacional receberam nomes condizentes com as inscrições feitas nas pilastras do edifício, como D. Pedro II (futuras Secretaria e sala de consultas) e Marquês de Olinda (sala de trabalhos da Seção Administrativa, “administrador supremo em nosso país”). Ex-diretores da instituição também deram nome a salas, como Joaquim Caetano (Seção Histórica), Martins de Brito (“sala do Cofre”, primeiro diretor) e Machado Portela (Museu Histórico). A passagem da *Efemérida* de Joaquim Manoel de Macedo é a mesma que Doria definiu como epígrafe das Publicações. Essas e outras mudanças expressam sua intenção deliberada de divulgar e ampliar a visibilidade da repartição que dirigia. De acordo com ele: “Aos poucos, as novas denominações têm se imprimido na memória pública e até na particular”.<sup>35</sup> Foi instalado ainda um elevador elétrico e iluminação elétrica na Sala Sete de Setembro, destinada a futuras conferências, “para realce do papel intelectual da repartição”.<sup>36</sup>

Por outro lado, a pedido de Escragnolle Doria, foi suspenso o recolhimento de livros e documentos para o Arquivo, em 1917, porque não haveria condições de receber mais materiais se ainda não se conhecia nem se tinha inventariado o que já existia. Nos termos dele:

Arrumado todo o estabelecimento, trata-se agora de conhecê-lo, lembrado que o governo francês ordenou, não há muito, a arrecadação e venda de todos os papéis inúteis dos arquivos de França. Calcula-se que nos referidos arquivos se encontrem mais de duzentas toneladas de documentos sem importância, vendidos a 3 francos o quilo.

---

<sup>34</sup> Ibid., p. 8.

<sup>35</sup> Relatório sobre 1918, p. 16.

<sup>36</sup> Ibid., p. 15.

Arquivo bem entendido deve equivaler a escol. Por isso recuso receber bateladas de documentos sem o menor préstimo.<sup>37</sup>

Não compreendia como a instituição, criada em 1838, até aquele momento não possuía um inventário geral dos documentos, ressaltando a necessidade de elaborá-lo com urgência, para que não se dependesse tanto da experiência dos funcionários – “Feliz o dia em que o estudioso dos pontos mais remotos do país, no Acre, em Goiás, no Rio Grande do Sul puder ter à mão os inventários que lhe consintam estar no Arquivo Nacional, sem sair do gabinete de estudo”.<sup>38</sup> Sairia, no entanto, sem que esses inventários estivessem prontos.

Quando Doria chegou ao Arquivo, a instituição já possuía 41 funcionários: um diretor, três chefes de seção, quatro arquivistas, três subarquivistas, nove amanuenses, cinco auxiliares, um inspetor das oficinas, e sete empregados, um porteiro, um ajudante de porteiro e seis serventes. De acordo com ele, a situação do órgão era de desorganização, de modo que a pesquisa “consistia em pôr para cima o que estava embaixo e vice-versa.”<sup>39</sup> Defendeu em seus relatórios exigências maiores no regulamento do Arquivo para aumentar a “produção intelectual” dos empregados, “aos quais, em toda a parte, não basta a pontualidade”, determinou a entrega de relatórios mensais por cada um e disse ter começado a solicitar aos funcionários trabalhos variados, “aprestando-o para a formação de arquivistas e não de escriturários.”<sup>40</sup> Propôs, ainda, a realização de concurso para ampliação dos quadros, inclusive uma vaga de “amanuense desenhista”, para “reprodução de monumentos, inscrições e quanto o serviço do presente alvitre para conservar o passado”.<sup>41</sup>

A intenção de Escragnolle Doria – e ele deixava isso bastante claro – era “tornar o Arquivo Nacional o representante supremo do Estado em tudo quanto entenda com a história e a tradição do país”.<sup>42</sup> Isso se refletiria na vontade de trazer para a instituição a fiscalização dos monumentos, a condução de prêmios para estudos históricos, o direito de solicitar o recolhimento de documentos oficiais dos homens públicos sobre negócios de Estado, e de fazer do seu Museu Histórico “o” museu nacional histórico do país.

---

<sup>37</sup> Ibid., p. 13.

<sup>38</sup> Ibid., p. 24-25.

<sup>39</sup> Relatório sobre 1917, p. 13.

<sup>40</sup> Ibid., p. 22; 30.

<sup>41</sup> Relatório sobre 1918, p. 19.

<sup>42</sup> Ibid., p. 32.

É mister, pois, que V. Ex. coadjuve o Arquivo Nacional, a fim de regular o assunto, sob o ponto de vista superior de ação governamental, capaz de conservar-nos ao lado da história escrita pelos homens a história feita pela pedra, pela cal, pela madeira, por tudo quanto os séculos pretéritos semearam para os vindouros. / Urge cuidar do assunto, com a maior atenção, com o maior carinho, e, neste particular, o Arquivo Nacional tem o direito de esperar tudo do governo do país [...].<sup>43</sup>

Quanto aos prêmios, pretendia que a instituição supervisionasse qualquer concurso nacional que premiasse trabalhos historiográficos, “cujo julgamento o Arquivo confiará a doutos de sua confiança”.<sup>44</sup>

### **2.3 O Museu Histórico e as comemorações do Centenário: o Arquivo Nacional como guardião da história pátria**

Condizente com a intenção de Doria de trazer o Arquivo para o centro das ações governamentais relativas à história e ao patrimônio foi sua participação nas discussões sobre a criação de um museu histórico nacional, nas proximidades do Centenário de 1822. Em 1919, veio a público um folheto de sua autoria intitulado *O Museu Histórico do Arquivo Nacional: seu papel como museu do Estado*, uma exposição de motivos ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Urbano Santos da Costa Araújo, contra o projeto de lei que criaria um museu histórico sob a responsabilidade do IHGB. De acordo com Escragnolle Doria, já existia um Museu Histórico no Arquivo Nacional, e destinar a uma sociedade particular a condução de um museu como esse seria retirar do Estado brasileiro uma atribuição fundamental, a guarda da memória nacional.

O texto do folheto, embora inflamado, é um pouco vago, e evita mencionar nomes de instituições e pessoas, mas foi possível identificar seu ponto de partida. O IHGB, representado pelos sócios Max Fleiuss e Edgard Roquette-Pinto, e apoiado pelo diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo, havia apresentado à Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, em 6 de junho de 1918, uma proposta de criação de um museu histórico nacional subordinado ao Instituto.<sup>45</sup> De acordo com o projeto, seria

---

<sup>43</sup> Relatório sobre 1918, p. 30.

<sup>44</sup> Ibid., p. 32.

<sup>45</sup> ELKIN, Noah Charles. 1922: o encontro do efêmero com a permanência. As Exposições (Inter)Nacionais, os museus e as origens do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 29, 1997, p. 121-140. O projeto foi apresentado pelo deputado Justiniano de Serpa,

criado no Rio de Janeiro um “Museu Nacional Histórico” onde seriam “recolhidos, catalogados, estudados e expostos ao público os documentos, objetos, gravuras e autógrafos que interessem à nacionalidade”.<sup>46</sup> O governo deveria, então, entregar ao IHGB todo o material dessa natureza que existisse nas repartições públicas e aumentar a verba destinada ao Instituto para a instalação do museu, inclusive para a construção de um edifício.



**Figura 3** – Página de rosto do folheto sobre o Museu Histórico, 1919

Pode-se imaginar a indignação do diretor do Arquivo Nacional ao ser informado desse projeto pelo texto inflamado do folheto, que assina com data de 26 de maio de 1919, impresso no mesmo ano pelas Oficinas Gráficas do Arquivo. O manifesto fora apresentado antes ao ministro, que teria dado “ordem imediata de impressão oficial e remessa ao Poder Legislativo”.<sup>47</sup> “Repartição do Estado, especialmente destinada a ser a grande casa oficial da história pátria, o Arquivo Nacional julga não poder ficar representante do Pará, e a proposta, discutida pelos sócios do IHGB na terceira seção ordinária do dia 10 daquele mês.

<sup>46</sup> Ibid., p. 333.

<sup>47</sup> “Explicação de votos” de Luís Gastão d’Escragnolle Dória na subcomissão do Museu da Independência, s.d., AN 945.

silencioso diante do referido projeto, que, a seu ver, não consulta os interesses do país.”<sup>48</sup> No momento da escrita do texto, o projeto de lei já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados e seguiria, então, para o Senado. Na Comissão de Instrução Pública da Câmara, uma das justificativas em prol da ideia do museu era a de que os institutos particulares desempenhariam melhor os trabalhos da área cultural do que estabelecimentos públicos. No entanto, reconhecendo não ser lícito ao Poder Legislativo criar instituições para impor sua guarda a particulares, a Comissão formulou um substitutivo, que criava um Museu Nacional Histórico e apenas autorizava o Executivo a entrar em acordo com uma associação particular que seria responsável pela direção e guarda do museu, em vez de já criá-lo subordinado ao IHGB.<sup>49</sup>

Tendo passado pela Comissão de Finanças da Câmara, “o projeto repousou, para despertar só nos últimos dias de dezembro de 1918, votado depois, veloz e silenciosamente [...] ao apagar das luzes”, de acordo com Escragnolle Dória. O diretor do Arquivo argumentava que a aprovação se deu sem consulta ou pedido de informações ao Executivo, caso em que, segundo ele, “este ministério poderia alvitrar então que a lei, de há muito, criara um Museu Histórico no Arquivo Nacional”. E ressaltava que, a partir de 1917, ano em que assume a direção do Arquivo, o Museu Histórico “tomou surto e floresce”.<sup>50</sup> Ele diz no manifesto que o Arquivo Nacional: “Está aparelhado para cumprir a velha missão traçada em seus regulamentos e disposto a missão nova, a de velar pela conservação dos monumentos históricos, conforme a prática dos povos policiados. Neste particular, até a Tunísia nos é superior”.<sup>51</sup>

No relatório sobre 1919, portanto em meio à polêmica, em vez de apenas enumerar as aquisições do Museu Histórico do Arquivo, apresenta um texto de seis parágrafos sobre o que é este museu, o que foi feito dele no ano anterior e, para terminar, um pedido de aumento de orçamento destinado a seu aprimoramento.

Um museu não é, simplesmente, um amontoado de objetos; mas a reunião destes, em bem do patriotismo, da história da evolução social, do testemunho das épocas de um povo. [...] Ao surto rápido e belo do Museu Histórico correspondeu a confiança

---

<sup>48</sup> DORIA, Luiz Gastão d’Escragnolle. *O Museu Histórico do Arquivo Nacional: seu papel como museu do Estado*; exposição apresentada ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores Dr. Urbano Santos da Costa Araújo; Impressa por ordem do mesmo Excelentíssimo Senhor. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1919. (Publicações Avulsas, n. 19). Grifo nosso.

<sup>49</sup> ELKIN, art. cit.

<sup>50</sup> DORIA, op. cit.

<sup>51</sup> Ibid., p. 5.

pública. O Estado recebeu dádivas valiosas, que imediatamente agradeceu.<sup>52</sup>

O relatório informa, por outro lado, que as aquisições para o museu se deveram apenas a doações de particulares por solicitação da diretoria e que é necessário verba para seu pleno desenvolvimento. Mais uma vez, em 1920, a entrada “Monumentos históricos” apareceu no relatório ministerial, com considerações sobre a importância dos monumentos, a necessidade de preservá-los e inventariá-los e, de novo, o papel do Estado e do Arquivo Nacional também nessa área:

A proteção dos monumentos necessita, ainda mais do que a dos documentos escritos e figurados, de organização simultaneamente legislativa e técnica. O Estado pode e deve representar grande papel patriótico, por intermédio do Arquivo Nacional, que o ajudará com todas as suas forças, organizando e dirigindo os serviços necessários.<sup>53</sup>

De volta ao manifesto, o ponto de vista do diretor Escragnolle Dória pode ser assim resumido: o próprio Estado já tinha criado, havia décadas, um museu histórico no Arquivo Nacional, cujas atribuições coincidiam com as do museu que se propunha, por isso não fazia sentido se estabelecer outro com objetivo semelhante, e muito menos que fosse administrado por particulares. O folheto *O Museu Histórico do Arquivo Nacional: seu papel como museu do Estado* tenta atribuir centralidade à instituição.

Como argumento de autoridade, mais uma vez estavam as nações “civilizadas”, com seus arquivos e museus, como exemplos a serem seguidos, sobretudo a França, que, como vimos, teve marcada influência na organização e no trabalho do arquivo nacional brasileiro.<sup>54</sup> As peças mais curiosas do Arquivo Nacional da França, diz Dória, foram reunidas para formar o museu histórico daquele arquivo. “O Estado, na Europa, não se subordina a museus e associações particulares ou individuais, que se podem desenvolver a gosto, mas não subsidiados pelo poder público e ainda menos o substituindo”. Essa inclinação por exaltar a importância do Estado se expressa em diversos momentos do texto, sendo este o mais sintético e direto: “O Estado é ou não é”.<sup>55</sup>

<sup>52</sup> Relatório ministerial de 1919-1920, S1-46.

<sup>53</sup> Relatório ministerial de 1919-1920, S1-49.

<sup>54</sup> FONSECA; ESTEVÃO, art. cit.

<sup>55</sup> DORIA, op. cit., p. 6.

Talvez por estar se dirigindo ao ministro da Justiça, o diretor do Arquivo apela para as possíveis inseguranças jurídicas da transmissão de objetos do Estado para particulares e ressalta a conseqüente redução da soberania do Estado, ressaltando o papel dos órgãos públicos. Podem ser confiáveis cópias ou atestados de documentos e objetos recolhidos a estabelecimentos particulares? “Ninguém em França pensa confiar a guarda do Louvre ou do palácio de Versalhes à Academia Francesa, instituição um pouco mais velha do que as nossas mais venerandas instituições particulares”.<sup>56</sup> Nas entrelinhas, a crítica e as disputas quase centenárias com a nossa “Academia Francesa”, o IHGB, e a valorização do caráter oficial do Arquivo Nacional que o colocaria em primeiro lugar como guardião autorizado da memória nacional. Defendendo em outro momento o Museu Histórico da instituição, Escragnolle Dória volta a ressaltar a dimensão oficial do Arquivo, assim como sua existência prévia e antiguidade.

A mais antiga ideia *oficial* de um Museu Histórico é do Arquivo Nacional, é do antigo regime, é de 1883.

Tudo o mais, no assunto, vem depois. Criado, conforme foi exposto ao Exmo. Snr. Dr. Urbano Santos da Costa Araújo, quando ministro da Justiça, exposição que mereceu de S. Ex. ordem imediata de impressão oficial e remessa ao Poder Legislativo.

[...] Hoje, pode ser achada exígua, digna de modificação, de proteção, de incremento, mas não criada, porque nada se cria duas vezes.<sup>57</sup>

Em 1919, Doria ordenou a elaboração de três catálogos do Museu Histórico: de moedas, de medalhas e de outros objetos do museu,<sup>58</sup> o qual “está para o Arquivo Nacional como a enfermaria para a aula teórica de medicina. Estudados os casos históricos, na formidável massa de documentos do Arquivo, é transferir-se para o Museu anexo, e vê-los, na feição material evocadora.”<sup>59</sup> Em 1920, o Museu Histórico passou por obras, mas foi logo reaberto,<sup>60</sup> e, no ano seguinte, Doria continuou a atuar nas discussões sobre as comemorações, participando, como um dos representantes do Ministério da Justiça, de reuniões da Comissão do Centenário da Independência.

---

<sup>56</sup> Id., *ibid.*

<sup>57</sup> “Explicação de votos”, AN 945. Grifo nosso. Documento apócrifo e sem data, refere-se aos trabalhos da subcomissão do Museu da Independência, parte da Comissão Executiva do Centenário.

<sup>58</sup> Relatório sobre 1919, p. 6.

<sup>59</sup> Relatório sobre 1920, p. 30.

<sup>60</sup> Relatórios mensais de Pandiá Castelo Branco, 1º e 31 de agosto de 1920, AN 56.

## 2.4 Disseminando imagens de preciosidades: instalação do gabinete fotográfico e mudança de rumos nas Publicações

Outra iniciativa de Escragnolle Doria foi a instalação, no ano de sua posse, 1917, de um pequeno gabinete fotográfico, de acordo com ele um recurso fundamental para qualquer arquivo. “A fotografia atingiu sumo grau de perfeição, chegando a pretender emparelhar com a pintura. Conquistou justos foros de primazia, impondo-se como documentadora sem rival. Onde mais do que num arquivo os documentos precisam de documentadores?”.<sup>61</sup> Para realizar os trabalhos do gabinete, disse ter encontrado “uma vocação para a arte fotográfica” no ajudante do porteiro, Gustavo de Barros, representando economia para a administração e reconhecimento ao empregado.<sup>62</sup> Seriam várias as funções do gabinete fotográfico em um arquivo, por isso logo tratara de providenciá-lo, tendo começado os trabalhos com os livros já em 1917.

Reproduzindo manuscritos alterados pelo tempo e condenados a irremediável destruição; ilustrando publicações catálogos e inventários; disseminando pelo público as imagens de preciosidades; realçando estudos de toda ordem; introduzindo o deleite e a graça das imagens na nudez dos textos; rememorando, fixando, apregoando, dizendo sem falar, a fotografia é inestimável auxiliar de qualquer arquivo, mormente de um nacional.<sup>63</sup>

Um dos primeiros trabalhos do gabinete foi fornecer ilustrações para o volume XVII das Publicações, e produzir cópia fiel de mapas para o governo de Minas Gerais, no contexto da questão de limites entre este estado e o Espírito Santo. O gabinete contribuía também para a arrecadação do Arquivo por meio da confecção de reproduções. Em 1918, Doria solicitou ao ministro da Justiça e Negócios Interiores dotação orçamentária fixa para o gabinete fotográfico, para garantir sua permanência e a continuidade dos trabalhos, e incumbiu Gustavo Bastos “de fixar velhos aspectos de nossa cidade condenados a desaparecer em breve”.<sup>64</sup>

Em seus relatórios, Luís Gastão Doria defende a ampliação da produção editorial e o crescimento das oficinas de impressão e encadernação – fundamentais para seus objetivos de divulgação do Arquivo Nacional. Os manuscritos precisavam sair do

---

<sup>61</sup> Relatório sobre 1917, p. 15.

<sup>62</sup> Ibid., p. 16.

<sup>63</sup> Ibid., p. 15.

<sup>64</sup> Relatório sobre 1918, p. 14.



esquecimento e vir a público, entre outros motivos, para sua própria preservação. Nos termos dele, “documento impresso salvo está”.<sup>65</sup> A proximidade das comemorações do Centenário de 1822 é uma das justificativas usadas por Doria:

Convém, e muito, o aumento do pessoal [das oficinas], mesmo a título extraordinário, nas vésperas do acontecimento magno do Centenário.

Compreende-se, no amor pela história e pela tradição, quão útil seria a impressão de dezenas de documentos referentes ao sucesso de 1822, a reprodução de estampas da época.<sup>66</sup>

Quanto às Publicações, diz que procurou “melhorar o aspecto intelectual e material”<sup>67</sup> e, em 1919, mandou imprimir nas Oficinas cartões de recebimento para acompanhar a remessa das obras. Essa “melhoria” nos livros pode ser entendida, do ponto de vista dele, como a opção pelas miscelâneas, como mostraremos no Capítulo 3, e essa visão de Escragnolle Doria sobre a necessidade de se ampliar o público leitor da série pode estar relacionada, em alguma medida, por um lado, a sua carreira de professor, e, por outro, a sua colaboração frequente na imprensa. “[...] mudou-se, por completo, o modo de apresentar documentos, tornando-os evocativos e claros, não simples reprodução insípida e às vezes incompreensível de papéis antigos.”<sup>68</sup>

---

<sup>65</sup> Ibid., p. 32.

<sup>66</sup> Relatório sobre 1920, p. 30.

<sup>67</sup> Relatório sobre 1919, p. 7.

<sup>68</sup> DORIA, L. G. d’Escragnolle. [Prefácio]. In: AN. Publicações do Arquivo Nacional, XVII, p. 3.

### 3 A série Publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)

Entre 1886 e 1922, o Arquivo Nacional lançou vinte volumes de sua série, reeditou o primeiro e publicou diversos avulsos – 36 de acordo com nosso levantamento (ver Apêndice A). O quadro a seguir apresenta as Publicações editadas nesse período (Figura 4 – Publicações do Arquivo Nacional, 1886-1922. Como dicionários atuais não fazem distinção significativa entre série e coleção no que se refere à produção editorial, preferimos utilizar a denominação de série para as Publicações para distinguir de coleção documental, “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente”.<sup>1</sup>

| Vol.       | Ano  | Título   |
|------------|------|--|
| I          | 1886 | Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás e avisos de 1662 a 1821, existentes no Arquivo Público do Império   |
| II         | 1889 | Índice dos ofícios dirigidos à Corte de Portugal pelos vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1808  |
| III        | 1901 | Índice da correspondência da Corte de Portugal com os vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1807   |
| IV         | 1903 | Memórias   |
| V          | 1906 | Índice da coleção de ordens régias (1719-1807)   |
| VI         | 1907 | Índice da correspondência de Santa Catarina: 1779-1790 (ativa e passiva)   |
| VII        | 1907 | Livro dos termos, homenagens e assentos ( <i>e outros</i> )  |
| VIII       | 1908 | Índice da correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades (1718-1763)  |
| IX         | 1909 | Geografia histórica da capitania de Minas Gerais ( <i>e outros</i> )   |
| X          | 1910 | Governadores do Rio de Janeiro: correspondência ativa e passiva com a Corte  |
| XI         | 1911 | Índice da coleção governadores do Rio de Janeiro (correspondência, alvarás, bandos, cartas patentes e de sesmaria, ordens, provisões, regimentos, numeramentos, editais, certidões, cartas e ordens régias, leis etc.)             |
| XII        | 1912 | Índice da coleção de alvarás, cartas e provisões (1753-1808)   |
| XIII       | 1913 | Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional precedido do respectivo plano   |
| XIV        | 1914 | Os Schetz da capitania de São Vicente ( <i>e outros</i> )  |
| XV         | 1915 | Governadores do Rio de Janeiro: correspondência ativa e passiva com a Corte (Livro II: 1725-1730)  |
| XVI        | 1916 | Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional precedido do respectivo plano – Segunda parte   |
| XVII       | 1917 | Um processo de jornalismo na época da Independência ( <i>e outros</i> )  |
| XVIII      | 1918 | Atas das sessões do Conselho de Estado em 1822 e 1823 ( <i>e outros</i> )  |
| XIX        | 1919 | Infância e mocidade do conselheiro José Antônio Saraiva ( <i>e outros</i> )  |
| XX         | 1922 | O ano de 1822  |
| I<br>2ªed. | 1922 | Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias etc. existentes no Arquivo Nacional, dirigidos, salvo expressa indicação em contrário, ao governador do Rio de Janeiro, e, depois de 1763, ao vice-rei do Brasil |

**Figura 4** – Publicações do Arquivo Nacional, 1886-1922

<sup>1</sup> AN. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, 51), p. 52.

Algumas vezes esses títulos ocultam o verdadeiro conteúdo dos volumes, e isto por dois motivos: a ausência de títulos em algumas obras e o uso indistinto dos termos índice e catálogo.

Quanto ao primeiro, alguns volumes das Publicações do Arquivo foram organizados em capítulos ou partes, das quais selecionamos o primeiro para constar no quadro e facilitar a identificação de cada um. Esses livros não possuem título e são identificados apenas pelo nome da série e número do volume. Quanto ao segundo motivo, inicialmente acreditamos que havia alguma distinção objetiva entre índices e catálogos, no que se refere à forma de apresentação dos documentos, e isto nos levou a uma breve investigação em três dicionários de língua portuguesa dos séculos XVIII-XIX.

Estas foram as definições relacionadas a obras impressas que encontramos: para *catálogo*, “papel, caderno, ou livro, em que está escrito com ordem o número de algumas coisas, ou pessoas”; “escritura onde estão arrolados os livros de alguma livraria” e “lista de nomes”; “rol de livros”, “lista de nomes”.<sup>2</sup> E para *índice*: “tabuada das coisas mais notáveis, que de ordinário se põem no fim dos livros”; “tabuada do livro, onde se apontam os argumentos dos capítulos; ou por ordem alfabética as matérias, que nele se tratam, ou pessoas, ou lugares etc.”; “tabuada, em que se apontam os títulos dos capítulos, e as páginas onde eles se acham. Outros contêm as matérias etc.”.<sup>3</sup>

O termo índice, portanto, remetia ao sentido atual de sumário, e catálogo se aproximava do significado atual. Portanto, os títulos das Publicações não refletem os usos registrados nos dicionários da época. Por exemplo, receberam a denominação de índices tanto obras que apenas listavam os papéis pertencentes a determinados conjuntos documentais – como o *Índice da coleção de ordens régias (1719-1807)* –, quanto aquelas que apresentavam transcrições de documentos – caso do volume *Memórias*.

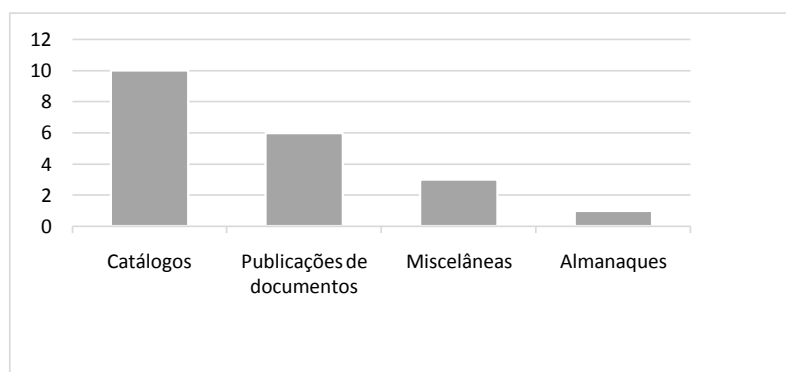
Essa indiferenciação ressaltou a necessidade de esquecer títulos e nomenclaturas e nos deter no conteúdo dos livros e na sua forma de apresentação, e, assim, após a análise dos vinte volumes da série lançados entre 1886 e 1922, foi possível identificar

---

<sup>2</sup> BLUTEAU, Rafael. *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre d. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. t. II. Lisboa: Oficina de Simão Thadeo Ferreira, 1789. p. 195; SILVA, Antonio Moraes. *Dicionário da língua portuguesa – recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 360; PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da província de Goiás*. Na Typographia de Silva, 1832, s.p.

<sup>3</sup> BLUTEAU, op. cit., p. 107; SILVA, op. cit., p. 150; PINTO, op. cit., s.p.

quatro categorias de obras: catálogos, publicações de documentos, miscelâneas e almanaques (ver Apêndice C).

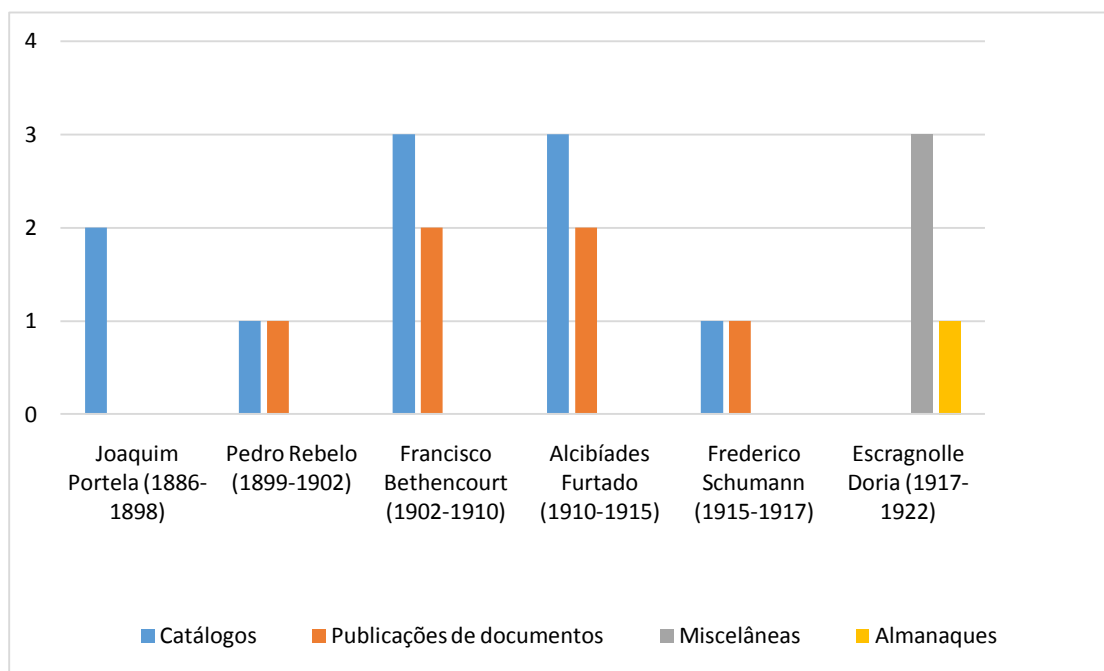


**Figura 5** – Publicações do Arquivo Nacional por categoria (1886-1922)

Chamamos de catálogos as obras que consistem, principalmente, na sistematização de conjuntos documentais, apresentando ementas de documentos e sua localização, sem transcrevê-los ou fazer maiores considerações sobre eles. Em outros termos, denominamos catálogo o “instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica”.<sup>4</sup> Nessa categoria incluímos os volumes: I, II, III, V, VI, VIII, XI a XIII e XVI, publicados entre 1886 e 1916. Como publicações de documentos, por outro lado, denominados os livros que possuem como elemento principal a transcrição – caso dos volumes IV, VII, IX, X, XIV e XV, 1889 a 1915. A categoria miscelâneas, por outro lado, define as Publicações do Arquivo que trazem, no mesmo volume, diferentes tipos de conteúdo, como estudos históricos, catálogos, transcrição de documentos, ilustrações, bibliografias (XVII, XVIII e XIX, entre 1917 e 1919). O volume XX da série foi chamado de almanaque na falta de um termo que melhor o definisse, e trata-se, na verdade, de uma obra que se encontra entre o catálogo e o almanaque, e que não menciona qualquer documento. De acordo com essa definição, que discutiremos melhor a seguir, a Figura 6 mostra a quantidade de volumes de cada categoria publicados no período estudado, considerando apenas as edições originais, e a Figura 6, sua distribuição pelas seis administrações do período. Os catálogos representam 50%, as

<sup>4</sup> AN, op. cit., p. 45.

publicações de documentos, 30%, as miscelâneas, 15% e os almanaques, 5% dos volumes da série.



**Figura 6** – Publicações do Arquivo Nacional por categoria e administração (1886-1922)

### 3.1 Uma “galeria retrospectiva sobre diversos assuntos”: os catálogos inaugurados por Machado Portela

Como todo produto editorial, os catálogos representam o resultado de uma seleção – nesse caso, de conjuntos documentais ou determinados documentos – e de uma série de decisões editoriais. Assim, embora possam inicialmente ser vistos como simples enumerações ou listagens, essas escolhas, somadas aos prefácios, notas e outras intervenções editoriais, tornam essas obras objetos complexos, verdadeiros “representantes materiais da cultura”.<sup>5</sup>

Existem diferentes formas de interpretar os catálogos – do ponto de vista da bibliografia, da história do livro, da crítica textual e do novo historicismo –, sem esquecer que eles “são também registros da biblioteca, de suas coleções, de sua equipe e

<sup>5</sup> GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. *Estudos Históricas*, v. 4, n. 8, p. 244-261, 1991.

de seus usuários”.<sup>6</sup> Essa reflexão sobre as bibliotecas pode ser estendida aos catálogos dos arquivos, tentando-se perceber neles indícios das práticas dessas instituições e de suas prioridades técnicas, historiográficas e editoriais. Dessa forma, examinar os catálogos ajuda a conhecer as instituições que os produziram e vice-versa. Afinal, o trabalho dos editores está longe de ser natural ou neutro, inclusive na edição de catálogos e publicações de documentos.

[...] é possível examinar o catálogo, como um todo, como um registro da tentativa de conferir sentido a um mundo caótico de informação. Dessa forma, um catálogo pode ser mais do que uma forma de encontrar um livro; pode ser uma forma de entender a relação entre o usuário e a coleção.<sup>7</sup>

Isto remete para a “responsabilidade curatorial”<sup>8</sup> dos processos de catalogação, que representam mais que uma descrição, e sim a seleção e organização dos livros – ou dos documentos – para o futuro, antecipando destinatários e usos, embora nem sempre se possa rastreá-los.

Outro caminho interessante para entender os catálogos é considerá-los como paratextos, ou seja, se considerarmos o arquivo como texto, os catálogos “o cercam e o prolongam, exatamente para *apresentá-lo*, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para *torná-lo presente*, para garantir sua presença no mundo, sua “recepção” e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro”.<sup>9</sup> Afinal, é por meio dos catálogos que acessamos os documentos. É possível perceber os catálogos, ainda, como uma tentativa de manter a documentação acumulada sob controle, e a tendência à acumulação não pode ser separada da angústia da perda. A publicação impressa pode ser vista como uma forma de evitar a deterioração.

Como sintetiza com elegância Jean-Marie Goulemot, através da conservação dos livros que se multiplicam infinitamente, manifesta-se a angústia surda do tempo que corre e que destrói, o medo da desorientação numa torrente de letras e palavras, a

---

<sup>6</sup> WHAITE, Katharine Claire. New ways of exploring the catalogue: incorporating text and culture. *Information Research*, vol. 18, no. 3, sept. 2013. No original: “they are also records of the library, its collections, its staff and its users”.

<sup>7</sup> Idem. No original: “it’s possible to examine the catalogue, as a whole, as a record of the attempt to make sense of a chaotic world of information. In this way, a catalogue can be more than a way of finding a book; it can be a way of understanding the relationship between the user and the collection.” Tradução nossa.

<sup>8</sup> Idem, a partir de SMIRAGLIA, R.P. Rethinking what we catalogue: documents as cultural artifacts. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 45, p. 25-37.

<sup>9</sup> GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. (Artes do Livro, 7), p. 9.

obsessão pelo inventário, a fragilidade paradoxal enfim, de esta acumulação sempre ameaçada pela ignorância, pela violência, pela história, pelo tempo e pela barbárie dos homens.<sup>10</sup>

As Publicações do Arquivo Nacional tiveram início com o catálogo da coleção de Cartas Régias, em 1886, e nos anos seguintes foram editados mais oito títulos dessa categoria, que representou no período estudado, como mostramos, a maioria das obras da série (ver Apêndice C). São catálogos os títulos a seguir, alguns apresentados de forma abreviada:

- Catálogo das cartas régias, v. I, 1886
- Índice dos ofícios dirigidos à Corte de Portugal, v. II, 1889
- Índice da correspondência da Corte, v. III, 1901
- Índice da coleção de ordens régias, v. V, 1906
- Índice da correspondência de Santa Catarina, v. VI, 1907
- Índice da correspondência dos governadores do Rio de Janeiro, v. VIII, 1908
- Índice da coleção governadores do Rio de Janeiro, v. XI, 1911
- Índice da coleção de alvarás, cartas e provisões, v. XII, 1912
- Catálogo dos livros da Seção Histórica, v. XIII, 1913
- Catálogo dos livros da Seção Histórica – Segunda parte, v. XVI, 1916

Apesar da semelhança dos títulos, trata-se de obras bastante diferentes, tanto em relação ao conteúdo, como à sua forma de apresentação – afinal inexisteriam normas consolidadas de descrição de documentos – e aos objetivos editoriais, embora todos possam ser considerados catálogos de acordo com nossa definição.

### 3.1.1 “Bons catálogos e índices”: sistematizando conjuntos documentais

Em 1886, como vimos, o Arquivo Público do Império lançou o volume I de suas Publicações, na administração de Machado Portela. Com este título longo – *Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás e avisos de 1662 a 1821, existentes no Arquivo Público do Império* –, a obra que inaugurou a produção editorial da instituição apresenta de forma sistematizada os documentos da chamada coleção de cartas régias, orientando a consulta aos vários volumes dessa coleção que hoje integra o fundo Secretaria de Estado do Brasil. Este fundo reúne documentos da extinta Provedoria da Fazenda Real

---

<sup>10</sup> FURTADO, José Afonso. O mito da biblioteca universal. *Cadernos BAD* – Biblioteconomia, Arquivística e Documentação, 2, p. 37-55, 2007, p. 44.

da capitania do Rio de Janeiro, da Provedoria-Mor do Estado do Brasil, da Secretaria do Governo da capitania do Rio de Janeiro e da Secretaria do Estado do Brasil, estabelecida em 1763. Mas a documentação não se refere apenas à capitania do Rio de Janeiro, que foi sede do governo dos vice-reis a partir de 1763 e teve sob sua administração territórios ao sul, como a Colônia do Sacramento e Minas Gerais. É uma das mais completas coleções de cartas régias que existe, pois abrange quase todo o período colonial.<sup>11</sup>

Não é difícil entender, portanto, pelo menos um dos motivos que levou Machado Portela a decidir publicar o catálogo da coleção, além da importância conferida, então, às ações administrativas, oficiais, como fontes históricas, permitindo conhecer as intenções da metrópole e a situação do Brasil colonial em diversas áreas – uma “galeria retrospectiva sobre diversos assuntos”, como disse Machado Portela no prefácio à obra.<sup>12</sup> Afinal, por meio das cartas régias, o soberano expedia ordens a autoridades e pessoas na colônia, e por meio de provisões conferia mercês, cargos, expedia ordens e outras providências. Pelos alvarás, em geral de caráter provisório, com validade de um ano, o rei modificava, declarava ou reiterava normas já estabelecidas.<sup>13</sup>

O *Catálogo das cartas régias*, resultado do projeto editorial de Machado Portela e, possivelmente, de alguns de seus funcionários serviria de inspiração, quase de modelo, para os catálogos lançados nas décadas e administrações seguintes, que apresentariam a estrutura a seguir, na maioria das vezes com poucas alterações:

- Página de rosto
- Prefácio ou apresentação
- Página de abertura com o título do volume
- Advertência
- Informações sobre a administração de cada autoridade
- Reproduções fac-similares de suas assinaturas
- Estudo sobre a firma dos monarcas portugueses
- Exemplos de documentos da coleção selecionada

---

<sup>11</sup> Pode ser comparada apenas à Coleção de Cartas Régias (1648-1821) do Arquivo Público do Estado da Bahia, que foi nominada para inscrição no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco (MOWBrasil) em 2013.

<sup>12</sup> PORTELA, Joaquim P. M. [Prefácio]. In: AN. *Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás e avisos de 1662 a 1821, existentes no Arquivo Público do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. IV.

<sup>13</sup> Para a caracterização dos documentos diplomáticos, nos baseamos no manual de Heloisa Belloto, *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como Fazer, 8).



- Índice de assuntos em ordem alfabética
- Catálogo propriamente dito dos documentos

As próximas páginas trazem reproduções de algumas partes desses catálogos (Figuras 6 a 11).<sup>14</sup>

A advertência apresentada no volume I corresponde ao que hoje podemos chamar de nota técnica, ou seja, uma explicação sobre a documentação publicada e sobre a forma como foi organizada a obra. Os dados relativos às administrações de cada autoridade que havia firmado os documentos – nome do monarca ou regente, nascimento, subida ao trono e morte, para auxiliar a pesquisa – receberam o nome de “tabela demonstrativa”, que, no *Catálogo das cartas régias*, foi intitulada “Tabela demonstrativa dos monarcas portugueses que assinaram as cartas régias e explicativa das respectivas firmas”, seguida da reprodução fac-similar de cada firma.

A fim de se poder saber de pronto em que reinado ou por qual monarca foi expedido qualquer dos atos mencionados no Catálogo, compôs-se uma Tabela demonstrativa do período de cada reinado, com o nome do monarca ou regente, com a data de seu nascimento, subida ao trono e falecimento, – tabela que serve igualmente de explicação da Estampa dos fac-símiles das respectivas firmas.<sup>15</sup>

Essas tabelas foram utilizadas em vinte por cento dos volumes das Publicações, todos eles catálogos ou publicações de fontes reunindo ordens reais e correspondência oficial, e vinham quase sempre acompanhadas da reprodução das firmas dessas autoridades.

Foi publicada ainda no *Catálogo* a transcrição de um estudo intitulado “Memória sobre a real assinatura”, “verdadeiro resumo de uma das dissertações cronológicas e críticas sobre a história e jurisprudência de Portugal por João Pedro Ribeiro”, de acordo com Machado Portela,<sup>16</sup> reprodução de um manuscrito encontrado no próprio Arquivo Nacional.<sup>17</sup> Como se trata de um catálogo, que apresenta apenas as ementas dos documentos, e não sua transcrição, os editores tiveram o cuidado de inserir exemplos de dois diplomas legais frequentes na coleção – carta régia e provisão – e de elaborar um índice com os assuntos considerados mais importantes ou com maior probabilidade de suscitarem interesse.

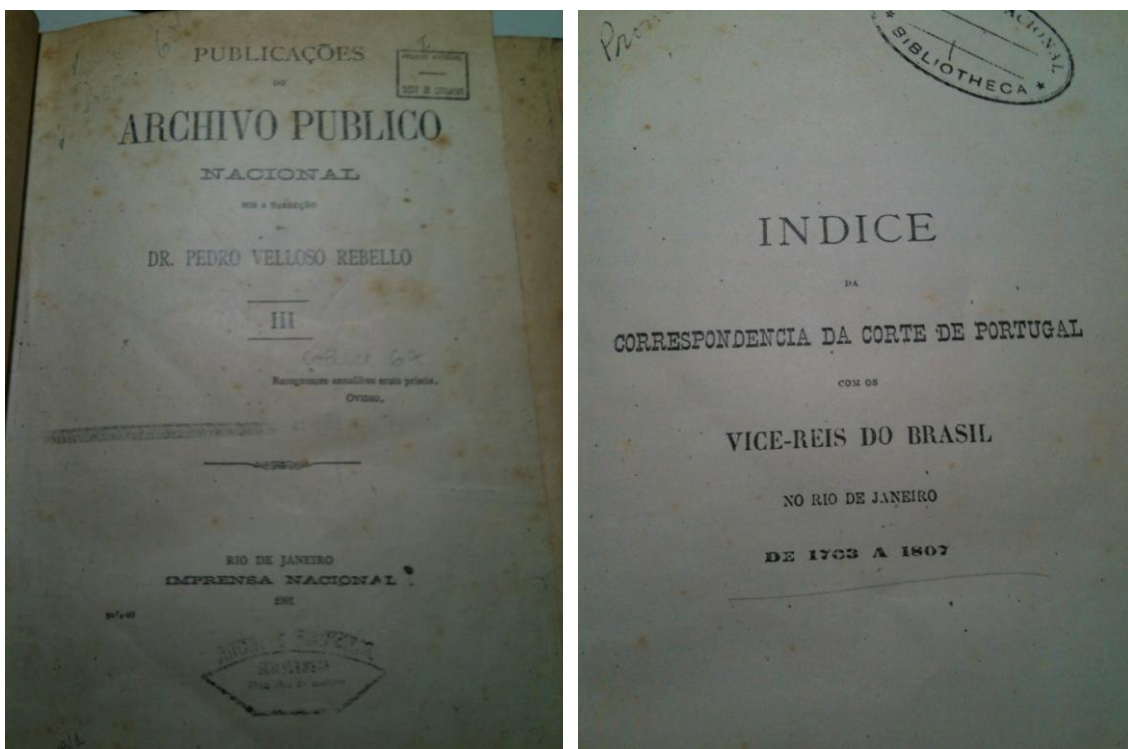
<sup>14</sup> É apresentado como exemplo o volume III. O Arquivo disse não possuir a primeira edição do primeiro, que encontramos apenas na Biblioteca Nacional.

<sup>15</sup> PORTELA, Joaquim P.M. Advertência. In: AN, op. cit., p. III.

<sup>16</sup> PORTELA, art. cit., p. III-IV.

<sup>17</sup> “Coleção de memórias e outros documentos”, volume 1º, fls. 348-363.

Além da preocupação em mostrar a autenticidade da documentação, as tabelas demonstrativas e os exemplos de documentos mostram a dificuldade do trabalho técnico com a documentação e a preocupação em situar o leitor diante desses papéis. Somente após esses preâmbulos é apresentado o catálogo da coleção, enumerando as cartas régias e demais documentos em ordem cronológica, acompanhados, cada um, de uma breve ementa, localização no acervo e indicação de originalidade, ou seja, se o Arquivo Nacional possuía original ou cópia autêntica. De acordo com Machado Portela, o catálogo contempla um total de 5.195 documentos.<sup>18</sup>



**Figura 7** – Página de rosto do volume III, 1901

**Figura 8** – Página de abertura com título, volume III, 1901

<sup>18</sup> Id., *ibid.*

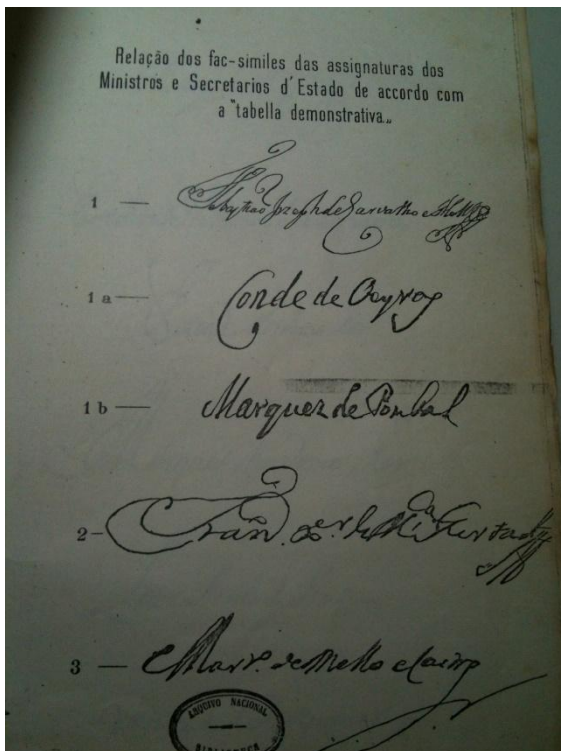


Figura 9 – Fac-símiles que acompanham a tabela demonstrativa, volume III, 1901

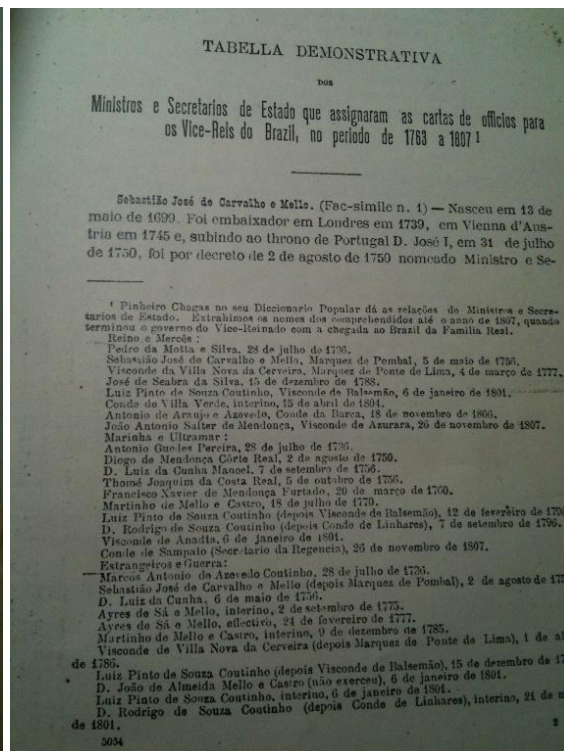


Figura 10 – Tabela demonstrativa, volume III, 1901

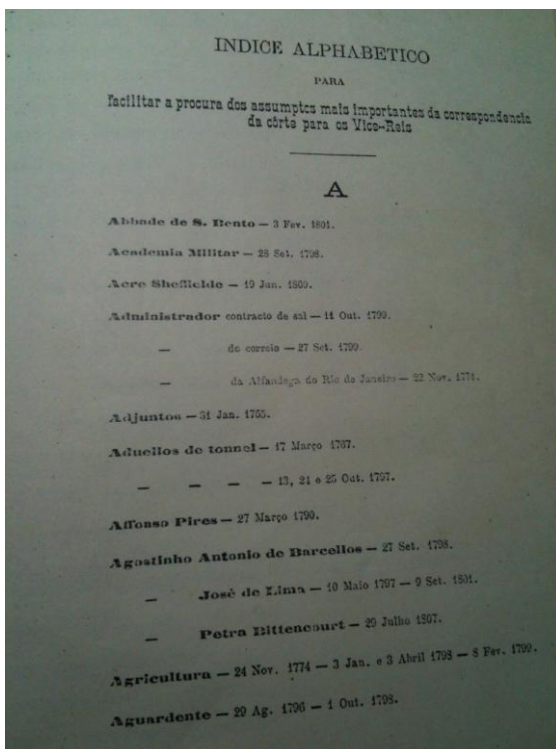


Figura 11 – Índice de assuntos, v. III, 1901

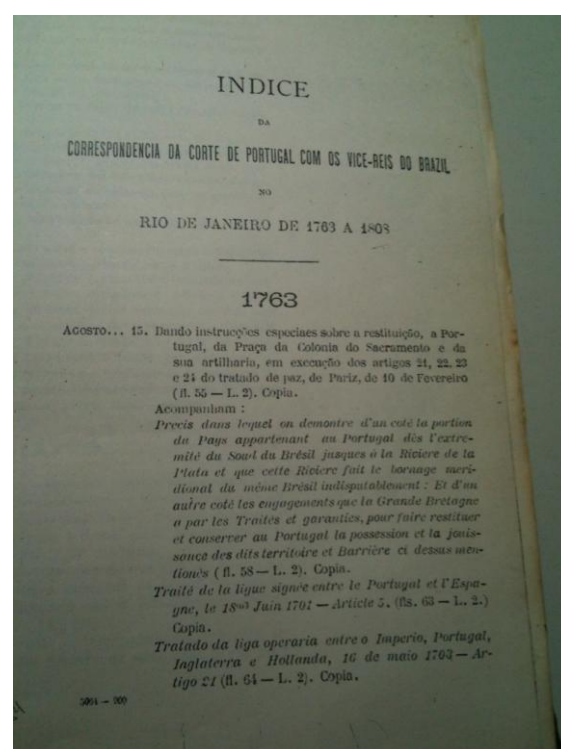


Figura 12 – Primeira página do catálogo dos documentos, v. III, 1901

Essa seria basicamente a estrutura de outros sete catálogos lançados na série até 1922, que não variou de forma significativa de uma administração para outra, deixando de constar somente a advertência, ou nota técnica, e, é claro, o estudo sobre a assinatura dos reis de Portugal, válido apenas para o *Catálogo das cartas régias*. Essas permanências indicam a importância do projeto editorial iniciado por Machado Portela para as definições gráfico-editoriais da série.

Quanto à seleção dos conteúdos, para o I volume foram selecionados, como mostramos, documentos provenientes dos reis de Portugal e dirigidos ao governador do Rio de Janeiro (de 1662 a 1763) e depois ao vice-rei (de 1763, quando a cidade se torna sede do vice-reino do Brasil, até 1821, às vésperas da Independência).

O *Índice dos ofícios dirigidos à corte de Portugal pelos vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1808*, volume II, foi publicado em 1889. Segundo o diretor Machado Portela, “era natural que ao Catálogo das Cartas Régias, Provisões do Conselho Ultramarino, etc. de 1662 a 1821, se seguisse o Índice cronológico da correspondência oficial dos vice-reis do Brasil com a metrópole.”<sup>19</sup> Ou seja, após de publicar as ordens de Portugal para a colônia, seria esperado que o Arquivo disponibilizasse os ofícios da colônia para Portugal, permitindo aos leitores uma visão abrangente da comunicação entre metrópole e colônia, baseada na “importância histórica” desses papéis, considerados fundamentais para a compreensão do funcionamento da administração régia.

Repositório de informações acerca das coisas sobre que mais se exercia a ação governamental daqueles altos funcionários, não só proporciona elementos para se ajuizar do merecimento, serviços e erros de cada um, como faz conhecer qual era o estado material e moral do país, deixando entrever a vida social de então.

Dez anos antes, o relatório ministerial de 1879, no período da administração de Joaquim Portela, já ressaltava os documentos publicados nesse volume como “de verdadeira importância para a história nacional”.<sup>20</sup> A partir de livros de registro e de correspondência original, foi transcrita a correspondência do conde da Cunha, e dos seis últimos vice-reis do Brasil com Portugal, abrangendo, assim, de 1763 a 1808, ou seja, todo o período entre a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro e a

<sup>19</sup> PORTELA, Joaquim. [Prefácio]. In: NA. *Índice dos ofícios dirigidos à Corte de Portugal pelos vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. V.

<sup>20</sup> Relatório ministerial sobre 1879. Esse livro teve uma nova edição em 1970, pelo Arquivo Nacional.

chegada da Corte portuguesa ao Brasil. Esse projeto editorial, no entanto, foi considerado incompleto pelo diretor Joaquim Portela, que lamentou a ausência no Arquivo Nacional da correspondência referente às administrações dos vice-reis anteriores. E, como a instituição não possuía os ofícios do conde da Cunha, o diretor diz ter mandado “transcrever integralmente tanto a patente de nomeação como o auto de posse, e bem assim tirar o fac-símile da respectiva assinatura de tais autos”, a fim de completar o trabalho.<sup>21</sup>

O segundo catálogo desse tipo foi o *Índice da correspondência da Corte de Portugal com os vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1807*. A estrutura da obra é semelhante, mas trouxe uma mudança: a tabela demonstrativa inclui uma breve biografia político-administrativa de cada autoridade, com a indicação das pastas que ocuparam com base no *Dicionário popular, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, artístico, bibliográfico e literário* de Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895).<sup>22</sup> Este é um exemplo dessas minibiografias:

Francisco Xavier de Mendonça Furtado (fac-símile n. 2) – Nasceu em 4 de setembro de 1700. Nomeado governador e capitão-general do Estado do Maranhão, tomou posse em Belém, a 24 de setembro de 1751. Por aviso de 30 de abril de 1753 teve a nomeação de comissário plenipotenciário nas conferências para a demarcação de limites com o Brasil.

Por decreto de 20 de março de 1760 ficou encarregado dos Negócios de Marinha e Ultramar. A sua correspondência existente na coleção presente atinge os anos de 1764 a 1769. Faleceu em 15 de novembro de 1769.<sup>23</sup>

A inserção dessas tabelas demonstrativas, acompanhadas ou não de biografias, mostra um investimento editorial que ultrapassa a transcrição do registro de correspondência, complementando-se o catálogo e, dessa forma, facilitando a pesquisa. O *Índice*, no entanto, publicou a correspondência de apenas doze dos 35 ministros e secretários de Estado apontados por Pinheiro Chagas, somente a documentação guardada no Arquivo. No prefácio, o diretor Pedro Rebelo demonstrou insatisfação com essa lacuna, de acordo

---

<sup>21</sup> PORTELA, art. cit., p. V.

<sup>22</sup> CHAGAS, Manuel Pinheiro. *Diccionario popular, historico, geographico, mythologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario*. Lisboa: Lallemand freres, 1876-1890.

<sup>23</sup> AN. *Índice da correspondência da Corte de Portugal com os vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1807*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. (Publicações do Arquivo Público Nacional, v. III), p. X.

com ele resultado da incompreensão entre os objetivos do Arquivo e os “de outras instituições”.<sup>24</sup>

O *Índice da coleção de ordens régias (1719-1807)* trouxe a então chamada Coleção de Ordens Régias organizada em nove partes: “Sesmarias”, “Ajudas de custo, cômguas, fábricas, mantimentos, ordenados, praças mortas, propinas e soldos”, “Escusas, baixas, aposentadorias, intertenimentos, dispensas e reformas”, “Nomeações”, “Patentes”, “Licenças para saída de navios”, “Passaportes”, “Licenças diversas” e “Assuntos diversos”. O *Índice da correspondência de Santa Catarina (1779-1807), ativa e passiva* publicou o índice da correspondência entre Luís de Vasconcelos e Sousa, governador do Rio de Janeiro e vice-rei do Brasil por doze anos (1778-1790) e os governadores das capitanias de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, vice-reis do Rio da Prata e comissários espanhóis em Buenos Aires, de 1779 a 1789. A obra se divide em duas grandes partes, uma sobre Santa Catarina, outra sobre o Rio Grande de São Pedro. E o *Índice da correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades (1718-1763)* publicou dois livros de registro de correspondência de governadores da capitania do Rio de Janeiro, Livro I (1718-1725) e Livro II (1763). O *Índice da coleção governadores do Rio de Janeiro* trouxe “correspondências, alvarás, bandos, cartas patentes e de sesmaria, ordens, provisões, regimentos, numeramentos, editais, certidões, cartas e ordens régias, leis” que integravam essa coleção, abrangendo, principalmente, o período de 1680 a 1719, embora houvesse alguns documentos mais antigos. O último catálogo desse tipo publicado no período foi o *Índice da coleção de alvarás, cartas e provisões (1753-1808)*, o índice cronológico de dois dos dezesseis livros que compunham aquela coleção.<sup>25</sup>

A maioria dos catálogos não fazia referência direta à organização do acervo, por exemplo, indicando a que seções e classes eles pertenciam. Foi necessário, portanto, cotejar o conteúdo dessas obras com o plano de classificação do Arquivo Nacional, a fim de mapear quais eram as seções e classes – ou seja, assuntos, temporalidades, procedências e outros aspectos – cuja sistematização e publicação em livro e na coleção era considerada importante.

---

<sup>24</sup> Ibid., p. VI-VII.

<sup>25</sup> Foram mencionados nesse parágrafo os volumes V, de 1906; VI, de 1907; VIII, de 1908; XI, de 1911, e XII, de 1912.

| Classe da Seção Histórica | Catálogos de documentos |
|---------------------------|-------------------------|
| 17ª classe                | 12,5%                   |
| 18ª classe                | 25,0%                   |
| 19ª classe                | 62,5%                   |

**Figura 13** – Proporção de catálogos de documentos por classe da Seção Histórica

Os oito catálogos editados no período se referem à documentação da Seção Histórica do Arquivo, organizada na época em dezenove classes. A classe mais trabalhada nos catálogos de documentos foi a 19ª, que reunia o registro da correspondência e dos atos dos governadores das capitanias, e a correspondência dos vice-reis no Rio de Janeiro de 1763 a 1808, tratando, então, do Brasil colonial. A segunda classe mais publicada foi a 18ª, que guardava originais e registros de cartas régias e provisões do Conselho Ultramarino, e, por último, a 17ª, na qual foram classificados originais de consultas do Conselho de Estado e documentos de órgãos extintos. Quase todos os catálogos traziam documentos do fundo Secretaria de Estado do Brasil, apenas um teve como ponto de partida outro fundo, Conselho de Estado. Apenas um catálogo alcançou o período joanino, o primeiro volume, e eles foram resultado da transcrição, com possíveis correções e acréscimos, de relações que existiam em manuscrito no Arquivo. A forma de apresentação desses catálogos é basicamente a do *Catálogo das cartas régias*, a maioria incluindo prefácio, dados sobre as administrações, as autoridades, reproduções de assinaturas, índice de assuntos, e por fim o catálogo propriamente dito dos documentos.

### 3.1.2 Plano de classificação e códices da Seção Histórica catalogados

As Publicações abrigaram, ainda, um segundo tipo de catálogo, que, em vez de apresentar os documentos, item a item, de conjuntos documentais, teve como objetivo trazer a público a forma de organização de uma das Seções de guarda do Arquivo Nacional, a Seção Histórica. Em 1911, com o novo regulamento do Arquivo Nacional, tinha sido aprovado também o plano de classificação<sup>26</sup> do acervo, que passava a se organizar em três seções: Administrativa, Histórica, e Legislativa e Judiciária. Como já dissemos, até aquele momento a organização tinha se baseado no “Plano provisório de classificação dos documentos do Arquivo Público”, aprovado na administração de

<sup>26</sup> Plano de classificação é o “esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido”. AN. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, 51), p. 132.

Joaquim Machado Portela em 1876 e que, de acordo com Armando Esteves, arquivista da Seção Histórica, até então era o “único que até hoje tem tido o Arquivo”.<sup>27</sup> Sancionado o plano definitivo, decidiu-se publicar o *Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional, precedido do respectivo plano*.

A obra foi editada em dois volumes, o primeiro lançado em 1913 (v. XIII) e o segundo, em 1916 (v. XVI). Esses dois títulos tinham, basicamente, a mesma organização, apresentando, em primeiro lugar, o plano de classificação da Seção Histórica, depois o “Catálogo dos livros existentes na Seção” – a parte principal da obra – e, por último, dois índices. Obviamente, sua estrutura editorial e forma de apresentação diferem das dos catálogos de documentos de que tratamos antes. Afinal, a intenção da obra era divulgar a documentação da Seção Histórica e a organização de seus códices, informando, por exemplo, em que livros poderiam ser encontrados, por exemplo, papéis sobre a família imperial ou memórias históricas e geográficas. Ou seja, oferecer uma visão global do acervo dessa Seção e divulgar sua metodologia de organização.

Existem referências cruzadas entre esses catálogos da Seção Histórica e outros volumes das Publicações. Se a documentação de determinado códice da Seção já foi publicada ou sistematizada em outra obra, isto é mencionado, assim como acontece se algum impresso citado encontra-se disponível para consulta na Biblioteca da instituição. Isso expressa uma visão de conjunto sobre a série, percebida, a nosso ver, como porta de entrada para o Arquivo Nacional. Além disso, o prefácio da primeira parte do *Catálogo*, assinado por Alcibíades Furtado, ressalta como importantes na Seção Histórica algumas coleções que haviam sido objeto de catálogos e publicações de fontes nos anos anteriores, indicando a permanência e uniformidade no critério de seleção de temas e documentos a serem trabalhados, embora tenham se passado pelo menos duas décadas. “Entre as coleções que enriquecem esta parte do Arquivo Nacional sobressaem as de Cartas Régias, Correspondência dos Governadores do Rio de Janeiro e dos Vice-Reis do Brasil com a Corte, Ordens Régias, Desembargo do Paço, Mesa da Consciência e Ordens, Conselho de Fazenda etc.”<sup>28</sup>

Ao contrário do que aconteceu com a Seção Histórica, que foi objeto de um catálogo em dois volumes – e estes incluídos na série –, as outras duas seções não

<sup>27</sup> ESTEVES, Armando. Nota. In: AN. *Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional, precedido do respectivo plano*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1913. (Publicações do Arquivo Nacional, v. XIII), p. 124.

<sup>28</sup> FURTADO, Alcibíades. [Prefácio]. In: AN, op. cit., s.p.



receberam a mesma atenção no que se refere à produção editorial. Não foram editados catálogos semelhantes para as seções Administrativa, e Legislativa e Judiciária, possivelmente por não se acreditar que essa documentação suscitasse interesse, ou por ela não ser tão valorizada do ponto de vista historiográfico, ou ainda, se essa Seção ainda não estivesse organizada a ponto de se poder publicar seu plano de classificação.

### **3.1.3 Uma obra interrompida, outra reeditada: o catálogo de numismática e o *Catálogo das cartas régias***

Além dos catálogos de documentos mencionados e do catálogo da Seção Histórica, o Arquivo Nacional publicou no período uma reedição do volume I das Publicações, o *Catálogo das cartas régias*. Esta edição, “revista e melhorada por A. Esteves”, foi elaborada a partir de correções na edição original e realizada sob a supervisão desse arquivista e chefe da Seção Histórica, Armando Esteves, que em 1917 já estava envolvido nesse trabalho.<sup>29</sup> A revisão de instrumentos de pesquisa é comum e esperada, afinal, conforme as reflexões de Whaite sobre os catálogos das bibliotecas, essas obras consistem numa “combinação ilimitada de registros que existem em relações palimpsésticas”<sup>30</sup> e que, por causa disso, necessitam de expansão e aprimoramento constantes. No entanto, a correspondência institucional<sup>31</sup> mostrou que ainda no século anterior diversas instituições vinham solicitando ao Arquivo Nacional exemplares desse *Catálogo*. A maioria das cartas referentes à produção editorial tratava do envio e recebimento de Publicações e, frequentemente, ressaltava que a tiragem estava esgotada. Além da importância e abrangência da Coleção de Cartas Régias, que já mencionamos, outro motivo que levou à decisão de elaborar uma segunda edição deve ter sido essa demanda concreta de pessoas e instituições identificada pelos diretores do Arquivo havia mais de trinta anos.

A mudança mais visível foi a ampliação do título para *Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias, etc. de 1662 a 1821 existentes no Arquivo Nacional e dirigidos, salvo expressa indicação em contrário, ao governador do Rio de Janeiro, e, depois de 1763, ao Vice-Rei do Brasil*, passando a indicar a existência de outras espécies documentais além das “provisões, alvarás e avisos” do título original. Além de ressaltar a participação de Esteves, foram mantidos o prefácio e a advertência

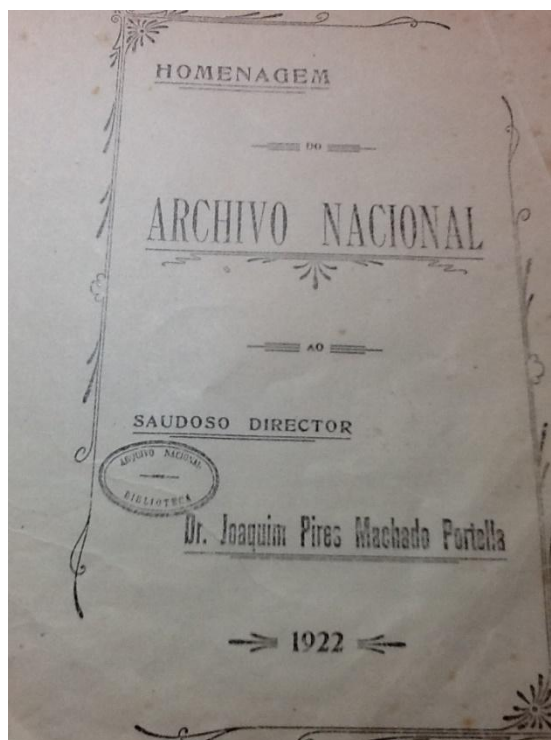
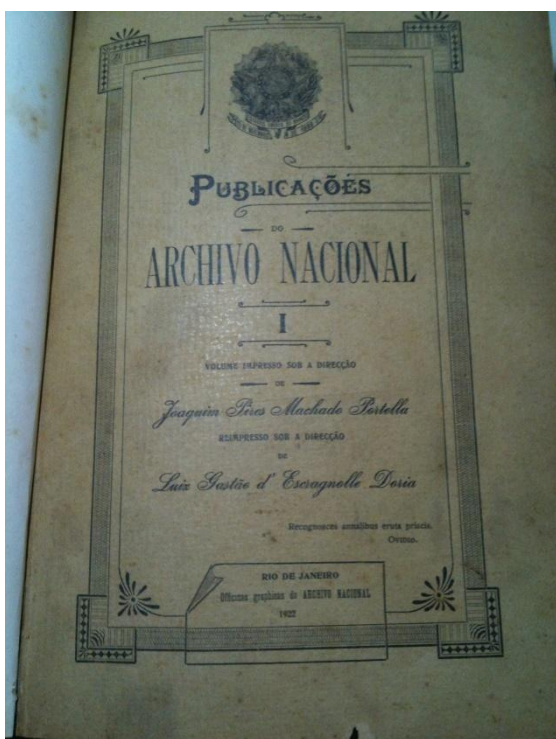
<sup>29</sup> Relatório sobre 1917, p. 65.

<sup>30</sup> WHAITE, art. cit., s.p.

<sup>31</sup> AN, fundo Arquivo Nacional, série Editoração e Publicação, Distribuição, AN 948.

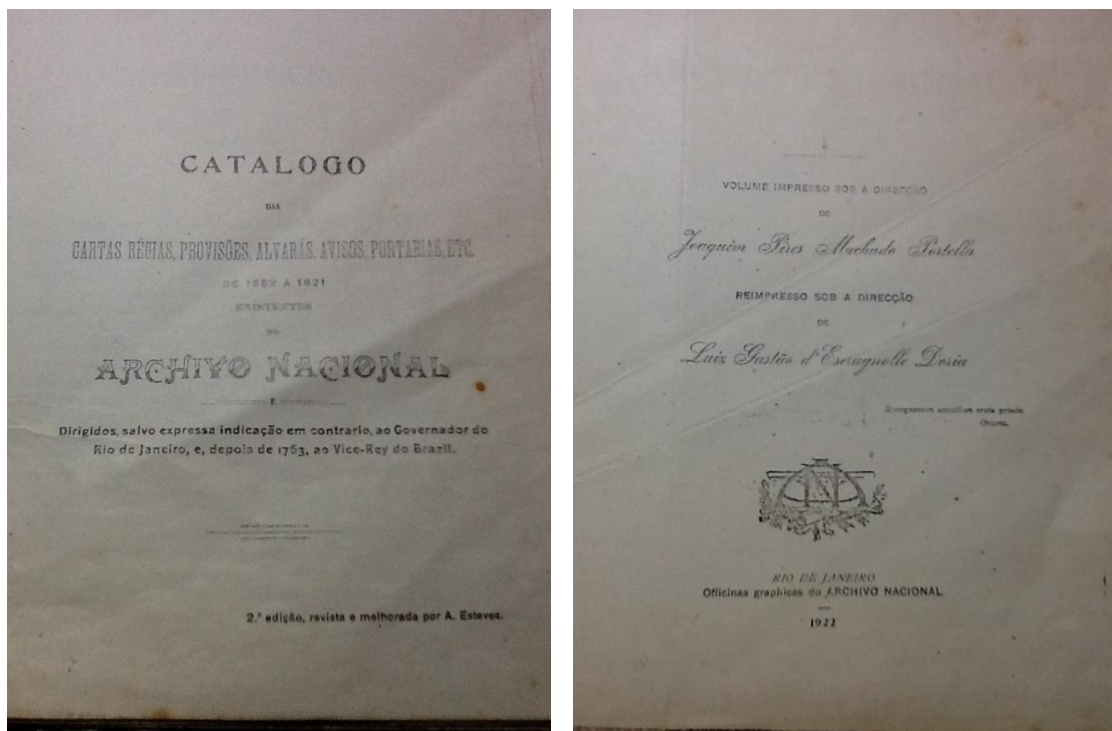
de Machado Portela à edição original, e acrescentada uma página de abertura comemorativa, como mostram as Figuras 14 a 17.

Essas decisões de Doria indicam sua intenção de manter as características da edição original do *Catálogo*, realizando simultaneamente dois movimentos: homenageando o diretor em cuja administração se havia iniciado a série e transmitindo ao público a tradição e antiguidade da produção editorial do Arquivo Nacional e de sua coleção. Não é preciso lembrar que a publicação foi planejada para ser impressa em 1922, portanto durante a organização das comemorações e da Exposição Internacional do Centenário da Independência, momento em que a história esteve, mais do que nunca, na ordem do dia, uma ocasião propícia para a trazer a público o Arquivo como instituição e ressaltar o valor e abrangência do seu acervo, assim como o trabalho de seu diretor. A impressão do *Catálogo* foi concluída em setembro de 1922.<sup>32</sup>



**Figuras 14 e 15** – Capa da reedição do *Catálogo das cartas régias* e página de abertura com homenagem a Machado Portela, v. I, 2. ed., 1922

<sup>32</sup> Relatório mensal das oficinas gráficas, agosto de 1922, AN 117.



**Figuras 16 e 17** – Página de título, com referência ao trabalho de Armando Esteves, e colofão, mencionando a edição original, v. I, 2.ed., 1922

No entanto, parece que reimprimir esse catálogo não era, inicialmente, o projeto do diretor do Arquivo Nacional para aquele momento. Desde 1920, os funcionários Alexandre Kitzinger e Pandiá Castelo Branco estiveram envolvidos na descrição de peças da coleção de moedas para a elaboração do “Catálogo das medalhas do Museu Histórico” e de um “Catálogo das Moedas e Medalhas que deverão figurar na Exposição do Centenário da Independência.”<sup>33</sup> O “Catálogo de medalhas” deveria ser o volume XX da coleção, e não *O ano de 1822*, como acabou acontecendo. Mas, como a publicação atrasou, porque se decidiu acrescentar conteúdos, o diretor teria mandado substituí-lo pela reimpressão do *Catálogo das cartas régias*. Olímpio Francisco Heitor, então inspetor da tipografia, disse em agosto de 1920 que:

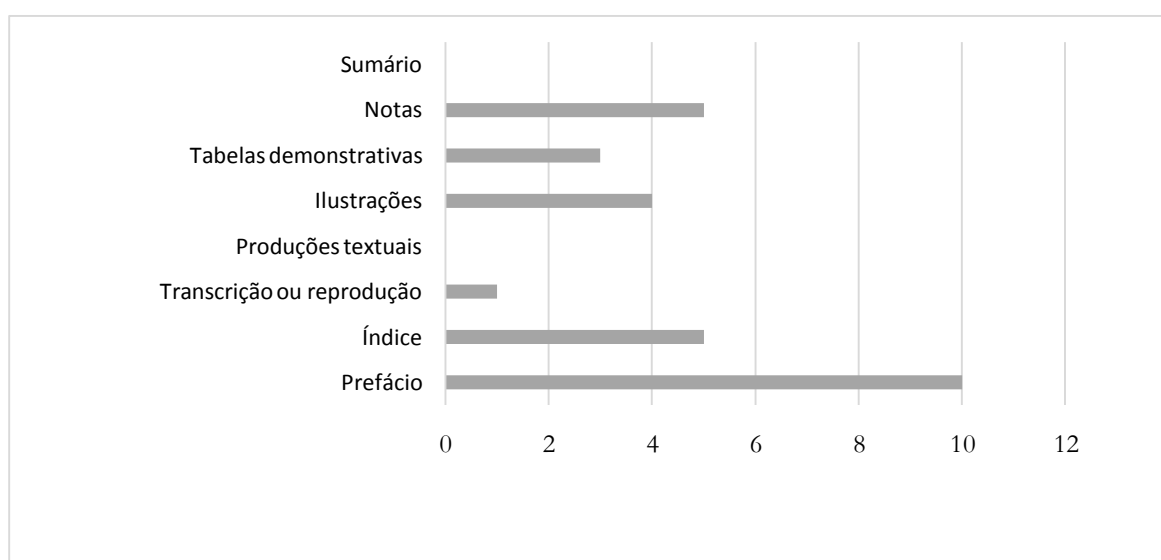
O senhor Lino Noruega concluiu a composição da parte dos originais do Catálogo de Medalhas entregues a estas oficinas, o qual deve constituir o XX volume das Publicações do Arquivo. Este trabalho ficou interrompido a fim de ser feito o histórico das medalhas.

<sup>33</sup> Relatórios mensais de Alexandre Kitzinger, 20 de fevereiro, 11 de março, 1º de abril e 4 de maio de 1920, e 5 de janeiro de 1921. AN 56. “Trabalhos realizados pelo arquivista Kitzinger de novembro de 1921 a janeiro de 1922”, 31 jan. 1922; “Trabalho executado pelo arquivista Kitzinger de janeiro a 31 de março de 1922”, 17 abr. 1922. AN 55.

Aproveitando esta interrupção deliberou o senhor diretor interino mandar reimprimir o volume I das Publicações do Arquivo; trabalho este a que se deu início no dia 25.<sup>34</sup>

Não encontramos esse catálogo de medalhas do Museu Histórico, e é possível que não tenha sido publicado, embora esteja entre os trabalhos de Castelo Branco e Kitzinger em 1922,<sup>35</sup> ou, caso tenha sido, que se encontre no Museu Histórico Nacional, para onde foram transferidos os objetos do Museu Histórico do Arquivo.

As Publicações do Arquivo Nacional publicaram, então, dez catálogos no período, sendo oito de documentos, dois com o plano de classificação da Seção Histórica e outro, a reedição da obra com que se havia iniciado a série.



**Figura 18** – Tipos de conteúdo e elementos editoriais dos catálogos de documentos

Analisando essas obras em seus aspectos visuais e no uso de elementos editoriais (Figura 18), eles podem ser considerados obras austeras, de aspecto sóbrio e com poucos ornamentos, detendo-se, quase exclusivamente, à sistematização dos documentos. Quase todos os catálogos possuem prefácios, que representam a única produção textual. E as ilustrações, se existem, servem apenas para exibir as firmas de reis, ministros e outros homens públicos.

<sup>34</sup> Relatório mensal das oficinas gráficas, agosto de 1920, AN 56.

<sup>35</sup> Relatórios mensais de Alexandre Kitzinger e Pandiá Castelo Branco, janeiro a abril de 1922, AN 55.

### 3.2 “Inéditos interessantes”: a publicação de transcrições de documentos

A publicação de documentos foi outra vertente importante da produção editorial do Arquivo no período, sobretudo até 1916. De um total de vinte volumes da coleção, representa trinta por cento, sendo o formato editorial mais frequente na série depois dos catálogos. Esses livros, volumes IV, VII, IX, X, XIV e XV, são bastante parecidos, em termos visuais, como os catálogos, não apresentando diferenças significativas nesse sentido, e, assim como eles, têm como ponto de partida um conjunto ou seleção de documentos, não apresentando artigos de autores contemporâneos ou outras produções textuais.

A primeira publicação de documentos foi *Memórias*, volume IV das Publicações, de 1903, que trouxe memórias sobre o Brasil e seu território, dos séculos XVIII e XIX; documentos relacionados aos jesuítas e à sua expulsão, datados de 1767 a 1776; e sobre a Independência, de 1821 a 1826. Embora tenhamos separado por temas, eles foram publicados em ordem cronológica. Entre as memórias que constam da primeira parte estão, por exemplo, a “Memória sobre a navegação do rio Doce”, apresentada por Francisco Manoel da Cunha ao conde de Linhares (sem data), e o “Plano de Inglaterra para fazer conquistas na América”, ofício de Sebastião José de Carvalho e Melo, ministro português em Londres, para a Corte de Lisboa (8 de julho de 1741), que traz um comentário após o título – “Publicado com inexatidões na Revista do Instituto Histórico” –, mas elas não são apontadas (Figura 19).<sup>36</sup> A segunda parte traz a transcrição de documentos referentes ao processo de expulsão dos jesuítas no século XVIII: onze ofícios dirigidos a Ayres de Sá e Melo, por Luís da Cunha Manuel e, depois, por Sebastião José de Carvalho e Melo, em 1767.<sup>37</sup> E na terceira, sobre a Independência, o “Memorando em que se consigna uma notícia fidedigna e na máxima parte documentada”, por Clemente Álvares de Oliveira Mendes e Almeida, tratando dos acontecimentos em Lisboa relacionados à Independência do Brasil, de 1821 até o reconhecimento da emancipação, em 1826.<sup>38</sup> A concepção editorial do volume *Memórias* se baseou na seleção de documentos desse gênero, “escritos de narrações

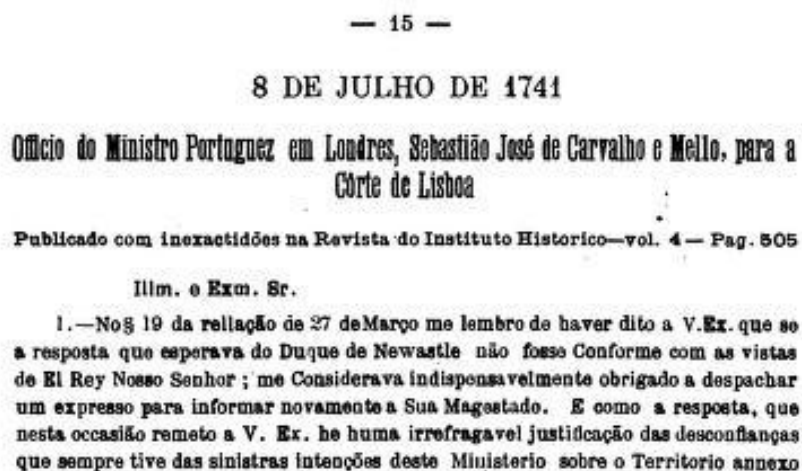
---

<sup>36</sup> v. IV, p. 15.

<sup>37</sup> Luís da Cunha Manuel: diplomata português em várias cortes europeias. Sebastião José de Carvalho e Melo: conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal e, naquele momento, secretário de Estado dos Negócios do Reino.

<sup>38</sup> Clemente Álvares de Oliveira Mendes e Almeida: cônsul geral de Portugal.

políticas”, “escrito que os ministros de Legação apresentam aos da Corte onde residem” ou “memórias de fatos literários, ou científicos”.<sup>39</sup>



**Figura 19** – Indicação de erro identificado na *Revista do IHGB*, v. IV, 1903

O volume VII das Publicações, de 1907, foi organizado em três partes independentes, “Livro dos termos, homenagens e assentos” (1709-1788), “Termos de juntas (1734-1778)” e “Cartas sobre a Independência (1822-1823)”. A primeira e a segunda partes são reproduções de livros de registro da capitania do Rio de Janeiro, um reunindo os “preitos e homenagens que prestavam em mãos dos governadores e vice-reis os encarregados dos serviços públicos, subordinados à capitania do Rio de Janeiro, os termos de capitulação desta cidade em 1711 e diversos assentos”, e outro, os termos de reuniões convocadas para decidir os negócios mais importantes da capitania. E a terceira traz cartas sobre o processo de Independência escritas de Londres pelo marquês de Barbacena, destinadas “homens ilustres”, como José Bonifácio de Andrada e Silva e outros ministros de Estado. O Arquivo tinha recebido, em 1897, “crescido número de preciosos documentos manuscritos, que pertenceram ao marquês de Barbacena”,<sup>40</sup> e o livro com o registro das cartas fora oferecido à instituição por Ladislau Neto (1838-1894), diretor do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Mais adiante, em 28 de julho de

<sup>39</sup> *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre d. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. t. II. Lisboa: Oficina de Simão Thadeo Ferreira, 1789. p. 72.

<sup>40</sup> Relatório ministerial sobre 1896-1897, p. 222. Felisberto Caldeira Brant (1772-1842), marquês de Barbacena, foi nomeado por José Bonifácio encarregado dos negócios do Brasil em Londres, em 12 de agosto de 1822, a fim de tratar do reconhecimento da Independência do país pelos ingleses.

1903, em uma reunião na Seção Histórica do Arquivo Nacional, o visconde de Barbacena reconheceu as cartas como oriundas de seu pai, o marquês de Barbacena. A procedência dos documentos foi registrada, então, na presença do visconde, do diretor, Bethencourt da Silva, funcionários e um advogado, e esse documento foi publicado no volume antes das “Cartas sobre a Independência”, conferindo autenticidade e demonstrando o ineditismo dos papéis.

“Geografia histórica da capitania de Minas Gerais”, “Província do Rio de Janeiro” e “Notícias brasílicas” são as três partes que compõem o volume IX das Publicações, o primeiro a divulgar um artigo de autor contemporâneo, Francisco Lobo Leite Pereira (1843-1920). O texto de Leite Pereira, “Autoria de um manuscrito antigo”, discute e estabelece a autoria da “Geografia histórica da capitania de Minas Gerais”, concluindo que foi escrita por José Joaquim da Rocha.<sup>41</sup> Após esse estudo, ao que parece elaborado a pedido de Bethencourt da Silva, apresenta-se a transcrição do manuscrito; um suplemento com trechos da versão da memória que tinha sido publicada pela *Revista do IHGB* em 1844, correspondentes às lacunas do manuscrito do Arquivo; e uma corrigenda dos erros de cópia naquela revista.<sup>42</sup> A segunda parte do volume, “Província do Rio de Janeiro”, tem como objeto uma parte da *Corografia brasílica*, de 1814, a mais importante obra de geografia de então, de autoria do padre português Manuel Ayres de Casal (1754-1821), que ficara ausente da edição desta obra publicada em 1817,<sup>43</sup> “um escrito curioso”, como avalia o breve texto de abertura escrito, provavelmente, pelo arquivista Eduardo Marques Peixoto. A terceira parte, “Notícias brasílicas”, consiste na transcrição de três cartas contidas no quarto volume do trabalho de Luís dos Santos Vilhena, as únicas que o Arquivo possuía. O volume trata, então, de memórias, assim como a publicação de documentos anterior.

Os volumes X e XV da série tiveram como objeto o “Registro original da correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte (1718-

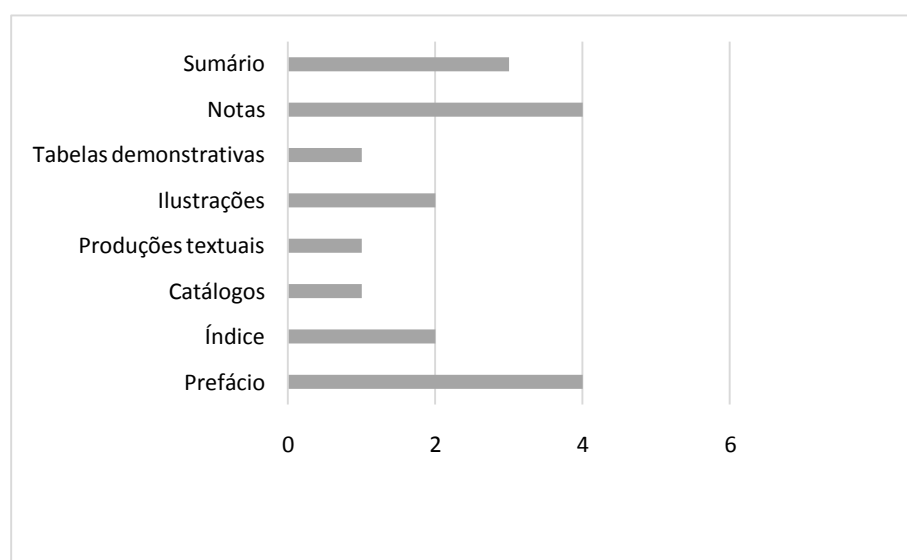
---

<sup>41</sup> Havia dúvidas se teria sido escrito por José Joaquim da Rocha (c. 1740-1804), engenheiro militar português, cartógrafo, que serviu no Brasil na segunda metade do Setecentos, ou de Cláudio Manuel da Costa (1829-1889), jurista e poeta mineiro, em razão de semelhanças com o seu poema Vila Rica. FURTADO, Júnia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 155-187, jul.-dez. 2009.

<sup>42</sup> Essa descrição geográfica foi publicada na *Revista do IHGB*, v. 6, p. 156, em 1844, com o título “Extrato da Descrição geográfica da província de Mato Grosso, feita em 1797, por Ricardo Franco de Almeida Serra, Sargento-Mor de Engenheiros. – MS. oferecido ao Instituto pelo seu sócio ao Exmo. Sr. Presidente Cônego José da Silva Guimarães”.

<sup>43</sup> A obra mencionada é *Corografia brasílica, ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil composta e dedicada a sua Majestade Fidelíssima por um presbítero secular do Gran Priorado do Crato*. Tom. II. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

1763)”, sob a guarda da Seção Histórica. O primeiro, lançado em 1910, contém a transcrição da correspondência até 1725, abrangendo as administrações de Antônio de Brito de Meneses e Aires de Saldanha de Albuquerque, e o segundo, de 1725 a 1730, administração de Luís Vahia Monteiro. E o volume XIV, de 1914, reúne papéis diversos – documentos sobre os jesuítas, cartas e memórias históricas e geográficas. Em relação aos jesuítas, na parte intitulada “Os Schetz da capitania de São Vicente”, o Arquivo transcreveu documentos que pertenceram a esta ordem em São Paulo provenientes da Junta de Fazenda da província.<sup>44</sup> E foram três as memórias selecionadas para edição: *Descrição relativa ao Rio Branco e seu território*, de Manuel da Gama Lobo de Almada (1787), *Roteiro do caminho da vila capital de Santa Catarina até ao Rio Sahy do Norte*, de Luís Maurício da Silveira (1814), e *Breve notícia estatística da capitania do Espírito Santo que forma uma parte do reino do Brasil*, de Francisco Alberto Rubim (1816).



**Figura 20** – Tipos de conteúdo e elementos editoriais das publicações de documentos

Essas seis publicações de documentos, editadas entre 1889 e 1915, possuem pelo menos dois aspectos em comum: a transcrição como elemento principal e a aparente destinação a um leitor erudito. Quase não contêm ilustrações, artigos de autores contemporâneos ou outras produções textuais (Figura 21), e, quando esses elementos existem, parecem pouco esclarecedores, se comparados com o que seria feito nas miscelâneas.

<sup>44</sup> A família Schetz adquiriu o que é considerado por alguns historiadores como o primeiro engenho de cana de açúcar da colônia, em sociedade com Martim Afonso, em São Vicente, em 1533.



Entre as raras ilustrações, consta apenas uma reprodução fotográfica de documento, sendo as demais fac-símiles de assinaturas, do mesmo tipo usado nos catálogos, portanto sem caráter propriamente ilustrativo, mas sim relacionada à autenticidade dos papéis e legitimidade do Arquivo Nacional. E o único artigo de autor contemporâneo, o estudo de Lobo Leite Pereira, é igualmente voltado a um leitor preparado para entender os meandros da crítica documental. Apesar de constarem alguns pequenos trechos de abertura, introduzindo os documentos, esse recurso tem em vista um uso erudito das obras, sem trazer grandes esclarecimentos ou despertar a atenção do leitor para aspectos “interessantes” dos documentos. As transcrições preservavam a grafia original dos documentos.

Uma diferença entre as publicações de documentos é que algumas se basearam em determinado conjunto documental, outras foram resultado de uma seleção de papéis entre mais de uma coleção. Mas o projeto editorial – que inclui aspectos visuais, conteúdos e suas formas de apresentação – é semelhante tanto entre as publicações de documentos, como em relação aos catálogos.

Nessas duas categorias de Publicações, sem distinção, foram utilizadas tabelas demonstrativas, reproduções de assinaturas e exemplos de documentos (cartas régias, provisões etc.), ressaltando também certo interesse na apresentação ao leitor de elementos de diplomática. O objeto da diplomática é a estrutura formal dos documentos, que, para possuírem validade e realizarem um ato administrativo ou jurídico, precisam se utilizar de determinadas fórmulas básicas, que ficam claras para o leitor a partir desses exemplos.

Quanto à decisão de trabalhar determinados conjuntos documentais sob a forma de catálogos ou transcrições, um dos motivos encontra-se no tipo e no volume da documentação. Para alguns conjuntos, não seria possível ou razoável transcrever centenas ou milhares de papéis se eles fossem “documentos de dados repetitivos”,<sup>45</sup> sendo a descrição sumária mais adequada. Um exemplo disso é o volume XII das Publicações, o Índice da Coleção de Alvarás, Cartas e Provisões (1753-1808). A documentação apresentada nesse catálogo inclui, entre outros documentos, alvarás de licença de funcionários da administração régia, por isso faz mais sentido indicar a localização de cada licença no registro, do que transcrever uma série de documentos com o mesmo conteúdo. Em relação ao volume do conjunto documental, das duas uma:

---

<sup>45</sup> BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 296.

ou se publica um catálogo, como o *Catálogo das cartas régias*, que reúne mais de cinco mil ordens reais, ou se publica a transcrição de uma seleção baseada em algum critério, como se fez no volume *Memórias*.

Diante disso, é interessante notar ainda que o Arquivo Nacional não publicou nesse período nenhum instrumento de pesquisa geral do acervo, mas sim catálogos de coleções específicas, o que não permite ao público ter uma dimensão mais exata da extensão e o caráter da documentação sob a guarda da instituição.

### **3.3 “Partes curiosas de todo inestimável”: as miscelâneas de Escragnolle Doria**

Após a edição de dezesseis catálogos e publicações de documentos, desde 1886, os três volumes das Publicações lançados por Escragnolle Doria a partir de 1917 – além de *O ano de 1822* e da reedição do *Catálogo das cartas régias* – representaram uma mudança de rumos significativa na produção editorial do Arquivo Nacional. Esses títulos têm pouco em comum com os catálogos e publicações de documentos que discutimos antes e se assemelham mais a coletâneas, trazendo, em um mesmo volume, pequenos catálogos de conjuntos documentais, transcrições de documentos, mas também artigos, estudos históricos e ilustrações – tudo isso apresentado de forma bastante diferente dos anteriores. Os volumes XVII, XVIII e XIX poderiam ser chamados, ainda, de miscelâneas, nos dois sentidos dicionarizados do termo: “reunião de textos literários variados e frequentemente de autores diversos numa mesma obra” e, por extensão, “conjunto confuso de coisas diferentes; mistura, mixórdia”.<sup>46</sup> Em arquivos, miscelânea refere-se, em geral, a documentos reunidos, embora diferentes. Lembramos também as considerações de Genette sobre as coletâneas literárias. Sua unidade temática pode ser mais ou menos marcada, “porém o efeito de sequência ou de progressão é habitualmente muito fraco, e a ordem é em geral arbitrária. Cada poema é, por si, uma obra fechada, podendo legitimamente reclamar seu próprio título.”<sup>47</sup>

Percebe-se também a participação de Escragnolle Doria como editor e autor, redigindo artigos, convidando autores, providenciando ilustrações e elaborando prefácios que ultrapassam uma simples apresentação da obra. No volume XVII, por exemplo, o diretor trabalhou na revisão de provas e redigiu artigos e notas

<sup>46</sup> DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Versão 2.0a, abril de 2007.

<sup>47</sup> GENETTE, op. cit., p. 274.

explicativas,<sup>48</sup> podendo ser considerado autor do volume. Em relação aos aspectos visuais, o projeto gráfico foi mantido, mas alguns elementos se alteraram. Foram abandonados os algarismos romanos das páginas pré-textuais, substituídos pelos arábicos, passou-se a utilizar mais recursos visuais, como vinhetas e molduras, e a incluir ilustrações. De acordo com Doria:

É tempo de permitir ao leitor, pelo livro, correr o Arquivo Nacional, detendo-se em suas diferentes seções, partes curiosas de todo inestimável. Apresentando-as sucessivamente, busco reproduzir o gesto do joalheiro que, tendo nas mãos uma só pedra preciosa, virando-a e revirando-a, a torna cobiçável, variada e mais formosa pelos jogos da luz na multiplicidade das facetas.<sup>49</sup>

Assim como as publicações de documentos, que já discutimos, as miscelâneas publicaram reproduções e transcrições de documentos, mas de uma forma inteiramente diferente, baseada na seleção de alguns papéis, e não de conjuntos documentais, e se aproximando mais do padrão de periódicos, como a *Revista do IHGB* e os *Anais da Biblioteca Nacional*. Escragnolle Doria não editou nenhum catálogo ou publicação de documentos.

Essas suas considerações se fazem sentir no primeiro volume das Publicações que ele editou, o XVII, lançado em 1917, em cujo prefácio ele apresenta o conceito por trás da obra: refletir todas as Seções do Arquivo Nacional:

A Histórica, a decana, é representada por documentos de polpa relativos à infância de d. Pedro II e suas irmãs. [...]  
A Seção Administrativa apresenta documentos interessantes sobre a fundação dos cursos jurídicos no Brasil, subsídios úteis aos estudos especiais do assunto, caro a juristas, sobretudo se forrados de literatos.  
A Seção Legislativa e Judiciária figura na publicação com um processo de jornalismo na época da Independência, época cuja análise da vizinhança de 1922 torna cada vez mais palpitante.<sup>50</sup>

O volume está organizado em seis partes (ver Apêndice C) e contém cinco artigos assinados pelo próprio diretor, e esses textos, que chegam a ter onze páginas e bibliografia, fazem mais do que situar os documentos, sendo alguns verdadeiros estudos

<sup>48</sup> Relatório sobre 1918, p. 53.

<sup>49</sup> DORIA, Luís Gastão d'Escragnolle. [Prefácio]. In: AN. Publicações do Arquivo Nacional, v. 17. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1917, p. 6.

<sup>50</sup> Ibid., p. 3-4.

sobre os acontecimentos, personagens e documentos publicados. Após os textos, uma página de abertura indica a proveniência dos documentos que serão apresentados em forma de transcrições ou reproduções.

A primeira parte, intitulada “Um processo de jornalismo na época da Independência”, abre com um artigo de Escragnolle Doria sobre o processo movido pelo jornalista e político maranhense Manoel Odorico Mendes (1799-1864) contra o ex-presidente da província, o marechal de campo Manuel Costa Pinto. Costa Pinto havia processado Odorico Mendes, retirando-lhe o posto de deputado e proibindo a publicação de seu jornal, *Argos da Lei*, em 1828. O processo foi inserido no volume, nos termos de Doria, “como espécimen dos documentos existentes na Seção Legislativa e Judiciária”. Com a seleção deste documento para divulgação nas Publicações, mostra-se que existiam, na Seção Legislativa e Judiciária, não apenas processos sobre acontecimentos ou pessoas comuns, mas igualmente materiais de “interesse histórico”, capazes de suscitar diferentes abordagens. Para Escragnolle Doria:

Despido de explicações, documento nu e seco, o processo [...] interessará talvez só aos eruditos, aos estudiosos, aos pensadores, que se contentam com o caroço do fruto sem cuidar da polpa. Vestido de algumas explicações, talvez alcance maior público, coisa de subido interesse para o Arquivo Nacional.<sup>51</sup>

A seleção deste processo mostra que Seu artigo traz informações biográficas de Odorico Mendes, as motivações e os principais momentos do processo e, numa segunda parte, o destino dos “personagens”, pois:

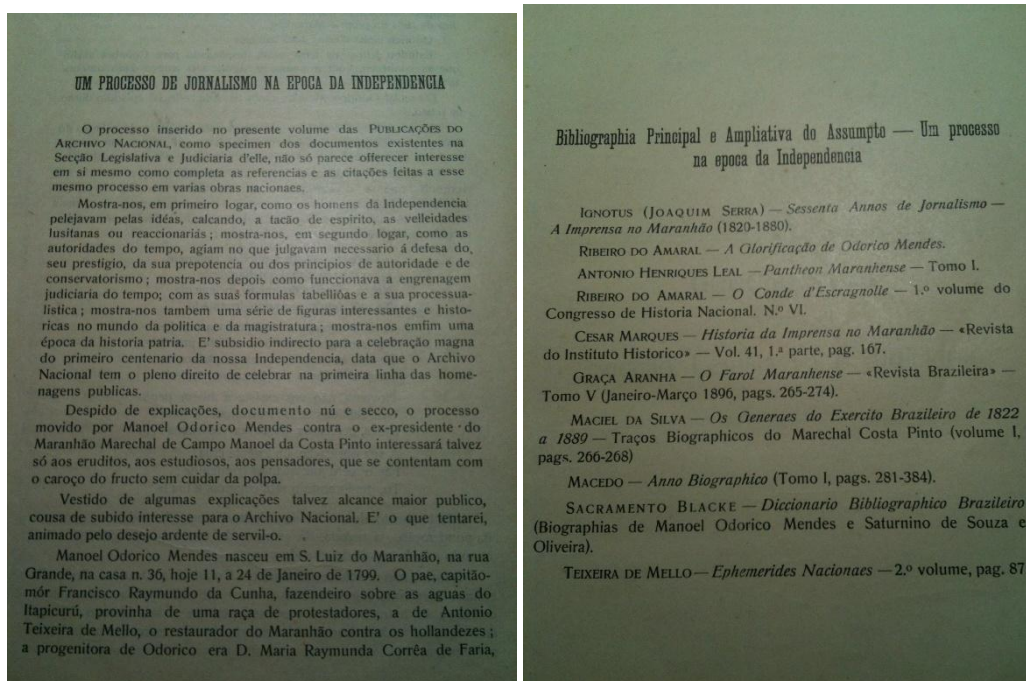
Na história, como no romance, apraz ao leitor saber o que foi feito dos personagens. Por isso não há de ser baldado de interesse conhecer um pouco o fim da vida dos personagens principais envolvidos no processo de jornalismo que acabamos de relatar, em suas linhas gerais, para quem não tiver paciência ou lazer para examinar, à lente, os documentos originais adiante transcritos [...].<sup>52</sup>

O autor usa trechos dos documentos, reproduzidos com ortografia atualizada e com referências às folhas do original, o texto possui linguagem simples e não inclui notas de rodapé, apenas uma bibliografia ao final. As Figuras 22 a 25 ajudam a visualizar essa

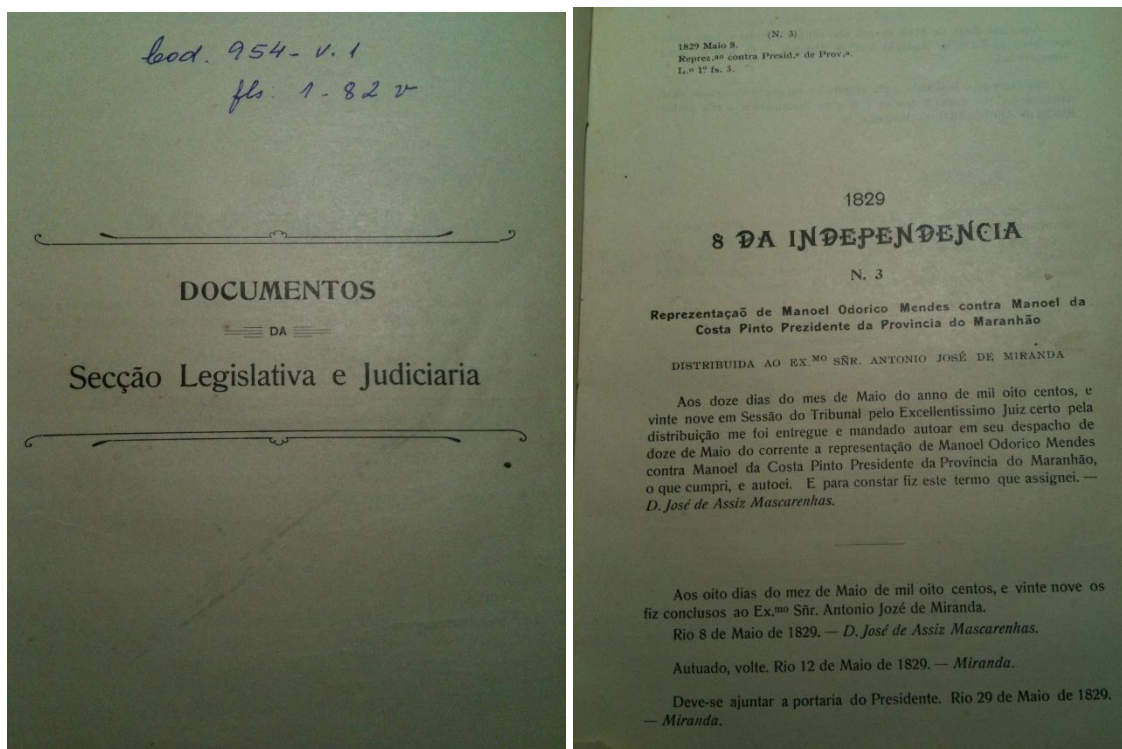
<sup>51</sup> DORIA, L. G. d’E. Um processo de jornalismo na época da Independência. In: AN. Publicações do Arquivo Nacional, v. XVII, op. cit., p. 7.

<sup>52</sup> Ibid., p. 13-14.

forma diferenciada, em relação aos volumes anteriores, de situar e apresentar a transcrição de documentos. Essa mesma estrutura e forma de apresentação foi usada nas outras partes do volume, com documentos das Seções Histórica e Administrativa, e objetos do Museu Histórico do Arquivo.



Figuras 21 e 22 – Primeira página e bibliografia de artigo de Escragnoille Doria, v. XVII, 1917



Figuras 23 e 24 – Abertura dos documentos da Seção e primeira página de transcrição, v. XVII, 1917

Na parte dedicada à Seção Histórica, o artigo “A infância e a educação de d. Pedro II e suas irmãs”, traz uma biografia familiar de d. Pedro I, seu nascimento, casamentos, filhos, abdicação e exílio, até chegar à nomeação de José Bonifácio tutor dos quatro filhos, em 1831, e do marquês de Itanhaém, confirmado em 1834. Escragnolle Doria traça retratos biográficos dos dois tutores e também de Estevão Rafael de Carvalho e Francisco Álvares Machado, autores dos votos sobre as contas do tutor do imperador apresentados na sessão parlamentar de 1837. O texto é romanceado, como mostra esta passagem, entre tantas outras: “Os príncipes juveníssimos que deveriam ficar no Brasil dormiam nas caminhas o sono da infância, lindo, angélico, fofo à vista, leveza sobre inocência. D. Pedro I vigiara-os durante toda a noite, parecendo desejar ter de memória, para sempre, as atitudes dos filhos.”<sup>53</sup> E preocupa-se com o interesse despertado pelos papéis, dizendo que são “curiosíssimos” e que “instruindo enternecem e pintam uma época, moralmente, tanto quanto uma tela”.<sup>54</sup> São apresentados então os documentos relacionados à tutoria<sup>55</sup> e uma ilustração (Figura 26).

Na breve apresentação da terceira parte do volume XVII, dedicada aos “Cursos jurídicos no Brasil”, Escragnolle Doria indica estudos sobre a “história administrativa ou anedótica” das duas faculdades jurídicas do Império, de São Paulo e de Recife, antecedendo a transcrição de documentos sobre o curso jurídico que se pretendia fundar no Rio de Janeiro em 1825, antes até da faculdade de Pernambuco. E mostra seu ponto de vista sobre a melhor forma de editar documentos:

Achando que, sobretudo em matéria de erudição, a variedade deleita, dou nova forma de apresentar ao público aos referidos documentos provenientes da Seção Administrativa. Com isso julgo melhor orientar o leitor e guiar-lhe a atenção, porque os documentos a isso se prestam. Manuscritos, como pessoas de escol, gostam de ser bem tratados.<sup>56</sup>

Em seguida, foram selecionados ainda um folheto “bastante raro”<sup>57</sup> intitulado *Explicação alegórica da decoração dos coches de Estado de S. M. o senhor d. Pedro I*,

<sup>53</sup> DORIA, L. G. d’E. A infância e a educação de d. Pedro II e suas irmãs. In: AN, op. cit., p. 118.

<sup>54</sup> Ibid., p. 120; 123.

<sup>55</sup> Parecer da Comissão das Contas do Tutor de S.M. e AA. II. (1837), Instruções para serem observadas pelos mestres do sr. d. Pedro II, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil dadas pelo marquês de Itanhaém, tutor do mesmo augusto senhor, Rio de Janeiro, 1838; Regulamento do serviço do Paço e das pessoas imperiais; Regulamento do aio do imperador; e Conta do estado de instrução de S. M. I. e de S.S. A.A.

<sup>56</sup> DORIA, L. G. d’E. Cursos jurídicos no Brasil. In: AN, op. cit., p. 182.

de 1829, de Francisco Pedro do Amaral, em que descreve seu trabalho de pintura das carruagens imperiais para o casamento de d. Pedro I com d. Amélia de Leutchemberg. O texto de apresentação de Escragnolle Doria traz informações biográficas do autor do opúsculo e o seu destinatário, além de indicações bibliográficas sobre o pintor. E o Museu Histórico do Arquivo, “em via de próxima reorganização”, foi representado por dois objetos, “chamando principalmente a simpatia do Público com as reproduções da caneta e da pena oferecidas à princesa imperial regente Isabel A Redentora para subscrever a Lei Áurea e da caixa invólucro desses objetos imortais.”<sup>58</sup>

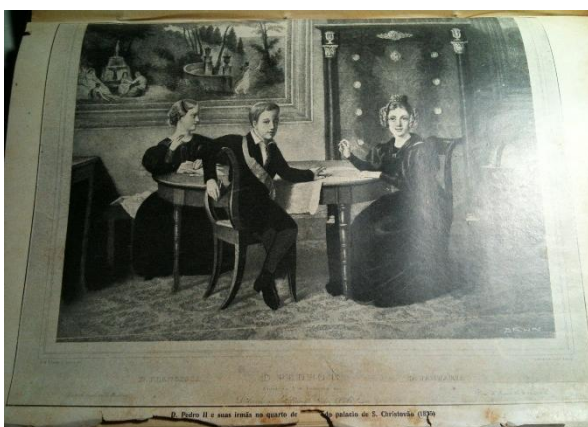
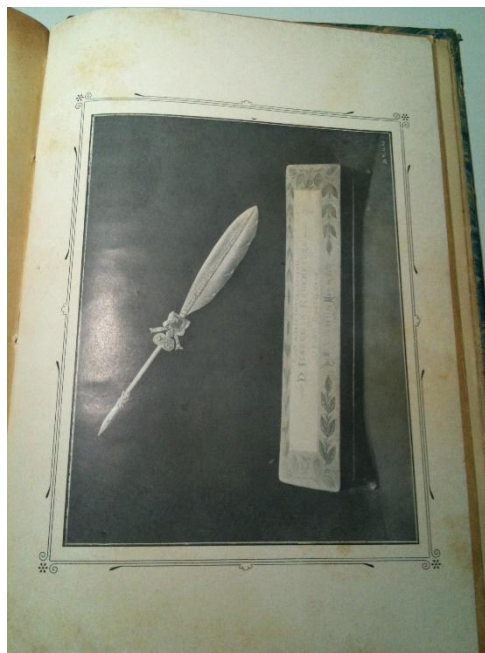
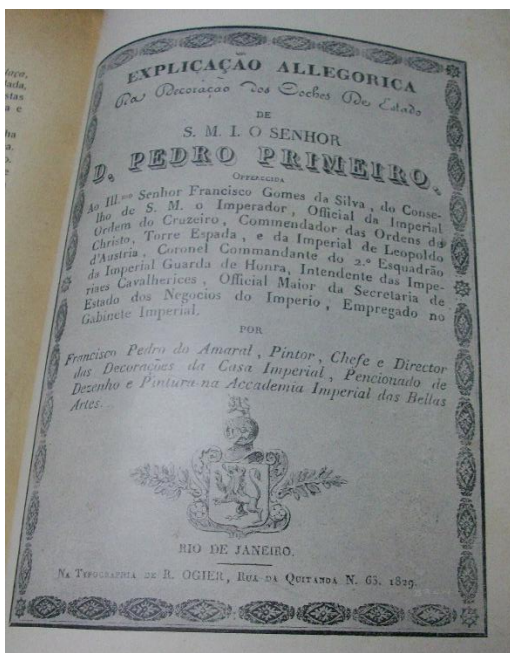


Figura 25 – “D. Pedro II e suas irmãs”, v. XVII, 1917



Figuras 26 e 27 – Folheto sobre a decoração dos coches do imperador e caneta e pena de ouro usadas para assinatura da Lei Áurea, v. XVII, 1917

<sup>57</sup> DORIA, L. G. d'E. Francisco Pedro do Amaral. In: AN, op. cit., p. 243.

<sup>58</sup> AN, op. cit., p. 4.

O último texto de Doria publicado nesse volume é sobre frei Camilo de Montserrat (1818-1870), bibliotecário da Biblioteca Nacional e paleógrafo honorário do Arquivo Público do Império, e os documentos que o próprio diretor havia encontrado enquanto trabalhava no arquivo do mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Esses documentos complementavam a biografia do frei escrita por Ramiz Galvão<sup>59</sup> e incluíam, entre outros as cartas de recomendação que frei Camilo trouxe para o Brasil, em 1844, e cuja existência tinham sido apenas mencionada por Galvão. Como nos outros casos, esses documentos aparecem transcritos em seguida. Considerando-se, possivelmente, um marco zero no que se refere às Publicações do Arquivo Nacional, inseriu, além do índice de assuntos desta obra, um índice com os temas tratados em todos os volumes anteriores da série, desde sua criação no Império.

Em 1918, Escragolle Doria lançou mais um volume das Publicações, organizado em duas grandes partes, uma sobre a Independência e outra sobre monumentos. A primeira começa com a publicação das atas do primeiro Conselho de Estado e, em seguida, do registro do gabinete de José Bonifácio, com as ordens dadas por ele como ministro do Reino e Estrangeiros, entre 1822 e 1823. Até nesses documentos, apresentados em forma de ementas e transcrições, ele busca ressaltar os aspectos interessantes, elementos curiosos, personagens que pudessem agradar o leitor:

Nas atas [...] refletem-se personagens e acontecimentos da época, sobretudo d. Pedro, sua esposa d. Leopoldina [...], e outros e outros, indivíduos e assuntos, cada qual de maior ou menor nota. [...] Pela imaginação podemos assentar, em torno da mesa do Conselho de Estado, grandes figuras da época.<sup>60</sup>

De acordo com o diretor, no volume anterior, “mudou-se, por completo, o modo de apresentar documentos, tornando-os evocativos e claros, não simples reprodução insípida e às vezes incompreensível de papéis antigos.”<sup>61</sup>

A segunda parte é um estudo de Brás do Amaral, “historiógrafo e publicista”, intitulado “O Castelo da Torre”, uma descrição de sua viagem às ruínas desse castelo, no litoral norte da Bahia, na companhia de Francisco Borges de Barros. A construção seria o

<sup>59</sup> GALVÃO, Ramiz. *Anais da Biblioteca Nacional*, XII.

<sup>60</sup> DORIA, L. G. d.'E. [Prefácio]. In: AN. Publicações do Arquivo Nacional, v. XVIII. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1918, p. 3.

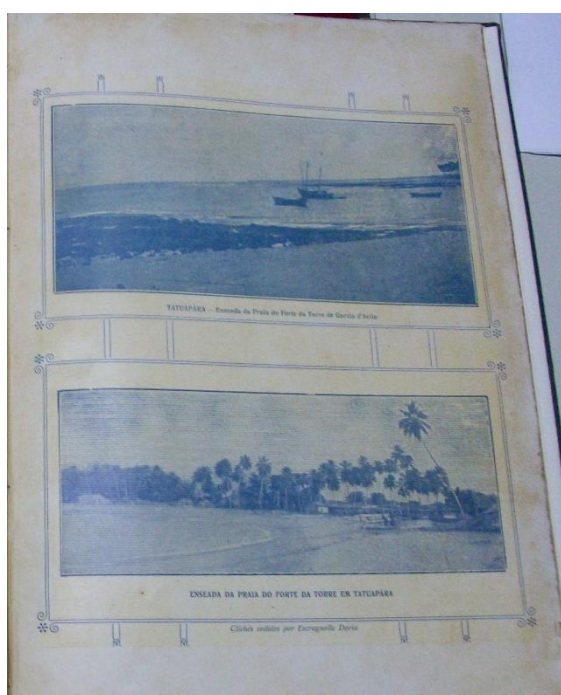
<sup>61</sup> DORIA, L. G. d.'E. [Prefácio]. In: AN. Publicações do Arquivo Nacional, v. XVIII. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1918, p. 3.



único exemplo de castelo em estilo medieval na América.<sup>62</sup> O artigo, de dezesseis páginas, é acompanhado de ilustrações e fotografias, e mobilizado por Doria como forma de defender sua proposta do Arquivo Nacional como órgão central da administração dos monumentos históricos no país – e ele não hesita em deixar isso claro no prefácio:

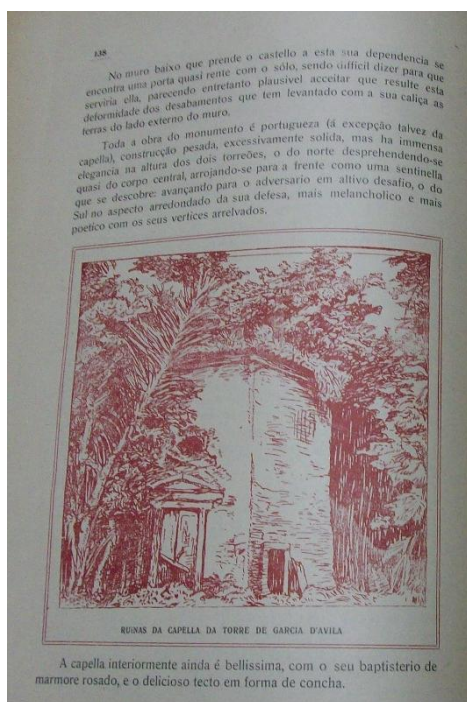
[...] vem roborar, mais uma vez, a ideia do Arquivo Nacional, por ele propugnada sem desfalecimento, da criação do patronato de monumentos históricos, qual o recentemente constituído na República Argentina, patronada cuja direção e orientação devem caber ao Arquivo Nacional, dados a sua natureza e os seus fins de instituição modelo do Estado, no gênero.<sup>63</sup>

Foi a primeira vez nas Publicações que as imagens foram inseridas no corpo do texto e que se imprimiu em duas cores, e não apenas em folhas separadas, como se fez com os “clichês cedidos por Escragnole Doria” (Figuras 29 e 30), sinal também do aprimoramento dos trabalhos das oficinas gráficas do Arquivo. Este volume, portanto, não contém artigos do diretor e decisão de refletir as seções de guarda do Arquivo foi abandonada, mas se mantiveram as principais características do seu projeto editorial.



**Figura 28** – “Tatuapára – Enseada da praia do Forte da Torre de Garcia d’Ávila” e “Enseada da praia do Forte da Torre em Tatuapára”, v. XVIII, 1918

**Figura 29** – “Ruínas da torre do castelo de Garcia d’Ávila”, v. XVIII, 1918



<sup>62</sup> “O Castelo da Torre: monumento nacional”. Disponível em: <[www.casadatorre.org.br](http://www.casadatorre.org.br)>. Acesso em: 27 jan. 2014.

<sup>63</sup> DORIA, op. cit., p. 5-6.

A terceira miscelânea editada por Doria publicou dois artigos de autores contemporâneos e duas transcrições de documentos. Volume das Publicações lançado em 1919, sem ilustrações, traz primeiro um estudo de sessenta páginas de José Wanderley de Araújo Pinho<sup>64</sup> sobre a “Infância e mocidade do conselheiro José Antônio Saraiva”, elaborado a partir de cartas trocadas entre Saraiva, enquanto estudante e no início da vida pública, a Henrique Garcez Pinto de Madureira, terceiro marido de sua avó materna. Em segundo lugar, é apresentada a transcrição de um manuscrito de autoria de José Maria do Amaral, diplomata na Rússia, dedicado ao imperador d. Pedro II para subsidiar a diplomacia do Império. O manuscrito, datado de 1846, foi encontrado no Arquivo Nacional e traz um retrato dos catorze representantes diplomáticos de nações europeias em São Petersburgo. As duas últimas partes consistem na transcrição de relatórios do próprio Arquivo Nacional durante o Império, entre 1843 e 1859, e de um estudo sobre as pontes da cidade de Ouro Preto, “Reminiscências de Vila Rica”, de Feu de Carvalho, funcionário do Arquivo Público Mineiro.

No prefácio do volume, Escragnolle Doria traz informações biográficas sobre esses “personagens”, Saraiva e Amaral, dizendo sobre o primeiro que o ensaio termina assim que ingressa na magistratura. “O leitor, porém, quer deslembrado, quer indouto, tem o direito de exigir se lhe recorde ou exponha o resto da existência do biografado.”<sup>65</sup> E aproveita para defender a relevância do Arquivo Nacional como instituição, que, de acordo com ele, permanecia à sombra:

Era tempo que manuscrito de tal valia [o de Amaral] saísse o escuro bojo de lata de arquivo para a luz da publicidade. Como tal manuscrito quantos outros, nas mesmas condições, jazem na repartição a nosso cargo e algures, à espera de ressuscitador e de ressurreição, conosco nem sempre possível, dada a deficiência da verba de pessoal e material destinada ao serviço das oficinas do estabelecimento. A importância do Arquivo Nacional ainda não foi avaliada, tem vivido olvidado e na sombra, por uma série de razões que não vem a pelo aqui mencionar.<sup>66</sup>

Alguns elementos se repetem nos textos de Escragnolle Doria e nos volumes editados por ele entre 1917 e 1919. Um deles é a recorrência do Brasil imperial como

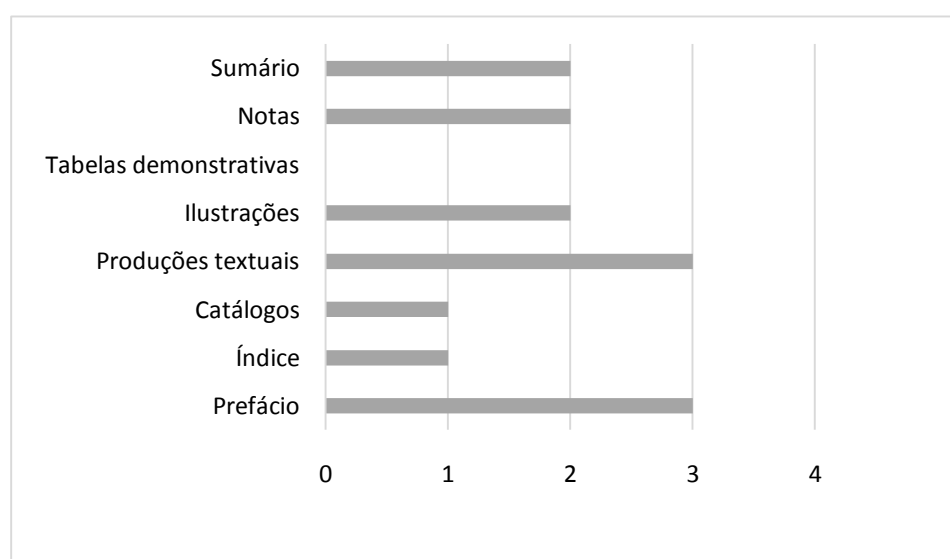
---

<sup>64</sup> José Wanderley de Araújo Pinho (1890-1967), “ocupou diversos cargos públicos e defendeu no Congresso Nacional um projeto que acabou levando à criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)”. ROMANELLI, Cristina. Engenho de portas fechadas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <http://revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/engenho-de-portas-fechadas>. Acesso em: 5 fev. 2014.

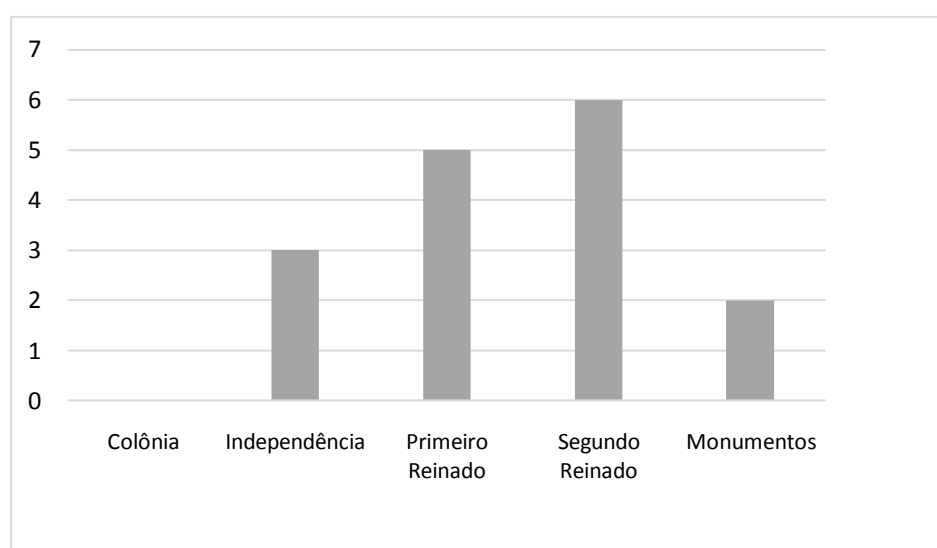
<sup>65</sup> DORIA, op. cit., p. 3.

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 8.

tema, sobretudo o Segundo Reinado, e o seu aparente apreço por esse período da história do país e seus personagens. Das treze partes que compõem esses volumes, onze têm como referência o Império e nenhum trata do Brasil colonial. Outro aspecto é a mobilização das Publicações do Arquivo para defesa de suas propostas, como aconteceu com os textos “O Castelo da Torre”, no volume XVIII, e “Reminiscências de Vila Rica”, no XIX. Embora não se possa afirmar no caso do segundo, no do primeiro, como mostramos, o próprio Escragnolle Doria ressaltou que o artigo corroborava sua opinião sobre os monumentos.



**Figura 30** – Tipos de conteúdo e elementos editoriais das miscelâneas



**Figura 31** – Miscelâneas por período/tema<sup>67</sup>

<sup>67</sup> Este gráfico inclui as partes dos volumes que não possuem texto, como, por exemplo, a dedicada à exibição de objetos do Museu Histórico do Arquivo no volume XVII, e cada parte pode tratar de mais de um tema ou período.

A sua participação nessas miscelâneas também é marcante. Dos oito artigos de autores contemporâneos publicados, cinco foram de sua lavra e três de outros, ao que parece, originais, já que não se menciona terem sido reproduzidos de outras obras ou jornais. Seu tom está entre o jornalístico e o romanesco, de qualquer maneira bastante acessível, tentando sempre enfatizar o aspecto curioso ou interessante dos documentos, referindo-se diretamente ao leitor e atualizando a grafia dos trechos dos quais se utiliza nos prefácios e artigos. Não traduziu, no entanto, citações em francês, idioma, se não falado, pelo menos lido pela maioria das pessoas cultas da época. Outra diferença em relação às Publicações anteriores é o uso de ilustrações, presentes em dois dos três volumes, e com a intenção propriamente de ilustrar, e não de comprovar, por exemplo, a originalidade dos documentos.

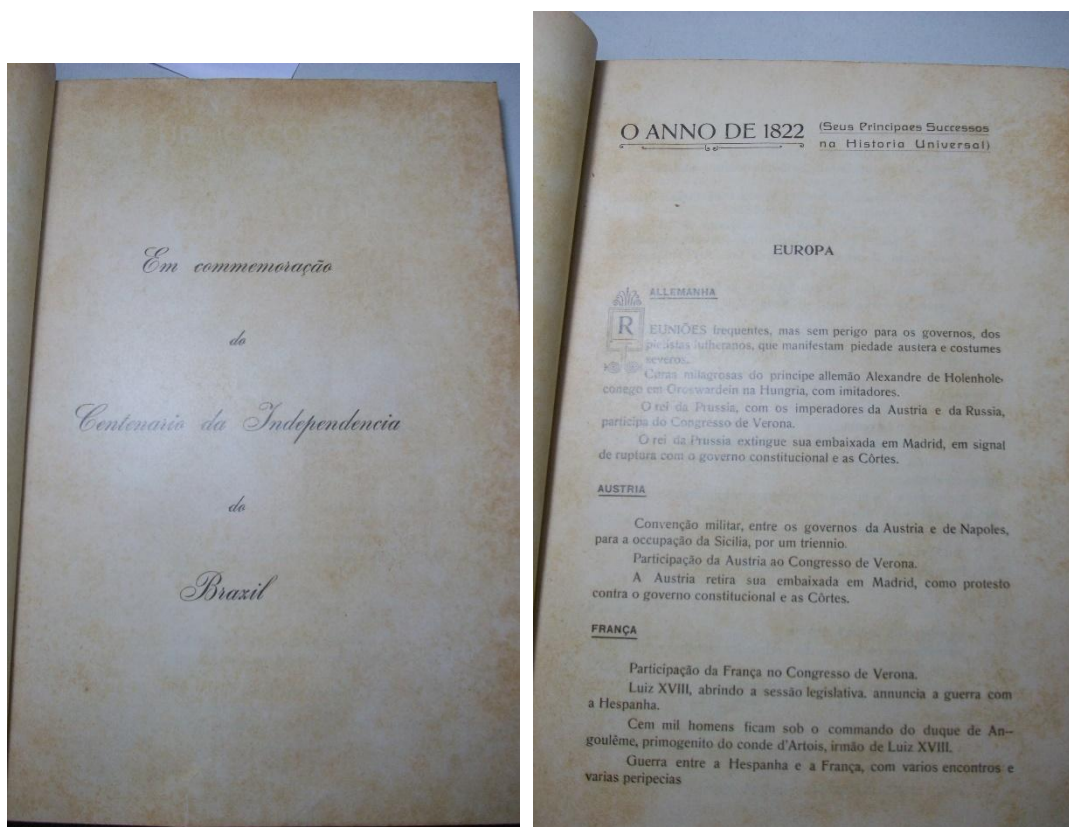
Embora preferisse editar essas obras mais próximas das revistas, como dissemos, todos os volumes possuem transcrições de documentos (9 de 13 partes são dedicadas a eles), no entanto isso é feito com o auxílio de artigos e dos prefácios, geralmente explicativos e que complementam as informações desses artigos e dos próprios documentos. Manifestam-se também seu interesse pelas biografias e algumas de suas leituras, a partir de referências a livros e revistas, entre os quais destacam-se as menções aos *Anais da Biblioteca Nacional* e à *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, importantes como respaldo científico e intelectual.

### **3.4 Um almanaque e o mundo em duzentas páginas**

Outro projeto editorial do diretor Escragolle Doria foi o livro *O ano de 1822*, volume XX das Publicações do Arquivo Nacional, que apresenta um panorama do Brasil e do mundo no ano da Independência. A intenção foi mostrar a situação dos países naquele ano e os fatos mais importantes, inclusive no Brasil, em diversas áreas, delineando uma espécie de pano de fundo dos acontecimentos de 1822. Se comparada aos volumes anteriores das Publicações, trata-se de uma obra bastante enxuta, que não possui prefácio nem menciona qualquer documento. Para ressaltar a relação do volume com as comemorações do centenário, foi acrescentada uma abertura (Figura 33) após a página de rosto padrão da série.

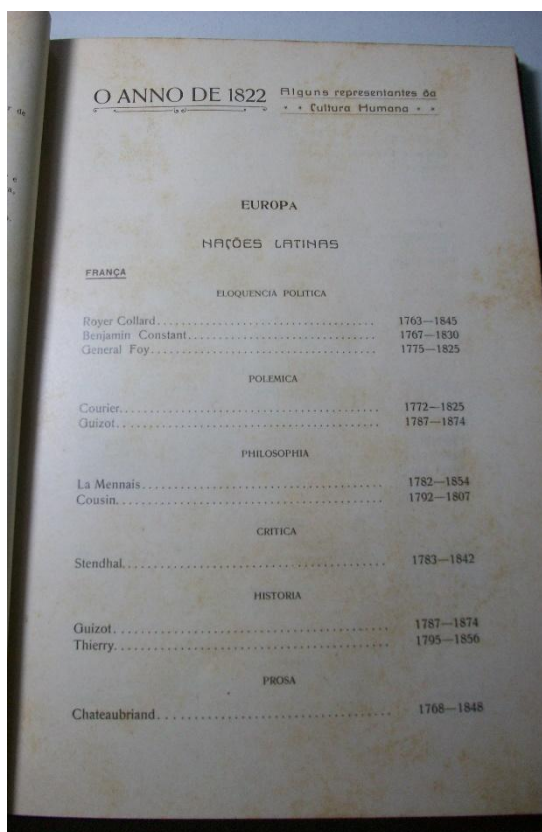
A obra é composta de uma série de textos e listagens, cada seção apresentando o título do volume e, entre parênteses, os títulos das partes (Figuras 34 a 36), que tratam

dos seguintes temas: “principais sucessos na história universal”, “fenômenos, descobertas e invenções”, “principais chefes de Estado em 1822”, “representantes da cultura humana”, “formas de governo das principais nações do mundo”, “principais populações do globo”, “principais estadistas”, “o reconhecimento da Independência do Brasil pelo mundo”, “atos políticos luso-brasileiros sobre a Independência”, “ideia geográfica” do país, “efemérides principais”, “a família real no Brasil”, “o Ministério da Independência”, a Igreja no Brasil, e no Rio de Janeiro, relação dos governos das províncias, “alguns aspectos do Rio de Janeiro”, “um pouco da vida brasileira”, dividida entre a vida artística, literária, religiosa, pedagógica, jornalística e jurídica. Há textos mais longos, outros mais curtos, outros ainda que são enumerações, como uma lista de chefes de Estado ou as populações dos países.

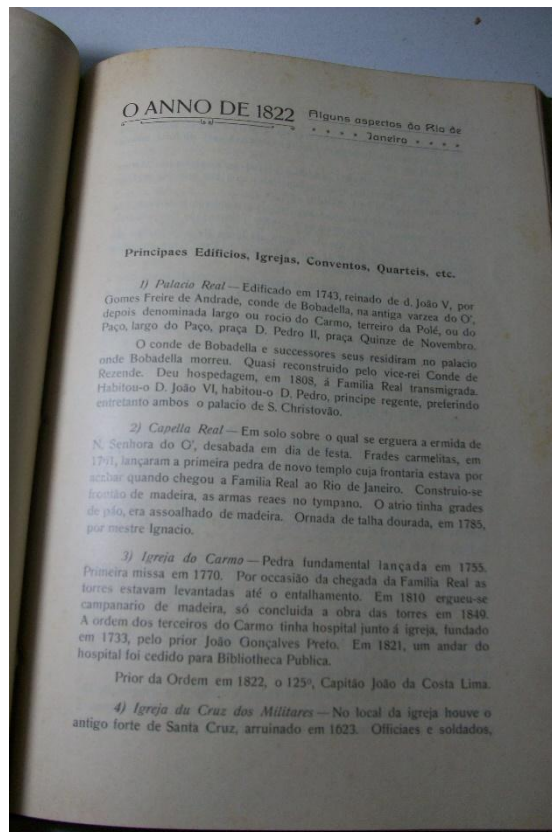


**Figura 32** – Página de abertura do volume *O ano de 1822*, v. XX, 1922

**Figura 33** – Primeira página da seção “Seus principais sucessos na história universal”



**Figura 34** - “Alguns representantes da cultura humana”



**Figura 35** – Seção “Alguns aspectos do Rio de Janeiro”

Como dissemos, este livro é bastante diferente dos que tinham sido publicados anteriormente na série, tanto dos catálogos e publicações de documentos, como das miscelâneas. A principal diferença é a ausência de documentos, fossem transcritos, reproduzidos ou apenas mencionados – não existe nem bibliografia. A organização do livro, a forma de apresentação sintética dos conteúdos, ausência de fontes e bibliografia, levaram ainda mais longe a intenção de Escagnolle Doria de conquistar leitores. Trata-se, pela primeira vez, de uma obra de interesse geral, com textos de autoria do próprio diretor, e pode-se dizer que se encontra entre o catálogo e o almanaque.

Essa caracterização da obra *O ano de 1822* vai ao encontro da definição de almanaque de Chartier, um “gênero ao mesmo tempo literário e editorial utilizado para difundir textos de natureza extremamente diferente”.<sup>68</sup> Um tipo particular de impresso – que remontaria aos calendários da Antiguidade e aos livros de horas medievais, e, como os conhecemos hoje, ao século quinze –, os almanaques costumam se destinar a um

<sup>68</sup> CHARTIER, Roger.

conjunto amplo de leitores e remetem a uma leitura intensiva,<sup>69</sup> que não se conclui ao término da obra, à qual se pode retornar para consulta com certa frequência. E a passagem do tempo, “a parte nuclear do que chamamos *almanaque*”,<sup>70</sup> encontra-se na própria origem da obra, elaborada com base no ano da Independência.

Se considerarmos as três características propostas por Guerreiro e Correia, esse aspecto de almanaque da obra torna-se mais claro: de “fácil e permanente consulta”, com estrutura baseada na cronologia e conhecimentos de natureza variada.<sup>71</sup> O volume XX das Publicações estaria mais próximo de um “almanaque histórico”, no sentido apontado por Le Goff, “com as cronologias, os grandes personagens, os acontecimentos históricos ou anedóticos; utilitário, com a indicação das feiras, das chegadas e partidas dos correios; literário, com anedotas, fábulas, contos; e, finalmente, astrológico”.<sup>72</sup> Não apenas os temas são diversos – literatura, monumentos, política, demografia, religião –, mas também os tipos textuais, que, como dissemos, incluem de listagens e pequenos artigos não assinados.<sup>73</sup>

Algumas seções se aproximam dos catálogos, como as “Principais populações do globo em 1822 e 1922”, com informações sobre cada país, separados por continente, outras se assemelham mais aos almanaques.<sup>74</sup> Uma comparação possível seria com obras como *O Brasil na Exposição Universal de 1873 em Viena d’Áustria*,<sup>75</sup> mencionada na advertência como “breve notícia”. A estrutura e a forma de apresentação, um panorama nacional nas diversas áreas, parece semelhante ao que foi utilizado por Luís Gastão Dória em *O ano de 1822*.

Apesar da intenção de lançamento no centenário, a obra só sairia em 1923, devido ao processo de exoneração de Escragolle Doria. Como ele estava elaborando os textos, sua saída significou a interrupção do trabalho. Em outubro de 1922, Alcides Bezerra Cavalcanti tomou posse como diretor do Arquivo Nacional, logo após as comemorações, e o relatório das oficinas de outubro daquele ano deu conta de que:

<sup>69</sup> DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 212.

<sup>70</sup> GUERREIRO, Manuel V.; CORREIA, J. David P. Almanques ou a sabedoria e as tarefas do tempo. *Revista ICALP*, v. 6, ago.-dez. 1986, p. 43.

<sup>71</sup> *Ibid.*, p. 46.

<sup>72</sup> LE GOFF, Jacques. Calendário. In: \_\_\_\_\_. *História e memória*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, p. 527.

<sup>73</sup> ANDRIES, Lise. Almanques: revolucionando um gênero tradicional. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (org.). *A revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Edusp, 1996; PARK, Margareth B. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998.

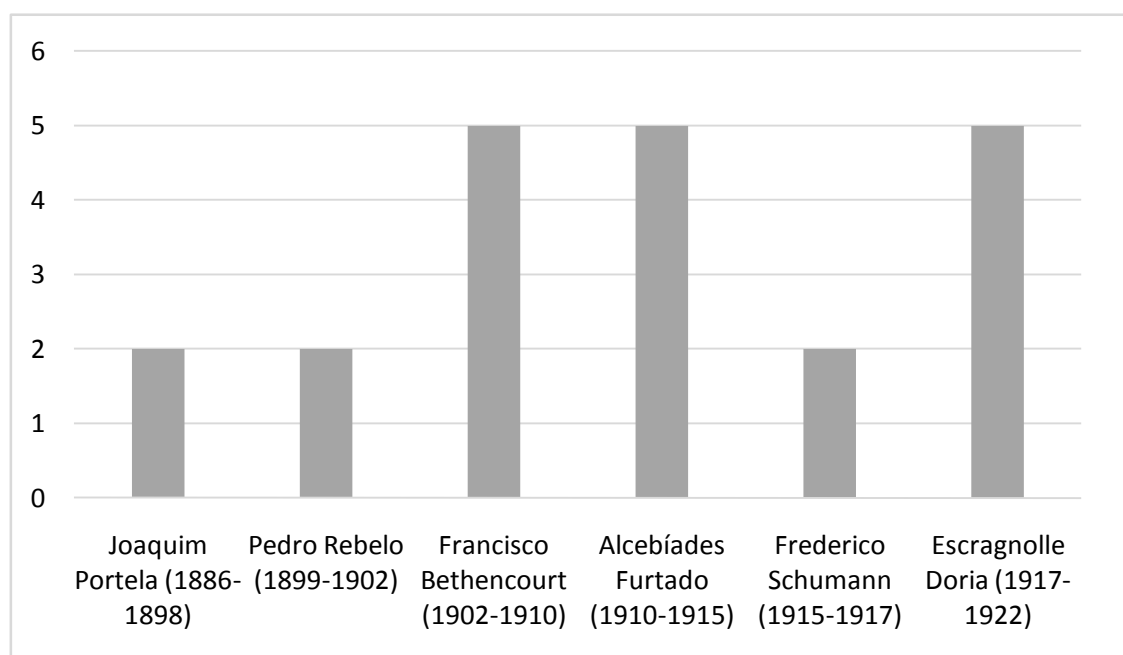
<sup>74</sup> “Folheto ou livro que, além do calendário do ano, traz diversas indicações úteis, poesias, trechos literários, anedotas, curiosidades etc.” DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa, op. cit.

<sup>75</sup> Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873.

Com a retirada do Dr. Luiz Gastão d'Escragnolle Doria, da direção do Arquivo, ficou interrompida a confecção do XX volume das Publicações, com 176 páginas já impressas, até ulterior deliberação desta Diretoria.

Pelo motivo exposto e não podendo a oficina paralisar o trabalho determinou V. Ex. fosse começada, imediatamente, a composição do XXI volume, a qual já tem compostas 48 páginas.<sup>76</sup>

Deu-se início, então, à composição do vigésimo primeiro volume das Publicações do Arquivo Nacional, o *Índex alfabético das leis, cartas régias, decretos e mais ordens que há no Arquivo da Provedoria da Fazenda Real*, resultado mais direto do trabalho técnico com os documentos e que, portanto, poderia prosseguir independentemente da exoneração do diretor.



**Figura 36** – Número de volumes Publicações do Arquivo Nacional por administração

<sup>76</sup> Relatório mensal das oficinas gráficas, outubro de 1922, AN 117.



### 3.5 Por dentro da coleção: elementos do projeto editorial das Publicações

Os elementos gráfico-editoriais, como título, epígrafe, prefácio, ilustrações e outras decisões tomadas pelos editores influenciam, embora de forma nem sempre mensurável, a recepção das obras impressas e contribuem para a conformação do público leitor esperado, permitindo, assim, conhecer um pouco sobre os destinatários pretendidos e sobre o próprio projeto editorial. Esses elementos, textos verbais ou não verbais que circundam o texto principal, transformando-o em livro, foram estudados por Gerard Genette<sup>77</sup> para as obras literárias, e tentamos percorrer esse caminho. Nos termos dele, o paratexto, essa espécie de fronteira entre o texto e o que está fora dele, representa

[...] uma zona não apenas de transição, mas também de *transação*: lugar privilegiado de uma pragmática e de uma estratégia, de uma ação sobre o público, a serviço, bem ou mal compreendido e acabado, de uma melhor acolhida do texto e de uma leitura mais pertinente – mais pertinente, entenda-se, aos olhos do leitor e de seus aliados.<sup>78</sup>

São justamente essas transações o objeto desta parte, em que analisamos, sobretudo a partir das reflexões de Genette, os principais elementos paratextuais da coleção, discutindo seus possíveis condicionamentos e motivações. Afinal, somado à análise tipológica e de conteúdo, podemos nos aproximar um pouco mais do projeto editorial das Publicações. A definição de paratexto, composto de uma série práticas e discursos, inclui dois conjuntos de elementos, peritexto e epitexto. Quanto ao peritexto, citamos alguns exemplos no início desta parte (prefácios, epígrafes etc.), e, em relação ao epitexto, pode consistir de entrevistas, correspondências, diários, textos publicados em jornais e revistas, debates, ou seja, coisas que estão foras dos livros, mas que de alguma maneira se referem a eles ou aos seus autores, “em qualquer lugar fora do livro”.<sup>79</sup> Este é motivo pelo qual decidimos analisar também as menções às Publicações do Arquivo Nacional, assim como aos seus diretores e ao Arquivo como instituição, na imprensa da

<sup>77</sup> GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. (Artes do Livro, 7).

<sup>78</sup> *Ibid.*, p. 10.

<sup>79</sup> *Ibid.*, p. 303. O autor distingue entre epitexto público e privado, mas, para o nosso objetivo, nos deteremos somente em um aspecto do primeiro tipo, a imprensa.

época, como possibilidade de situar melhor a coleção a partir da situação político-institucional do Arquivo e das discussões contemporâneas.

### 3.5.1 Obras sem título e a valorização dos conjuntos documentais

As Publicações do Arquivo Nacional tiveram seu nome levemente alterado no período de 1886 a 1922, apenas para dar conta de mudanças administrativas, com a proclamação da República e, depois, em 1912, com a mudança de Publicações do Arquivo Público Nacional para Publicações do Arquivo Nacional. Era frequente no século XIX o uso dos termos *anais* e *arquivos* para designar publicações periódicas, pelo menos no Brasil, mas era menos comum a utilização do termo *publicações* – opção feita pelo Arquivo Nacional.<sup>80</sup> A opção pelo termo publicações escapava da repetição do termo arquivos, da periodicidade implícita em anais e revista, além de evitar a semelhança com os *Anais da Biblioteca Nacional* e com a *Revista do IHGB* – e a proposta, afinal, não era a de uma revista, cujo principal elemento distintivo, além da periodicidade, é a existência de seções. Outra repetição que se evitava era a da ideia de arquivo, que traz em si as noções de seleção e guarda.

Como já mencionamos, os volumes não possuíam um título geral que aparecesse, por exemplo, na capa ou na folha de rosto, mas somente títulos internos. Quanto aos catálogos e à maioria das publicações de documentos que divulgavam apenas um conjunto documental, eles apresentavam quase sempre um título interno geral, que trazia, além do conteúdo do volume, a indicação genérica<sup>81</sup> e o período abrangido pela documentação. Como, por exemplo, o *Índice da coleção de ordens régias (1719-1807)* e o *Índice da coleção de alvarás, cartas e provisões (1753-1808)*. As únicas obras desse tipo que não tinham essa estrutura de título são os dois volumes de *Catálogos dos livros da Seção Histórica...*, para os quais ela obviamente não caberia. E internamente esses livros se dividiam conforme o tipo de documentação que estava sendo trabalhado, podendo ser com base, por exemplo, na data dos documentos (1763:

---

<sup>80</sup> Um levantamento na Biblioteca Nacional de obras publicadas até os anos 1930 em qualquer área mostrou registros de sete *anais*, quatro *arquivos* e nenhuma ocorrência de *publicações* além das do Arquivo Nacional. Foram pesquisadas no catálogo de obras gerais, obras raras e periódicos, combinações dos termos anais, arquivos e publicações, com arquivo, museu, biblioteca, instituto, academia e grêmio (por exemplo, anais do museu e publicações da academia).

<sup>81</sup> GENETTE, op. cit., p. 88.

agosto; 1764: janeiro, fevereiro, junho, novembro, dezembro) ou na divisão dos livros de registro (Livro I: 1718-1725 e assim por diante).<sup>82</sup>

Por outro lado, as miscelâneas e algumas publicações de documentos<sup>83</sup> tinham outra forma de organização: não possuíam títulos gerais, mas um para cada parte da obra, as quais podiam ser absolutamente independentes. Como exemplo dessas publicações de documentos, o volume VII (1907) traz três partes completamente autônomas com títulos próprios: “Livro dos termos, homenagens e assentos”, “Termos de juntas (1734-1778)” e “Cartas sobre a Independência (1822-1823)”. Apropriando-nos das reflexões de Genette para as coletâneas de obras literárias, é possível dizer que os editores evitavam “agrupar desse modo sob um título comum obras cuja autonomia se quer manter”, uma opção que, no entanto, “não deixa de fazer o primeiro título aparecer como principal – o que talvez não fosse o objetivo desejado.”<sup>84</sup> A unidade da série Publicações do Arquivo Nacional era, portanto, o mais importante a ser ressaltado.

### 3.5.2 Elementos do projeto gráfico e a periodicidade como intenção

O processo industrial de produção dos livros é tão importante para o editor profissional quanto a preparação de originais, pois “da correta execução dessa nova etapa na feitura do produto *livro* dependerá a legibilidade ideal do escrito, mesmo – e sobretudo – combinando-se este a recursos iconográficos, como a intercessão de gravuras, fotografias, mapas, gráficos etc., para não falar na vital escolha adequada de tipos, na harmonia das páginas e na perfeita impressão de toda a obra”.<sup>85</sup> Até 1907, como dissemos, as Publicações do Arquivo eram impressas na Imprensa Nacional, e isso pode ter limitado as escolhas na elaboração do projeto gráfico, que, provavelmente, partiu dos formatos, tipografia<sup>86</sup> e vinhetas frequentemente utilizados nos trabalhos gráficos de outras instituições públicas e contando com a mão de obra disponível, talvez com reduzida margem de mudança.

O formato padrão das Publicações no período era de 22 por 30 centímetros, portanto, relativamente grande em relação não apenas à maioria das obras literárias e de interesse geral da época, como também a algumas publicações periódicas de institutos

<sup>82</sup> Os exemplos se referem, respectivamente, aos volumes III e VIII.

<sup>83</sup> Volumes VII, IX e XIV.

<sup>84</sup> GENETTE, op. cit., p. 59.

<sup>85</sup> ARAÚJO, op. cit., p. 297.

<sup>86</sup> Tipografia: “arranjo ou estilo da composição tipográfica numa determinada publicação”. DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa, op. cit.

históricos, bibliotecas e arquivos.<sup>87</sup> A definição do formato – “O aspecto mais global da realização de um livro – e, portanto, da materialização de um texto para uso do público [...]”<sup>88</sup> –, no caso das Publicações, um formato maior, remete aos usos pretendidos das obras da coleção, composta sobretudo por catálogos e publicações de documentos. Esses dois tipos de publicação seriam mais *consultados* do que propriamente *lidos*, situando-se próximos de obras de referência, de modo que portabilidade e facilidade no manuseio não seriam elementos tão necessários ou valorizados. Não podem ser desconsiderados ainda os significados simbólicos dos grandes formatos, que remetem a antiguidade, seriedade, imponência, características desejáveis em uma série editorial editada por um órgão do governo imperial que continha documentos de valor histórico, jurídico, literário, muitos deles oficiais. As distinções de formato possuem “valor paratextual”,<sup>89</sup> na medida em que situam a obra entre outras, ou uma coleção em relação às outras obras publicadas por um editor, e ajudam a conformar sua recepção e seus usos. O formato mencionado das Publicações permaneceu após a instalação das oficinas gráficas do Arquivo em 1907, e as opções tipográficas apresentam pequenas variações entre 1886 e 1922. Os primeiros títulos possuem capa e miolo em preto e branco – volumes impressos em duas cores ou mais apareceram só em 1917.<sup>90</sup>

As Publicações tiveram no período uma média de 280 páginas, sendo que apenas seis volumes possuem menos de duzentas. Coincidentemente, destes, três foram publicados na administração de Escragolle Doria: duas miscelâneas e *O ano de 1822*. Se nossa impressão estiver correta, a ampliação do público pretendido da coleção na gestão dele está relacionada, entre outros elementos, com o tamanho dos volumes. Afinal, livros menores são mais manipuláveis e propõem outro tipo de leitura, mais próxima do que propunha o diretor em seus prefácios. Apenas o volume I, *Catálogo da cartas régias*, destoa consideravelmente dos demais, possuindo cerca de oitocentas páginas.

O acabamento<sup>91</sup> dos volumes era simples, em brochura, com capa impressa em papel acartonado que reproduzia o conteúdo da folha de rosto. A encadernação em capa

---

<sup>87</sup> Os *Anais da Biblioteca Nacional* possuíam o formato 18 x 27 cm; a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 18 x 26 cm; e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 22 cm. E obras literárias eram impressas, em sua maioria, no formato in-quarto.

<sup>88</sup> GENETTE, op. cit., p. 22.

<sup>89</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>90</sup> Alguns avulsos, como as *Instruções para o serviço de consultas* (1905), foram impressas com capa em duas cores, preto e vermelho.

<sup>91</sup> Uso aqui esta definição de Antônio Houaiss: “conjunto de operações manuais e/ou automáticas que reúne as partes constitutivas de livro, revista etc., dando-lhes a feição final [inclui, entre outras, a

dura se fazia a critério do leitor ou da instituição proprietária do livro, mas, em alguns casos, solicitou-se encadernação de luxo, como, por exemplo, para o *Índice da correspondência de Santa Catarina* (v. VI, 1907).<sup>92</sup> Um ofício da Imprensa Nacional para o Arquivo dá conta de que foi encomendada a encadernação de oito exemplares, sendo duas “encadernações de luxo”, importando na quantia de 133\$600rs,<sup>93</sup> provavelmente para serem enviados a instituições e autoridades, mas não ficou clara a frequência com que isso acontecia. Quando encadernadas, então, as capas eram “mudas”, no sentido apontado por Genette para definir a ausência de capa impressa, com encadernações que apresentavam, quando muito, o título resumido e o nome do autor na lombada.<sup>94</sup>

Dos vinte volumes originais das Publicações lançados no período, apenas sete possuem ilustrações, sendo que a maioria (setenta por cento), somente fac-símiles de assinaturas de reis, governadores-gerais e vice-reis. Essas reproduções, nos dois primeiros volumes da coleção (1886 e 1889), constam de folhas encartadas<sup>95</sup> e impressas em separado na litografia de P. Robin & C<sup>a</sup>. Mas a partir do terceiro volume, passaram a ser impressas diretamente nos cadernos, agora pela própria Imprensa Nacional. Até 1917, ano em que foi publicada a primeira miscelânea, esse havia sido o único tipo de ilustração usado dos livros da série, como dissemos, mais para transmitir uma ideia de autenticidade dos documentos, e menos pelo seu caráter ilustrativo. Elas estão igualmente presentes nos catálogos e nas publicações de fontes, sempre nos livros que tratam de correspondência oficial e ordens reais, como, por exemplo, o *Catálogo das cartas régias* (I, 1886) e o *Índice dos ofícios dirigidos à Corte de Portugal pelos vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1808* (II, 1889). Por outro lado, as três miscelâneas editadas por Doria possuem ilustrações com legendas – reproduções de documentos, desenhos e fotografias de objetos. A instalação do gabinete fotográfico naquele ano provavelmente contribuiu para a decisão incluir ilustrações.

Em 1907, ano de criação das oficinas do Arquivo, a página de rosto da série recebeu outros elementos gráficos, como uma moldura trabalhada e alguns detalhes, além de nova tipografia. Esta mudança, no entanto, não se manteve nas demais edições,

---

dobragem das folhas, o alceamento e a costura de cadernos, o refile, o grampeamento, a colocação da capa etc.].” DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Versão 2.0a, abril de 2007.

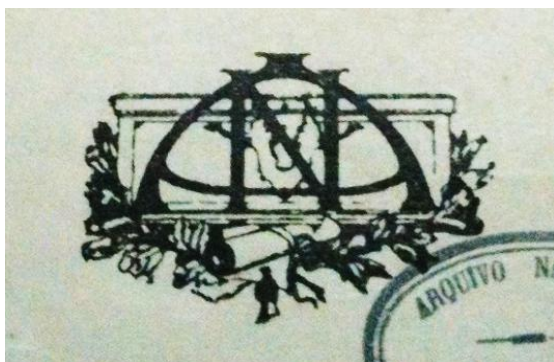
<sup>92</sup> Na Biblioteca Nacional, por exemplo, encontra-se uma coleção bastante completa das Publicações do Arquivo Nacional encadernada com o nome da BN, título da série e volume na lombada.

<sup>93</sup> Ofício da IN para o APN, 29 de junho de 1907, AN 956.

<sup>94</sup> GENETTE, op. cit., p. 27.

<sup>95</sup> Encarte: “Folha ou caderno, em geral de papel ou formato diferente, contendo ou não ilustrações, intercalado no miolo, sem ser incluído na numeração.” ABNT, NBR 6029, 2006, página 2.

o que nos permite entender que foi realizada com intenção comemorativa, de registrar a inauguração dos trabalhos da tipografia. As folhas de rosto trouxeram, durante o período estudado, basicamente os mesmos elementos e, graficamente, pode-se dizer que mudaram muito pouco desde o primeiro volume: nome da série, diretor da instituição, número do volume, epígrafe e imprenta. Por exemplo, no volume I lemos: “Publicações do Arquivo Público do Império, sob a direção de Joaquim Pires Machado Portela, I, *Recognosces annalibus eruta priscis*, Ovidio, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, MDCCCLXXXVI”. A ênfase, portanto, sempre esteve no nome do Arquivo Nacional, reforçando o caráter institucional da série. Mas houve duas modificações que merecem ser registradas: a inclusão de uma logomarca<sup>96</sup> em 1912 (v. XII) e de outra epígrafe, de Joaquim Manuel de Macedo, em 1917 (v. XVII), orientadora do sentido que se pretendia dar à série. A logomarca (Figura 38) tinha como principais elementos uma arca e o logotipo do Arquivo, além de um rolo, uma ave e ramagens de planta, e não constava nas capas, apenas nas páginas de rosto. Alguns volumes possuem colofão, como o da Figura 39.



**Figura 37** – Logomarca nas Publicações do Arquivo Nacional, v. XVII, 1917

**Figura 38** – Colofão com estampa do edifício do Arquivo no Campo de Sant’Anna, v. III, 1901

<sup>96</sup> O termo *logomarca* pode ser definido como a representação visual de uma marca, ou seja, “o conjunto formado pela representação gráfica do nome de determinada marca, em letras de traçado específico, fixo e característico (logotipo) e seu símbolo visual (figurativo ou emblemático).” DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa, op. cit.

Embora não houvesse periodicidade definida oficialmente nos regulamentos de 1886 a 1922 seria publicado, em média, um volume das Publicações por ano. Até 1907, o intervalo foi de dois a três anos, mas, a partir daí, seria de apenas um, sendo às vezes lançados dois volumes por ano. Isso possivelmente se deve aos trabalhos das oficinas tipográficas e de encadernação do Arquivo, iniciados naquele ano, que com certeza conferiram mais agilidade e independência para a produção editorial. Apesar disso, mesmo após a inauguração da tipografia, algumas Publicações trazem nas páginas de rosto datas que não correspondem ao término da impressão dos volumes (ver Apêndice B). O volume XIX, por exemplo, saiu com data de 1919, embora em fevereiro do ano seguinte ainda estivesse em processo de composição e revisão de provas pelos funcionários da Seção Histórica e das oficinas.<sup>97</sup> E a segunda parte do *Catálogo da Seção Histórica* (v. XVI) traz o ano de 1916, mas a impressão só foi concluída em agosto de 1917, e o acabamento em brochura, em setembro.<sup>98</sup>

Algumas partes foram impressas separadamente em fascículos, como o *Livro dos termos, homenagens e assentos* (v. VII, 1907), possivelmente dando origem às três separadas que identificamos no período. Havia, no entanto, a intenção de cumprir a periodicidade anual. Em 1919, por exemplo, “A fim de ser concluído, o mais breve possível, o último volume das Publicações, ficou resolvido que o Sr. Lino não seria incumbido de outros trabalhos”,<sup>99</sup> a fim de cumprir certo cronograma.

### 3.5.3 Entre epígrafes e homenagens: um poeta, um escritor, um ex-diretor

Desde o primeiro volume, as Publicações tiveram como epígrafe um verso dos *Fastos* do poeta romano Ovídio: *Recognosces annalibus eruta priscis*. Mais conhecido pelos poemas *Ars amatoria* e *Metamorfoses*, Ovídio (Sulmona, Itália, 43 a.c.-Constança, Romênia, 17 d.c.) teve “enorme influência tanto por suas interpretações imaginativas da mitologia clássica como pelo exemplo de suprema realização técnica”.<sup>100</sup> Na Roma antiga, os *fasti*<sup>101</sup> que dão nome à obra eram calendários sagrados

<sup>97</sup> Relatório mensal das oficinas gráficas do AN, 28 de fevereiro de 1920, AN 56.

<sup>98</sup> Relatório sobre 1917.

<sup>99</sup> Arquivo Nacional.

<sup>100</sup> ENCICLOPAEDIA BRITANICA. Ovid. Disponível em: <<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/436057/Ovid>>. Acesso em: 24 nov. 2013. “immense influence both by its imaginative interpretations of classical myth and as an example of supreme technical accomplishment.” Tradução nossa.

<sup>101</sup> *Fastos*: “registros públicos de acontecimentos ou obras notáveis; anais”, e, “entre os antigos romanos”, “calendário que, criado pelos pontífices, continha a relação dos dias *fastos* e dos dias *nefastos*” e “listas

dos *dies fasti*, ou seja, dos dias do mês nos quais era permitido tratar de assuntos jurídicos. Em geral, essas listas, organizadas em forma de calendário ou cronologia, continham não apenas os meses e dias do ano, acompanhados das datas públicas comemorativas, mas também outras informações, como, por exemplo, datas de conquistas militares.<sup>102</sup> Os *Fastos* de Ovídio são um poema em seis livros que, acredita-se, tenha vindo à tona no ano 8 a.c. Cada livro é dedicado a um mês do calendário romano, de janeiro a junho, e inclui não apenas os dias feriados e os dias de audiência, mas também datas comemorativas definidas pelo Senado para celebrar as vitórias de Júlio César e as do imperador Augusto. Os *Fastos* abarcavam, então, tanto festas religiosas quanto aquelas que hoje consideramos cívicas. Após registrar essas datas, apresentam-se relatos das festas dedicadas aos homens ilustres de Roma.<sup>103</sup>

O verso selecionado como epígrafe das Publicações pertence ao Livro I,<sup>104</sup> que trata do mês de janeiro, consagrado ao deus Jano, frequentemente “representado com dois rostos que se opõem, um olhando para a frente, outro para trás.”<sup>105</sup> Os primeiros dois versos definem o tema do poema (“As divisões do ano do Lácio com suas causas, o nascer e o ocaso dos astros sob a terra cantarei”) e “canta todo o tempo cíclico anual”, “rememorando os acontecimentos de diferentes tempos cronológicos do passado romano, trazendo à luz o poder, a história e a identidade do povo, tendo o cuidado de ainda acrescentar os dados astrológicos para algumas das comemorações.”<sup>106</sup> Certamente, portanto, não foi por acaso que, entre as obras de Ovídio, foi escolhido exatamente um trecho dos *Fastos*, e, neste, um dístico do livro mencionado.

A epígrafe da série Publicações do Arquivo Público do Império é um exemplo do que Gérard Genette chama de “divisa de coleção”,<sup>107</sup> e pode ser considerada uma espécie de orientação do sentido da série. No prefácio inaugural das Publicações,

---

anuais que indicavam os nomes dos cônsules e seus principais atos” (DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa, *Fastos*, art. cit.). *Fasti*: “Fastos, calendário romano (em que se marcavam os dias feriados e os dias de audiência)”, “anais, fastos consulares” e “anais” (DICIONÁRIO ESCOLAR LATIM-PORTUGUÊS, 1962, p. 389).

<sup>102</sup> ENCICLOPAEDIA BRITANICA, art. cit.

<sup>103</sup> LOPES, Eliana da C. Os fastos: festas e rituais pagãos dedicados à deusa Ana Perena. *Soletas*, São Gonçalo, Uerj, ano 10, n. 19, p. 80-90, jan.-jun. 2010.

<sup>104</sup> Os *Fastos* foram dedicados por Ovídio ao imperador romano Augusto (63 a.c.-14 d.c.) e o Livro I, a Germânico, sobrinho e filho adotivo do imperador Tibério (42 a.c.-37 d.c.). SOARES, Maria Lia L. *Ovídio e o poema calendário: os Fastos*, Livro II, o mês das expiações. Dissertação (Mestrado em Letras – Universidade de São Paulo), São Paulo, 2007, p. 9.

<sup>105</sup> GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 258.

<sup>106</sup> SOARES, Maria Lia L., op. cit., p. 9.

<sup>107</sup> GENETTE, Gerard. *Paratextos editoriais*, op. cit., p. 131. Genette dedica um capítulo à história, usos e funções das epígrafes em obras ensaísticas e literárias.



Joaquim Portela menciona a epígrafe selecionada, dizendo que, publicado o *Catálogo das cartas régias* e iniciada a impressão do volume II, “seguir-se-á a de um volume de precioso inédito, ou o também proveitoso Catálogo das Sesmarias. E assim prosseguindo, poderá esta repartição justificar a epígrafe que adotou para suas publicações [...]”<sup>108</sup> Embora uma epígrafe possa desempenhar, simultaneamente, diferentes funções, a atribuição de legitimidade e a inserção da obra em certa tradição parecem as mais marcantes na epígrafe selecionada para as Publicações, no sentido de que “o essencial, muitíssimas vezes não é o que ela diz, mas a identidade de seu autor e o efeito de garantia indireta que sua presença determina à margem de um texto”.<sup>109</sup> A escolha refletia a valorização da história nacional, com os acontecimentos e indivíduos considerados importantes para a trajetória da nação brasileira, além de conferir legitimidade e inserir a série em uma tradição culta e erudita.<sup>110</sup>

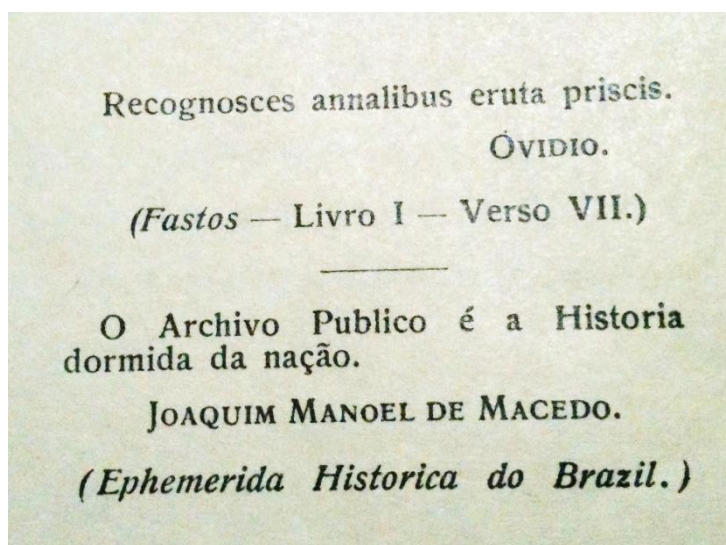
Quase trinta anos depois, assim que Luís Gastão d’Escragnolle Doria iniciou seu trabalho com as Publicações, em 1917, ele tratou de acrescentar uma epígrafe à série (Figura 40) – mais um sinal da importância simbólica desse paratexto editorial, sobretudo em um momento de transição e mudança editorial, como esperamos ter demonstrado. Esta é a passagem que se tornou epígrafe das Publicações: “O Arquivo Público é a história dormida da nação”, uma história, portanto, que deveria ser acordada, sendo uma das formas de despertá-la, a sua divulgação em livro. Desta vez o autor escolhido foi Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), um trecho de sua *Efemérida histórica do Brasil*, cujos artigos foram publicados diariamente no jornal *O Globo* a partir de 1875. A proposta da *Efemérida* era publicar, para cada dia, um texto breve recuperando uma data considerada importante para a história brasileira. Foram retomados acontecimentos diversos, como a morte de Gomes Freire de Andrade (1763), a transformação da colônia suíça do Morro Queimado na vila de Nova Friburgo (1820) e a criação do Arquivo Público do Império (1838). O Arquivo foi criado no dia 2 de janeiro daquele ano, e Macedo publicou no mesmo dia de 1875 um texto sobre a instituição no lugar destinado a sua *Efemérida*, entre outras coisas, defendendo a subordinação direta do Arquivo ao ministério, como “instituição especialíssima” que era, sem a intermediação de qualquer secretaria, ressaltando sua importância para a

<sup>108</sup> PORTELA, Joaquim P. M. [Prefácio]. In: AN (Brasil). *Catálogo das cartas régias...*, op. cit., p. 4.

<sup>109</sup> GENETTE, op. cit., p. 143.

<sup>110</sup> As “epígrafes ilustres”, nos termos de Genette (op. cit., p. 132-133), difundiram-se no século XVII e tinham já nessa época origem latina, além de serem apresentadas no idioma original, uma tendência que teria permanecido, portanto, no regime pós-clássico, seria, de início, “um pouco mais característica das obras de ideias do que da poesia ou do romance”.

história nacional e enfatizando a necessidade de um edifício próprio. Ele diz, entre outras coisas, que: “*O Arquivo Público é a história dormida da nação*, história ainda sem exame e sem apreciações filosóficas; guardando, porém, fundamentos para esse exame e para essas apreciações.”<sup>111</sup> Compreende-se, portanto, um dos motivos que levou Escragnole Doria a selecionar esta passagem, afinal trata-se de um registro elogioso sobre a antiguidade e importância do Arquivo Nacional – ideia que ele pretendia difundir, inclusive, com o auxílio das Publicações.



**Figura 39** – As duas epígrafes: Ovídio e Macedo, v. XVII, 1917

Para Genette, “epigrafiar é sempre um gesto mudo cuja interpretação fica a cargo do leitor”, mas às vezes esse gesto não é tão silencioso. No prefácio do volume XVII, o primeiro da administração de Escragnole Doria, ele insiste e explica aos leitores suas inclinações em relação à epígrafe original e à recém-acrescentada por ele, com certa ironia:

Pensei a princípio suprimir a epígrafe ovidiana dos *Fastos* – *Recognosces annalibus eruta priscis* – na folha de rosto das Publicações do Arquivo Nacional, convencido que o autor precisa não embarçar o leitor, obrigando-o a pausas de leitura para verificar palavras ou compreender expressões, como tantas vezes acontece.

<sup>111</sup> MACEDO, Joaquim M. de. *Efemérida histórica do Brasil*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 jan. 1875, p. 2. Os artigos diários de 1º de janeiro a 30 de abril de 1875 foram reunidos no volume *Efemérida histórica do Brasil* (Rio de Janeiro, Tipografia do Globo, 1877). O texto sobre o Arquivo Público consta nas páginas 3-5 desta obra.

Refletindo melhor, porém, resolvi conservar a epígrafe como homenagem à vetustez. Foi empregada nas Publicações do Arquivo desde 1886. Mesmo no espírito antiguidade é posto.<sup>112</sup>

Para demonstrar deferência ao diretor que deu início às Publicações, Escragnolle Doria incluiu, na reedição do volume I, o *Catálogo das cartas régias*, duas homenagens a Machado Portela, como já mostramos. Além disso, nessa obra não foi acrescentada a epígrafe de Macedo, manteve-se apenas a de Ovídio, reforçando ainda mais a homenagem a Portela e demonstrando a intenção de reproduzir a obra o mais fielmente possível à edição original. A homenagem a Portela traz, ainda, embora implicitamente, um reforço de certa tradição editorial do Arquivo, afinal a pessoa homenageada foi o criador da série no século, e essa dedicatória oficial “sempre tem em vista pelo menos dois destinatários: o dedicatário, é claro, mas também o leitor, já que se trata de um ato público no qual o leitor é de algum modo chamado a testemunhar”, enobrecendo também o próprio autor da homenagem.<sup>113</sup>

#### **3.5.4 Prefácios e apresentações: importância da documentação, defesa da produção editorial e disputas institucionais**

A maioria dos volumes publicados no período possui prefácios, sempre assinados pelo diretor, mas eles podiam ser bastante diferentes. Em alguns, eles aproveitam para discorrer sobre o papel do Arquivo Nacional, ressaltar a importância de publicar a documentação selecionada e reclamar da escassez de recursos ou do recolhimento indevido a outras instituições de documentos que deveriam ser remetidos ao Arquivo. De acordo com Emanuel Araújo, o “prefácio, nota prévia, prólogo, proêmio, advertência, preliminares, apresentação, preâmbulo ou que outro nome tenha, define-se como uma espécie de esclarecimento, justificação, comentário ou apresentação escrita pelo próprio autor ou por outra pessoa” sobre determinada obra e publicado nela.<sup>114</sup> A esta definição sintética dos prefácios, Gérard Genette acrescenta um estudo sobre os diferentes tipos, usos e funções desses textos, que inclui entre os elementos paratextuais das obras.

<sup>112</sup> DORIA, Luís Gastão d’Escragnolle. [Prefácio]. Publicações do Arquivo Nacional, v. XVII, p. 4-5.

<sup>113</sup> GENETTE, G. op. cit., p. 121. Genette trata de dedicatórias, mas a homenagem mencionada se inscreve num registro semelhante.

<sup>114</sup> ARAÚJO, op. cit., p. 446.

Nas Publicações do Arquivo Nacional do período estudado, existem prefácios, apresentações (embora não recebessem esse título ou qualquer outro) e advertências. Estamos chamando de prefácios os textos mais longos e analíticos; de apresentação, aqueles mais breves e meramente descritivos do conteúdo; e de advertência, uma espécie de nota técnica sobre a documentação publicada.<sup>115</sup> Esta foi usada apenas uma vez, no primeiro volume das Publicações, assinada por Machado Portela, em 1886. Estes textos possuem pelo menos dois elementos em comum: descrevem, com mais ou menos detalhes, o conteúdo da obra e são assinados (não podemos afirmar se escritos) pelos diretores do Arquivo Nacional.

No entanto, apenas sete dos dezoito volumes com textos introdutórios possuem prefácios propriamente ditos, ou seja, textos mais longos e analíticos nos quais não somente se apresenta o conteúdo do livro, mas também se aproveita para tecer considerações sobre outros assuntos, como a pertinência de se publicar a coleção, a importância das coleções de documentos selecionadas, a necessidade de garantir o recolhimento dos documentos que deveriam estar no Arquivo Nacional, a diferença que separa os arquivos das bibliotecas, a mudança de linha editorial de uma administração para outra. Há prefácios desse tipo em volumes das Publicações lançados por Machado Portela (1873-1898), Pedro Rebelo (1899-1902), Frederico Schumann (1915-1917) e Escragnolle Doria (1917-1922), cada um demonstrando certas preferências e preocupações, além, é claro, de características pessoais de escrita.

Os prefácios de Machado Portela e Pedro Rebelo possuem estrutura semelhante e os diretores aproveitam para discutir questões relacionadas aos arquivos e à edição ou para defender interesses institucionais, apontando, por exemplo, as lacunas que identificaram em determinados conjuntos documentais em razão do não recolhimento ao Arquivo Nacional. Tanto Portela como Rebelo se utilizam de autores e instituições arquivísticas franceses como fonte de autoridade na argumentação e deixam para as últimas linhas do prefácio a descrição do conteúdo das obras. No *Catálogo das cartas régias...*, Machado Portela ressaltou a importância de o Arquivo Nacional começar a publicar sua coleção – “Já era tempo de o fazer, atendendo assim a uma das necessidades dos estabelecimentos de tal natureza”<sup>116</sup> – e afirmou a produção editorial

---

<sup>115</sup> O dicionário de Antônio Houaiss define de forma bastante parecida prefácio, apresentação e advertência, e os dicionários da época não trazem acepções relacionadas à edição, por isso partimos dos usos editoriais mais comuns desses termos hoje.

<sup>116</sup> PORTELA, Joaquim. [Prefácio]. In: AN. *Catálogo das cartas régias...*, op. cit., p. III.

como atividade essencial para a realização dos objetivos institucionais, como mostramos no item 1.3.5.

Criador da série, Portela defendeu ainda sua opção por iniciá-la com a edição de catálogos e índices, em vez, por exemplo, de estudos históricos ou da publicação de documentos, pois “são eles não só de mais precisão para o manejo interno deste estabelecimento, como de mais geral utilidade para o público, a quem revelam uma espécie de galeria retrospectiva sobre diversos assuntos”. E estabeleceu o que encontramos de mais próximo de um projeto editorial, ou pelo menos da definição de uma linha editorial, presente apenas neste primeiro prefácio e que não identificamos em nenhum outro documento: “Portanto, sob o título Publicações do Arquivo Público do Império, sairão à luz ora catálogos e índices, ora documentos inéditos e notícias de papéis de interesse histórico”.<sup>117</sup> Ele ressalta, ainda, sua própria iniciativa ao solicitar ao ministro dos Negócios do Império, em seus relatórios, recursos para a edição, apontando dessa forma a série que então se iniciava como resultado de seus esforços.

Outro elemento ressaltado nesse prefácio é, como dissemos, a referência à França como modelo no trato dos arquivos e de autores desse país como referência na área. Ao defender a necessidade da instituição de publicar catálogos e outras obras, diz que isso: “É o que nos Estados civilizados fazem os Arquivos Públicos, não já os de primeira ordem, como ainda os de somenos categoria e riqueza documentária; mormente em França, onde em 1860, segundo Champollion em seu Manual de Arquivística, de 189 arquivos departamentais só 39 não tinham feito suas publicações.”<sup>118</sup>

Descrição e maiores explicações sobre o conteúdo do *Catálogo* foram apresentadas em separado na advertência. O texto, sem assinatura, traz uma descrição da documentação sistematizada no *Catálogo*, como foi organizada, se existe apenas em registro ou em original, e apresenta a estrutura da obra, justificando as principais decisões editoriais do volume. Por exemplo, a inserção de um índice, a indicação do período de cada reinado, o uso de estampas das firmas, a publicação de um tratado sobre a assinatura dos reis de Portugal e o acréscimo de exemplos na íntegra de ordens reais. Machado Portela (se foi ele o autor) expressa uma visão característica de um editor, antecipando os usos da obra e tentando facilitar sua utilização pelo leitor.

---

<sup>117</sup> Ibid., p. IV.

<sup>118</sup> Ibid., p. III-IV.

No prefácio ao volume II das Publicações, Portela volta a ressaltar a importância dos catálogos e índices na produção editorial dos arquivos, mas, além disso, acusa a ausência de parte da documentação no Arquivo Nacional: “Pena é que não se ache aqui recolhida, como cumpria estivesse, toda a correspondência dos vice-reis do Brasil”.<sup>119</sup> Como a partir deste volume não se usou mais o recurso da advertência, ou nota técnica, explicações sobre os documentos e sua importância histórica, se existem no Arquivo em cópia ou original, sua condição de tratamento, o trabalho de elaboração da obra e a sua forma de organização passaram a constar do prefácio, apresentadas com o detalhamento e a precisão técnica característicos dos relatórios de Machado Portela.

O primeiro e único prefácio assinado por Pedro Rebelo foi publicado em 1901, no terceiro volume da série, e mostra como o diretor que sucedeu Machado Portela se inspirou nos trabalhos de seu “ilustre e erudito antecessor”<sup>120</sup> ao dar continuidade às Publicações do Arquivo Nacional. Rebelo resalta o valor da iniciativa de Portela e elogia a epígrafe da coleção, chegando a reproduzir uma passagem do prefácio inaugural de 1886. Seu texto é igualmente longo, e resalta dois aspectos: a importância do arquivo como instituição e a dificuldade que havia no Brasil, de acordo com ele, de se diferenciar as bibliotecas dos arquivos. Para isso, retoma a história dos arquivos desde a Antiguidade (“Os documentos vivos da história pátria dormiam ocultos como os metais preciosos na mina inexplorada.”),<sup>121</sup> “a indiferença administrativa” em relação a essas instituições na Europa até meados do XIX e o crescimento de sua importância naquele século.

[...] e esta Repartição, que em todas as Nações cultivadas ocupa um lugar entre as primeiras, no Brasil tem sido considerada como simples enjeitada, balda de recursos e esquecida do nosso povo. Praza a Deus que a atenção que mereceu esse serviço no Ministério do conde de Persigny em França tenha aqui imitação, por pequena que seja; a administração pública, a história e os estudiosos terão tudo a ganhar, e a República dos Estados Unidos do Brasil poderá mostrar com orgulho que o escrínio sagrado onde se guarda a sua história viva corresponde aos seus sentimentos patrióticos.<sup>122</sup>

<sup>119</sup> PORTELA, Joaquim. [Prefácio]. AN. *Índice dos ofícios dirigidos à Corte...*, op. cit., p. V.

<sup>120</sup> REBELO, Pedro. [Prefácio]. In: AN. *Índice da correspondência da Corte de Portugal com os vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1807*, op. cit., p. VI.

<sup>121</sup> *Ibid.*, p. V.

<sup>122</sup> *Ibid.*, p. V-VI.

Os franceses foram usados mais uma vez como fonte de autoridade e o seu arquivo nacional como modelo. Rebelo reclama, mais adiante, da superposição de atribuições das instituições de âmbito nacional que guardam documentos, referindo-se, especificamente, à Biblioteca Nacional – uma queixa frequente desde os primeiros anos do Arquivo Nacional e presença constante nos relatórios da maioria dos diretores, como já mostramos.

A falsa noção de que é o Arquivo Nacional, ou melhor, a confusão que se tem feito dos fins do Arquivo com os de outras instituições, o descumprimento com que se tem guardado documentos oficiais (verdadeiro patrimônio do Estado) e que por aí andam em outras repartições, desrespeitando-se a expressa determinação da lei, que ordena a sua conservação no Arquivo Público, são a causa dessas faltas.<sup>123</sup>

E aponta essa dificuldade como motivo das “lacunas” documentais nos dois primeiros volumes das Publicações e nesse, “porquanto há lapsos de tempo sem correspondência alguma, nem mesmo particular ou reservada, e falta de documentos a que se referem requerimentos remetidos aos vice-reis.”<sup>124</sup> O diretor aproveita, ainda, para se queixar da verba disponível para a impressão dos livros, de “uma parcimônia de verdadeira pobreza franciscana”<sup>125</sup> e para mencionar os funcionários que colaboraram na publicação. Após esse prefácio denso e longo, o outro volume lançado em sua administração não possui qualquer introdução. É possível que Rebelo tenha valorizado mais o anterior por ter sido o primeiro de sua gestão.

Esses três prefácios, publicados em sequência do primeiro ao terceiro volume das Publicações, além de trazerem explicações sobre os documentos e apresentarem a estrutura das obras, discutiram outros assuntos considerados importantes: tentavam retirar o Arquivo Nacional do esquecimento, valorizar a relevância de sua documentação, e da produção editorial elaborada a partir dela, e defender os recolhimentos à instituição, sempre retomando o exemplo francês.

Um segundo tipo de prefácio é o de Frederico Schumann ao volume XV das Publicações, *Governadores do Rio de Janeiro: correspondência ativa e passiva com a Corte (Livro II, 1725-1730)*, lançado em 1915. Nesse texto de uma página Schumann não discute nenhum dos temas mencionados acima, mas situa de forma diferente os

---

<sup>123</sup> Ibid., p. VII.

<sup>124</sup> Id., ibid.

<sup>125</sup> Ibid., p. VI.

documentos publicados – correspondentes ao período da administração de Luís Vahia Monteiro como governador da capitania do Rio de Janeiro –, oferecendo alguma contextualização histórica e curiosidades, um recurso que ainda não havia sido utilizado na série. Luis Vahia Monteiro, diz o diretor do Arquivo Nacional, ocupou o cargo até 1732,

[...] quando enlouquecendo, o Senado da Câmara investiu provisoriamente no cargo, ao mestre de campo Manuel de Freitas da Fonseca.

Faleceu a 19 de setembro do seguinte ano de 1733, e foi sepultado na igreja do Convento do Morro de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Era cavaleiro da Ordem de Cristo.

Em seu governo construiu-se a fortaleza da Ilha das Cobras.

Luís Vahia Monteiro foi apelidado pelos contemporâneos – o ONÇA, do que dizem proceder o velho ditado COISAS DO TEMPO DO ONÇA.<sup>126</sup>

Em registro semelhante estão os prefácios de Escragnolle Doria, publicados nos volumes XVII a XVII, nos quais o diretor apresenta os artigos e documentos, faz esboços biográficos dos autores e principais personagens, e ressalta aspectos interessantes e curiosos dos textos a papéis divulgados. São prefácios que tentam, realmente, fisgar o leitor e esclarecer o que ele possivelmente desconhece, aproximando-o da obra e tornando-a mais acessível, como mostramos.

As Publicações do Arquivo Nacional lançadas nas administrações de Francisco Joaquim Bethencourt da Silva (1902-1910) e Alcebíades Estevão Furtado (1910-1915), volumes V a XIV, receberam textos introdutórios breves, e, em razão desse caráter mais sintético e pouco analítico, se aproximam mais de apresentações do que se prefácios propriamente ditos. Em alguns deles, até foram feitas ponderações sobre determinados temas, como a importância da produção editorial ou a verba reduzida, mas eram a minoria. Essas apresentações tratam, basicamente, de mostrar a forma de organização do volume e identificar a documentação para o leitor. Por exemplo, na apresentação do quinto volume da coleção, publicado em 1906, o catálogo *Índice da Coleção de Ordens Régias (1719-1807)*, Francisco Bethencourt afirma que: “É indiscutível a necessidade de índices bem organizados, principalmente em arquivos, pois, além de mostrar aos estudiosos a existência de documentos até então desconhecidos por muitos, facilita o serviço interno da própria repartição.” E justifica a demora em publicar o volume,

<sup>126</sup> SCHUMANN, Frederico. [Prefácio]. In: AN. *Governadores do Rio de Janeiro: correspondência ativa e passiva com a Corte (Livro II, 1725-1730)*, op. cit., p. III.



decorridos três anos do anterior, pela “escassez de verba e deficiência de pessoal”.<sup>127</sup> No entanto, o aspecto principal do texto é a descrição do conteúdo da obra, neste caso apresentado em itens, de forma bastante sintética:

A presente publicação contém o índice da coleção “Ordens Régias” e abrange o período de 1719 a 1807.

Foi ele dividido em nove capítulos, contendo cada um matéria diferente e dispostos na ordem seguinte:

1º Sesmarias;

2º Ajudas de custo [...];

9º Assuntos diversos.<sup>128</sup>

E assim termina a apresentação, motivo pelo qual a diferenciamos dos prefácios, não apenas no aspecto formal, mas igualmente na aparente intencionalidade e função que desempenham, de conferir inteligibilidade às obras, em muitos casos confusas em sua organização e sem maiores indicações sobre os conjuntos documentais e seu possíveis usos como fontes históricas. Por isso, a maioria dessas apresentações era curta e dividia-se em dois momentos: a enumeração dos capítulos ou partes, e a descrição da documentação catalogada ou transcrita.

Além disso, esse espaço foi utilizado algumas vezes para ressaltar o interesse suscitado pelos documentos e seus possíveis usos pelos historiadores, como fez Bethencourt da Silva no sexto volume, o *Índice da correspondência de Santa Catarina, 1779-1790, ativa e passiva* (1907). “Terão os estudiosos [...] importante repositório de informações históricas do período da administração inteligente do vice-rei Luís de Vasconcelos, com relação à sua autoridade nos serviços do Sul da colônia.”<sup>129</sup> E também, assim como nos prefácios, para registrar ou agradecer às pessoas que contribuíram na edição da obra, o que fazem os dois diretores, Bethencourt com “o arquivista Eduardo Marques Peixoto” e Furtado com “o arquivista da respectiva Seção [Histórica], Armando Esteves”.<sup>130</sup> Essas foram as principais características das apresentações dos dez volumes mencionados, V a XIV, publicados entre 1906 e 1914, tanto na administração de Bethencourt da Silva, como na de Alcebíades Furtado, que manteve o estilo do antecessor, pelo menos no que se refere à produção editorial da série.

<sup>127</sup> SILVA, Francisco Bethencourt da. [Apresentação]. In: AN. *Índice da Coleção de Ordens Regias (1719-1807)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1906. (Publicações do Arquivo Nacional, V), p. xx.

<sup>128</sup> Id., *ibid.*

<sup>129</sup> SILVA, Francisco B. da. [Apresentação].

<sup>130</sup> \_\_\_\_\_. AN. Publicações do Arquivo Nacional, IX; FURTADO, Alcebíades E. In: AN. Publicações do Arquivo Nacional, XIII.

Observando o conjunto das Publicações até 1922, a maioria possui algum tipo de introdução, seja prefácio, apresentação ou advertência (noventa por cento das obras originais). Apenas três começam diretamente no conteúdo principal: o volume *Memórias* (IV, 1903) e os dois *Catálogos dos livros da Seção Histórica...* (XIII, 1913, e XVI, 1916), demonstrando, pelo menos, algum interesse em situar para os leitores a obra e os documentos publicados. Mas o motivo da presença e da densidade maior ou menor desses textos em algumas obras não parece estar relacionado a um tipo específico de livro – catálogos, publicações de documentos, miscelâneas – ou com a natureza da documentação trabalhada, mas sim com o momento institucional e com as preferências e inclinações de cada diretor do Arquivo Nacional, sendo possível notar certa constância nas características dos prefácios de cada diretor.

### 3.5.5 Sumários e índices, notas e erratas: informações e auxílio à pesquisa

Uma anotação manuscrita encontrada em um exemplar das Publicações impresso em 1910 ressalta a importância dos índices<sup>131</sup> para recuperar informações dispersas nas volumosas obras da série. O leitor acrescentou ao título do índice uma indagação essencial: “e os assuntos?”, ressaltando sua insuficiência e má-elaboração no volume *Governadores do Rio de Janeiro: correspondência ativa e passiva com a Corte*. A ausência de organização e indexação pode causar reações como a do historiador inglês Charles Boxer sobre certa obra, mencionada por Emanuel Araújo: “Trabalho muito útil, ricamente documentado, carecendo, entretanto, de ordenação sistemática e de um índice alfabético.”<sup>132</sup>

Os três primeiros volumes da série possuem “índice alfabético para facilitar a procura do que há de mais importante” em cada obra, enumerando assuntos, nomes de pessoas e lugares. Como o conteúdo dessas obras – *Catálogo das cartas régias*, *Índice dos ofícios dirigidos à Corte* e *Índice da correspondência da Corte de Portugal com os vice-reis* – é organizado pela data das ordens reais ou ofícios, não é difícil entender a necessidade desse recurso, localizado no início dos volumes, e a ausência de sumário. A

<sup>131</sup> Chamamos de *índices* as listas alfabéticas que reúnem os itens (temas, pessoas, lugares) considerados mais importantes no texto de uma publicação, acompanhados da indicação da página em que podem ser encontrados. Por outro lado, como sumário, entendemos a enumeração das principais divisões da obra. DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Versão 2.0a, abril de 2007.

<sup>132</sup> ARAÚJO, op. cit., p. 137. A crítica de Charles Boxer é sobre a obra *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, de Inácio Acióli, e consta da bibliografia comentada do autor inglês publicada em *A Idade de Ouro do Brasil* (2. ed., São Paulo, Editora Nacional, 1969, p. 379).

organização em ordem cronológica, de acordo com Machado Portela, “não permite ele que fácil seja procurar entre tantos atos oficiais os que concernem a um mesmo assunto ou objeto, expedidos em diferentes datas, às vezes bem distanciadas”, sendo necessário, portanto, “um índice alfabético dos assuntos, ao menos os mais importantes. Fez-se esse índice [...], no qual, aliás, não se acham indicados os atos relativos a pretensões ou interesses meramente individuais, ou a disposições sem relevância.”<sup>133</sup> Por outro lado, nos volumes organizados em partes, como as miscelâneas e algumas publicações de documentos, não foram usados índices, apenas sumários.

O recurso das notas foi utilizado em três situações: como notas de rodapé e como adendos, no início ou final do volume. Nos prefácios, elas trazem informações complementares sobre a documentação e referências bibliográficas. No volume II, *Índice dos ofícios dirigidos à Corte...* (1889), por exemplo, Machado Portela diz que encontrou outros papéis no Arquivo Nacional, especula sobre sua procedência e mostra um pouco do trabalho com a documentação.

Além dos livros de registro [...] dos vice-reis para a Corte, encontrei neste Arquivo quantidade de maços dos originais de tais ofícios, e muitos destes em 1ª e 2ª via, porque era praxe se remeter 2ª pela frota, comboio ou navio que partia após a remessa da 1ª. Como e quando voltaram esses originais para o Brasil? É de crer que por ocasião da vinda da família real em 1808. Mandei separar os de cada vice-rei, classificá-los cronologicamente e encaderná-los [...].<sup>134</sup>

No volume III, *Índice da correspondência da Corte* (1901),<sup>135</sup> o diretor Pedro Rebelo cita duas obras como fonte de autoridade e legitimidade ao ressaltar a importância dos arquivos para as nações civilizadas e a necessidade de se diferenciá-los de outras instituições, sobretudo, como mostramos, das bibliotecas.

Para os documentos transcritos que, no original, já possuíam notas e outras intervenções, estas foram mantidas, demonstrando a importância que os editores atribuíam à sua correta reprodução. Nas *Memórias*, quarto volume das Publicações, um dos documentos publicados é um ofício do século XVIII do conde de Oeiras em que ele remete obras contra os jesuítas, sua Constituição e uma inscrição vinda de Roma. Essa

<sup>133</sup> PORTELA, Joaquim P. M. Advertência. In: AN. *Catálogo das cartas régias...*, op. cit., p. IX.

<sup>134</sup> AN. *Índice dos ofícios dirigidos à Corte de Portugal pelos vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1808*, op. cit., p. VI.

<sup>135</sup> AN. *Índice da correspondência da Corte com os vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1807*, op. cit.

inscrição lapidária, que mostrava que o papa Clemente XIII (1693-1769) era um jesuíta, vem acompanhada de notas explicativas em italiano, e que não foram sequer traduzidas.

Algumas notas corrigem as remissões feitas nos originais publicados, como, por exemplo, no volume VII, *Livro dos termos, homenagens e assentos* (1907). Na terceira parte, intitulada “Cartas sobre a Independência (1822-1823)”, consta em um documento: “mandei outra carta segundo a cópia inclusa. (vid. pág. 89)”. Após esta indicação, os editores acrescentaram notas de rodapé indicando as páginas “da presente publicação” em que poderiam ser encontradas.

Em relação aos adendos,<sup>136</sup> notam-se dois usos. Após o sumário do volume *Memórias*, citado acima, e sob o título “Atribuições do diretor”, foi reproduzido um trecho do regulamento institucional de 1893 que trata das funções do diretor do Arquivo Nacional: “Dirigir as Publicações do Arquivo Público, em que se transcreverão documentos inéditos interessantes, trabalhos históricos dos empregados da repartição, catálogos, índices dos respectivos documentos, etc.”,<sup>137</sup> mas apenas nesse volume. Outro uso desses adendos foi indicar a participação de funcionários na elaboração da obra. “O índice que constitui o presente volume XI das “Publicações do Arquivo Nacional” foi organizado, e as provas da sua impressão revistas pelo arquivista Armando Esteves” (1911).<sup>138</sup> E no *Catálogo dos livros da Seção Histórica...*, diz-se, na última página, as diretrizes usadas na elaboração do plano de classificação, feito de acordo com o plano provisório aprovado em 1876, no período de Portela, “e único que até hoje tem tido o Arquivo. – Armando Esteves, arquivista da Seção Histórica”, a única nota que recebeu assinatura.

A padronização na apresentação das notas, assim como de outros elementos gráfico-editoriais, não parecia ser uma preocupação dos editores, de modo que constam asteriscos e números arábicos, numeração contínua ou reiniciada em cada página, variando, portanto, de volume para volume e, algumas vezes, na mesma obra. E isso não apenas em termos de normalização, mas também no critério editorial de uso do recurso das notas e adendos. Indicações de créditos, por exemplo, eram feitas indiscriminadamente no interior dos prefácios, nos adendos da última página da obra ou simplesmente não existiam, sendo a autoria marcadamente institucional. Além disso, diante da opacidade de muitos documentos (em razão da redação antiga, da presença de

<sup>136</sup> ARAÚJO, op. cit., p. 99-105.

<sup>137</sup> AN. *Memórias*, op. cit., p. VI. O trecho reproduzido no volume corresponde ao artigo 38, parágrafo XV, do regimento do Arquivo Nacional aprovado em 31 de outubro de 1893.

<sup>138</sup> AN. *Índice da coleção governadores do Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 275.

inúmeras abreviaturas e outros idiomas, e, portanto, das incompreensões que poderiam suscitar), a quantidade de notas e outras intervenções é reduzida, e poderia, a princípio, indicar certa despreocupação, por parte dos editores, com a compreensão dos documentos publicados. Mas o mais provável é que essa aparente displicência refletisse, por um lado, a intenção de disponibilizar instrumentos de pesquisa e fontes primárias da forma mais exata e pouco alterada possível – prescindindo, assim, de uma intervenção editorial mais intensa – e deixar a cargo de um leitor erudito, que não precisaria de maiores explicações, a decifração e interpretação desses documentos.<sup>139</sup> Afinal, a atribuição do Arquivo Nacional não era produzir história, mas fornecer os documentos necessários à sua escrita, não sendo, portanto, uma instituição científica ou formada por pesquisadores. Os passos realizados pelo Arquivo Nacional como instituição editora eram, então, a seleção, sistematização e transcrição dos documentos. Nas miscelâneas, as notas seriam igualmente raras, mas a sua função de esclarecimento e acréscimo foi realizada em boa medida pelos prefácios de Escragolle Doria e pelos textos dele e de outros autores, que, como mostramos, possibilitavam a compreensão dos documentos.

### **3.5.6 Pessoas e funções editoriais: entre edição e tratamento técnico**

Em metade dos volumes das Publicações lançados no período estudado, não existe qualquer indicação dos responsáveis pela editoração, que conhecemos por menções feitas nos prefácios, igualmente raras, ou pela análise da documentação institucional. O fato de não constarem os créditos de autores ou organizadores indica o caráter marcadamente institucional das Publicações, mas estranhamos a ausência sequer de indicação das equipes ou funcionários, como os que constam, por exemplo, na revista *Arquivos do Museu Nacional*, publicada no mesmo período.

Os diretores do Arquivo aparecem nas capas e folhas de rosto como diretores da instituição e da série – “Publicações do Arquivo Público Nacional sob a direção de Joaquim Pires Machado Portela”, por exemplo –, de modo que a ênfase recai, como mostramos, primeiro sobre o órgão e depois sobre seus diretores, responsáveis regimentalmente pela condução das Publicações. No entanto, alguns funcionários se destacaram tanto nos relatórios do Arquivo Nacional como nos prefácios e outras referências nos livros como tendo participado mais intensamente da produção editorial no período. Entre eles estão Alexandre Maximiliano Kitzinger, Armando Esteves,

---

<sup>139</sup> ARAÚJO, op. cit., p. 99.

Eduardo Marques Peixoto e Manoel José de Lacerda. Os vestígios de sua atuação ajudam a entender melhor a editoração no Arquivo Nacional no período estudado.

Na maioria das vezes, a referência aos trabalhos é bastante vaga, como “colaboração” e “organização”, podendo remeter tanto à organização e catalogação prévias dos documentos, ou seja, ao trabalho propriamente arquivístico, quanto à produção editorial, como, por exemplo a elaboração dos livros e a revisão de provas – essas duas dimensões foram difíceis de mapear e distinguir. E não houve distinção na atribuição de créditos entre catálogos, publicações de documentos, miscelâneas e obra de interesse geral. As referências eram feitas nos prefácios ou em adendos na última página dos volumes.

Contribui para isso o fato de não existir um funcionário ou equipe dedicada à produção editorial – a primeira seria estabelecida, em regulamento, por José Honório Rodrigues, nos anos 1960.<sup>140</sup> Em geral, o chefe de cada Seção ficava responsável pela preparação e revisão de provas dos livros sobre documentos que estavam sob sua guarda, como, por exemplo, o arquivista Armando Esteves, que “reuiu provas de documentos da sua Seção destinados ao volume XVII das Publicações do Arquivo”.<sup>141</sup>

Dois diretores parecem ter trabalhado mais na produção editorial, inclusive ajudando na revisão, coincidentemente Machado Portela e Escragnolle Doria, que “Corrigiu provas da Seção Administrativa no volume XVII das Publicações”.<sup>142</sup> Alguns diretores do Arquivo Nacional nesse período foram mais editores, outros também autores, enquanto outros parecem ter somente conduzido trabalhos, sem maior participação.

Assim que foi concluído o volume II das Publicações – o *Índice dos ofícios dirigidos à Corte de Portugal pelos vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1808* –, Machado Portela solicitou que se iniciasse a organização de um índice semelhante da correspondência dos vice-reis com diversas autoridades, assim como das ordens, portarias e outros atos de cada um deles, destinando o trabalho ao amanuense bacharel Francisco de Salles de Macedo, da Seção Histórica. Portela deu orientações completas para o trabalho de Macedo, demonstrando uma participação intensa na

---

<sup>140</sup> Ver LOURENÇO, Mariana S. José Honório Rodrigues, a Turma de Publicações e as Publicações Técnicas do Arquivo Nacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVII., 2013, Natal. *Anais...* São Paulo: Anpuh, 2013. Disponível em: <[http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346356\\_ARQUIVO\\_texto\\_Anpuh\\_MarianaSimoese\\_v.pdf](http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346356_ARQUIVO_texto_Anpuh_MarianaSimoese_v.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2014.

<sup>141</sup> Relatório sobre 1918, p. 67.

<sup>142</sup> Relatório sobre 1918, p. 52.

concepção da obra que permitem considerá-lo um *editor*. Em primeiro lugar, determinou que o amanuense examinasse cuidadosamente as coleções de registro da correspondência dos vice-reis, do conde da Cunha ao conde dos Arcos, e, para este período, as coleções de ordens régias e portarias, e outros documentos avulsos. E acrescentou uma recomendação que é a essência do trabalho de qualquer editor: selecionar e descartar o que não se adequava à publicação que se pretendia:

[...] prescindindo de indicar e menos de extrair os ofícios de mero expediente e atos insignificantes, que não tenham algum interesse histórico; sendo, porém, muito escrupuloso em não omitir que ofícios, quer atos, que, embora possam porventura parecer atualmente sem relevância, a deviam ter tido naquele tempo, e pelos quais se possa hoje não só ajuizar do caráter geral de cada um dos respectivos governos, como conhecer em especial as medidas que tomou ou providências que deu cada um dos ditos vice-reis sobre os diversos ramos do serviço público [...].<sup>143</sup>

Suas orientações se parecem menos com o trabalho arquivístico, e mais com escolhas editoriais, que incluem, por exemplo, o grau de detalhamento dos textos e a forma de apresentação dos elementos na página. Não bastava indicar a data e inserir um pequeno enunciado do conteúdo do documento, e sim “um extrato conciso, mas fiel e explícito, quanto possível, de modo a independentemente da leitura do original poder-se ficar conhecendo bem o seu objeto”, e pedia que o amanuense “no alto de cada página escrevesse o ano, e na margem o mês e o dia do ofício, ordem ou portaria, indicando, em seguida ao extrato, qual a coleção, volume e página em que se acha o respectivo registro”.<sup>144</sup> Portela define ainda a reunião de outros índices de correspondência de vice-reis que já estavam prontos a este que estava sendo preparado agora, para constituírem um único índice. Essas considerações podem ser vistas como parte de um projeto editorial, se não das Publicações na administração dele, pelo menos de uma obra, mostrando um pouco do processo de edição e da participação do diretor, e indicando que Portela desempenhou atividade digna de um editor. No entanto, nos dois volumes que editou, ele não mencionou qualquer funcionário como tendo participado dos trabalhos.

Em 1901, no volume III, fez-se a primeira referência a colaboradores. No final do prefácio, Pedro Rebelo informa que neste e no próximo volume da série, já em trabalho na Imprensa Nacional, haviam “colaborado” o chefe da 2ª Seção, Manoel José

<sup>143</sup> Relatório do diretor, anexo F do relatório ministerial de 1891, p. 12.

<sup>144</sup> *Ibid.*, p. 12.

de Lacerda, e o arquivista Eduardo Marques Peixoto.<sup>145</sup> Manuel José de Lacerda foi professor público primário e entrou no Arquivo Nacional como amanuense, em 1888. Tornou-se arquivista após seis anos e chefe de Seção em 1900, tendo sido algumas vezes diretor interino. E Eduardo Marques Peixoto, bacharel pela Faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas do Rio de Janeiro, ingressou no Arquivo Nacional como subarquivista em 1895, tornando-se arquivista cinco anos depois e, em 1911, chefe de Seção. Ele voltou a ser mencionado no prefácio de Bethencourt da Silva ao volume IX: “Colaborou nesta publicação o arquivista Eduardo Marques Peixoto”.<sup>146</sup>

Embora as referências sejam vagas e pouco indiquem sobre o efetivo trabalho de cada um, um documento ajudou a iluminar o importante papel desempenhado por um funcionário na editoração. Em fevereiro de 1906, o chefe da 2ª Seção, Manoel José de Lacerda, solicitou ao diretor Francisco Bethencourt o prefácio do volume V, o *Índice da coleção de ordens régias: 1719-1807*, que, de acordo com ele, já estava no prelo e com a impressão quase concluída.<sup>147</sup> No entanto, além desse pedido, ele apresenta o conteúdo da obra, ressalta sua importância e se queixa da escassez de recursos financeiros e de pessoal.

Como sabeis, uma das mais palpitantes necessidades de arquivo é a organização do Índice de suas coleções, para que se possa saber o que se possui. Além disso o índice facilita ao empregado a busca de documentos e ao consultante o estudo dos diferentes assuntos.

Entretanto, apesar das incomparáveis vantagens oferecidas pelo trabalho dessa natureza, esse serviço marcha muito lentamente em consequência não só da deficiência do nosso pessoal como também da escassez da verba destinada a tal mistér.<sup>148</sup>

Lacerda informa, ainda, que o sexto volume das Publicações já estava no prelo, mas ainda no início dos trabalhos, aguardando a dotação da verba do exercício daquele ano, 1906, para se completar o pagamento à Imprensa Nacional. O título que ele menciona, o *Índice da correspondência de Santa Catarina, 1779-1790, ativa e passiva*, seria publicado apenas no ano seguinte, como volume VI das Publicações.

O prefácio desse volume corresponde quase integralmente ao texto de Lacerda no memorando ao diretor. Com algumas mudanças de redação, a estrutura é semelhante

<sup>145</sup> REBELO, Pedro. [Prefácio]. In: Publicações do Arquivo Nacional, v. III, op. cit., p. VII.

<sup>146</sup> SILVA, F. J. B. da. [Prefácio]. In: Publicações do Arquivo Nacional, v. IX, op. cit., III.

<sup>147</sup> Memorando de Manoel Lacerda para o diretor do APN, 14 de fevereiro de 1906, AN 956.

<sup>148</sup> Idem.



e as queixas do chefe da 2ª Seção são reproduzidas por Bethencourt, como vemos nas passagens a seguir:

É indiscutível a necessidade de índices bem organizados, principalmente em arquivos, pois, além de mostrar aos estudiosos a existência de documentos até então desconhecidos por muitos, facilita o serviço interno da própria Repartição. Mas, quando se luta com escassez de verba e deficiência de pessoal, não é fácil um trabalho dessa natureza; e a essas causas se deve só agora aparecer este volume, tendo sido o quarto publicado em 1903.<sup>149</sup>

Esta quase reprodução do conteúdo do ofício de Lacerda por Bethencourt da Silva reforça o papel relevante daquele funcionário na editoração das Publicações e as diferenças entre os diretores no que se refere à participação efetiva como editor. Este não seria o único prefácio redigido por Lacerda e que recebia a rubrica do diretor. Um memorando seu para Alcibíades Furtado contém exatamente o texto que foi publicado como apresentação do décimo primeiro volume das Publicações – mais uma atribuição do chefe da Seção Histórica.<sup>150</sup> Tanto Peixoto quando Lacerda eram funcionários antigos do Arquivo e, possivelmente por isso, acabam tendo essas atribuições.

Quanto à revisão de provas, a primeira menção nas Publicações consta do prefácio de Furtado ao livro *Governadores do Rio de Janeiro: correspondência ativa e passiva com a Corte* (v. X) e de uma nota no *Índice da Coleção Governadores do Rio de Janeiro* (v. XI). O arquivista Eduardo Marques Peixoto foi responsável pela elaboração da tabela demonstrativa e pelo “serviço de revisão” do volume dez, e o volume onze “foi organizado, e as provas de sua impressão revistas pelo arquivista Armando Esteves”.<sup>151</sup> Ex-guarda-marinha, Esteves ingressou no Arquivo como subarquivista em 1895, tornando-se arquivista em 1905, e também aparece nos prefácios dos *Catálogos dos livros da Seção Histórica*, de 1913 e 1916. “O trabalho foi organizado pelo arquivista da respectiva Seção, Armando Esteves.”<sup>152</sup> Pode-se dizer que Rebelo, Bethencourt, Furtado e Schumann não tiveram participação tão intensa na edição das Publicações como tivera Machado Portela, como editor, e como teria Escragnolle Doria, como editor, organizador e até autor.

<sup>149</sup> SILVA, F. J. B. da. [Prefácio]. In: AN. Publicações do Arquivo Nacional, v. V, op. cit., p. III.

<sup>150</sup> Memorando de Manuel Lacerda para o diretor do AN, 18 de abril de 1912, AN 956.

<sup>151</sup> FURTADO, A. E. [Apresentação]. In: AN. Publicações do Arquivo Nacional, v. X, op. cit., p. III; v. XI, op. cit., p. 275.

<sup>152</sup> FURTADO, A. E. [Apresentação]. In: AN. Publicações do Arquivo Nacional, v. XIII, op. cit., p. III.

Além de Lacerda, Peixoto e Esteves, outro funcionário que atuou bastante na organização de publicações foi Alexandre Maximiliano Kitzinger, que ingressou no Arquivo Nacional como subarquivista em 1894 e se tornou arquivista em 1911, e, assim como os demais, ocupou o cargo de chefe de seção. Entre 1920 e 1922, Kitzinger esteve envolvido, entre outros trabalhos, com a descrição de peças da coleção de moeda fiduciária para a preparação de um “Catálogo das medalhas da Coleção Numismática do Museu Histórico”, enquanto trabalhava na organização dos objetos e atendia aos visitantes do museu, e no “Catálogo das Moedas e Medalhas que deverão figurar na Exposição do Centenário da Independência.”<sup>153</sup>

Pandiá Hermann – bacharel em Ciências e Letras pelo Ginásio Nacional e amanuense no Arquivo desde 1911 – também se dedicou por volta de 1920 ao Museu Histórico, atendendo a visitantes e auxiliando “no trabalho datilográfico” de catálogos. Em relação às visitas, em março daquele ano, atendeu algumas dezenas de pessoas, “ministrando, especialmente aos jovens, variados detalhes das transformações por que tem passado o país desde sua descoberta e salientando, diante de cada objeto histórico ou retrato de personagem eminente do passado, seu mérito e serviços prestados”.<sup>154</sup>

As comemorações do Centenário, como mostramos nos prefácios e relatórios de Escragnoille, ocuparam os funcionários do Arquivo desde a posse dele em 1917. O amanuense da Secretaria – setor responsável pelos trabalhos do Museu Histórico –, Castelo Branco, por exemplo, foi incumbido de anotar os catálogos da Seção Histórica “assinalando as caixas com documentos que possam interessar à comemoração do centenário da Independência (trabalho, aliás, já feito pelo Excelentíssimo diretor)”.<sup>155</sup> Neste parêntese, Castelo Branco mostra a participação do diretor na seleção dos documentos que deveriam compor a participação do Arquivo nas comemorações oficiais do Centenário. O quadro a seguir (Figura 41) apresenta as atribuições que pudemos identificar a partir da documentação e de referências nos livros, sem pretensão exaustiva.

---

<sup>153</sup> Relatórios mensais de Alexandre Kitzinger, 20 de fevereiro, 11 de março, 1º de abril e 4 de maio de 1920, e 5 de janeiro de 1921. AN 56. “Trabalhos realizados pelo arquivista Kitzinger de novembro de 1921 a janeiro de 1922”, 31 jan. 1922; “Trabalho executado pelo arquivista Kitzinger de janeiro a 31 de março de 1922”, 17 abr. 1922. AN 55.

<sup>154</sup> Relatório mensal de Pandiá Castelo Branco, 31 de março de 1920. AN 56.

<sup>155</sup> “Mês de janeiro”, 1º fev. 1922; “Mês de março”, 2 abr. 1922; “Mês de maio”, 2 jun. 1922. AN 55.

| <b>Pessoas</b>         | <b>Cargos</b> | <b>Funções</b>  | <b>Período</b> |
|------------------------|---------------|---|----------------|
| Machado Portela        | Diretor       | Diretor dos volumes<br>Editor   | 1886-1898      |
| Pedro Rebelo           | Diretor       | Diretor dos volumes   | 1898-1902      |
| Francisco Bethencourt  | Diretor       | Diretor dos volumes   | 1902-1910      |
| Alcibiádes Furtado     | Diretor       | Diretor dos volumes   | 1910-1915      |
| Frederico Schumann     | Diretor       | Diretor dos volumes   | 1915-1917      |
| Escragnolle Doria      | Diretor       | Diretor dos volumes<br>Editor<br>Organizador<br>Redator<br>Autor<br>Revisor de provas | 1917-1922      |
| Alexandre Kitzinger    | Arquivista    | Organizador   | 1920-1922      |
| Armando Esteves        | Arquivista    | Organizador<br>Redator<br>Revisor de provas   | 1911-1917      |
| Eduardo Peixoto        | Arquivista    | Colaborador   | 1901-1910      |
| Manuel José de Lacerda | Arquivista    | Colaborador<br>Redator  | 1901-1906      |

**Figura 40** – Pessoas, cargos e funções na produção editorial

Ao contrário dos outros diretores do período, Escragnolle Doria, no prefácio ao volume XVII, sua primeira miscelânea, ressalta os trabalhos de produção gráfica e de fotografia, recurso usado então pela primeira vez na série.

Eis o primeiro volume das Publicações do Arquivo Nacional sob a minha direção, novo atestado da boa fama das suas oficinas tipográficas, e nelas, com especialidade, da perícia dos senhores Olimpio Francisco Heitor, o chefe das oficinas, e Lino Noruega. [...] Todas as reproduções do Museu Histórico, bem como da Biblioteca, devidas ao Snr. Gustavo Bastos, são o primeiro fruto do gabinete fotográfico do estabelecimento [...].<sup>156</sup>

E volta a elogiar o gabinete fotográfico e as oficinas, em um de seus textos,<sup>157</sup> chamando a atenção para a “habilidade” de Gustavo Bastos, ajudante de porteiro e fotógrafo da repartição, Olímpio Francisco Heitor, chefe das oficinas, e Lino Noruega, tipógrafo. No prefácio do volume XIX, traz outra vez o chefe da tipografia, embora, curiosamente, não mencione em nenhuma das três miscelâneas o trabalho de transcrição dos documentos ou a revisão de provas dos volumes, o que ele fez apenas na reedição do *Catálogo das cartas régias*, “revista e melhorada por A. Esteves”. Essa preferência em ressaltar a importância dos trabalhos gráfico-visuais reforça, ocultando, de certa forma, todo um trabalho anterior

<sup>156</sup> DORIA, L.G. d’E. [Prefácio]. In: AN. Publicações do Arquivo Nacional, v. XVII. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1917, p. III; IV.

<sup>157</sup> DORIA, L.G. d’E. Francisco Pedro do Amaral. In: AN. Publicações do Arquivo Nacional, op. cit., p. 244.

com os documentos, reforça nossa hipótese de que Escagnolle Doria supervalorizou, durante sua administração, uma determinada dimensão da atividade dos arquivos, a difusão, em uma de suas formas mais importantes, a edição. Isto somado à sua iniciativa de publicar no *Jornal do Commercio* o que ele chamou de “notícia estatística dos trabalhos do Arquivo”, mostram uma valorização significativa dessa vertente das instituições arquivísticas. E os poucos vestígios que apresentamos confirmam a não especialização das atividades relacionadas à elaboração dos catálogos e outras publicações e à revisão de provas, ou, simultaneamente, a reduzida importância que elas possuíam do ponto de vista dos diretores.

| Função                      | Pessoa                              |
|-----------------------------|-------------------------------------|
| Inspetor das oficinas       | Olympio Francisco Heitor            |
| Compositores de 1ª classe   | Lino Noruega                        |
|                             | Alberto Macedo                      |
| Compositor de 2ª classe     | Ignacio Cupolillo                   |
| Encadernadores de 1ª classe | Pedro Augusto da Silva              |
|                             | Joaquim da Fonseca Aresta           |
| Encadernador de 2ª classe   | Victor Machado                      |
| Impressor de 1ª classe      | Octacilio Marcello                  |
| Zelador das máquinas        | Salomão Pereira da Fonseca Loureiro |

**Figura 41** – Pessoal e funções nas oficinas gráficas em 1923<sup>158</sup>

Por outro lado, o trabalho das oficinas gráficas e de encadernação era realizado por pessoas com atribuições definidas e constantes, em razão do seu caráter técnico e especializado. Em 1907, ano de sua instalação, as oficinas possuíam um inspetor – Olímpio Francisco Heitor, durante todo o período estudado –, que fazia parte do quadro de funcionários efetivos do Arquivo Nacional e coordenava os trabalhos de tipógrafos, impressores, encadernadores e seus aprendizes, variando até 1922 o número de pessoas em cada função. O processo editorial, obviamente, seria considerado lento para os padrões atuais. Armando Esteves, por exemplo, trabalhou na revisão de provas da reedição do *Catálogo das cartas régias*, entre 1920 (data dos primeiros registros que encontramos) e 1922.<sup>159</sup>

<sup>158</sup> Relatório sobre 1923, p. 44.

<sup>159</sup> Relatórios mensais de Armando Esteves, 4 de janeiro de 1920, AN 56; 6 fev., 17 abr. e 2 maio de 1922, AN 55.

### 3.5.7 Distribuição e circulação: aproximações possíveis

Entre 1886 e 1922, as Publicações do Arquivo Nacional não foram comercializadas e circulavam por meio de doações a pessoas e instituições brasileiras e estrangeiras. O diretor Escragolle Doria foi quem mencionou pela primeira vez em relatório a possibilidade de venda das Publicações, em 1918, logo após assumir a direção do Arquivo Nacional. A Seção que trazia mais “resultados monetários para o fisco” era a Legislativa e Judiciária, em razão da emissão de certidões, mas ele acreditava que: “Bem dirigido, o gabinete fotográfico pode dar também alguma renda, convindo vender as Publicações do Arquivo, a exemplo do que se pratica com os *Anais da Biblioteca Nacional*.”<sup>160</sup> De fato, naquele ano, a renda da Seção Histórica tinha sido de 144\$823 rs e a da Seção Administrativa, de 417\$740 rs, enquanto a da Seção Legislativa e Judiciária alcançara 14:859\$400 rs, representando 96% da arrecadação do Arquivo Nacional. Embora acreditasse que “um arquivo não pode ser senão fonte parca de rendas materiais, dada a sua missão intelectual” e que “exigir rendas copiosas de arquivos equivale a pedir obras e pensamentos a alfândegas”,<sup>161</sup> Escragolle Doria pretendia tornar rentável a produção editorial da instituição, mas sua ideia não foi levada adiante.

Os relatórios gerais do Arquivo Nacional, os ministeriais e até os relatórios mensais dos trabalhos das oficinas gráficas – a documentação institucional de modo geral – raramente indicam a quantidade de exemplares impressos de cada título ou as instituições e pessoas que os recebiam. Por isso, é a partir de informações dispersas na documentação que tentamos estimar a tiragem e as formas distribuição – em momentos precisos no tempo – e traçar a possível circulação das Publicações do Arquivo Nacional. Trata-se, então, de indícios que, apesar de pontuais, podem ser importantes para a compreensão do projeto editorial da série.

Uma das poucas informações claras relacionadas à tiragem das Publicações consta de um ofício de Francisco Bethencourt para o diretor da Imprensa Nacional, de outubro de 1905. Ao encaminhar um exemplar do volume III para servir de modelo na composição do volume V (os dois títulos consistem em índices, um de correspondência

<sup>160</sup> Relatório geral do Arquivo Nacional sobre 1917, p. 28, AN 7.

<sup>161</sup> Id., *ibid.*

oficial, outro de ordens régias), o diretor informa que a tiragem deveria ser de mil exemplares.<sup>162</sup>

Para explorar a distribuição e possível circulação das Publicações do Arquivo Nacional, analisamos a correspondência recebida e enviada (minutas) pela instituição e que contempla a distribuição de livros.<sup>163</sup> Esta documentação inclui, principalmente, cartas e ofícios com pedidos de publicações e confirmações de recebimento de exemplares, e dela selecionamos as correspondências que se referiam diretamente à série, datadas de 1886 a 1907. Em razão do volume da documentação, composta de centenas de cartas, decidimos realizar o levantamento até o ano em que se iniciaram os trabalhos das oficinas gráficas do Arquivo (1907) e que, coincidência ou não, é o que concentra a maior parte dos documentos desse conjunto. Pelo menos dois motivos podem ter levado a esse acúmulo maior da correspondência sobre o envio e recebimento datada daquele ano: o entusiasmo da direção e dos funcionários, marcado por uma intenção de encaminhar o sétimo volume das Publicações – o primeiro a sair pelas oficinas – para mais pessoas e instituições, e/ou a vontade de registrar essas remessas pela mesma razão –, ou o simples acaso, ambas difíceis de serem confirmadas.

A ideia é nos aproximarmos das formas de circulação dos volumes da coleção a partir desses indícios, sem a pretensão de determinar definitivamente o seu percurso ou a totalidade de pessoas e instituições que elas alcançaram. Estamos mais do lado da instituição editora e das suas intenções editoriais, expressas na seleção de destinatários que pudemos conhecer, embora de forma parcial, por meio da documentação mencionada.

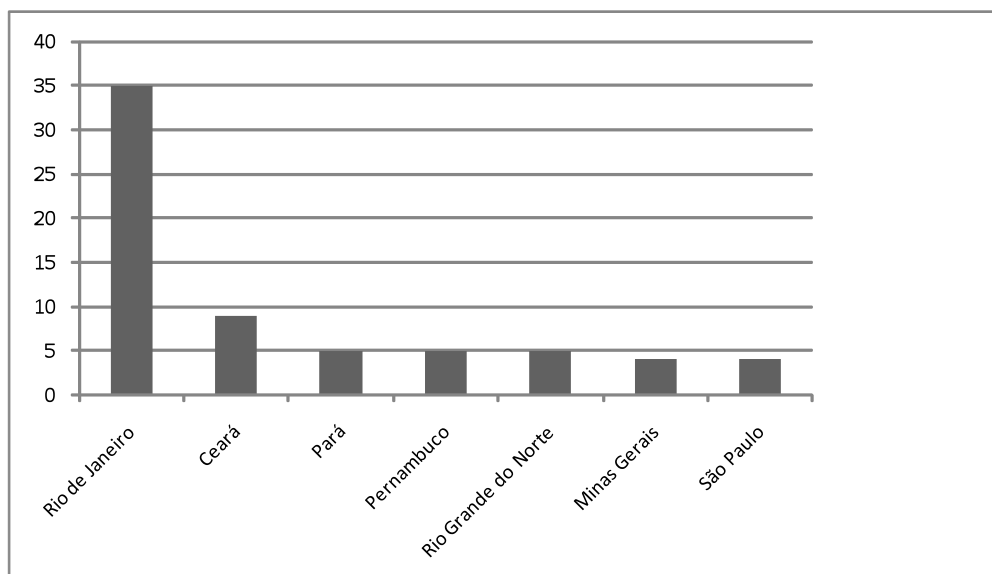
De um total de 105 correspondências sobre a remessa de Publicações, cem foram destinadas ou recebidas por instituições ou pessoas no Brasil e cinco em outros países.<sup>164</sup> No país, a maioria é de instituições (84), e 16 de pessoas. Entre as instituições, 67 são órgãos públicos e apenas 17, estabelecimentos particulares, como institutos históricos e sociedades. Quanto à divisão por regiões do Brasil, 35% da correspondência trocada sobre as Publicações se refere ao estado do Rio de Janeiro, seguido, de longe, pelo Ceará (9%) (Figura 43). Das seis cartas de outros países, cinco são de Portugal e uma da cidade de Praga.

---

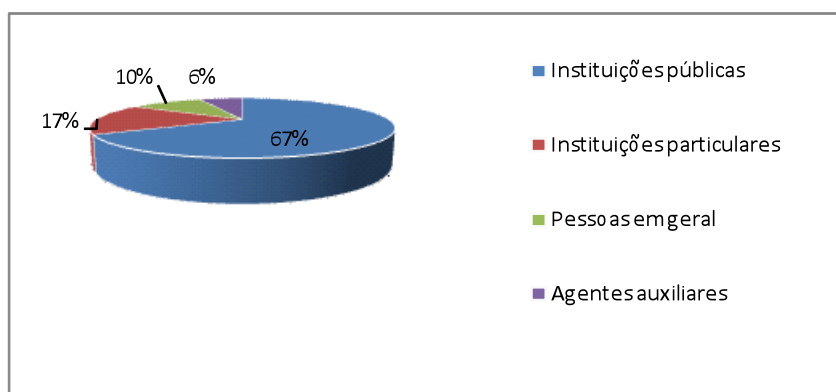
<sup>162</sup> Minuta n. 100, do APN para a IN, 24 de outubro de 1905, AN 956.

<sup>163</sup> Fundo Arquivo Nacional, série Editoração e Publicação, subsérie Distribuição, AN 948.

<sup>164</sup> Seis cartas não possuem qualquer indicação de local.



**Figura 42** – Estados mais frequentes nas correspondências de envio e recebimento das Publicações até 1907



**Figura 43** – Tipos de remetentes e destinatários de correspondência sobre as Publicações (1886-1922)

Apesar da representatividade reduzida dessa documentação, acreditamos que possa iluminar alguns aspectos da circulação da série. As Publicações devem mesmo ter circulado mais no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, e entre instituições públicas, alcançando o público mais por meio das bibliotecas, às quais costumavam ser destinados, em última instância, os exemplares encaminhados àqueles órgãos. Algumas cartas mencionam que os livros seriam remetidos a divisões de arquivo e bibliotecas, como, por exemplo, a enviada do palácio da presidência da província do Paraná, em 1890. Ao confirmar o recebimento de dois exemplares do volume II das Publicações, diz que um “é para figurar nos arquivos da Secretaria de Governo desse estado e outro

no da Biblioteca pública da capital”<sup>165</sup> – ampliando, assim, a possibilidade de acesso de outros pesquisadores e interessados, embora não possamos mensurá-lo. Existem diversas cartas, ainda, que são pedidos espontâneos (sem que tenham recebido correspondência do AN), da parte de bibliotecas, de exemplares das Publicações e outros títulos editados pelo Arquivo, como, por exemplo, a Biblioteca Pública do Estado do Pará (1893), a do Estado de Sergipe (1898), Biblioteca da Guarda Nacional de São Paulo (1902), Biblioteca Pública Pelotense, Biblioteca da Faculdade de Recife (1903), Repartição de Estatística e Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, Biblioteca da Câmara dos Deputados (1904), Biblioteca Taruassuense, MG (1906). E no exterior, a difusão maior parece ter sido em Portugal, como era de se esperar devido à relação entre a documentação trabalhada nos volumes e a história luso-brasileira.

Para nós tem a publicação tão cientificamente dirigida por V. Exa. interesse duplo: o interesse que ela despertará a todo o estudioso cômico de que só documentalmente se pode fazer a história da sociedade, e o interesse especial que para nós portugueses desperta a história dos tempos em que as nossas pátrias se confundiam.<sup>166</sup>

Outra forma de circulação das Publicações se dava por meio dos agentes auxiliares do Arquivo nos estados. Entre as pessoas que constam na correspondência, eles representam 60 por cento. Uma carta da Diretoria-Geral da Instrução Pública de Santa Catarina, de 1896, confirma o recebimento de exemplares das Publicações e menciona “que oferecetes [o diretor do AP] à Biblioteca deste Estado por intermédio do Exmo. Snr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe”.<sup>167</sup> Das 16 pessoas que receberam ou solicitaram exemplares, pelo menos seis eram agentes auxiliares do Arquivo Nacional nos estados.

Para o ano de 1907, encontramos uma lista de jornais de grande circulação no Rio de Janeiro para os quais foram enviados exemplares do sexto volume da coleção, como *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *A Notícia*, *A Tribuna*, *Jornal do Brasil*, *O País* e *Diário de Notícias*, além de institutos históricos e academias de letras. A lista começa com presidente da República, seguido do ministro

<sup>165</sup> Ofício do governador do Paraná, Américo L. L. Pereira, ao diretor do APN, 5 de março de 1890, AN 948.

<sup>166</sup> Carta do diretor da Torre do Tombo para o do APN, 10 de maio de 1907, AN 948.

<sup>167</sup> Ofício da DGIP de Santa Catarina ao diretor do APN, 20 de outubro de 1896, AN 948.



da Justiça e dos jornais da capital, demonstrando a importância conferida à divulgação da produção editorial na imprensa, muito antes de Escragnolle Doria.

O diretor Bethencourt da Silva encaminha o volume VIII das Publicações ao presidente da República, Afonso Pena, dizendo que essas “[...] interessantes e valiosas informações para os estudiosos, servem para provar a utilidade do empenho com que se procura salvar da destruição inevitável do tempo, os preciosos e úteis documentos da vida e da história do Brasil.”<sup>168</sup>

Para tentar nos aproximar da repercussão das Publicações do Arquivo Nacional, assim como de seus títulos avulsos, fizemos um levantamento, não exaustivo, em três jornais de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro – *O País*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio* – no período estudado. Afinal, acreditamos, com Genette,<sup>169</sup> que o público de um livro “é uma entidade de direito mais vasta do que a soma de seus leitores, porque engloba, às vezes muito ativamente, pessoas que não o leem necessariamente, ou não o leem todo, mas que participam de sua difusão e, portanto de sua “recepção”. Buscamos então, nas edições de 1886 a 1922, referências à instituição, aos seus diretores e aos livros publicados. Esses jornais repercutiram lançamentos de publicações, realização de exposições, participação de diretores e funcionários em eventos e debates, e até um escândalo de mau uso da verba pública.

No entanto, as publicações editadas pelo Arquivo Nacional foram raramente mencionadas na imprensa. Alguns de seus relatórios anuais impressos eram encaminhados para jornais, tendo um deles suscitado uma nota<sup>170</sup> em que o jornalista elogia a instituição e ressalta a qualidade de sua administração, sem mencionar o nome de Alcibíades Estevão Furtado (1910-1915) e antes do escândalo que marcaria sua gestão em 1914.

Outra forma de divulgação das obras editadas pelo Arquivo Nacional era sua exibição durante as exposições que a instituição realizava em datas comemorativas nacionais, durante as quais expunha, além dos objetos e documentos, exemplares da série.

---

<sup>168</sup> Minuta de ofício do diretor do APN para o presidente da República, 30 de setembro de 1908, AN 956.

<sup>169</sup> GENETTE, op. cit., p. 71-72.

<sup>170</sup> “Arquivo Nacional”, nota sem data e sem indicação do jornal, AN 988.

### 3.6 As publicações avulsas: outros catálogos, regulamentos, separatas

A produção editorial do Arquivo Nacional no período de 1886 a 1922 não se restringiu aos vinte volumes das Publicações, compreendeu ainda 35 títulos avulsos, entre relatórios institucionais, regulamentos e instruções, catálogos, separatas e outros.<sup>171</sup> É importante analisar títulos, mesmo brevemente, porque eles ajudam a compreender a série Publicações do Arquivo Nacional, inclusive a partir do que *não* era selecionado para integrá-la.

Foram editados nesse período cinco catálogos avulsos, sendo o primeiro deles o *Catálogo da Biblioteca do Arquivo Público Nacional*,<sup>172</sup> em 1901, na administração de Pedro Rebelo, e que teve uma nova edição dez anos depois. Como em 1911 a instituição já possuía sua tipografia, isto deve ter estimulado e tornado mais possível a atualização do catálogo – também foi naquele ano que o Arquivo passou por mudança de regulamento e de diretor, com a morte de Francisco Bethencourt da Silva e a posse de Alcebíades Furtado. O catálogo organizava o acervo da Biblioteca dividindo-o em três seções: 1ª seção, “Legislação, administração e política” e “Direito, finanças e economia política”, 2ª seção, “História, corografia, arqueologia e cronologia” e “História, geografia, arqueologia e cronologia”, e 3ª seção, “Bibliografia, revistas e jornais” e “Miscelânea”. Esse catálogo foi reeditado em 1911.

Além do acervo da Biblioteca, o da Mapoteca também foi objeto de uma publicação, o *Catálogo dos mapas impressos existentes no Arquivo Público Nacional*,<sup>173</sup> lançado em 1907 e impresso já pelas oficinas. Nesse período, o Arquivo se organizava em duas seções gerais, compostas, cada uma, de duas seções: a 1ª, reunindo as seções Legislativa e Administrativa, e a 2ª, as seções Judiciária e Histórica. Os mapas compunham um acervo separado, assim como a Biblioteca e o Museu Histórico, e continha “atlas, mapas, planos, plantas, cartas geográficas, hidrográficas e outras, antigos e modernos, relativos ao Brasil”<sup>174</sup> organizados em três seções, de acordo com o *Catálogo*: 1ª, “Mapas gerais” do país; 2ª, “Mapas parciais”; e 3ª, “Mapas diversos”. A

<sup>171</sup> Ao dividir os títulos avulsos editados pelo Arquivo Nacional não estamos levando em consideração sua denominação atual e numeração como série Publicações Avulsas, que ainda não existia.

<sup>172</sup> AN. *Catálogo da Biblioteca do Arquivo Público Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, 90 p.

<sup>173</sup> Rio de Janeiro: Tipografia do Arquivo Público Nacional, 1907, 42 p. AN. *Catálogo da Biblioteca do Arquivo Público Nacional*. Rio de Janeiro: Tipografia do Arquivo Público Nacional, 1911. 119 p.

<sup>174</sup> Artigo 8º do regulamento de 1893.

estrutura da obra é semelhante à do catálogo da Biblioteca, apresentando, primeiro, essa estrutura de organização do acervo cartográfico e, em seguida, os mapas que compunham cada uma. Entre os mapas gerais, foi dedicado um título específico para os relativos à Guerra do Paraguai.

Também foi reunida em um catálogo a seleção de documentos e objetos do Arquivo para a Exposição de 1908, *Relação dos documentos e mais objetos em exposição, 1908*,<sup>175</sup> enumerando algumas “raridades” do Museu Histórico do Arquivo (objetos, móveis, figurinos, medalhas, moedas) e itens relativos à própria instituição: o regulamento de 1838 e livros, entre eles todos os volumes das Publicações lançados até aquele momento, além de “vistas do edifício do Arquivo”, mas não possui ilustrações. Em 1911, o folheto *Museu Histórico: ordens honoríficas, condecorações, distintivos, emblemas etc.*<sup>176</sup> que apresentou essa parte da coleção do Museu Histórico do Arquivo Nacional. A impressão, em pequeno formato, foi feita toda em duas cores, azul e dourado, e a obra se divide em duas partes, uma dedicada às condecorações das ordens honoríficas, como as de Cristo e São Bento de Avis, e outra para distintivos, emblemas, etc., como, por exemplo, o “emblema de cobre usado pelos Voluntários da Pátria”, mas não constam estampas desses objetos.

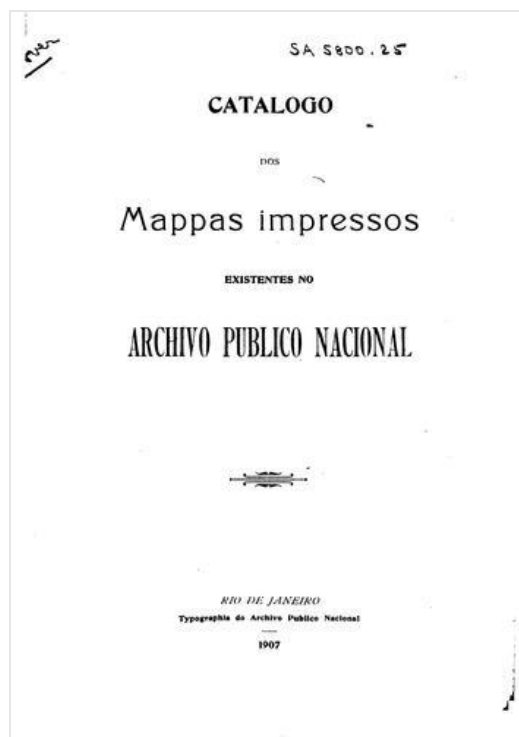
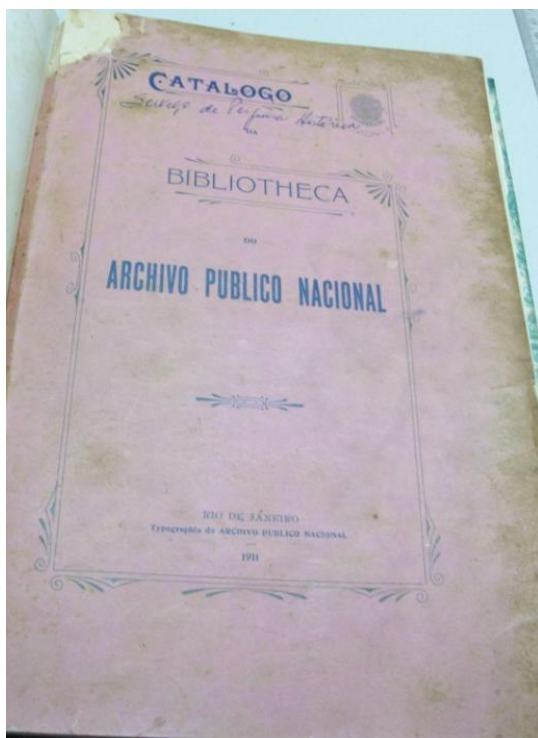
Outro tipo de publicação avulsa foram as separatas,<sup>177</sup> tendo sido lançadas nesse período partes de três volumes da série e uma da revista *O Direito (Bens dotais das princesas d. Isabel e d. Leopoldina)*.<sup>178</sup> Da série da instituição, publicou-se em separata o *Livro dos termos, homenagens e assentos de 1709 a 1708*, em 1907 (parte do v. VII), *Autoria de um manuscrito antigo: Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, 1909 (v. IX); e *Os Schetz da capitania de São Vicente*, 1914 (v. XIV). Essas três separatas saíram no mesmo ano da publicação dos volumes mencionados e já com a tipografia em funcionamento, sendo todas publicações de documentos.

<sup>175</sup> Rio de Janeiro: Tipografia do Arquivo Público Nacional, 1908. 62 p.

<sup>176</sup> AN. *Museu Histórico: ordens honoríficas, condecorações, distintivos, emblemas etc.* Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1911.

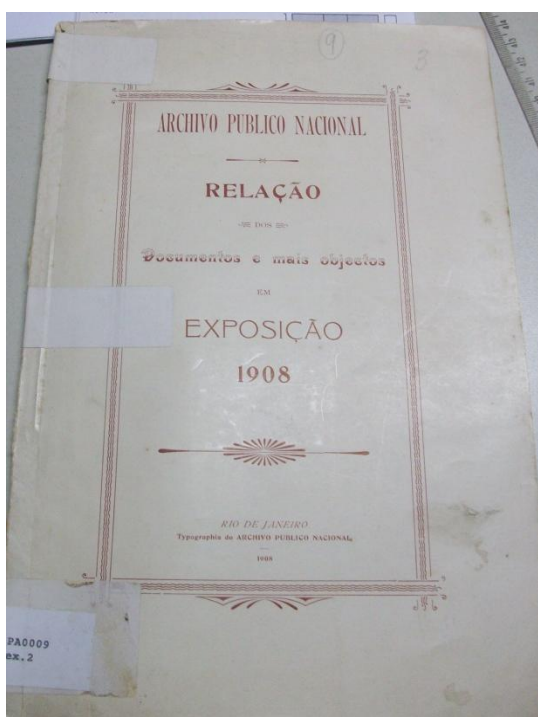
<sup>177</sup> Separata: “Publicação de parte de um trabalho (artigo de periódico, capítulo de livro, colaborações em coletâneas etc.), mantendo exatamente as mesmas características tipográficas e de formatação da obra original, que recebe uma capa, com as respectivas informações que a vinculam ao todo, e a expressão “Separata de” em evidência. As separatas são utilizadas para distribuição pelo próprio autor da parte, ou pelo editor.” ABNT.

<sup>178</sup> Separata da revista *O Direito*, v. 59, n. 2, p. 177-288, out. 1892. Em pesquisa na Biblioteca Nacional, não pudemos identificar o periódico, pois constam três com esse nome: *O Direito: hebdomadário independente, litterario e noticioso* (PE); *O Direito: periódico científico e democrata* (BA); e *O Direito* (BA).

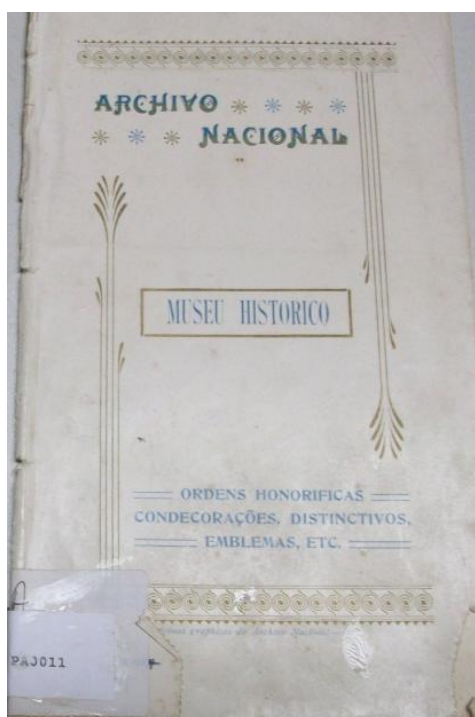


**Figura 44** – Capa do *Catálogo da Biblioteca do Arquivo Público Nacional*, publicação avulsa, 1911

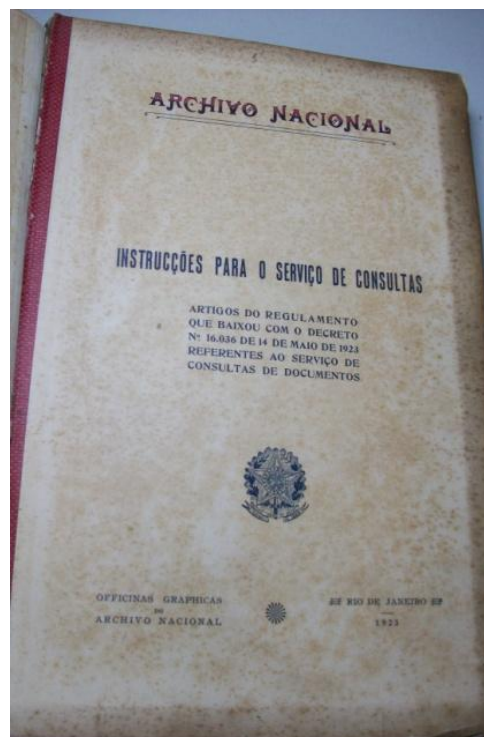
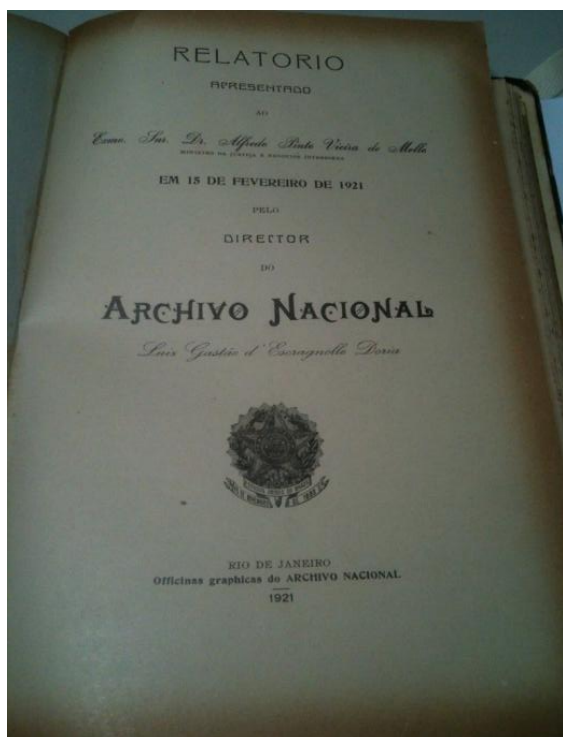
**Figura 45** – Página de rosto do *Catálogo dos mapas impressos existentes no Arquivo Público Nacional*, avulsa, 1907



**Figura 46** – Capa da publicação avulsa *Relação dos documentos e mais objetos em exposição*, 1908



**Figura 47** – Capa do catálogo do Museu Histórico *Ordens honoríficas, condecorações, distintivos, emblemas etc.*, 1911



**Figura 48** – Página de rosto de relatório do Arquivo Nacional, 1921

**Figura 49** – Capa das *Instruções para o serviço de consultas*, 1923

As outras obras avulsas foram *Memória histórica, 1908*, em comemoração aos setenta anos e nas proximidades da Exposição Nacional de 1808, *As nossas praças e estátuas* (1911) e *O Museu Histórico do Arquivo Nacional: seu papel como museu do Estado* (1919). Este pode ser visto como mais uma iniciativa do diretor Escragnoelle Doria no que se refere à produção impressos com objetivos claramente político-institucionais. A possibilidade que apresentamos, de que os livros tenham sido publicados para reforçar e conferir prestígio ao Arquivo Nacional, fortalece-se com a análise deste folheto, que, embora possua apenas quatro páginas, insere-se em uma considerável polêmica sobre a criação ou não de um museu nacional histórico. Estes exemplos demonstram, ainda, o uso dos impressos pelos arquivos não apenas como forma de organização e divulgação dos seus acervos para a sociedade, mas também como uma instância de consagração dessas instituições em um ambiente cultural em que as publicações impressas contribuem para a legitimação e valorização de suas ações e projetos. Afinal, no Brasil e em outros países, a produção editorial consiste numa iniciativa valorizada pelas instituições culturais, sejam arquivos, bibliotecas ou institutos históricos.

Os relatórios gerais apresentados pelo diretor ao ministro da Justiça e Negócios Interiores no início de cada ano passaram a ser compostos e impressos pelas oficinas

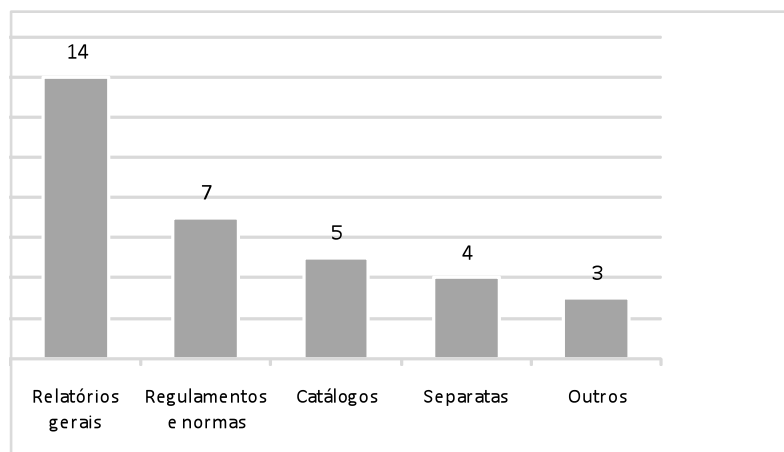
gráficas da instituição em 1908, inserindo-se, desse ponto em diante, entre seus trabalhos gráfico-editoriais e influenciando, de certa forma, a rotina dos trabalhos, visto que, algumas vezes, outras obras tinham sua publicação adiada para que os relatórios anuais estivessem prontos até o dia 15 de fevereiro, em razão do prazo legal. Foram impressos, no período, pelas oficinas, os relatórios gerais correspondentes aos anos de 1907 a 1915, e 1917 a 1921, ao todo quatorze brochuras com acabamento simples, capa em papel cartão e grampo canoa, quase idênticas às que saíam da Imprensa Nacional.<sup>179</sup> Esses relatórios eram encaminhados também para outros órgãos do governo, deste e de outros ministérios, e instituições, de modo que seu conteúdo traz elementos, além dos trabalhos realizados em cada ano, sobre a forma como a instituição pretendia ser vista pela sociedade e sobre algumas das disputas institucionais em que estava inserida. Em 1890, por exemplo, o diretor Joaquim Portela se manifesta em relatório sobre a necessidade de se garantir o recolhimento ao Arquivo dos documentos que lhe cabiam de acordo com o regulamento, posicionando-se na disputa constante com a Biblioteca Nacional não apenas com base no regulamento, mas utilizando-se de exemplos de instituições e autores de outros países como fontes de autoridade e discorrendo sobre as diferenças existentes entre bibliotecas e arquivos públicos.<sup>180</sup>

Outro tipo de material produzido pelo Arquivo, a partir da instalação de suas oficinas, foram as normas internas, regulamentos institucionais e instruções de serviços, sempre em brochuras com acabamento simples e, algumas vezes, com mais de uma tiragem, após as anteriores terem se esgotado. Pela Tipografia Nacional, tinham saído o *Projeto de regulamento para o Arquivo Nacional*, sem data, e os regulamentos de 1876 e 1893, e, pelas oficinas do Arquivo, mais uma impressão do regulamento de 1893, “Instruções para o Serviço de Consulta” de 1905, regulamento de 1893, regulamento de 1911 (duas tiragens) e *Instruções para o Curso de Diplomática* de 1914 (ver Apêndice A).

---

<sup>179</sup> O relatório referente a 1916, só encontramos em brochura com a marca das oficinas do Arquivo Nacional com data de impressão de 1925, mas, como se trata de uma publicação obrigatória no ano seguinte ao exercício, acreditamos que possa ter sido produzido, por exceção, pela Imprensa Nacional.

<sup>180</sup> Relatório sobre 1889.



**Figura 50** – Publicações avulsas do Arquivo Nacional por categoria (1886-1922)

De acordo com nosso levantamento, as publicações avulsas representam 61% dos títulos editados pelo Arquivo até 1922. O gráfico mostra a proporção de publicações avulsas de cada categoria (Figura 51). Excluindo-se os relatórios e normas, a maioria dessas obras são separatas e catálogos, estes tratando de documentação ou acervo específico – biblioteca, mapoteca, museu histórico –, indicando uma possível preferência, para edição nas Publicações, de documentos das seções de guarda “normais” do Arquivo.

## Conclusão

Após a análise da trajetória do Arquivo Nacional no final do século dezenove e início do vinte, privilegiando o estudo de sua primeira e mais importante série editorial, foi possível chegar, se não a conclusões, pelo menos a algumas considerações sobre a instituição e sua produção editorial entre 1886 e 1922. Em primeiro lugar, ressaltamos nossa discordância de Costa no que se refere à atuação exclusivamente administrativa do Arquivo Nacional. Embora o Império o tenha utilizado, e aos seus documentos, para solucionar problemas políticos ou diplomáticos, a própria existência da Seção Histórica e a valorização por diversos diretores, em seus relatórios, do papel da instituição para a historiografia e a necessidade de se divulgá-la para o público, desde os anos 1840, sugere pelo menos um outro equilíbrio entre esses dois aspectos, que, afinal, marcam qualquer instituição arquivística: sua dimensão administrativa e cartorária, e, simultaneamente, cultural e histórica.

Por volta dos anos de 1870, quando a preocupação com a delimitação das fronteiras e com a consolidação do Estado brasileiro perderam ênfase, parece ter havido mais espaço para se explorar essa sua segunda dimensão. Nesse sentido, a administração de Joaquim Machado Portela foi fundamental, e vimos que foi marcada por intenções e iniciativas com o objetivo de ampliar e consolidar a atuação do Arquivo Nacional do cenário das instituições patrimoniais do Império. Entre as intenções, não concretizadas, estavam a proposta de organização de uma aula de diplomática e paleografia e a realização de um concurso para premiar estudos históricos feitos a partir da documentação. E entre as iniciativas, a abertura da consulta ao público, a nomeação de agentes auxiliares para buscarem ou copiarem documentos nas províncias, a definição de uma política de recolhimento, a organização do acervo, com a elaboração de um plano de classificação, e o lançamento das Publicações do Arquivo Nacional.

A intenção de publicar catálogos esteve presente desde o primeiro relatório de Portela, assim como entre os diretores anteriores, de Ciro de Brito a Joaquim Caetano da Silva, mas o projeto só foi levado adiante em sua gestão. Quanto às motivações, não devem ser descartadas pelo menos duas: o trabalho prévio, intensificado por Machado Portela, de organização e classificação – tendo como desdobramento a possibilidade de produção de catálogos – e atuação anterior desse diretor no Instituto de Pernambuco e na sua revista, dos quais participara intensamente.



O projeto editorial de Portela foi iniciado em um momento em que os arquivos nacionais haviam ampliado seu caráter de arquivos históricos, e, nesse cenário, o campo de possibilidades da edição incluía a publicação de inventários, catálogos, transcrições de documentos, estudos históricos. No entanto, a opção de Machado Portela, conforme ressaltado em seus relatórios e prefácios, e materializada nas Publicações, foi editar catálogos e transcrições de documentos, sendo que os primeiros, segundo ele, eram o mais importante e útil produto dos arquivos, resultado do trabalho com os documentos e de sua organização – o principal legado de sua administração como diretor do Arquivo Nacional.

O formato selecionado para publicação foi a série ou coleção, o mais utilizado pelas instituições patrimoniais no Brasil e em outros países durante o século dezenove, e as definições gráfico-editoriais das Publicações estabelecidas em 1886 serviram de base e se mantiveram nas décadas seguintes. No período entre a publicação do primeiro volume e 1917, quando identificamos uma mudança significativa, os homens que ocuparam o cargo de diretor do Arquivo Nacional pouco alteraram no projeto editorial em si e na forma de apresentação dos livros, continuando, inclusive, a privilegiar a edição de catálogos e transcrições de documentos.

De acordo com nosso levantamento, dos cinco diretores do Arquivo até 1917, apenas Machado Portela havia tido atuação anterior intensa em uma instituição cultural – Instituto Histórico de Pernambuco – e, ainda mais, na criação e condução de um periódico dessa natureza, a *Revista do IAHGP*. Os demais desempenhavam atividade política, eram funcionários de carreira do governo, no Império ou na República, embora alguns contribuíssem com jornais literários ou de interesse geral. É possível que esse repertório diferenciado tenha influenciado, ainda que indiretamente, a atuação de Machado Portela à frente do Arquivo Nacional e das Publicações. Essa bagagem prévia pode ser percebida também, como mostramos, no conteúdo da maioria dos outros prefácios, que, quando diziam algo mais do que o conteúdo dos documentos ou o trabalho com a documentação, ressaltavam dificuldades no recolhimento, precariedade das instalações, necessidade de construção de outro edifício e aumento de verba – temas mais administrativos –, não se dedicando a discussões de viés historiográfico.

A mudança mais significativa nesse período foi a instalação no Arquivo, recém-transferido para edifício próprio, das oficinas gráficas e de encadernação, em 1907, na administração de Francisco Bethencourt da Silva. Uma tipografia à disposição certamente contribuiu não só para aumentar a arrecadação, com a prestação de serviços,

como para facilitar os trabalhos técnicos com os documentos – encadernação, cópias – e para aprimorar e agilizar a produção editorial.

Após a análise dos títulos publicados 1886 e 1922, acreditamos que as Publicações do Arquivo Nacional possam ser divididas em duas fases, uma iniciada por Joaquim Machado Portela, outra reformulada por Escragnolle Doria e que durou um curto período, a partir de 1917. O projeto editorial de Machado Portela concretizou uma necessidade identificada havia décadas pelos diretores da instituição, desde o primeiro, Ciro Martins de Brito, nos anos de 1840, e fez parte de um conjunto maior de mudanças em direção a uma relativa abertura do Arquivo Nacional, intensificada na gestão de Portela, como esperamos ter demonstrado. Além da abertura da Sala de Consultas e da realização de exposições em datas comemorativas no edifício do Arquivo, a edição de livros desempenhou, sem dúvida, uma contribuição importante nesse sentido.

Entre 1886 e 1916, foram editados na série catálogos e publicações de documentos que tinham como objeto, principalmente, a documentação referente ao período colonial, a maioria referente ao fundo Secretaria de Estado do Brasil, com algumas exceções – as proximidades da Independência do país. Com a inserção de fac-símiles de assinaturas em alguns volumes, percebemos uma intenção de mostrar a autenticidade e legitimidade da documentação do Arquivo Nacional, apresentando ao público a firma do rei, do príncipe, e comprovando, assim, a importância do acervo e, conseqüentemente, da instituição que a mantinha. Nessa fase, a instituição privilegiou para divulgação nas Publicações, dentro da documentação colonial, papéis de uma seção de guarda específica – a Histórica – e, dela, a décima nova classe, que reunia o registro da correspondência e de atos dos governadores das capitanias, e a correspondência dos vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro (1763-1808). É interessante notar que, no regulamento do Arquivo Nacional de 1876, aprovado na administração de Machado Portela, pretendia-se que o cronista, cargo recém-criado, escrevesse “a história oficial do Brasil a começar da época de sua Independência”, mas essa intenção não se refletiu na produção editorial da instituição no período estudado.

Assim como nas outras instituições culturais que mencionamos, decidiu-se primeiro pela publicação seriada ou periódica. Foram muitas as referências à França e ao seu arquivo nacional como inspiração para o Arquivo Nacional, nos relatórios e prefácios, mas, curiosamente, não se mencionou nenhum periódico ou série publicada pelos arquivos daquele país. Uma série importante editada pelos *Archives nationales* foi a *Inventaires et Documents*, e pode-se acreditar numa influência desse modelo sobre as

Publicações do Arquivo nessa primeira fase. No entanto, não se percebe investimento equivalente ao francês na elaboração de estudos históricos e textos introdutórios aos documentos.

Esses catálogos e publicações de documentos pareciam ter como destinatário pretendido o pesquisador, o historiador, o erudito, trazendo poucas informações adicionais, raras produções textuais e nenhum tipo de ilustrações que pretende mais do que ressaltar a autenticidade dos documentos e sua importância. A proposta dos diretores, ao que parece, era sistematizar a documentação e, simultaneamente, divulgá-la como fonte para o conhecimento e a escrita da história nacional, auxiliando os funcionários do Arquivo no seu trabalho cotidiano com os documentos e o historiador nas pesquisas. Nesse sentido, o *Catálogo das cartas régias*, volume I, orientaria a elaboração das Publicações seguintes, estabelecendo uma estrutura e um formato que se repetiriam nos demais catálogos e publicações de documentos. Essas opções podem restar relacionadas, entre outros motivos, ao perfil dos diretores que ocuparam o cargo no período e que, devido ao tamanho reduzido das equipes e à pouca especialização das atividades, devem ter desempenhado um papel fundamental na condução dos trabalhos de edição.

Na administração de Escragnolle Doria, por outro lado, os catálogos foram praticamente abandonados e as publicações de documentos se transformaram em miscelâneas, inaugurando, na série, uma forma diferente de se apresentar documentos. Perdeu-se por um lado, ganhou-se por outro, afinal os instrumentos de pesquisa são fundamentais para o trabalho e o acesso aos documentos, e foram deixados de lado. Mas os livros editados por Escragnolle Doria cumpriam, principalmente, outra atribuição característica dos arquivos, a divulgação institucional, realizada, entre outras formas, pela produção editorial. A divulgação do Arquivo Nacional parece ter sido o foco de sua gestão, com a publicação de artigos de sua autoria nos jornais e a edição de obras que pareciam pretender alcançar um público mais amplo.

Os volumes das Publicações editados por ele trouxeram reproduções e transcrições de documentos de diversos fundos do Arquivo Nacional, sobretudo o primeiro, lançado em 1917, contando também com artigos de autores contemporâneos e do próprio diretor. Da documentação do Arquivo, foram trabalhados nos livros de Doria os fundos Supremo Tribunal de Justiça, Casa Real e Imperial, Ministério Império, Conselho de Estado, coleção José Wanderley de Araújo Pinho e fundo Arquivo Nacional. E, diferentemente dos volumes anteriores, documentos provenientes de outras instituições, como o Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro e o Arquivo Público

Mineiro. Os prefácios incluíam, além de esclarecimentos sobre a documentação e os conteúdos da obra, breves biografias sobre os principais personagens e acontecimentos abordados, e chamavam a atenção do leitor para os aspectos mais “curiosos” e “interessantes”. E os volumes contaram com ilustrações cuja função era mais *ilustrar* do que *comprovar*.

É difícil não relacionar essas mudanças na série com a trajetória do diretor Escragnolle Doria, que, ao contrário dos anteriores, era professor do Colégio de Pedro II. Transparece em seus relatórios, prefácios e no próprio conceito das obras, a ideia de que o Arquivo Nacional deveria ser também um lugar de produção de conhecimento histórico e dotado de uma função educativa, pedagógica em relação à história e aos documentos, e era essa a ideia de arquivo que ele pretendia divulgar. Os volumes XVII e XVIII publicaram artigos que complementavam e analisavam os documentos apresentados, os acontecimentos e indivíduos mencionados, e no XVIII essa função foi preenchida por um longo prefácio.

É possível supor que tenha se tratado de duas visões distintas de arquivo: como órgão da administração pública que guardava, organizava e divulgava os documentos importantes para a história nacional, ou também como produtor de conhecimento historiográfico, participando, assim, da escrita dessa história e de sua divulgação. Confirma essa hipótese, de certa maneira, a elaboração de *O ano de 1822*, um almanaque, iniciativa do diretor e redigido por ele mesmo, até ser interrompido por causa de sua saída do cargo. O período da história do Brasil eleito por Escragnolle Doria foi, claramente, as proximidades da Independência nacional e o Império, naquele momento já mais distante no tempo e, como dissemos, objeto de certa reverência da parte do diretor.

Escragnolle utilizou ainda as Publicações para defender seu ponto de vista de que o Arquivo Nacional deveria incorporar atribuições relativas aos monumentos históricos, sendo um órgão fiscalizador de seu tombamento e preservação. Não parece ter sido coincidência a publicação de dois textos sobre monumentos, um sobre o Castelo da Torre de Garcia d’Ávila, outro sobre as pontes de Ouro Preto.

Quanto às funções editoriais, foi possível perceber uma atuação intensa tanto de Joaquim Portela como de Escragnolle Doria – em momentos bastante distintos e com perfis diferenciados – na condução das Publicações do Arquivo, a ponto de podermos considerá-los seus editores. O primeiro criou a série, definiu suas diretrizes e deu origem a um formato editorial que permaneceria. O segundo reformulou esse projeto, mudando a

linha editorial e desempenhando, além de editor, a função de autor, no volume XVII, em que todos os artigos são seus, e de organizador, nas outras duas miscelâneas (volumes XVIII e XIX), para as quais providenciou textos de outros autores, sendo que dois deles sequer partiam de documentos sob a guarda do Arquivo Nacional.

Os trabalhos mais relacionados à documentação (organização dos catálogos para publicação, transcrição de documentos) eram feitos normalmente pelos amanuenses e arquivistas de cada Seção de guarda, assim como a revisão de provas dos materiais. Em relação aos diretores, sua participação parece ter variado da simples condução dos trabalhos de produção editorial, como mais um trabalho do Arquivo Nacional, até um engajamento maior, como o demonstrado por Machado Portela, editor, e Escragnolle Doria, editor, autor e organizador.

As Publicações do Arquivo Nacional, ou qualquer outra, não estavam previstas no primeiro regulamento como uma de suas atribuições fundamentais, passando a constar oficialmente apenas em 1893. E não traziam informações sobre a instituição, funcionários ou responsáveis pelos volumes, como faziam a *Revista do IHGB* e os *Arquivos do Museu Nacional*. Só eram mencionadas pessoas como diretoras da série e prefaciadoras, raramente outras. Também de forma diferente dessas duas revistas, e dos *Anais da Biblioteca Nacional*, até 1917 tinha sido publicado apenas um artigo de autor contemporâneo – as lentes estavam sobre os documentos, eles deveriam *dizer* por si mesmos. Por outro lado, as miscelâneas de Escragnolle Doria são publicações que se aproximam mais dos *Anais*, por trazerem documentos, textos e ilustrações.

Quanto à distribuição e circulação, as Publicações parecem ter circulado, sobretudo, entre os órgãos da administração pública brasileira, mas também entre institutos históricos, faculdades e academias, mas para traçar um panorama completo seria necessário um levantamento mais amplo. Foi possível notar um aumento considerável no número de volumes da série publicados nos anos 1900 e 1910, o que deve estar relacionado à instalação das oficinas gráficas do Arquivo Nacional, em 1907, o que provavelmente agilizou a produção editorial – a periodicidade anual também começou a ser regularizada nessa década.

A análise da série Publicações do Arquivo Nacional de 1886 a 1922 demonstrou, assim, a existência na instituição de dois projetos editoriais distintos, iniciados ou reformulados pelos seus diretores e utilizados com propósitos diversos e diferentes visões de arquivo: o arquivo-fonte, que fornece subsídios para a escrita da história, e o arquivo-historiador, também produtor de conhecimento historiográfico.

## Referências

### Fontes

#### Fundo Arquivo Nacional – BR RJANRIO<sup>1</sup>

##### *Gabinete*

Correspondência de diversas repartições com o Arquivo Nacional  
AN 248 (jan. 1891-dez. 1905)

Correspondência da província de Pernambuco com o Arquivo Nacional  
AN 269 (jun. 1857-ago. 1888)

Registro da correspondência do Arquivo Nacional com diversas repartições  
AN 2 (1853-1876), AN 3 (1876-1883), AN 4 (1890-1898)

Protocolo de entrada de documentos e publicações no Arquivo Nacional  
AN 273 (1906-1909), AN 274 (1906-1909)

##### *Relatórios gerais*

AN 5 (1873-1898), AN 6 (1879-1923), AN 7 (1916-1924), AN 8 (1916-1924), AN 38 (1838-1930), AN 39 (1848-1916), AN 42 (1861-1953), AN 52 (1915)

##### *Relatórios setoriais*

##### Seção Histórica

AN 127 (1911-1952)

##### Oficinas gráficas

AN 114 (1907-1919), AN 115 (1907-1919), AN 116 (1919-1929), AN 117 (1922-1923)

##### Diversas seções

AN 54 (1921), AN 55 (1922), AN 56 (1920)

##### *Eventos*

AN 945 (s.d., 1881-1947)

##### *Distribuição*

AN 948 (s.d., 1880-1896)

##### *Editoração e publicação*

AN 956 (1880-1933), AN 958 (s.d.), AN 959 (s.d.)

##### *Imprensa*

AN 988 (s.d., 1914-1980)

---

<sup>1</sup> A maioria dos documentos foi consultada para o período de 1872 a 1923.

*Administração*

AN 590 – Mapa de consumo de material – Oficinas Tipográficas, 1924

AN 639 – Relação de material tipográfico – Oficinas, s.d.

AN 655 – Agentes auxiliares – 1880-1946

AN 657 – Pessoal/Lotação e exercício – s.d, 1840-1915

AN 658 – Pessoal/Lotação e exercício – 1916-1929

**Relatórios ministeriais**

Ministério do Império (1832-1888)

Ministério da Justiça (1825-1928)<sup>2</sup>

**Periódicos**

Almanaque Laemmert

Anais da Biblioteca Nacional

Correio da Manhã

Jornal do Brasil

Jornal do Commercio

O País

Revista Arquivos do Museu Nacional

Revista do Arquivo Público Mineiro

Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

---

<sup>2</sup> Consultados em: Brazilian Government Documents. Center for Research Libraries Global Resources Network, Chicago. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>.

## Bibliografia

### Obras citadas

AGOSTINHO, Michele. *O Museu em Revista: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional (1876-1887)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

\_\_\_\_\_. A revista *Arquivos* e a Biblioteca do Museu Nacional: espaços de conservação e circulação das ciências naturais no Brasil imperial. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, v. 26, n. 1, p. 81-92, 2013.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1986.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, 51).

\_\_\_\_\_. *Publicações do Arquivo Nacional (1886-1990)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991.

\_\_\_\_\_. *Arquivo Nacional: 150 anos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.

\_\_\_\_\_. *Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias etc. existentes no Arquivo Nacional, dirigidos, salvo expressa indicação em contrário, ao governador do Rio de Janeiro, e, depois de 1763, ao vice-rei do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1922. (Publicações do Arquivo Nacional, I).

\_\_\_\_\_. *O ano de 1822*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1922. (Publicações do Arquivo Nacional, XX).

\_\_\_\_\_. *Publicações do Arquivo Nacional, XIX*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1919.

\_\_\_\_\_. *Publicações do Arquivo Nacional, XVIII*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1918.

\_\_\_\_\_. *Publicações do Arquivo Nacional, XVII*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1917.

\_\_\_\_\_. *Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional precedido do respectivo plano – Segunda parte*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1916. (Publicações do Arquivo Nacional, XVI).

\_\_\_\_\_. *Governadores do Rio de Janeiro: correspondência ativa e passiva com a Corte (Livro II, 1725-1730)*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1915. (Publicações do Arquivo Nacional, XV).

\_\_\_\_\_. *Publicações do Arquivo Nacional, XIV*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1914.

\_\_\_\_\_. *Índice alfabético das sesmarias*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1914.



\_\_\_\_\_. *Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional, precedido do respectivo plano*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1913. (Publicações do Arquivo Nacional, XIII).

\_\_\_\_\_. *Índice da coleção de alvarás, cartas e provisões (1753-1808)*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1912. (Publicações do Arquivo Nacional, XII).

\_\_\_\_\_. *Índice da coleção Governadores do Rio de Janeiro* (correspondência, alvarás, bandos, cartas patentes e de sesmaria, ordens, provisões, regimentos, numeraremos, editais, certidões, cartas e ordens régias, leis etc.). Rio de Janeiro: Tipografia do Arquivo Público Nacional, 1911. (Publicações do Arquivo Nacional, XI).

\_\_\_\_\_. *Catálogo da Biblioteca do Arquivo Público Nacional*. Rio de Janeiro: Tipografia do Arquivo Público Nacional, 1911.

\_\_\_\_\_. *Ordens honoríficas, condecorações, distintivos, emblemas etc.* Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1911.

\_\_\_\_\_. *Governadores do Rio de Janeiro: correspondência ativa e passiva com a corte*. Rio de Janeiro: Tipografia do Arquivo Público Nacional, 1910. (Publicações do Arquivo Nacional, X).

\_\_\_\_\_. *Publicações do Arquivo Público Nacional, IX*. Rio de Janeiro: Tipografia do Arquivo Público Nacional, 1909. (Publicações do Arquivo Nacional, IX).

\_\_\_\_\_. *Memória histórica: 1908*. Rio de Janeiro: Oficina Tipográfica do Arquivo Público Nacional, 1908.

\_\_\_\_\_. *Relação dos documentos e mais objetos em exposição: 1908*. Rio de Janeiro: Tipografia do Arquivo Público Nacional, 1908.

\_\_\_\_\_. *Índice da correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades (1718-1763)*. Rio de Janeiro: Tipografia do Arquivo Público Nacional, 1908. (Publicações do Arquivo Público Nacional, VIII).

\_\_\_\_\_. *Catálogo dos mapas impressos existentes no Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Tipografia do Arquivo Público Nacional, 1907.

\_\_\_\_\_. *Publicações do Arquivo Público Nacional, VII*. Rio de Janeiro: Tipografia do Arquivo Público Nacional, 1907.

\_\_\_\_\_. *Índice da correspondência de Santa Catarina, 1779-1790, ativa e passiva*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. (Publicações do Arquivo Nacional, VI).

\_\_\_\_\_. *Índice da Coleção de Ordens Régias (1719-1807)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. (Publicações do Arquivo Nacional, V).

\_\_\_\_\_. *Memórias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. (Publicações do Arquivo Público Nacional, IV).

\_\_\_\_\_. *Catálogo da Biblioteca do Arquivo Público Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

\_\_\_\_\_. *Índice da correspondência da Corte de Portugal com os vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1807*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. (Publicações do Arquivo Público Nacional, III).

\_\_\_\_\_. *Índice dos ofícios dirigidos à corte de Portugal pelos vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. (Publicações do Arquivo Público Nacional, II).

\_\_\_\_\_. *Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás e avisos de 1662 a 1821, existentes no Arquivo Público do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. (Publicações do Arquivo Público do Império, I).

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como Fazer, 8).

BEZERRA, Alcides. *O Arquivo Nacional (1838-1938): breve notícia histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1938.

BLUTEAU, Rafael. *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre d. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. t. II. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: Unesp, 2004.

BRASIL. Constituição política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824.

\_\_\_\_\_. Lei de 28 de agosto de 1830. Concede privilégio ao que descobrir, inventar ou melhorar uma indústria útil e um prêmio ao que introduzir uma indústria estrangeira, e regula sua concessão.

\_\_\_\_\_. Regulamento n. 1, de 1º de janeiro de 1838.

\_\_\_\_\_. Regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838. Dá instruções sobre o Arquivo Público provisoriamente estabelecido na Secretaria de Estados dos Negócios do Império.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 47, de 25 de abril de 1840. Revoga algumas disposições do regulamento n. 2, de janeiro de 1838.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 2.541, de 3 de março de 1860. Reorganiza o Arquivo Público.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.141, de 4 de março de 1876, artigos 4 e 6. Regulamento da Biblioteca Nacional.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.116, de 9 de fevereiro de 1876. Reorganiza o Museu Nacional.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.164, de 24 de março de 1876. Reorganiza o Arquivo Público do Império.

\_\_\_\_\_. Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 1.580, de 31 de outubro de 1893. Regulamento para o Arquivo Público Nacional (Anexo).

\_\_\_\_\_. Lei n. 126, de 11 de julho de 1895. Cria na cidade de Ouro Preto uma repartição denominada Arquivo Público Mineiro.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 860, de 19 de setembro de 1895. Promulga o regulamento do Arquivo Público Mineiro.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Aprova o regulamento do Arquivo Nacional.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 16.036, de 14 de maio de 1923. Aprova o regulamento do Arquivo Nacional.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 4.492, de 18 de janeiro de 1922. Autoriza o Poder Executivo a assegurar, de modo permanente, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma subvenção anual de 40:00\$, entregue em duas prestações de 20:00\$ cada uma, em janeiro e julho, a conceder-lhe outros favores e a organizar um museu histórico em edifício apropriado.

BURY, Richard de. *Philobiblon*: mui interessante tratado sobre o amor aos livros. Tradução, apresentação e glossário de Marcello Rollemberg. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Sobre a tarefa de conhecer o Brasil: a atuação de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional (1870-1882). In: RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdeci Lopes de (org.). *Caderno de resumos & anais do 6º Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: Ed. Ufop, 2012.

CASTELLO BRANCO, Pandiá Tautphoeus. *Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937. (Publicações do Arquivo Nacional, XXXV).

CAVALCANTI, João Alcides Bezerra. *O Arquivo Nacional (1838-1938): breve notícia histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1938.

CENTRO de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas. Apresentação. 2009. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=1&sid=2>>. Acesso em: 28 maio 2013.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

\_\_\_\_\_. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1994.

COSTA, Célia Maria Leite. *Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 212.

DICIONÁRIO eletrônica Houaiss da língua portuguesa. Versão 2.0a, abril de 2007.

DICIONÁRIO escolar latino-português. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Departamento Nacional de Educação, Campanha Nacional de Material de Ensino, 1962.

DÓRIA, Luís Gastão d'Escragnolle. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837-1937)*. Ed. revista e atualizada. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Museu Histórico do Arquivo Nacional: seu papel como museu do Estado; exposição apresentada ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores Dr. Urbano Santos da Costa Araújo; Impressa por ordem do mesmo Excelentíssimo Senhor*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1919.

\_\_\_\_\_. Um processo de jornalismo na época da Independência. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Publicações do Arquivo Nacional*, XVII. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1917. p. 7-17.

\_\_\_\_\_. A infância e a educação de d. Pedro II e suas irmãs. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Publicações do Arquivo Nacional*, XVII. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1917. p. 115-123.

\_\_\_\_\_. Cursos jurídicos no Brasil. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Publicações do Arquivo Nacional*, XVII. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1917. p. 181-182.

\_\_\_\_\_. Francisco Pedro do Amaral. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Publicações do Arquivo Nacional*, XVII. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1917. p. 243-248.

\_\_\_\_\_. *Índice dos ofícios dirigidos à Corte de Portugal pelos vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

DUCHEIN, Michel. La clef du trésor: l'évolution des instruments de recherche d'archives du Moyen Age à nos jours d'après des exemples français. *Archives et Bibliothèques de Belgique*, Bruxelles, v. 57, n. 1-2, p. 109-126, 1986.

ELKIN, Noah Charles. 1922: o encontro do efêmero com a permanência. As Exposições (Inter)Nacionais, os museus e as origens do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 29, 1997, p. 121-140.

ENCICLOPAEDIA britânica. Disponível em: <<http://global.britannica.com>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

ESTATUTOS. *Revista do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, v. 1, n. 2, Recife, Tipografia Universal, 1864.

ESTATUTOS. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 1, p. 18-21, 1839.

ESTEVEZ, Armando. Nota. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional, precedido do respectivo plano*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1913. (Publicações do Arquivo Nacional, XIII). p. 124.

FONSECA, Vitor Manoel M. da; ESTEVÃO, Silvia N. de M. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, v. 23, n. 1, p. 81-108, 2010.

FURTADO, Júnia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 155-187, jul.-dez. 2009.

GALVÃO, Benjamin F. R. Advertência preliminar. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 1, 1876-1877. Rio de Janeiro: Tipografia G. Leuzinger & Filhos, 1876, p. VII-VIII.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. (Artes do Livro, 7).

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 244-261, 1991.

- GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- GUIMARÃES, Manuel Luiz S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- IAHGP (Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano). Histórico. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico.php>>. Acesso em: 15 ago. 2012.
- ICA (International Council on Archives). Declaração universal sobre os arquivos. 2010. Aprovada na assembleia geral do Conselho Internacional de Arquivos realizada em 17 de setembro de 2010, durante a 42ª CITRA, em Oslo. Disponível em: <<http://www.ica.org/download.php?id=2426>>. Acesso em: 27 maio 2013.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*, Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- LOPES, Eliana da C. Os fastos: festas e rituais pagãos dedicados à deusa Ana Perena. *Soletas*, São Gonçalo, Uerj, ano 10, n. 19, p. 80-90, jan.-jun. 2010.
- LOURENÇO, Mariana S. José Honório Rodrigues, a Turma de Publicações e as Publicações Técnicas do Arquivo Nacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVII., 2013, Natal. *Anais...* São Paulo: Anpuh, 2013. Disponível em: <[http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346356\\_ARQUIVO\\_texto\\_Anpuh\\_MarianaSimoed\\_rev.pdf](http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346356_ARQUIVO_texto_Anpuh_MarianaSimoed_rev.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2014.
- MACEDO, Joaquim M. de. Efemérida histórica do Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 jan. 1875, p. 2.
- MIRANDA, Francisco G. *Memória histórica da Imprensa Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.
- OLIVERO, Isabelle. *L'Invention de la collection: de la diffusion de la littérature et des savoirs à la formation du citoyen au XIXe siècle*. Paris: Éditions de l'IMEC, 1999, p. 9-10.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da província de Goiás*. Na Tipografia de Silva, 1832.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 3, v. 2, p. 3-15, 1989.
- PORTELA, Joaquim P. M. Discurso pronunciado pelo senhor presidente interino, no ato da inauguração da Sociedade. *Revista do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n. 1, v. 1, Recife, Tipografia Universal, 1863.
- POSNER, Ernst. *Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959. (Publicações Técnicas, 4).

QUINAULT, Roland. The cult of the centenary, c. 1784-1914. *Historical Research*, vol. 71, no. 176, p. 303-323, oct. 1998.

RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959. (Publicações Técnicas, 7).

\_\_\_\_\_. *A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. (Biblioteca popular brasileira, 30).

ROMANELLI, Cristina. Engenho de portas fechadas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <<http://revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/engenho-de-portas-fechadas>>. Acesso em: 5 fev. 2014.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto V. A. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. v. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Antônio Moraes. *Dicionário da língua portuguesa – recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antônio de Moraes Silva*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813.

SOARES, Maria Lia L. *Ovídio e o poema calendário: os Fastos, Livro II, o mês das expiações*. Dissertação (Mestrado em Letras – Universidade de São Paulo), São Paulo, 2007

VEIGA, José Pedro Xavier da. Palavras preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 1. Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1896.

VENANCIO, Giselle Martins. Prefácios de Vianna na coleção Brasiliana: estratégia de legitimação e construção da autoria. *Locus – Revista de História, Juiz de Fora*, v. 13, n. 2, p. 49-60, 2007.

WHAITE, Katharine Claire. New ways of exploring the catalogue: incorporating text and culture. *Information Research*, vol. 18, no. 3, sept. 2013.

### **Obras consultadas**

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégia de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996.

BORGES, Jorge Luís. A biblioteca de Babel. In: \_\_\_\_\_. *Ficções*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007. p. 13-33.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. Unesp; Imprensa Oficial do Estado, 1999. (Prismas).

DAHER, Andrea. *Oralidade perdida: ensaios de história das práticas letradas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. As correntes históricas na França: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2012.
- FURTADO, José Afonso. O mito da biblioteca universal. *Cadernos BAD – Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, 2, p. 37-55, 2007.
- FRANCO, C. M.; BASTOS, A. W. Os arquivos nacionais: estrutura e legislação. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, v. 1, n. 1, p. 7-28, 1986.
- FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal da coleção Brasileira. MOLLIER, Jean-Yves; DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII a XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 299-314.
- MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge University Press. (The Panizzi Lectures, 1995).
- RIBEIRO, Fernanda. A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan.-jun. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/9887/5619>>. Acesso em: 21 fev. 2014.
- RODRIGUES, Maria Fernanda. Um homem de palavras, paisagens e pássaros. *Estadão.com.br*, 23 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,um-homem-de-palavras-paisagens-e-passaros-,1045913,0.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2014.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Trad. Magda Bigote de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- WOLFF, Tônia Catia Brilhante. Em busca de uma memória institucional: as origens do Arquivo Nacional (1838-1911). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH 50 anos, 2012.
- \_\_\_\_\_. WOLFF, Tônia C. B. *Arquivo Nacional: em busca de uma memória institucional (1838-1911)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

## Apêndices

### A. Produção editorial do Arquivo Nacional: série e avulsos (1886-1922)

PAN – Publicações do Arquivo Nacional

REG – Regulamentos

SEP – Separatas

CAT – Catálogos avulsos

REL – Relatórios

MEM – Memórias avulsas

OFIC – Ofícios

| Ano  | Tipo ou série | Vol. | Título ou tema   | Diretor            |
|------|---------------|------|--|--------------------|
| 1886 | PAN           | I    | Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás e avisos de 1662 a 1821, existentes no Arquivo Público do Império                 | Joaquim Portela    |
| s.d. | REG           |      | Projeto de regulamento para o Arquivo Nacional   | Joaquim Portela    |
| s.d. | SEP           |      | Bens dotais das princesas d. Isabel e d. Leopoldina  | Joaquim Portela    |
| 1887 | REG           |      | Regulamento do Arquivo Público do Império, anexo ao decreto n. 6.164, de 24 de março de 1876                                     | Joaquim Portela    |
| 1889 | PAN           | II   | Índice dos ofícios dirigidos à corte de Portugal pelos vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1808                      | Joaquim Portela    |
| 1893 | REG           |      | Regulamento para o Arquivo Público Nacional, anexo ao decreto n. 1.580, de 31 de outubro de 1893                                 | Joaquim Portela    |
| 1894 | REG           |      | Regulamento para o Arquivo Público Nacional, anexo ao decreto n. 1.580, de 31 de outubro de 1893                                 | Joaquim Portela    |
| 1901 | PAN           | III  | Índice da correspondência da corte de Portugal com os vice-reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1807                       | Pedro Rebelo       |
|      | CAT           |      | Catálogo da Biblioteca do Arquivo Público Nacional   | Pedro Rebelo       |
| 1903 | PAN           | IV   | Memórias   | Bethencourt        |
| 1906 | PAN           | V    | Índice da coleção de ordens régias (1719-1807)   | Bethencourt        |
| 1907 | PAN           | VI   | Índice da correspondência de Santa Catarina, 1779-1790, ativa e passiva  | Bethencourt        |
|      | PAN           | VII  | Livro dos termos, homenagens e assentos ( <i>e outros</i> )  | Bethencourt        |
|      | CAT           |      | Catálogo dos mapas impressos existentes no Arquivo Público Nacional  | Bethencourt        |
|      | SEP           |      | Livro dos termos, homenagens e assentos de 1709 a 1788   | Bethencourt        |
| 1908 | PAN           | VIII | Índice da correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades (1718-1763)                                | Bethencourt        |
|      | REL           |      | Relatório apresentado pelo diretor do Arquivo Público Nacional Francisco Joaquim Bethencourt da Silva                            | Bethencourt        |
|      | REG           |      | Regulamento para o Arquivo Público Nacional, anexo ao decreto n. 1.580, de 31 de outubro de 1893                                 | Bethencourt        |
|      | MEM           |      | Memória histórica, 1908  | Bethencourt        |
|      | CAT           |      | Relação dos documentos e mais objetos em exposição, 1908   | Bethencourt        |
| 1909 | PAN           | IX   | Geografia histórica da capitania de Minas Gerais ( <i>e outros</i> )   | Bethencourt        |
|      | REL           |      | Relatório apresentado pelo diretor do Arquivo Público Nacional Francisco Joaquim Bethencourt da Silva                            | Bethencourt        |
|      | SEP           |      | Autoria de um manuscrito antigo: Geografia histórica da capitania de Minas Gerais ( <i>autor: Francisco Lobo Leite Pereira</i> ) | Bethencourt        |
| 1910 | PAN           | X    | Governadores do Rio de Janeiro: correspondência ativa e passiva com a corte  | Alcebíades Furtado |
|      | REL           |      | Relatório apresentado pelo diretor do Arquivo Público  | Alcebíades         |



| Ano  | Tipo ou série | Vol.  | Título ou tema  | Diretor            |
|------|---------------|-------|---|--------------------|
|      |               |       | Nacional Francisco Joaquim Bethencourt da Silva   | Furtado            |
| 1911 | PAN           | XI    | Índice da coleção Governadores do Rio de Janeiro  | Alcebíades Furtado |
|      | REL           |       | Relatório apresentado pelo diretor do Arquivo Público Nacional  | Alcebíades Furtado |
|      | CAT           |       | Ordens honoríficas, condecorações, distintivos, emblemas  | Alcebíades Furtado |
|      | -             |       | As nossas praças e estátuas <sup>1</sup>  | Alcebíades Furtado |
|      | CAT           |       | Catálogo da Biblioteca do Arquivo Público Nacional  | Alcebíades Furtado |
| 1912 | PAN           | XII   | Índice da coleção de alvarás, cartas e provisões (1753-1808)  | Alcebíades Furtado |
|      | REL           |       | Relatório apresentado pelo diretor do Arquivo Nacional  | Alcebíades Furtado |
|      | REG           |       | Instruções para o Serviço de Consulta   | Alcebíades Furtado |
|      | REG           |       | Regulamento do Arquivo Nacional, anexo ao decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911                                    | Alcebíades Furtado |
| 1913 | PAN           | XIII  | Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional precedido do respectivo plano                                | Alcebíades Furtado |
|      | REL           |       | Relatório apresentado pelo diretor do Arquivo Nacional  | Alcebíades Furtado |
| 1914 | PAN           | XIV   | Os Schetz da capitania de São Vicente ( <i>e outros</i> )   | Alcebíades Furtado |
|      | REL           |       | Relatório apresentado pelo diretor do Arquivo Nacional  | Alcebíades Furtado |
|      | SEP           |       | Os Schetz da capitania de São Vicente   | Alcebíades Furtado |
|      | CAT           |       | Índice alfabético das sesmarias: Seção Administrativa   | Alcebíades Furtado |
|      | REG           |       | Instruções para o curso de Diplomática  | Alcebíades Furtado |
| 1915 | PAN           | XV    | Governadores do Rio de Janeiro: correspondência ativa e passiva com a Corte – Livro II: 1725-1730                       | Frederico Schumann |
|      | REL           |       | Relatório apresentado pelo diretor interino do Arquivo Nacional   | Frederico Schumann |
|      | REG           |       | Regulamento do Arquivo Nacional, anexo ao decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911                                    | Frederico Schumann |
| 1916 | PAN           | XVI   | Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional precedido do respectivo plano – Segunda parte                | Frederico Schumann |
|      | REL           |       | Relatório apresentado pelo diretor do Arquivo Nacional  | Frederico Schumann |
| 1917 | PAN           | XVII  | Um processo de jornalismo na época da Independência ( <i>e outros</i> )   | Escragnolle Doria  |
| 1918 | PAN           | XVIII | Atas das sessões do Conselho de Estado em 1822 e 1823 ( <i>e outros</i> )   | Escragnolle Doria  |
|      | REL           |       | Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, ministro da Justiça e Negócios Interiores | Escragnolle Doria  |
| 1919 | PAN           | XIX   | Infância e mocidade do conselheiro José Antônio Saraiva ( <i>e outros</i> )   | Escragnolle Doria  |
|      | REL           |       | Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Urbano Santos da Costa Araújo, ministro da Justiça e Negócios Interiores         | Escragnolle Doria  |
|      | OFIC          |       | O Museu Histórico do Arquivo Nacional: seu papel como   | Escragnolle        |

<sup>1</sup> Não encontramos esta publicação para consulta, por isso sua categoria não foi indicada.

| Ano  | Tipo ou série | Vol. | Título ou tema   | Diretor              |
|------|---------------|------|--|----------------------|
|      |               |      | museu do Estado  | Doria                |
| 1920 | REL           |      | Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, ministro da Justiça e Negócios Interiores  | Escragnolle<br>Doria |
| 1921 | REL           |      | Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, ministro da Justiça e Negócios Interiores  | Escragnolle<br>Doria |
| 1922 | PAN           | XX   | O ano de 1822  | Escragnolle<br>Doria |
|      | PAN           | I    | Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias etc. existentes no Arquivo Nacional, dirigidos, salvo expressa indicação em contrário, ao governador do Rio de Janeiro, e, depois de 1763, ao vice-rei do Brasil | Escragnolle<br>Doria |
|      | REL           |      | Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Ferreira Chaves, ministro da Justiça e Negócios Interiores  | Escragnolle<br>Doria |

## B. Publicações do Arquivo Nacional: datas indicadas nas páginas de rosto e datas de publicação

| Vol.        | Ano na página de rosto | Término da impressão <sup>2</sup> | Vol.         | Ano na página de rosto | Término da impressão |
|-------------|------------------------|-----------------------------------|--------------|------------------------|----------------------|
| <b>I</b>    | 1886                   | 1886                              | <b>XII</b>   | 1912                   |                      |
| <b>II</b>   | 1889                   |                                   | <b>XIII</b>  | 1913                   |                      |
| <b>III</b>  | 1901                   |                                   | <b>XIV</b>   | 1914                   |                      |
| <b>IV</b>   | 1903                   |                                   | <b>XV</b>    | 1915                   |                      |
| <b>V</b>    | 1906                   |                                   | <b>XVI</b>   | 1916                   | <b>1917</b>          |
| <b>VI</b>   | 1907                   |                                   | <b>XVII</b>  | 1917                   | <b>1918</b>          |
| <b>VII</b>  | 1907                   |                                   | <b>XVIII</b> | 1918                   | <b>1919</b>          |
| <b>VIII</b> | 1908                   |                                   | <b>XIX</b>   | 1919                   | <b>1920</b>          |
| <b>IX</b>   | 1909                   |                                   | <b>XX</b>    | 1922                   | <b>1923</b>          |
| <b>X</b>    | 1910                   |                                   | <b>I</b>     | 1922                   | <b>1922</b>          |
| <b>XI</b>   | 1911                   | <b>1912</b>                       |              |                        |                      |

<sup>2</sup> Os campos em branco correspondem às datas que não foi possível verificar.

### C. Publicações do Arquivo Nacional: tipos de conteúdo, elementos editoriais e categoria predominante por volume (1886-1922)

| Vol.      | Ano  | Título  | Prefácio | Índice | Catálogo de documentos | Publicação de documentos | Produções textuais | Ilustrações | Tabelas demonstrativas | Notas | Sumário | Categoria predominante   |
|-----------|------|---|----------|--------|------------------------|--------------------------|--------------------|-------------|------------------------|-------|---------|--------------------------|
| <b>I</b>  | 1886 | Catálogo das cartas régias  | x        | x      | x                      | x                        |                    | x           | x                      |       |         | Catálogo                 |
| <b>2</b>  | 1889 | Índice dos ofícios dirigidos à corte de Portugal pelos vice-reis                                  | x        | x      | x                      | x                        |                    | x           |                        | x     |         | Catálogo                 |
| <b>3</b>  | 1901 | Índice da correspondência da corte de Portugal com os vice-reis                                   | x        | x      | x                      |                          |                    | x           | x                      | x     |         | Catálogo                 |
| <b>4</b>  | 1903 | Memórias  |          |        |                        | x                        |                    |             |                        |       | x       | Publicação de documentos |
| <b>5</b>  | 1906 | Índice da coleção de ordens régias  | x        |        | x                      |                          |                    |             |                        |       |         | Catálogo                 |
| <b>6</b>  | 1907 | Índice da correspondência de Santa Catarina, 1779-1790, ativa e passiva                           | x        |        | x                      |                          |                    | x           | x                      | x     |         | Catálogo                 |
| <b>7</b>  | 1907 | Livro dos termos, homenagens e assentos ( <i>e outros</i> )                                       | x        | x      |                        | x                        |                    |             |                        | x     | x       | Publicação de documentos |
| <b>8</b>  | 1908 | Índice da correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades (1718-1763) | x        |        | x                      |                          |                    |             |                        |       |         | Catálogo                 |
| <b>9</b>  | 1909 | Geografia histórica da capitania de Minas Gerais ( <i>e outros</i> )                              | x        |        |                        | x                        | x                  |             |                        | x     |         | Publicação de documentos |
| <b>10</b> | 1910 | Governadores do Rio de Janeiro: correspondência   |          | x      |                        | x                        |                    | x           | x                      | x     |         | Publicação de documentos |

| Vol. | Ano  | Título  | Prefácio | Índice | Catálogo de documentos | Publicação de documentos | Produções textuais | Ilustrações | Tabelas demonstrativas | Notas | Sumário | Categoria predominante   |
|------|------|---|----------|--------|------------------------|--------------------------|--------------------|-------------|------------------------|-------|---------|--------------------------|
|      |      | ativa e passiva com a corte   |          |        |                        |                          |                    |             |                        |       |         |                          |
| 11   | 1911 | Índice da coleção governadores do Rio de Janeiro                            | x        |        | x                      |                          |                    |             |                        |       |         | Catálogo                 |
| 12   | 1912 | Índice da coleção de alvarás, cartas e provisões                            | x        |        | x                      |                          |                    |             |                        |       |         | Catálogo                 |
| 13   | 1913 | Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional                  | x        | x      | x                      |                          |                    |             |                        | x     |         | Catálogo                 |
| 14   | 1914 | Os Schetz da capitania de São Vicente ( <i>e outros</i> )                   | x        |        |                        | x                        |                    | x           |                        | x     | x       | Publicação de documentos |
| 15   | 1915 | Governadores do Rio de Janeiro: correspondência ativa e passiva com a Corte | x        |        |                        | x                        |                    |             |                        |       |         | Publicação de documentos |
| 16   | 1916 | Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional <sup>431</sup>   | x        | x      | x                      |                          |                    |             |                        | x     |         | Catálogo                 |
| 17   | 1917 | Um processo de jornalismo na época da Independência ( <i>e outros</i> )     | x        | x      |                        | x                        | x                  | x           |                        | x     | x       | Miscelânea               |
| 18   | 1918 | Atas das sessões do Conselho de Estado em 1822 e 1823 ( <i>e outros</i> )   | x        |        | x                      | x                        | x                  | x           |                        |       | x       | Miscelânea               |
| 19   | 1919 | Infância e mocidade do conselheiro José Antônio Saraiva ( <i>e outros</i> ) | x        |        |                        | x                        | x                  |             |                        | x     |         | Miscelânea               |
| 20   | 1922 | O ano de 1822   |          |        |                        |                          | x                  |             |                        |       | x       | Almanaque                |
| 1    | 1922 | Catálogo das cartas régias  | x        | x      | x                      | x                        |                    | x           | x                      |       |         | Catálogo                 |

<sup>431</sup> Não foi possível consultar esse volume, mas pressupomos que sua organização seja igual à primeira parte do *Catálogo*, volume XIII das Publicações.

## D. Publicações do Arquivo Nacional: documentação selecionada por volume (1886-1922)

| Vol. | Ano  | Título <sup>1</sup>  | Seção <sup>2</sup> | Fundo/coleção                  | Referência/código   | Período |
|------|------|--|--------------------|--------------------------------|---|---------|
| 1    | 1886 | Catálogo das cartas régias                                       | Histórica          | Secretaria de Estado do Brasil | Códices 63, 133 e 952   | Colônia |
| 2    | 1889 | Índice dos ofícios dirigidos à corte de Portugal pelos vice-reis | Histórica          | Secretaria de Estado do Brasil | Correspondência do Vice-Reinado para a Corte (1775-1807)<br>Código 69   | Colônia |
| 3    | 1901 | Índice da correspondência da corte de Portugal com os vice-reis  | Histórica          | Secretaria de Estado do Brasil | Correspondência da Corte com o Vice-Reinado (1751-1807)<br>Código 67  | Colônia |
| 4    | 1903 | Memórias   | Histórica          | Diversos – SDH – Códices       | Coleção de memórias e outros documentos<br>Código 807   | -       |
| 5    | 1906 | Índice da coleção de ordens régias                               | Histórica          | Secretaria de Estado do Brasil | Registro geral de ordens régias (1688-1808)<br>Código 64  | Colônia |
| 6    | 1907 | Índice da correspondência de Santa Catarina                      | Histórica          | Secretaria de Estado do Brasil | Correspondência original do vice-rei com o comissário em Buenos Aires, para a execução do Tratado de Paz e Limites com a Espanha (1779-1806)<br>Código 92<br><br>Correspondência dos vice-reis com os vice-reis do Rio da Prata (1779-1789)<br>Código 93<br><br>Correspondência do vice-rei com o Rio Grande do Sul (1779-1807)<br>Código 104 | Colônia |

<sup>1</sup> Os títulos foram abreviados para se ajustarem ao quadro.

<sup>2</sup> Seção e classe conforme do decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Aprova o regulamento do Arquivo Nacional.

| <b>Vol.</b> | <b>Ano</b> | <b>Título<sup>1</sup></b>   | <b>Seção<sup>2</sup></b> | <b>Fundo/coleção</b>           | <b>Referência/código</b>   | <b>Período</b>          |
|-------------|------------|---|--------------------------|--------------------------------|--|-------------------------|
|             |            |   |                          |                                | Correspondência de Santa Catarina (1752-1807)<br>Código 106  |                         |
| 7           | 1907       | Livro dos termos, homenagens e assentos   | Histórica                | Secretaria de Estado do Brasil | Livro original dos termos e homenagens (1709-1729)<br>Código 11<br>Livro original de termos de preito e homenagem (1729-1788)<br>Código 12 | Colônia e Independência |
|             |            | Termos de juntas (1734-1778)  | Histórica                | Secretaria de Estado do Brasil | Assentos tomados em junta (1765-1778)<br>Código 65<br>Termos de juntas no Rio de Janeiro (1734-1759)<br>Código 66                          |                         |
|             |            | Cartas sobre a Independência (1822-1823)  | Histórica                | Marquês de Barbacena           | Registro de cartas sobre a Independência do marquês de Barbacena a José Bonifácio e outros (1822-1823)<br>Código 3 (antigo)                |                         |
| 8           | 1908       | Índice da correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades (1718-1763) | Histórica                | Secretaria de Estado do Brasil | Correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades (1718-1763)<br>Código 83                                       | Colônia                 |
| 9           | 1909       | Geografia histórica da capitania de Minas Gerais  | Histórica                | Não identificado               | Código 1058  | Colônia                 |
|             |            | Província do Rio de Janeiro   | Não identificada         | Não identificado               | Não identificado   | Colônia                 |
|             |            | Notícias brasílicas   | Não identificada         | Não identificado               | Cartas 22a, 23a e 24a  | Colônia                 |
| 10          | 1910       | Governadores do Rio de Janeiro: correspondência ativa e passiva com a corte                       | Histórica                | Secretaria de Estado do Brasil | Registro original da correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte (1718-1763)<br>Código 80               | Colônia                 |

| <b>Vol.</b> | <b>Ano</b> | <b>Título<sup>1</sup></b>   | <b>Seção<sup>2</sup></b> | <b>Fundo/coleção</b>                       | <b>Referência/código</b>  | <b>Período</b> |
|-------------|------------|---|--------------------------|--|---|----------------|
| 11          | 1911       | Índice da coleção Governadores do Rio de Janeiro  | Histórica                | Secretaria de Estado do Brasil             | Governadores do Rio de Janeiro. Registro Antigo e Velho de Ordens Régias) (1680-1719)<br>Código 77                        | Colônia        |
| 12          | 1912       | Índice da coleção de alvarás, cartas e provisões (1753-1808)                                    | Histórica                | Conselho de Estado                         | Mesa do Desembargo do Paço. Registro de provisões, cartas e alvarás da Relação do Rio de Janeiro (1752-1808)<br>Código 24 | Colônia        |
| 13          | 1913       | Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional <sup>3</sup>                         | Histórica                | -  | -   | -              |
| 14          | 1914       | Os Schetz da capitania de São Vicente   |                          | Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo | Código 491  | Colônia        |
|             |            | Carta dos doutores João Spix e Carlos Martius   | Histórica                | Diversos – SDH - Códices                   | Coleção de memórias e outros documentos<br>Código 807, v. 7   | Império        |
|             |            | Carta de Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt  | Histórica                | Diversos – SDH – Códices                   | Coleção de memórias e outros documentos<br>Código 807, v. 20  |                |
|             |            | Descrição relativa ao Rio Branco e seu território   | Histórica                | Diversos – SDH - Códices                   | Coleção de memórias e outros documentos<br>Código 807, v. 20  | Colônia        |
|             |            | Roteiro do caminho da vila capital de Santa Catarina até ao Rio Sahy do Norte                   | Histórica                | Diversos SDH Códices                       | Código 602, v. 2  | Colônia        |
|             |            | Breve notícia estatística da capitania do Espírito Santo que forma uma parte do reino do Brasil | Histórica                | Diversos – SDH - Códices                   | Código 602, v. 2  | Colônia        |

<sup>3</sup> Instrumento de pesquisa, portanto não cabe a indicação de procedência da documentação.



| Vol. | Ano  | Título <sup>1</sup>   | Seção <sup>2</sup>       | Fundo/coleção   | Referência/código   | Período                          |
|------|------|---|--------------------------|---|---|----------------------------------|
| 15   | 1915 | Governadores do Rio de Janeiro – Livro II: 1725-1730  | Histórica                | Secretaria de Estado do Brasil  | Registro original da correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte (1718-1763)<br>Código 80 <sup>4</sup> | Colônia                          |
| 16   | 1916 | Catálogo dos livros da Seção Histórica – Segunda parte <sup>5</sup>   | Histórica                | -   | -   | -                                |
| 17   | 1917 | Um processo de jornalismo na época da Independência   | Legislativa e Judiciária | Supremo Tribunal de Justiça   | Código 954  | Independência / Primeiro Reinado |
|      |      | A infância e a educação de d. Pedro II e suas irmãs   | Histórica                | Casa Real e Imperial  | Caixas 9 e 10   | Primeiro Reinado                 |
|      |      | Cursos jurídicos no Brasil  | Administrativa           | Ministério do Império   | Código 797  | Segundo Reinado                  |
|      |      | Francisco Pedro do Amaral e o seu opúsculo <i>Explicação alegória da decoração dos coches de Estado de d. Pedro I</i> | Administrativa           | Não identificado  | Não identificado  | Primeiro Reinado                 |
|      |      | Frei Camilo de Montserrate, primeiro paleógrafo do Arquivo Público  | -                        | Original de outra instituição / Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro | -   | Segundo Reinado                  |

<sup>4</sup> Foi publicado, desta vez, o livro 2, referente a 1725-1730.

<sup>5</sup> Instrumento de pesquisa.

| Vol. | Ano  | Título <sup>1</sup>   | Seção <sup>2</sup> | Fundo/coleção   | Referência/código            | Período                          |
|------|------|---|--------------------|---|------------------------------|----------------------------------|
|      |      | Caneta e pena, utilizadas na assinatura da Lei Áurea  | [Museu Histórico]  | -   | Museu Histórico <sup>6</sup> | Segundo Reinado                  |
|      |      | Índice alfabético dos assuntos tratados nos XVII volumes das Publicações do Arquivo Nacional (1886-1917) <sup>7</sup>     | -                  | -   | -                            | -                                |
| 18   | 1918 | Atas das sessões do Conselho de Estado em 1822 e 1823   | Histórica          | Conselho de Estado                                      | Código 295                   | Independência / Primeiro Reinado |
|      |      | Registro do Gabinete de José Bonifácio de Andrada e Silva   | Histórica          | Ministério do Império                                   | Código 753                   | Independência / Primeiro Reinado |
|      |      | O Castelo da Torre pelo dr. Braz do Amaral  | -                  | Trabalho de autoria de Braz do Amaral                   | -                            | -                                |
| 19   | 1919 | Infância e mocidade do conselheiro José Antônio Saraiva   | -                  | José Wanderley de Araújo Pinho                          | A verificar                  | Segundo Reinado                  |
|      |      | Notícia dos diplomatas que na corte de San Petersburgo representavam as diversas cortes da Europa nos anos de 1843 a 1845 | Administrativa     | Casa Real e Imperial                                    | Código 953                   | Segundo Reinado                  |
|      |      | Antigos relatórios inéditos do Arquivo Público do Império   | -                  | Arquivo Nacional  | A verificar                  | Segundo Reinado                  |
|      |      | Reminiscências de Vila Rica   | -                  | Original de outra instituição / Arquivo Público Mineiro | -                            | -                                |

<sup>6</sup> A partir de 1922, no Museu Histórico Nacional, e hoje, no Museu Imperial, Petrópolis.

<sup>7</sup> Instrumento de pesquisa.

| <b>Vol.</b> | <b>Ano</b> | <b>Título<sup>1</sup></b>                              | <b>Seção<sup>2</sup></b> | <b>Fundo/coleção</b>                              | <b>Referência/código</b> | <b>Período</b> |
|-------------|------------|--|--------------------------|---|--------------------------|----------------|
| 20          | 1922       | O ano de 1822  | -                        | Trabalho produzido pelo diretor Escragnolle Doria | -                        | Independência  |
| 1           | 1922       | Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos | Histórica                | Secretaria de Estado do Brasil                    | Códices 63, 133 e 952    | Colônia        |

## E. Destinatários das Publicações do Arquivo Nacional (1886-1907)<sup>1</sup>

| Ano <sup>2</sup> | Estado ou país | Cidade           | Instituição ou pessoa   | Vol. |
|------------------|----------------|------------------|---|------|
| 1886             | AL             | Maceió           | Presidência da província  | I    |
|                  | BA             | Salvador         | Tribunal da Relação   | I    |
|                  | CE             | Fortaleza        | Paulino Nogueira Borges Fonseca (agente auxiliar)                           | I    |
|                  | CE             | Fortaleza        | Presidência da província  | I    |
|                  | CE             | Fortaleza        | Tribunal da Relação   | I    |
|                  | ES             | Vitória          | Presidência da província  | I    |
|                  | MA             | São Luís         | Tribunal da Relação   | I    |
|                  | MG             | Ouro Preto       | Tribunal da Relação   | I    |
|                  | PA             | Belém            | Tribunal da Relação   | I    |
|                  | PB             | Paraíba do Norte | Tomás de Aquino [ilegível] (agente auxiliar)                                | I    |
|                  | PE             | -                | Francisco Aires Pereira da [] (agente auxiliar)                             | I    |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro   | Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro                                    | I    |
|                  | SE             | Aracaju          | Presidência da província  | I    |
|                  | SP             | São Paulo        | Tribunal da Relação   | I    |
| 1887             | GO             | [Vila Boa]       | Tribunal da Relação   | I    |
| 1890             | AL             | Maceió           | Presidência da província  | II   |
|                  | BA             | Salvador         | Faculdade de Medicina da Bahia  | II   |
|                  | BA             | Salvador         | Governo do Estado   | II   |
|                  | CE             | Fortaleza        | Instituto do Ceará  | II   |
|                  | CE             | Fortaleza        | Presidência da província  | II   |
|                  | GO             | [Vila boa]       | Presidência da província  | II   |
|                  | MA             | São Luís         | Presidência da província  | II   |
|                  | MA             | São Luís         | Tribunal da Relação   | II   |
|                  | MG             | Ouro Preto       | Presidência da província  |      |
|                  | MG             | Ouro Preto       | Tribunal da Relação   | II   |
|                  | MT             | Cuiabá           | Presidência da província  | II   |
|                  | PA             | Belém            | Presidência da província  | II   |
|                  | PA             | Belém            | Tribunal da Relação   | II   |
|                  | PE             | Recife           | Presidência da província  | II   |
|                  | PE             | Recife           | Tribunal da Relação   | II   |
|                  | PI             | Teresina         | Presidência da província  | II   |
|                  | PR             | Curitiba         | Presidência da província  | II   |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro   | Biblioteca Fluminense   | I-II |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro   | Diretoria-Geral dos Correios  | I-II |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro   | Escritório de João Marques  | I    |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro   | Gabinete Português de Leitura   | II   |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro   | Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas | II   |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro   | Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro                                    | II   |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro   | Supremo Tribunal de Justiça   | I-II |
|                  | RS             | Porto Alegre     | Governo do Estado   | I-II |
|                  | SE             | Aracajú          | Presidência da província  | II   |
| 1895             | SP             | São Paulo        | Repartição de Estatística e Arquivo do Estado                               | I-II |
| 1896             | SC             | Florianópolis    | Diretoria-Geral da Instrução Pública  | I-II |
| 1902             | CE             | Fortaleza        | Instituto do Ceará  | III  |
|                  | PE             | Recife           | Gabinete Português de Leitura   | III  |

<sup>1</sup> Elaborado a partir da correspondência encontrada no fundo Arquivo Nacional, série Divulgação, Subsérie Editoração e Publicação, AN 948.

<sup>2</sup> Ano do envio ou recebimento de correspondência sobre as Publicações. Não corresponde, necessariamente, às datas em que os exemplares foram enviados ou recebidos.

| Ano <sup>2</sup> | Estado ou país | Cidade         | Instituição ou pessoa                                       | Vol.   |
|------------------|----------------|----------------|---|--------|
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Biblioteca Fluminense                                       | III    |
|                  | SE             | Aracaju        | Governo do Estado   | III    |
| 1903             | RJ             | Rio de Janeiro | Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros                | IV     |
| 1904             | -              | Praga          | [uma biblioteca universitária]                              | IV     |
| 1905             | Portugal       | Lisboa         | Sociedade de Geografia de Lisboa                            | V      |
|                  | Portugal       | Porto          | Real Biblioteca Municipal                                   | IV     |
| 1906             | RJ             | Rio de Janeiro | José Joaquim Seabra   | V      |
|                  | SP             | São Paulo      | Diretoria de Arquivo e Estatística do Estado                | IV-V   |
| 1907             | AM             | Manaus         | Governo do Estado   | VI     |
|                  | CE             | Fortaleza      | Paulino Nogueira Borges da Fonseca                          | VI     |
|                  | CE             | Fortaleza      | Governo do estado   | VI     |
|                  | CE             | Fortaleza      | Paulino Nogueira Borges da Fonseca (agente auxiliar)        | VII    |
|                  | ES             | Vitória        | Governo do Estado   | VI     |
|                  | MG             | Belo Horizonte | Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais            | VII    |
|                  | MT             | Cuiabá         | Governo do Estado   | VI     |
|                  | PA             | Belém          | Museu Goeldi de História Natural e Etnografia               | VI     |
|                  | PA             | Belém          | Secretaria de Estado da Justiça                             | VI     |
|                  | PE             | Recife         | Governo do Estado   | VI     |
|                  | Portugal       | Évora          | Biblioteca Pública de Évora                                 | VI     |
|                  | Portugal       | Lisboa         | Real Arquivo da Torre do Tombo                              | VI-VII |
|                  | Portugal       | Lisboa         | Sociedade de Geografia de Lisboa                            | VI     |
|                  | PR             | Curitiba       | Governo do estado   | VI     |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Asilo Gonçalves de Araújo                                   | II-VI  |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro     | VI     |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha                      | VI-VII |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Biblioteca Municipal  | VI     |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Caixa de Socorros D. Pedro V                                | VI     |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Comando-Geral da Força do Distrito Federal                  | VI     |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Conselho Municipal do Distrito Federal                      | VI     |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Diretoria de Arquivo e Estatística do Estado                | II-VI  |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Diretoria de Polícia Administrativa e Arquivo da Prefeitura | II-VI  |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Escola Correccional XV de Novembro                          | VI     |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Gabinete Português de Leitura                               | VI     |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Governo do Estado   | VI     |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Ministério da Marinha                                       | VI     |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Ministério dos Negócios da Fazenda                          | VI-VII |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Presidência da República                                    | VI-VII |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Retiro Literário Português                                  | VI     |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Secretaria da Força Policial do Distrito Federal            | VII    |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra                 | VI     |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha                | VI     |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Secretaria de Justiça e Negócios Interiores                 | VI-VII |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Senado Federal  | VI     |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro                    | VI     |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Tesouro Federal   | VI     |
|                  | RJ             | Rio de Janeiro | Tribunal de Contas  | VI     |
|                  | RN             | Natal          | [ ] Simões Pereira de [ ] (agente auxiliar)                 | VI     |

| <b>Ano<sup>2</sup></b> | <b>Estado ou país</b> | <b>Cidade</b> | <b>Instituição ou pessoa</b>                            | <b>Vol.</b> |
|------------------------|-----------------------|---------------|---|-------------|
|                        | RN                    | Natal         | Antônio [ilegível] Vargas                               | VI          |
|                        | RN                    | Natal         | Governo do Estado                                       | VI          |
|                        | RN                    | Natal         | Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte | II-VI       |
|                        | RN                    | Natal         | Luís M. Fernandes Sobrinho (agente auxiliar)            | VI          |
|                        | RS                    | Porto Alegre  | Arquivo Público do Estado                               | II-VI       |
|                        | SC                    | Florianópolis | Governo do Estado                                       | VI          |
|                        | SP                    | São Paulo     | Diretoria de Arquivo e Estatística do Estado            | VI-VII      |
|                        | -                     | -             | Alcides Lima de Mendonça Simões                         | II-VI       |
|                        | -                     | -             | Ângelo Eloy da Câmara, comendador                       | II-VI       |
|                        | -                     | -             | Bernardo de Freitas                                     | VI          |
|                        | -                     | -             | Henrique Dias Duque Estrada                             | VI          |
|                        | -                     | -             | José Pereira Rego Filho                                 | VI          |
|                        | -                     | -             | Lúcio Teixeira, comendador                              | VI          |

## F. Diretores do Arquivo Nacional (1838-1922)

| Período   | Diretor   |
|-----------|---|
| 1840-1857 | Ciro Cândido Martins de Brito (1790-1857)                   |
| 1857-1860 | José Tomás de Oliveira Barbosa, <i>interino</i> (1803-1898) |
| 1860-1869 | Antonio Pereira Pinto (1819-1880)                           |
| 1869-1873 | Joaquim Caetano da Silva (1810-1873)                        |
| 1873-1898 | Joaquim Pires Machado Portela (1827-1907)                   |
| 1899-1902 | Pedro Veloso Rebelo (1834-1902)                             |
| 1902-1910 | Francisco Joaquim Bethencourt da Silva (1831-1911)          |
| 1910-1915 | Alcebíades Estevão Furtado (1863[?]-)                       |
| 1915-1917 | Frederico Schumann (1815-1917)                              |
| 1917-1922 | Luis Gastão d'Escragnolle Dória (1869-1948)                 |